

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	5
Balanço Patrimonial Passivo	9
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	16
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	17
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	21
Balanço Patrimonial Passivo	22
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	29
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	30
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	31
Demonstração de Valor Adicionado	32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	34
Notas Explicativas	63
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	249
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	250

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	254
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	255

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	258
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	259

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.881.225
Preferenciais	1.881.225
Total	3.762.450
Em Tesouraria	
Ordinárias	395
Preferenciais	0
Total	395

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/11/2009	Dividendo	04/01/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	20/11/2009	Dividendo	04/01/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	04/12/2009	Juros sobre Capital Próprio	09/03/2010	Ordinária		0,49975
Reunião do Conselho de Administração	04/12/2009	Juros sobre Capital Próprio	09/03/2010	Preferencial		0,54973
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2009	Dividendo	01/02/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2009	Dividendo	01/02/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	18/01/2010	Dividendo	01/03/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	18/01/2010	Dividendo	01/03/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	10/02/2010	Dividendo	09/03/2010	Ordinária		0,02143
Reunião do Conselho de Administração	10/02/2010	Dividendo	09/03/2010	Preferencial		0,02358
Reunião do Conselho de Administração	17/02/2010	Dividendo	01/04/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	17/02/2010	Dividendo	01/04/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	15/03/2010	Dividendo	03/05/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	15/03/2010	Dividendo	03/05/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	19/04/2010	Dividendo	01/06/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	19/04/2010	Dividendo	01/06/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	17/05/2010	Dividendo	01/07/2010	Ordinária		0,01321

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	17/05/2010	Dividendo	01/07/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	21/06/2010	Dividendo	02/08/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	21/06/2010	Dividendo	02/08/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	28/06/2010	Juros sobre Capital Próprio	19/07/2010	Ordinária		0,15552
Reunião do Conselho de Administração	28/06/2010	Juros sobre Capital Próprio	19/07/2010	Preferencial		0,17107
Reunião do Conselho de Administração	19/07/2010	Dividendo	01/09/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	19/07/2010	Dividendo	01/09/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	16/08/2010	Dividendo	01/10/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	16/08/2010	Dividendo	01/10/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	20/09/2010	Dividendo	01/11/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	20/09/2010	Dividendo	01/11/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	18/10/2010	Dividendo	01/12/2010	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	18/10/2010	Dividendo	01/12/2010	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	16/11/2010	Dividendo	03/01/2011	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	16/11/2010	Dividendo	03/01/2011	Preferencial		0,01454
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2010	Dividendo	01/02/2011	Ordinária		0,01321
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2010	Dividendo	01/02/2011	Preferencial		0,01454

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	06/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	18/02/2011	Ordinária		0,48246
Reunião do Conselho de Administração	06/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	18/02/2011	Preferencial		0,53070
Reunião de Diretoria	31/01/2011	Dividendo	18/02/2011	Ordinária		0,07977
Reunião de Diretoria	31/01/2011	Dividendo	18/02/2011	Preferencial		0,08774

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	635.081.129	510.422.570	458.421.874
1.01	Ativo Circulante	391.178.462	324.048.810	305.503.326
1.01.01	Disponibilidades	15.582.999	6.763.430	8.814.635
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	90.791.455	129.440.111	96.633.066
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	66.178.702	101.891.689	61.483.417
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.614.139	27.549.281	35.152.468
1.01.02.05	Provisões para Perdas	-1.386	-859	-2.819
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	112.572.832	76.822.423	79.083.759
1.01.03.01	Carteira Própria	14.157.456	12.395.141	12.064.830
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	95.360.960	50.175.458	46.073.641
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.590.733	663.906	1.913.556
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central	0	8.682.594	13.183.184
1.01.03.06	Vinculados à Prestação de Garantias	1.407.393	3.359.005	5.806.494
1.01.03.07	Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	56.290	1.546.319	42.054
1.01.04	Relações Interfinanceiras	65.249.267	17.611.506	13.238.201
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	52.653	50.313	71.068
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	65.186.282	17.549.776	13.155.294
1.01.04.04	Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	578	578	578
1.01.04.05	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	6.044	4.379	5.267
1.01.04.07	Correspondentes	3.710	6.460	5.994
1.01.05	Relações Interdependências	562.469	238.588	55.064
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	562.469	238.588	55.064
1.01.06	Operações de Crédito	81.656.656	66.692.079	65.644.233
1.01.06.01	Setor Público	640.088	1.154.309	83.724
1.01.06.02	Setor Privado	88.549.659	73.382.850	71.355.558
1.01.06.03	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-7.533.091	-7.845.080	-5.795.049
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	-167.176	-61.539	-1.493
1.01.07.02	Setor Privado	625.501	910.377	545.620

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.01.07.03	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-676.304	-878.847	-541.905
1.01.07.04	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	-116.373	-93.069	-5.208
1.01.08	Outros Créditos	24.298.250	25.859.903	41.465.335
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	5.759	21.092	40.513
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	9.445.491	8.969.213	24.836.791
1.01.08.03	Rendas a Receber	4.756.578	4.228.829	2.655.310
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	215.315	341.828	1.020.359
1.01.08.08	Diversos	10.100.748	12.854.092	13.176.768
1.01.08.09	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-225.641	-555.151	-264.406
1.01.09	Outros Valores e Bens	631.710	682.309	570.526
1.01.09.03	Outros Valores e Bens	253.470	260.467	204.198
1.01.09.04	Provisões para Desvalorizações	-98.438	-94.319	-83.847
1.01.09.05	Despesas Antecipadas	476.678	516.161	450.175
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	145.043.697	103.452.001	86.915.124
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	19.977.717	20.307.381	17.654.717
1.02.01.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.977.717	20.307.381	17.655.041
1.02.01.05	Provisões para Perdas	0	0	-324
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	42.423.659	21.194.504	10.550.941
1.02.02.01	Carteira Própria	3.428.693	8.828.398	5.762.480
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	38.911.904	4.701.938	3.767.701
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	67.996	736.384	333.196
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	0	6.089.629	0
1.02.02.05	Moedas de Privatização	8.315	8.771	9.219
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	6.751	829.384	678.345
1.02.03	Relações Interfinanceiras	501.610	485.722	461.372
1.02.03.05	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	501.610	485.722	461.372
1.02.05	Operações de Crédito	70.912.529	48.811.950	45.420.827
1.02.05.01	Setor Público	319.862	419.880	756.042

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.05.02	Setor Privado	74.892.074	51.820.711	46.594.402
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-4.299.407	-3.428.641	-1.929.617
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	-29.751	-130.719	-15.109
1.02.06.02	Setor Privado	876.453	1.692.480	1.334.667
1.02.06.03	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-805.148	-1.704.114	-1.334.667
1.02.06.04	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	-101.056	-119.085	-15.109
1.02.07	Outros Créditos	11.146.433	12.319.449	12.443.462
1.02.07.04	Negociação e Intermediação de Valores	324.547	474.848	1.752.147
1.02.07.08	Diversos	10.825.376	11.856.573	10.699.470
1.02.07.09	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-3.490	-11.972	-8.155
1.02.08	Outros Valores e Bens	111.500	463.714	398.914
1.02.08.05	Despesas Antecipadas	111.500	463.714	398.914
1.03	Ativo Permanente	98.858.970	82.921.759	66.003.424
1.03.01	Investimentos	85.506.909	68.360.809	56.202.747
1.03.01.02	Participações em Controladas	85.405.913	68.257.508	56.134.111
1.03.01.02.01	No País	84.242.693	66.873.274	55.068.561
1.03.01.02.02	No Exterior	1.163.220	1.384.234	1.065.550
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	94.543	85.663	51.176
1.03.01.03.01	No País	94.543	85.663	51.176
1.03.01.04	Outros Investimentos	38.359	56.992	69.177
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-31.906	-39.354	-51.717
1.03.02	Imobilizado de Uso	2.101.555	1.852.911	1.612.767
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	4.967.829	4.265.639	3.743.228
1.03.02.04	Depreciações Acumuladas	-2.866.274	-2.412.728	-2.130.461
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	8.289.927	10.643.646	6.403.050
1.03.03.01	Bens Arrendados	10.097.022	12.888.230	7.646.999
1.03.03.02	Depreciações Acumuladas	-1.807.095	-2.244.584	-1.243.949
1.03.04	Intangível	2.824.247	1.802.512	1.366.569

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	3.476.907	2.074.200	1.679.613
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-652.660	-271.688	-313.044
1.03.05	Diferido	136.332	261.881	418.291
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	1.384.796	1.433.442	1.457.663
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-1.248.464	-1.171.561	-1.039.372

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	635.081.129	510.422.570	458.421.874
2.01	Passivo Circulante	373.669.873	283.539.478	241.754.414
2.01.01	Depósitos	172.871.501	148.431.480	130.696.571
2.01.01.01	Depósitos à Vista	36.159.595	34.485.504	27.419.252
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	54.086.178	45.113.274	38.917.870
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	47.073.972	44.270.375	42.827.035
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	34.489.659	23.578.675	20.571.829
2.01.01.05	Outros Depósitos	1.062.097	983.652	960.585
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	150.532.380	95.981.471	58.295.912
2.01.02.01	Carteira Própria	97.888.989	24.441.373	15.736.189
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	44.732.978	69.441.091	40.160.885
2.01.02.03	Carteira Livre Movimentação	7.910.413	2.099.007	2.398.838
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.191.825	3.370.464	2.367.490
2.01.03.03	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	3.646.915	2.457.601	1.949.302
2.01.03.05	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	544.910	912.863	418.188
2.01.04	Relações Interfinanceiras	25.732	22.968	12.920
2.01.04.04	Correspondentes	25.732	22.968	12.920
2.01.05	Relações Interdependências	3.701.600	2.924.981	2.899.491
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.701.600	2.924.981	2.899.491
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	7.243.308	7.916.217	13.576.329
2.01.06.03	Empréstimos no Exterior	7.243.308	7.916.217	13.576.329
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	9.158.356	6.296.076	6.495.171
2.01.07.01	Tesouro Nacional	36.660	124.020	114.607
2.01.07.03	BNDES	3.642.975	2.274.498	2.822.971
2.01.07.04	CEF	45.918	16.436	15.110
2.01.07.05	FINAME	5.432.803	3.881.122	3.542.470
2.01.07.06	Outras Instituições	0	0	13
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	14.773	835	320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.09	Outras Obrigações	25.930.398	18.594.986	27.410.210
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	221.183	184.251	198.148
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	5.632.311	3.916.998	13.535.496
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	2.138.566	1.644.387	1.764.881
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	1.021.068	573.429	316.062
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	226.402	249.846	157.816
2.01.09.08	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	270	438	7.031
2.01.09.11	Dívidas Subordinadas	8.028.585	346.337	414.368
2.01.09.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	618.521	392.592	1.507.779
2.01.09.14	Diversas	8.043.492	11.286.708	9.508.629
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	213.351.043	185.104.983	182.392.616
2.02.01	Depósitos	112.109.910	103.542.670	104.080.706
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	44.551.242	37.084.370	31.388.961
2.02.01.04	Depósitos a Prazo	67.558.668	66.458.300	72.691.745
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	35.808.998	30.318.356	33.544.920
2.02.02.01	Carteira Própria	35.793.809	30.318.356	33.544.920
2.02.02.02	Carteira Livre Movimentação	15.189	0	0
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.743.098	3.395.120	4.958.402
2.02.03.03	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	7.926.919	26.954	174.226
2.02.03.05	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	4.816.179	3.368.166	4.784.176
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	788.276	375.261	1.095.174
2.02.06.03	Empréstimos no Exterior	788.276	375.261	1.095.174
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	20.660.736	12.515.453	10.595.359
2.02.07.03	BNDES	8.116.358	5.864.982	4.317.915
2.02.07.04	CEF	38.515	71.288	79.238
2.02.07.05	FINAME	12.505.242	6.578.535	6.197.464
2.02.07.06	Outras Instituições	621	648	742
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	0	9.488	12.737

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.09	Outras Obrigações	31.240.025	34.948.635	28.105.318
2.02.09.04	Fiscais e Previdenciárias	6.675.934	5.280.310	4.358.852
2.02.09.11	Dívidas Subordinadas	18.314.836	22.783.517	19.272.293
2.02.09.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	98.996	66.472	105.929
2.02.09.14	Diversas	6.150.259	6.818.336	4.368.244
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	17.363	24.358	18.300
2.05	Patrimônio Líquido	48.042.850	41.753.751	34.256.544
2.05.01	Capital Social Realizado	28.500.000	26.500.000	23.000.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	27.978.012	25.635.353	21.665.186
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	521.988	864.647	1.334.814
2.05.02	Reservas de Capital	62.614	62.614	62.614
2.05.02.01	Ágio por Subscrição de Ações	56.465	56.465	56.465
2.05.02.02	Outros	6.149	6.149	6.149
2.05.04	Reservas de Lucro	19.471.937	14.833.796	11.855.434
2.05.04.01	Legal	2.755.385	2.254.302	1.853.688
2.05.04.02	Estatutária	16.726.601	12.768.368	10.006.599
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-10.049	-188.874	-4.853
2.05.04.07.03	Ações em Tesouraria	-10.049	-188.874	-4.853
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.299	357.341	-661.504

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	63.301.542	59.745.838	46.424.011
3.01.01	Operações de Crédito	29.406.418	25.643.776	23.730.473
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	4.124.871	3.940.005	265.691
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	24.427.023	22.787.139	21.216.149
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	1.887.994	4.888.182	-3.936.851
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	523.803	1.863.363	3.625.434
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.894.884	560.766	1.523.115
3.01.08	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	36.549	62.607	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-48.658.251	-45.863.989	-43.233.971
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-37.147.359	-31.566.475	-29.969.545
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-976.016	-956.832	-7.124.537
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-3.438.324	-3.156.973	-244.615
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-7.096.552	-10.183.709	-5.895.274
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	14.643.291	13.881.849	3.190.040
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.609.374	-5.913.055	1.370.997
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	6.920.486	6.187.960	6.324.055
3.04.02	Despesas de Pessoal	-7.098.547	-6.149.864	-5.678.946
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-8.555.785	-7.493.622	-6.434.860
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.674.092	-1.686.352	-989.518
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	870.353	1.527.076	643.886
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-3.072.775	-4.425.735	-2.829.151
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	8.000.986	6.127.482	10.335.531
3.05	Resultado Operacional	10.033.917	7.968.794	4.561.037
3.06	Resultado Não Operacional	-53.315	-69.042	39.407
3.06.01	Receitas	148.969	74.025	71.868
3.06.02	Despesas	-202.284	-143.067	-32.461
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	9.980.602	7.899.752	4.600.444
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	41.071	112.530	3.019.794

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	10.021.673	8.012.282	7.620.238
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,66388	2,3424	2,4824

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-79.952.368	-4.820.960	-70.600.341
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.524.081	5.187.768	1.264.073
6.01.01.01	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.096.552	10.183.709	5.895.274
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.337.008	1.170.247	684.652
6.01.01.04	Perdas por Impairment/Provisões/(Reversões) por Desvalorização de Ativos	19.572	-66.072	-2.315
6.01.01.05	(Reversão)/Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.551.260	2.276.223	1.803.662
6.01.01.07	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-8.000.986	-6.127.482	-10.335.531
6.01.01.08	(Ganho)/Perda na Venda de Investimentos	-36.780	-58	-52.725
6.01.01.09	(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	8.601	6.383	8.094
6.01.01.10	(Ganho)/Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	80.920	63.534	31.502
6.01.01.11	Outros	467.934	-2.318.716	3.231.460
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-93.457.051	-17.908.480	-76.464.858
6.01.02.01	(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-16.175.562	-16.045.915	-13.214.552
6.01.02.02	(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	-34.427.503	2.027.131	-23.115.346
6.01.02.03	(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	438.359	-151.159	697.595
6.01.02.04	(Aumento) em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	-44.365.340	-13.939.539	-31.473.287
6.01.02.07	Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	-6.995	6.058	-91.362
6.01.02.08	(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	4.011.918	18.329.501	-26.748.926
6.01.02.09	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	-2.707.161	-7.344.862	18.402.524
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-224.767	-789.695	-921.504
6.01.03	Outros	9.980.602	7.899.752	4.600.444
6.01.03.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.980.602	7.899.752	4.600.444
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-80.666.450	-26.265.680	-17.814.632
6.02.01	(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	-47.636.506	-4.394.482	10.371.839
6.02.02	(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	-22.683.383	-10.822.043	1.826.315
6.02.03	(Aumento)/Redução em Títulos Mantidos até o Vencimento	40.733	292.079	-281.927
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	138.564	104.263	59.676
6.02.05	Alienação de Investimentos	428.682	2.429.168	6.782.867

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	967.689	628.494	21.119
6.02.09	Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-264.474	-274.523	-156.864
6.02.10	Aquisição de Investimentos	-11.628.254	-8.850.871	-28.451.879
6.02.11	Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	-791.513	-5.598.874	-8.352.728
6.02.12	Aplicação no Intangível	-1.433.242	-698.562	-674.988
6.02.13	Aplicação no Diferido	-1.083	-1.831	-326.608
6.02.14	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	2.196.337	921.502	1.368.546
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	114.285.035	48.446.945	122.852.076
6.03.01	Aumento em Depósitos	33.007.261	17.196.873	91.459.439
6.03.02	Aumento em Captações no Mercado Aberto	60.041.551	34.458.995	16.728.543
6.03.03	Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Títulos	10.169.339	-560.308	3.548.090
6.03.04	Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	10.752.119	-4.661.760	8.770.699
6.03.05	Aumento em Dívidas Subordinadas	3.213.567	3.881.289	4.046.567
6.03.06	Aumento de Capital em Dinheiro e Ágio na Subscrição de Ações	0	0	1.206.874
6.03.07	Aumento de Capital por Incorporação de Ações	0	1.368.183	0
6.03.08	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-2.884.013	-3.052.306	-2.903.283
6.03.09	Aquisições de Ações Próprias	-14.789	-184.021	-4.853
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-46.333.783	17.360.305	34.437.103
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	82.815.351	65.455.046	31.017.943
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.481.568	82.815.351	65.455.046

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	26.500.000	62.614	0	14.833.796	0	357.341	41.753.751
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	26.500.000	62.614	0	14.833.796	0	357.341	41.753.751
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	10.021.673	0	10.021.673
5.05	Destinações	0	0	0	6.652.930	-10.021.673	0	-3.368.743
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-904.205	0	-904.205
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.464.538	0	-2.464.538
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	6.652.930	-6.652.930	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-349.042	-349.042
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-349.042	-349.042
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	2.000.000	0	0	-2.000.000	0	0	0
5.08.03	Aumento de Capital com Reservas	2.000.000	0	0	-2.000.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-14.789	0	0	-14.789
5.13	Saldo Final	28.500.000	62.614	0	19.471.937	0	8.299	48.042.850

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	23.000.000	62.614	0	11.855.434	0	-661.504	34.256.544
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	23.000.000	62.614	0	11.855.434	0	-661.504	34.256.544
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	8.012.282	0	8.012.282
5.05	Destinações	0	0	0	5.294.200	-8.012.282	0	-2.718.082
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-584.813	0	-584.813
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.133.269	0	-2.133.269
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	5.294.200	-5.294.200	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.018.845	1.018.845
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.018.845	1.018.845
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	3.500.000	0	0	-2.131.817	0	0	1.368.183
5.08.02	Aumento de Capital por Incorp. de Ações	1.368.183	0	0	0	0	0	1.368.183
5.08.03	Aumento de Capital com Reservas	2.131.817	0	0	-2.131.817	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-184.021	0	0	-184.021
5.13	Saldo Final	26.500.000	62.614	0	14.833.796	0	357.341	41.753.751

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	19.000.000	55.624	0	9.831.744	0	1.469.976	30.357.344
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-99.219	0	-99.219
5.03	Saldo Ajustado	19.000.000	55.624	0	9.831.744	-99.219	1.469.976	30.258.125
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	7.620.238	0	7.620.238
5.05	Destinações	0	0	0	4.828.543	-7.521.019	0	-2.692.476
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-735.885	0	-735.885
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-1.956.591	0	-1.956.591
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	4.828.543	-4.828.543	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-2.131.480	-2.131.480
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-2.131.480	-2.131.480
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	4.000.000	0	0	-2.800.000	0	0	1.200.000
5.08.01	Aumento de Capital por Subscrição	1.200.000	0	0	0	0	0	1.200.000
5.08.03	Aumento de Capital com Reservas	2.800.000	0	0	-2.800.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-4.853	0	0	-4.853
5.12	Outros	0	6.990	0	0	0	0	6.990
5.13	Saldo Final	23.000.000	62.614	0	11.855.434	0	-661.504	34.256.544

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	61.147.163	53.144.136	44.940.201
7.01.01	Intermediação Financeira	63.301.542	59.745.838	46.424.011
7.01.02	Prestação de Serviços	6.920.486	6.187.960	6.324.055
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-7.096.552	-10.183.709	-5.895.274
7.01.04	Outras	-1.978.313	-2.605.953	-1.912.591
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-41.561.699	-35.680.280	-37.338.697
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.349.565	-5.606.639	-5.089.702
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-398.059	-356.861	-326.882
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.857.639	-1.684.415	-1.385.800
7.03.04	Outros	-4.093.867	-3.565.363	-3.377.020
7.03.04.01	Comunicação	-988.049	-940.012	-816.593
7.03.04.02	Serviços do Sistema Financeiro	-259.788	-200.812	-207.763
7.03.04.03	Propaganda, Promoções e Publicidade	-492.751	-396.754	-404.440
7.03.04.04	Transporte	-550.964	-482.103	-512.111
7.03.04.05	Processamento de Dados	-670.033	-594.966	-447.913
7.03.04.06	Manutenção e Conservação de Bens	-566.179	-501.622	-473.445
7.03.04.09	Segurança e Vigilância	-268.818	-245.278	-211.840
7.03.04.10	Viagens	-48.897	-24.571	-28.035
7.03.04.11	Outras	-248.388	-179.245	-274.880
7.04	Valor Adicionado Bruto	13.235.899	11.857.217	2.511.802
7.05	Retenções	-1.337.008	-1.170.247	-684.652
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.337.008	-1.170.247	-684.652
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.898.891	10.686.970	1.827.150
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.000.986	6.127.482	10.335.531
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.000.986	6.127.482	10.335.531
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	19.899.877	16.814.452	12.162.681
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	19.899.877	16.814.452	12.162.681
7.09.01	Pessoal	6.127.720	5.341.465	4.923.767

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.278.794	2.943.153	2.764.725
7.09.01.02	Benefícios	1.420.179	1.216.223	1.133.120
7.09.01.03	F.G.T.S.	305.399	288.078	279.684
7.09.01.04	Outros	1.123.348	894.011	746.238
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.603.848	2.382.221	-1.275.097
7.09.02.01	Federais	2.330.236	2.134.867	-1.541.385
7.09.02.02	Estaduais	720	154	0
7.09.02.03	Municipais	272.892	247.200	266.288
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.146.636	1.078.484	893.773
7.09.03.01	Aluguéis	709.756	643.698	547.269
7.09.03.02	Outras	436.880	434.786	346.504
7.09.03.02.01	Arrendamento de Bens	436.880	434.786	346.504
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.021.673	8.012.282	7.620.238
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.464.538	2.133.269	1.956.591
7.09.04.02	Dividendos	904.205	584.813	735.885
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.652.930	5.294.200	4.927.762

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	602.954.024	489.683.951	450.389.272
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	80.960.127	24.850.091	22.472.035
1.01.01	Caixa e Disponibilidades em Bancos	80.960.127	24.850.091	22.472.035
1.02	Aplicações Financeiras	118.807.642	102.409.929	102.469.786
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	115.413.335	98.526.950	98.373.335
1.02.01.01	Títulos para Negociação	75.234.191	54.480.534	68.281.973
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	40.179.144	44.046.416	30.091.362
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.394.307	3.882.979	4.096.451
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.394.307	3.882.979	4.096.451
1.03	Empréstimos e Recebíveis	274.995.594	256.962.193	229.325.347
1.03.01	Empréstimos e Adiantamentos a Instituições de Crédito	64.715.412	82.721.843	61.815.157
1.03.02	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	210.280.182	174.240.350	167.510.190
1.04	Tributos Diferidos	12.733.792	12.526.420	12.105.860
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.733.792	12.526.420	12.105.860
1.05	Outros Ativos	104.077.300	83.378.062	76.518.065
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	412.142	455.874	325.980
1.05.03	Outros	103.665.158	82.922.188	76.192.085
1.05.03.01	Ativos Cedidos em Garantia	79.700.612	60.072.653	36.124.618
1.05.03.02	Impostos Correntes	1.590.297	2.122.244	1.858.441
1.05.03.03	Outros Ativos	22.374.249	20.727.291	38.209.026
1.06	Investimentos	2.298.200	1.431.157	1.033.006
1.06.01	Participações em Coligadas	2.298.200	1.431.157	1.033.006
1.07	Imobilizado	3.669.281	3.404.541	3.179.383
1.07.03	Ativos Tangíveis	3.669.281	3.404.541	3.179.383
1.08	Intangível	5.412.088	4.721.558	3.285.790
1.08.01	Intangíveis	5.412.088	4.721.558	3.285.790

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	602.954.024	489.683.951	450.389.272
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	732.967	532.422	2.055.670
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	492.014.622	393.397.758	354.558.929
2.03.01	Recursos de Instituições de Crédito	171.920.917	120.067.970	100.010.765
2.03.02	Recursos de Emissão de Títulos	17.809.765	7.682.798	8.865.666
2.03.03	Dívidas Subordinadas	26.314.946	23.103.977	19.686.662
2.03.04	Recursos de Clientes	192.475.948	169.946.116	163.428.153
2.03.05	Provisões Técnicas de Seguro e Previdência	83.493.046	72.596.897	62.567.683
2.04	Provisões	13.327.866	10.852.483	9.958.702
2.04.01	Provisões	13.327.866	10.852.483	9.958.702
2.05	Passivos Fiscais	3.903.916	2.397.759	1.397.177
2.05.01	Impostos Correntes	1.923.372	1.245.832	1.009.027
2.05.02	Impostos Diferidos	1.980.544	1.151.927	388.150
2.06	Outros Passivos	41.816.088	37.856.822	46.886.201
2.06.01	Outros Passivos	41.816.088	37.856.822	46.886.201
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	51.158.565	44.646.707	35.532.593
2.08.01	Capital Social Realizado	28.500.000	26.500.000	23.000.000
2.08.02	Reservas de Capital	147.593	48.304	57.761
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-10.049	-188.874	-4.853
2.08.02.06	Reservas de Capital	87.146	87.146	62.614
2.08.02.07	Capital Integralizado Adicional	70.496	150.032	0
2.08.04	Reservas de Lucros	19.481.986	15.022.670	11.860.287
2.08.04.01	Reserva Legal	2.755.385	2.254.302	1.853.688
2.08.04.02	Reserva Estatutária	16.726.601	12.768.368	10.006.599
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	702.383	784.821	630.748
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	2.219.272	1.835.659	-256.273
2.08.08.01	Lucro / (Prejuízo) Abrangente Acumulado	2.219.272	1.835.659	-256.273
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	107.331	455.253	240.070

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	66.739.332	61.906.265	0
3.01.01	Receita de Juros e Similares	63.772.183	55.165.229	0
3.01.02	Ganhos / (Perdas) Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros para Negociação	2.212.733	5.983.781	0
3.01.03	Ganhos / (Perdas) Líquidos de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	754.416	757.255	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-31.683.853	-28.872.355	0
3.02.02	Ganhos / (Perdas) Líquidos de Operações de Câmbio	-682.961	-897.638	0
3.02.03	Despesa de Intermediação Financeira	-31.000.892	-27.974.717	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	35.055.479	33.033.910	0
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-19.731.362	-20.468.737	0
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	9.394.538	7.847.382	0
3.04.02	Despesas de Pessoal	-8.794.017	-7.334.164	0
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-9.761.445	-8.138.058	0
3.04.04	Despesas Tributárias	-3.014.917	-2.535.238	0
3.04.04.01	Despesas Tributárias	-3.014.917	-2.535.238	0
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	2.577.730	1.778.016	0
3.04.05.01	Resultado de Seguros e Previdência	2.577.730	1.778.016	0
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-10.710.304	-12.815.542	0
3.04.06.01	Perda por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Adiantamentos	-5.756.125	-10.809.611	0
3.04.06.02	Depreciação e Amortização	-1.966.433	-1.516.529	0
3.04.06.03	Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	-2.987.746	-489.402	0
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	577.053	728.867	0
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.324.117	12.565.173	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.271.924	-4.264.330	0
3.06.01	Corrente	-6.052.588	-6.531.613	0
3.06.02	Diferido	780.664	2.267.283	0
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.052.193	8.300.843	0
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	10.052.193	8.300.843	0
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.939.575	8.283.007	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	112.618	17.836	0
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,52	2,12	0
3.99.01.02	PN	2,77	2,34	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	10.052.193	8.300.843	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	383.613	2.091.932	0
4.02.01	Ganhos Não Realizados de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	651.063	3.486.555	0
4.02.02	Ajuste de Conversão de Subsidiária no Exterior	-11.708	0	0
4.02.03	Efeito dos Impostos	-255.742	-1.394.623	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	10.435.806	10.392.775	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.323.188	10.374.939	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	112.618	17.836	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-27.846.458	39.263.050	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	36.450.618	34.338.376	0
6.01.01.01	Lucro Líquido antes da Tributação sobre o Lucro	15.324.117	12.565.173	0
6.01.01.02	Perda 'pr Redução ao Valor Recuperável Reconhecido Decorrente de perda de Crédito	5.756.125	10.809.611	0
6.01.01.03	Variação de Provisões Técnicas de Seguros e Planos de Previdência	14.294.976	12.768.473	0
6.01.01.04	Ganhos Realizados Líquidos nos Títulos Disponíveis para Venda	-645.216	-549.038	0
6.01.01.05	Depreciação	956.092	824.899	0
6.01.01.06	Amortização de Ativos Intangíveis	1.010.341	691.630	0
6.01.01.07	Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos Intangíveis	26.493	36.511	0
6.01.01.08	Resultado e Participação em Empresas Não Consolidadas	-577.053	-728.867	0
6.01.01.09	Perdas na Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	292.595	315.248	0
6.01.01.10	Perdas na Alienação do Imobilizado de Uso, Líquido	12.148	14.355	0
6.01.01.11	Ganhos na Venda de Investimentos Não Consolidados	0	-2.409.619	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-64.297.076	4.924.674	0
6.01.02.01	Aumento em Depósitos Compulsórios no Banco Central	-47.273.389	-4.722.952	0
6.01.02.02	Aumento em Empréstimos e Adiantamentos a Instituições de Crédito	-29.473.272	-22.935.353	0
6.01.02.03	Aumento em Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-81.584.730	-44.996.235	0
6.01.02.04	(Aumento) / Redução em Ativos Financeiros para Negociação	-36.900.513	2.166.148	0
6.01.02.05	Redução / (Aumento) em Impostos Correntes Ativos	531.947	-263.803	0
6.01.02.06	Redução em Impostos Diferidos Ativos	317.550	452.100	0
6.01.02.07	(Aumento) / Redução em Outros Ativos	-1.578.591	18.752.963	0
6.01.02.08	Aumento Líquido em Recursos de Instituições de Crédito	62.708.679	26.705.387	0
6.01.02.09	Aumento Líquido em Recursos de Clientes	32.148.572	14.716.268	0
6.01.02.10	Aumento / (Redução) em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	200.545	-1.523.248	0
6.01.02.11	Redução em Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	-3.398.827	-2.739.259	0
6.01.02.12	Aumento em Provisões	2.475.383	893.781	0
6.01.02.13	Aumento / (Redução) em Outros Passivos	9.209.750	-8.749.105	0
6.01.02.14	Redução em Impostos Correntes Passivos	-2.178.976	-2.503.302	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.15	Aumento em Impostos Diferidos Passivos	828.617	763.777	0
6.01.02.16	Dividendos Recebidos de Investimentos Não Consolidados	496.698	560.965	0
6.01.02.17	Juros Recebidos	52.844.025	48.030.114	0
6.01.02.18	Juros Pagos	-20.474.472	-15.892.066	0
6.01.02.19	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-3.196.072	-3.791.506	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-29.802.112	-11.672.318	0
6.02.01	Aquisição de Subsidiárias, Líquida de Caixa e Equivalentes a Caixa Pagos	-226.765	35.779	0
6.02.02	Aquisições de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-41.287.204	-15.854.009	0
6.02.03	Baixas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9.405.730	754.251	0
6.02.04	Aquisições de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	0	-14.554	0
6.02.05	Resgates pelo Vencimento de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	89.844	62.828	0
6.02.06	Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	327.377	324.246	0
6.02.07	Aquisição de Investimentos Não Consolidados	-786.688	-339.902	0
6.02.08	Alienação de Investimentos Não Consolidados	0	2.519.272	0
6.02.09	Aquisição de Ativos Tangíveis	-1.409.825	-1.299.292	0
6.02.10	Alienação de Ativos Tangíveis	176.845	252.150	0
6.02.11	Aquisição de Ativos Intangíveis	-1.695.177	-1.058.075	0
6.02.12	Dividendos Recebidos	109.200	208.217	0
6.02.13	Juros Recebidos	5.494.551	2.736.771	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.555.029	-3.439.201	0
6.03.01	Emissão de Recursos de Emissão de Títulos	12.815.608	3.565.694	0
6.03.02	Pagamento de Recursos de Emissão de Títulos	-3.725.745	-3.705.243	0
6.03.03	Emissão de Dívidas Subordinadas	1.282.600	2.628.271	0
6.03.04	Pagamento de Dívidas Subordinadas	-828.351	0	0
6.03.05	Aquisição de Ações Próprias	-14.789	-184.021	0
6.03.06	(Redução) / Aumento da Participação dos Acionistas Não Controladores	-448.060	19.131	0
6.03.07	Juros Pagos	-1.611.252	-2.933.162	0
6.03.08	Juros Pagos sobre o Capital Próprio e Dividendos	-2.914.982	-2.829.871	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-53.093.541	24.151.531	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	89.359.152	65.207.621	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.265.611	89.359.152	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	26.500.000	48.304	15.022.670	784.821	1.835.659	44.191.454	455.253	44.646.707
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.500.000	48.304	15.022.670	784.821	1.835.659	44.191.454	455.253	44.646.707
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.000.000	99.289	-2.193.614	-3.369.083	0	-3.463.408	-460.540	-3.923.948
5.04.01	Aumentos de Capital	3.500.000	0	-2.000.000	0	0	1.500.000	0	1.500.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-14.789	0	0	0	-14.789	0	-14.789
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.369.083	0	-3.369.083	-30.969	-3.400.052
5.04.09	Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	0	-79.536	0	0	0	-79.536	-429.571	-509.107
5.04.10	Capital a Integralizar	-1.500.000	0	0	0	0	-1.500.000	0	-1.500.000
5.04.11	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	193.614	-193.614	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.939.575	383.613	10.323.188	112.618	10.435.806
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.939.575	0	9.939.575	112.618	10.052.193
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	383.613	383.613	0	383.613
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	390.638	390.638	0	390.638
5.05.02.07	Ajuste de Conversão de Subsidiária no Exterior	0	0	0	0	-7.025	-7.025	0	-7.025
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.652.930	-6.652.930	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.652.930	-6.652.930	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	28.500.000	147.593	19.481.986	702.383	2.219.272	51.051.234	107.331	51.158.565

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	23.000.000	57.761	11.860.287	630.748	-256.273	35.292.523	240.070	35.532.593
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.000.000	57.761	11.860.287	630.748	-256.273	35.292.523	240.070	35.532.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.500.000	-9.457	-2.131.817	-2.834.734	0	-1.476.008	197.347	-1.278.661
5.04.01	Aumentos de Capital	3.500.000	24.532	-2.131.817	0	0	1.392.715	0	1.392.715
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-184.021	0	0	0	-184.021	0	-184.021
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.834.734	0	-2.834.734	-7.564	-2.842.298
5.04.08	Incorporação de Ações da Odontoprev	0	150.032	0	0	0	150.032	185.780	335.812
5.04.09	Aumento de Participação de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	19.131	19.131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.283.007	2.091.932	10.374.939	17.836	10.392.775
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.283.007	0	8.283.007	17.836	8.300.843
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.091.932	2.091.932	0	2.091.932
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	2.091.932	2.091.932	0	2.091.932
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.294.200	-5.294.200	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.294.200	-5.294.200	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	26.500.000	48.304	15.022.670	784.821	1.835.659	44.191.454	455.253	44.646.707

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	69.967.729	60.232.650	0
7.01.01	Intermediação Financeira	66.739.332	61.906.265	0
7.01.02	Prestação de Serviços	9.394.538	7.847.382	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-5.756.125	-10.809.611	0
7.01.04	Outras	-410.016	1.288.614	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-31.683.853	-28.872.355	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.194.111	-7.594.618	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-497.272	-415.852	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-3.146.756	-2.496.549	0
7.03.04	Outros	-5.550.083	-4.682.217	0
7.03.04.01	Comunicação	-1.372.520	-1.174.384	0
7.03.04.02	Serviços do Sistema Financeiro	-398.298	-290.680	0
7.03.04.03	Propaganda, Promoções e Publicidade	-761.096	-561.205	0
7.03.04.04	Transporte	-629.144	-528.143	0
7.03.04.05	Processamento de Dados	-709.840	-613.278	0
7.03.04.06	Manutenção e Conservação de Bens	-423.443	-376.309	0
7.03.04.07	Segurança e Vigilância	-272.423	-247.840	0
7.03.04.08	Viagens	-121.845	-73.866	0
7.03.04.09	Outras	-861.474	-816.512	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	29.089.765	23.765.677	0
7.05	Retenções	-1.966.433	-1.516.529	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.966.433	-1.516.529	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.123.332	22.249.148	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	577.053	728.867	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	577.053	728.867	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	27.700.385	22.978.015	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	27.700.385	22.978.015	0
7.09.01	Pessoal	7.611.455	6.388.671	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.054.876	3.542.701	0
7.09.01.02	Benefícios	1.786.066	1.454.659	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	364.861	332.546	0
7.09.01.04	Outros	1.405.652	1.058.765	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.469.403	7.745.061	0
7.09.02.01	Federais	9.086.556	7.398.217	0
7.09.02.02	Estaduais	2.025	1.337	0
7.09.02.03	Municipais	380.822	345.507	0
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	567.334	543.440	0
7.09.03.01	Aluguéis	567.334	543.440	0
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.052.193	8.300.843	0
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.400.052	2.842.298	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.539.523	5.440.709	0
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	112.618	17.836	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório Anual 2010****Banco Bradesco S.A.****Mensagem aos Acionistas**

Senhores Acionistas,

O ano 2010 ficou caracterizado pela retomada do crescimento econômico mundial, embora em ritmo moderado e desigual entre os países. Se, por um lado, algumas nações desenvolvidas ainda terão de equacionar algumas dificuldades, geradas pela desestabilização econômica, ocorrida no biênio 2008/2009, por outro, ficou a nítida percepção de que esse cenário abre novas oportunidades para os países emergentes, particularmente aqueles, como o Brasil, em que o ambiente democrático esteja consolidado e o setor empresarial tenha alcançado porte compatível com os novos desafios.

A despeito dos muitos desafios ligados ao crescimento econômico de longo prazo, o Bradesco vê com prudente otimismo as perspectivas para os próximos anos. A economia brasileira, já no final de 2009, voltava a apresentar fundamentos sólidos para a retomada do crescimento, o que se confirmou no encerramento de 2010, marcado por uma expansão robusta do PIB, que atingiu a maior taxa registrada desde 1985.

No campo político, 2010 foi um ano em que o exercício pleno da cidadania mostrou um sistema democrático de raízes bem profundas, consagrando as liberdades de expressão e de escolha como linhas-mestras.

Os avanços ocorreram não apenas sob a métrica econômica mas, também, nos indicadores sociais. De fato, foram animadoras as melhorias na qualidade de vida das pessoas, principalmente no poder de consumo, conquistas que trouxeram para a classe média grande parte da população, um dado estatístico significativo na história do País.

Nesse contexto, o Bradesco adicionou mais um capítulo à sua série histórica de 67 anos de bons resultados. Como uma das maiores instituições financeiras do País, presente em todos os municípios, valeu-se de sua vasta Rede de Atendimento para converter em realidade a Missão que norteia a Organização: o fornecimento de serviços financeiros e de seguros com o objetivo de expandir a inclusão bancária e viabilizar a mobilidade social, vetores do desenvolvimento sustentável.

Entre os eventos mais relevantes de 2010, destacam-se: a) o expressivo volume de concessão de crédito que evoluiu 20,75%, comparado a 2009, e a recuperação de créditos vencidos, 57,94% superior em relação ao ano anterior; b) a ampliação da Rede de Atendimento, presente em todos os municípios brasileiros, com a inauguração de 178 Agências; c) a reestruturação das unidades no Exterior, para responder adequadamente às demandas dos mercados internacionais; d) a presença do Bradesco como coordenador líder no processo de capitalização da Petrobras, maior operação dessa natureza nos mercados de ações do Brasil e do mundo; e) aquisição da totalidade do capital social do Ibi Services, no México, sendo parte do negócio a parceria com a C&A desse País; f) parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para a criação e administração de uma bandeira brasileira de cartões - a ELO; g) a permanência do Bradesco no *Dow Jones Sustainability World Index* e também no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE; h) sob o aspecto de responsabilidade socioambiental, o lançamento, em Braille, do Código de Ética Corporativo da Organização Bradesco.

O Lucro Líquido do Banco alcançou R\$ 10,022 bilhões, apresentando variação de 25,09% sobre 2009, com R\$ 3,369 bilhões distribuídos, na forma de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos, aos acionistas. Na composição desse resultado verifica-se que, como já ocorrido em exercícios anteriores, parcela significativa (29,15% em 2010) se originou da participação do Banco no Grupo Bradesco de Seguros e Previdência.

Acompanhando a tendência geral do mercado de ações, Bradesco ON apresentou variação de 3,77% e Bradesco PN, de 9,04%, figurando a PN entre os papéis de mais expressiva negociação na BM&FBOVESPA sendo, por isso, incluída na composição do Ibovespa. O valor de mercado do Bradesco situou-se em R\$ 109,759 bilhões em dezembro, apresentando variação de 6,36% sobre o exercício de 2009, equivalente a 2,29 vezes o valor patrimonial contábil de dezembro/2010.

As iniciativas da Organização no campo socioambiental orientam-se para a formação de uma cultura de sustentabilidade em todos os relacionamentos internos e externos. Destaque para a Fundação Bradesco, um dos maiores programas educacionais privados do Brasil e do mundo, que busca proporcionar igualdade

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de oportunidades por meio da educação, com 40 Escolas próprias instaladas, prioritariamente, em regiões de acentuadas carências socioeconômicas, marcando presença em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal. Em 54 anos de atividades, a Fundação atendeu gratuitamente a mais de 2 milhões de alunos, que somados a participantes de outras modalidades de cursos, superou 4 milhões de atendimentos.

Ao longo dos anos, não nos tem faltado o apoio decisivo de milhares de colaboradores unidos por ideais e conduzidos pela liderança dinâmica e dedicada de nossa Diretoria. Registra-se, também, a confiança com que nossos acionistas e clientes nos têm distinguido. A todos, nossos melhores agradecimentos.

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2011

Lázaro de Mello Brandão
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, do Banco Bradesco S.A., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O ano 2010 ficará marcado pelo forte crescimento do PIB, ainda que o desempenho da economia tenha sido distinto ao longo dos trimestres. A expansão do período como um todo foi a maior desde 1985 e também uma das cinco maiores entre as nações mais relevantes mundialmente.

O cenário global ainda gera algumas preocupações relacionadas ao ritmo da recuperação das regiões desenvolvidas. O mercado de trabalho e a situação financeira das famílias e dos governos requerem cuidados e impõem restrições para uma retomada mais sustentável. Por outro lado, os países emergentes continuam crescendo a taxas elevadas e ganhando espaço nos fóruns mundiais.

Apesar da inegável vocação exportadora do País, o principal motor do crescimento econômico tem sido e deverá continuar sendo a demanda doméstica. A retomada dos investimentos, depois da forte contração registrada em 2009, se deu em bases sólidas, respaldada na melhora da confiança empresarial e na ampliação das opções de financiamento em 2010. O ciclo de investimentos deve seguir em curso nos próximos anos, favorecido pelas oportunidades geradas pelos eventos esportivos de 2014 e 2016 e pela exploração do pré-sal. O consumo das famílias, por sua vez, permanece crescendo em ritmo robusto, impulsionado pela geração de emprego, principalmente o formal, por ganhos de renda e pela expansão forte, porém sustentável do crédito, com destaque para o imobiliário.

No âmbito político, as eleições presidenciais transcorreram dentro da normalidade institucional. Com isso, a democracia brasileira fortaleceu-se ainda mais, reforçando a percepção de que, independentemente dos ciclos de governo, as conquistas alcançadas na esfera econômica serão preservadas.

O Bradesco reitera sua visão positiva em relação ao Brasil, apostando na inclusão bancária e na mobilidade social e em avanços cumulativos que resultem em maior patamar de crescimento econômico sustentável.

Na Organização Bradesco, entre os acontecimentos relevantes que marcaram o período, destacam-se:

- **em 11 de fevereiro, o Bradesco, o Banco do Brasil e o Banco Santander (Brasil) celebraram Memorando de Entendimentos, com a finalidade de viabilizar a consolidação das operações de suas respectivas Redes de Terminais de Autoatendimento Externos**, como aqueles instalados em aeroportos, postos de combustíveis, supermercados, shopping centers, farmácias e rodoviárias. A operação, que teve seu primeiro piloto com sucesso em 25.11.2010, proporcionará significativo aumento da disponibilidade e capilaridade da Rede, com ganho de eficiência em relação à atual forma de utilização individualizada;
- **em 23 de abril, o Bradesco apresentou ao Grupo Santander Espanha proposta para aquisição de parte das ações de sua titularidade de emissão da Cielo S.A.**, correspondente a 2,09% do capital social, pelo valor de R\$ 431,7 milhões, **e da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS**, correspondente a 10,67% do capital social, pelo valor de R\$141,4 milhões, cuja operação, concluída em 13.7.2010, foi aprovada pelas autoridades competentes. **E em 24.1.2011, adquiriu da Visa International Service Association ações de sua titularidade de emissão da CBSS**, correspondente a 5,01% do capital social, pelo valor de R\$ 85,8 milhões, estando pendente de aprovação pelas autoridades competentes. Com as aquisições, a participação do Bradesco na Cielo passou para 28,65% e na CBSS para 50,01%, ampliando sua participação no mercado de cartões;
- **em 27 de abril, assinatura de Memorando de Entendimentos, entre o Bradesco e o Banco do Brasil, visando a constituir sociedade para administrar uma bandeira brasileira de cartões de crédito, débito e pré-pagos a correntistas e não correntistas, denominada Elo**, que terá também, dentre outras atividades, a formatação de novos negócios para cartões *private label*. **E, em 9 de agosto, Memorando de Entendimentos, com a Caixa Econômica Federal admitindo-a na sociedade;**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- em 2 de junho, concluída a aquisição da totalidade do capital social do Ibi Services S. de R.L. México (Ibi México) e da RFS Human Management S. de R.L., empresa controlada pelo Ibi México, pelo valor aproximado de R\$ 297,6 milhões. O negócio contempla o estabelecimento de parceria com a C&A México S. de R.L. (C&A México) pelo prazo de vinte anos para, em conjunto, comercializar, com exclusividade, produtos e serviços financeiros por meio da Rede de lojas C&A México;
- em 19 de agosto, a Bradesco Seguros, juntamente com a ZNT Empreendimentos e OdontoPrev, firmou com o BB Seguros Memorando de Entendimentos, com o objetivo de formar aliança estratégica para o desenvolvimento e a comercialização de produtos do ramo odontológico; e
- em 2 de setembro, o Bradesco, juntamente com sua controlada CPM Braxis S.A. e demais acionistas desta, celebrou acordo com a Capgemini S.A., pelo qual a Capgemini adquiriu 55% das ações de emissão da CPM Braxis, passando a ser sua controladora.

1. Resultado no Exercício

Os resultados alcançados e a remuneração aos acionistas confirmam o bom desempenho do Bradesco no exercício. Detalhada análise desses números, quanto à origem e evolução, está disponibilizada no site www.bradesco.com.br/ri, no Relatório de Análise Econômica e Financeira.

R\$ 10,022 bilhões foi o Lucro Líquido no exercício, correspondente a R\$ 2,66 por ação e rentabilidade anualizada de 22,69% sobre o Patrimônio Líquido médio^(*). O retorno anualizado sobre os Ativos Totais médios foi de 1,76%, comparado a 1,66% do ano anterior.

R\$ 3,369 bilhões foram destinados aos acionistas, a título de Dividendos mensais e Juros sobre o Capital Próprio, intermediários e complementares, computados no cálculo dos dividendos obrigatórios. Assim, foram atribuídos R\$ 0,962870 (R\$ 0,857603 líquido de IR Fonte), que incluem o adicional de 10% para cada ação preferencial e R\$ 0,875336 (R\$ 0,779639 líquido de IR Fonte) para cada ação ordinária. Os juros e dividendos distribuídos representam 35,39% (líquido de IR Fonte 31,50%) do lucro líquido ajustado do exercício.

Impostos e Contribuições

A Organização Bradesco destinou expressiva parcela de seus resultados aos cofres públicos, em proporção direta ao volume de atividades que desenvolve.

R\$ 8,989 bilhões totalizaram os impostos e contribuições próprios, inclusive previdenciárias, pagos ou provisionados, no exercício.

Os tributos retidos e recolhidos, equivalentes à intermediação financeira somaram R\$ 6,793 bilhões.

2. Estratégia Empresarial

Em 2010, não obstante a economia global ter passado por momentos de percalços que ainda geram algumas preocupações, o Brasil manteve-se à margem dessas indefinições externas, vivenciando um sentimento de confiança bem fundamentado em resultados constituídos no contexto de uma economia mais sólida e promissora.

O País tem uma agenda a cumprir. A mobilidade social intensa, a exploração do pré-sal, a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e o novo padrão de consumo da sociedade brasileira representam possibilidades concretas de trabalho, com plena capacidade de alavancar o desenvolvimento, em busca de um Brasil cada vez mais forte, pautado pela melhora dos indicadores sociais.

O Bradesco tem buscado constantemente se posicionar de maneira adequada para fazer frente aos novos desafios e oportunidades no competitivo mercado bancário. Ao recriar as Diretorias Regionais, em dezembro de 2009, e ampliar sua Diretoria Executiva em 2010, fortaleceu seu modelo de gestão, com maior integração interna e efetividade de sua presença, facilitando a comunicação e o desempenho em todos os níveis, o que reduz o tempo de resposta e aumenta a proximidade com os clientes e a expansão dos negócios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Presente em 100% dos municípios brasileiros, o Bradesco seguirá aprofundando a capilaridade de sua Rede para estar lado a lado com os seus clientes. Essa ampliação que vem alcançando resultados positivos ao longo dos anos é, aliás, uma estratégia bem-sucedida que lhe permite base forte para continuar crescendo organicamente. O Banco encerrou o ano com 44.306 pontos de atendimento no País e 12 no Exterior, com crescimento de 18,40% em relação ao ano anterior.

As Agências, Postos Bancários, Banco Postal, Bradesco Expresso, além de 32.015 máquinas de Autoatendimento do Bradesco Dia & Noite e 11.057 da Rede Compartilhada - do Banco24Horas e compartilhamento entre Bradesco, Banco do Brasil e Banco Santander -, e dos Canais de Conveniências *Internet Banking* e Fone Fácil, aliados à confiança da Marca Bradesco, potencializam a capacidade de distribuição de serviços, produtos e soluções, combinando eficiência e excelência no atendimento.

Ampliar a capacidade de atuação é também reafirmar o seu papel de Banco viabilizador do crédito, para financiar a modernização da infraestrutura, do parque industrial brasileiro e das fronteiras do comércio. Isso é essencial para a economia girar, permitindo acesso ao capital para a abertura de novos negócios, bem como possibilitando campo mais favorável aos investimentos externos. Assim, o Bradesco manterá os critérios que asseguram equilíbrio saudável entre a ampliação do crédito e a pré-qualificação segura para reduzir a inadimplência – fundamental em um cenário de grande consumo – pautado em uma gestão rigorosa e diária de cobrança e recuperação de valores vencidos, por meio do Programa de Recuperação de Crédito – PRC, imprescindível para preservação de resultados.

Também será mantido foco nos segmentos em que atua, como o de banco de investimento, mercado de capitais, *Private Banking* e gestão de recursos de terceiros com o Bradesco BBI; investimento de alta renda no mercado de cartões, com o Amex; e seguros, previdência complementar aberta e capitalização, com o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência.

O Banco continuará, igualmente, a expandir as áreas comerciais essenciais, atuando com base no modelo Banco-Seguros, a fim de manter rentabilidade e gerar valor para os acionistas, bem como consolidar a liderança no setor de seguros, buscando sempre aumentar as receitas de atividades bancárias, mantendo o compromisso com níveis de riscos aceitáveis em suas operações, além de celebrar alianças estratégicas e avaliar oportunidades de aquisições, fortalecendo a sua posição no mercado de capitais.

No Exterior, o Bradesco fortaleceu sua posição em várias praças estratégicas. A subsidiária Banco Bradesco Europa ganhou musculatura institucional, passando a atender todos os países da Comunidade Europeia com serviços de administração de recursos, *Private Banking* e financiamento ao comércio. A Bradesco *Securities* de Londres e de Nova York também foram reforçadas, pois são fundamentais para captar e distribuir títulos nesses importantes centros financeiros.

Ressalte-se, também, a assinatura de memorando de entendimentos entre o Bradesco, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal visando a constituir sociedade para administrar uma bandeira brasileira de cartões de crédito, débito e pré-pagos a correntistas e não correntistas, denominada Elo, fortalecendo a presença nesse importante nicho de mercado.

O crescimento que o Banco busca incessantemente implica investimentos substanciais em dois pilares fundamentais para a atividade bancária, a Infraestrutura e Tecnologia da Informação e os seus Recursos Humanos. Foram aplicados R\$ 3,920 bilhões para inovar, atualizar e manter seu ambiente de TI, com as melhores práticas e tecnologias existentes, propiciando às Áreas de Negócio ofertarem produtos e serviços com qualidade aos nossos clientes. Investimentos consideráveis também foram realizados em programas de treinamento do seu quadro de colaboradores de maneira a garantir motivação, inovação e foco no cliente.

Respeito ao consumidor, responsabilidade social e ambiental, confiabilidade, segurança e credibilidade estão inseridos na cultura empresarial do Bradesco, que manterá em seu planejamento estratégico três diretrizes de maior amplitude:

- a) crescer organicamente, mantendo-se atento às possibilidades de aquisições, associações e parcerias, sempre comprometido com a qualidade do atendimento e a segurança dos produtos, soluções e serviços, buscando melhoria dos seus índices e indicadores operacionais;
- b) identificar e avaliar riscos intrínsecos às atividades, aplicando controles adequados e níveis aceitáveis em cada operação; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- c) parceria com o mercado de capitais, conduzindo os negócios com total transparência, ética e remuneração adequada aos investidores.

3. Sistema de Gestão Integrada

A solução de Gestão Integrada adotada pela Organização, denominada *SAP Business Suite*, integra diversos processos administrativos, facilitando o relacionamento entre as áreas, permitindo melhor qualidade, rapidez e segurança para o adequado manuseio das informações.

A capacitação contínua dos usuários para o uso da ferramenta é orientada por meio de treinamentos presenciais e *e-learning*, que envolvem processos de Recursos Humanos, Treinamento, Contas a Pagar, Ativo Imobilizado, Compras de Materiais e Serviços, Contabilidade, Gestão de Obras, Manutenção e Auditoria.

4. Capital e Reservas

R\$ 28,500 bilhões era o Capital Social subscrito e integralizado do Banco no encerramento do exercício.

R\$ 19,543 bilhões totalizaram as Reservas Patrimoniais.

R\$ 48,043 bilhões foi o Patrimônio Líquido, com crescimento de 15,06% no ano. Representa 7,56% dos Ativos, num total de R\$ 635,081 bilhões. Em relação ao Ativo Consolidado, que soma R\$ 637,485 bilhões, o Patrimônio Líquido Administrado equivale a 7,61%. O Valor Patrimonial situou-se a R\$ 12,77 por ação.

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de junho, deliberou-se aumentar o Capital Social do Banco de R\$ 26,500 bilhões para R\$ 28,500 bilhões, mediante a utilização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias", atribuindo, gratuitamente, aos acionistas, a título de bonificação, 1 (uma) ação nova para cada 10 (dez) da mesma espécie, com a consequente emissão de 342.040.948 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 171.020.483 ordinárias e 171.020.465 preferenciais. A operação foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 25.6.2010. Assim, o Capital Social do Banco passou a 3.762.450.441 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 1.881.225.318 ações ordinárias e 1.881.225.123 ações preferenciais.

Em 17 de dezembro, em Assembleia Geral Extraordinária, deliberou-se aumentar novamente o Capital Social do Banco em R\$ 1,500 bilhão, elevando-o de R\$ 28,500 bilhões para R\$ 30 bilhões, mediante a emissão de 62.344.140 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 31.172.072 ordinárias e 31.172.068 preferenciais, ao preço de R\$ 24,06 por ação, para subscrição particular pelos acionistas no período de 29.12.2010 a 31.1.2011, na proporção de 1,657008936% sobre a posição acionária que cada um possuía na data da Assembleia (17.12.2010), com integralização à vista, em 18.2.2011, de 100% do valor das ações subscritas. O aumento de Capital Social será submetido à homologação do Banco Central e ficará assim distribuído, 3.824.794.581 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 1.912.397.390 ações ordinárias e 1.912.397.191 ações preferenciais.

O índice de solvabilidade, no consolidado financeiro, foi de 15,06%, e, no consolidado econômico-financeiro, de 14,74%, superiores, portanto, ao mínimo de 11% regulamentado pela Resolução nº 2.099, de 17.8.1994, do Conselho Monetário Nacional, de acordo com o Comitê de Basileia. Em relação ao Patrimônio de Referência Consolidado, o índice de imobilização (máximo de 50%, de acordo com o Banco Central do Brasil) atingiu 18,14% no consolidado econômico-financeiro e 49,71% no consolidado financeiro.

No final do exercício, a Dívida Subordinada do Bradesco totalizava R\$ 26,315 bilhões (no Exterior, R\$ 5,079 bilhões e no Brasil, R\$ 21,236 bilhões), dos quais R\$ 8,051 bilhões foram considerados elegíveis a capital e integraram o nível II do Patrimônio de Referência, contemplados na apuração dos índices registrados no parágrafo anterior.

Em conformidade com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068, de 8.11.2001, do Banco Central do Brasil, o Bradesco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**5. Desempenho Operacional****5.1. Captação e Administração de Recursos**

O total de recursos captados e administrados, no exercício, atingiu R\$ 872,514 bilhões, 24,28% superior em relação ao ano anterior. O Banco gerencia, no conjunto, 23,128 milhões de clientes correntistas, 41,101 milhões de contas de poupança com saldo de R\$ 53,436 bilhões, representando 17,97% do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

R\$ 364,698 bilhões em Depósitos à Vista, a Prazo, Interfinanceiros, Outros Depósitos, Mercado Aberto e Cadernetas de Poupança.

R\$ 295,708 bilhões em recursos administrados, compreendendo Fundos de Investimento, Carteiras Administradas e Cotas de Fundos de Terceiros, evolução de 19,38% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

R\$ 114,495 bilhões registrados na Carteira de Câmbio, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Capital de Giro Próprio, Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados, Recursos de Emissão de Títulos e Dívida Subordinada no País e Demais Captações.

R\$ 87,177 bilhões em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, com crescimento de 15,36% em relação ao ano anterior.

R\$ 10,436 bilhões em Recursos Externos, por meio de emissões públicas e privadas, Dívida Subordinada e Securitização de Fluxos Financeiros Futuros, representando US\$ 6,263 bilhões.

5.2. Operações de Crédito

O Bradesco atua na democratização do crédito, em contínua expansão e diversificação da oferta de financiamento, elevando, assim, o volume de suas operações nos financiamentos realizados diretamente ou em parcerias com agentes do mercado e em outras linhas destinadas às Pessoas Físicas, como o Crédito Consignado em Folha de Pagamento, por meio de sua extensa Rede de Agências, Postos e Banco Postal, além da Central de Atendimento 0800 Crédito.

R\$ 274,227 bilhões foi o saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Avais e Fianças, Créditos a Receber de Cartões de Crédito e Arrendamento Mercantil, com evolução de 20,23% no período.

R\$ 16,290 bilhões foi o saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Crédito Imobiliário

Em 2010, o Bradesco intensificou os investimentos para a Carteira de Crédito Imobiliário, aproveitando as perspectivas positivas do setor, com forte procura pela modalidade, o que aumentou o volume de operações realizadas. Esse é um compromisso prioritário do Bradesco com o atendimento às demandas dos mutuários finais e com o incremento das atividades da indústria da construção civil, geradora de postos de trabalho e desenvolvimento socioeconômico.

O site www.bradescويمoveis.com.br possibilita consulta dos empreendimentos à venda pelas incorporadoras e imobiliárias parceiras, constituindo-se em importante ferramenta no processo de crescimento da carteira.

R\$ 9,128 bilhões totalizaram os recursos direcionados à área, possibilitando a construção e compra de 64.449 imóveis, 93,92% superior ao volume alcançado no ano anterior.

Operações de Repasse

O Bradesco destacou-se como um dos maiores repassadores de recursos do BNDES, com 18,61% de participação nas operações da espécie, totalizando R\$ 17,445 bilhões, com evolução de 96,46% em comparação a igual período do ano anterior. Permaneceu, pelo oitavo ano consecutivo, com o volume de R\$ 10,018 bilhões e 22,24% de todo o sistema, como o Banco com maior liberação de repasses para micro, pequenas e médias empresas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ 26,382 bilhões somou o saldo das carteiras de repasse com recursos internos e externos destinados prioritariamente a micro, pequenas e médias empresas, com 212.101 contratos registrados.

R\$ 5,041 bilhões foi o total de Fianças prestadas para o BNDES, com R\$ 2,184 bilhões de contratados no ano.

Crédito Rural

O ritmo das iniciativas de financiamento dos meios de produção, beneficiamento e comercialização de safras ratificam o Bradesco como parceiro tradicional do setor agropecuário, contribuindo para a abertura de novas frentes de negócios e o crescimento da produtividade e da qualidade dos produtos nacionais. O Banco também busca oferecer suporte ao abastecimento do mercado interno e aumento das exportações. O site www.bradescorural.com.br subsidia o setor com informações relativas ao agronegócio, produtos e serviços de crédito.

R\$ 13,804 bilhões foi o saldo das aplicações no final do exercício, representado por 132.439 operações.

Financiamento ao Consumo

Com expressiva participação nas operações voltadas à aquisição de veículos novos e usados, diretamente ou por meio de parcerias, o Banco atua no financiamento ao consumo constituindo-se em influência positiva no aumento do nível de emprego, criação de renda, geração e circulação de riquezas.

A parceria com o Programa Floresta do Futuro da Fundação SOS Mata Atlântica, o Ecofinanciamento, está em linha com a responsabilidade socioambiental, visando ao plantio de mudas de árvores nativas para cada veículo financiado, com o objetivo de reduzir os efeitos da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera.

R\$ 77,598 bilhões foi o saldo das operações destinadas ao financiamento do consumo.

Política de Crédito

O Bradesco adota Política de Crédito com base em negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados a pessoas e empresas idôneas, que demonstrem capacidade de pagamento. As operações são realizadas com rapidez, segurança e rentabilidade, configurando qualidade e liquidez na aplicação dos ativos.

São atribuídas alçadas variáveis às Agências, em conformidade com o seu porte e modalidade de garantia, com limites operacionais para a concessão de crédito fixados de forma a minimizar os riscos. Os sistemas especialistas de *Credit Scoring* possibilitam agilizar e amparar o processo decisório com padrões específicos de segurança. Os créditos que transcendem as alçadas das Agências são centralizados, analisados e deliberados no Departamento de Crédito e Comitê Executivo de Crédito, instalados na Matriz.

Qualidade da Carteira de Crédito

A qualidade da carteira de crédito apresentou melhora significativa em 2010, comparativamente a 2009, principalmente em decorrência da redução da inadimplência, bem como do expressivo crescimento da carteira de crédito dos novos tomadores. Isto se deve ao aperfeiçoamento constante dos modelos de concessão e acompanhamento de crédito, além da melhora do ambiente econômico.

5.3. Cobrança e Recuperação de Créditos

O Bradesco realiza ações para recuperação de créditos vencidos, com políticas de negociação e prazos diferenciados utilizando canais de cobrança como: *Call Center*, Boleto de Cobrança, *Internet*, Empresas de Cobrança Amigável e Escritórios de Cobrança Judicial. No exercício, lançou o Programa de Recuperação de Créditos – PRC, que contemplou diversas iniciativas para alavancar os resultados, com destaque para a realização de 1.012 Salas de Negócios e 3.959 audiências de conciliação judicial, interagindo com os Tribunais de Justiça de todo o País, intensificando o processo de renegociação de dívidas vencidas entre os clientes e o Banco.

R\$ 2,677 bilhões foram recuperados de prejuízo no exercício de 2010, representando crescimento de 57,94% sobre o ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Área Internacional

A Organização Bradesco atua em múltiplos mercados no Exterior, com ampla linha de produtos e serviços disponibilizados, por meio de unidades próprias, em Nova York, Londres, Grand Cayman, Buenos Aires, Tóquio, Hong Kong, Luxemburgo e México, além de extensa Rede de Correspondentes Internacionais. Em 2010, reestruturou suas unidades do Bradesco *Securities*, em Nova York e em Londres. O Banco Bradesco Europa, atual denominação do Banco Bradesco Luxembourg S.A, em Luxemburgo, também ganhou musculatura institucional. E com as novas instalações, responde adequadamente às demandas desses mercados estratégicos. No Brasil, o Bradesco mantém estrutura com 12 unidades especializadas e mais 14 plataformas de câmbio.

R\$ 4,189 bilhões foi o saldo ao final do ano em Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, para uma Carteira de US\$ 13,250 bilhões de Financiamento à Exportação.

US\$ 3,203 bilhões em Financiamento de Importação em Moeda Estrangeira.

US\$ 45,560 bilhões negociados em Compras de Exportação, performance 20,28% superior a 2009 e *market share* de 24,70%.

US\$ 34,717 bilhões de Importação contratados, evolução de 40,57% comparado ao ano anterior, com *market share* de 19,52%.

US\$ 3,435 bilhões em colocações públicas e privadas de médio e longo prazos no mercado internacional.

7. Ações Bradesco

Com elevado nível de liquidez, as Ações Bradesco estiveram presentes em todos os pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com destaque para as preferenciais que, listadas entre as de maior peso no Índice Ibovespa, participavam, no final do exercício, com 2,93%. Em 2010, a valorização das ordinárias foi de 7,10% e das preferenciais de 12,10%, considerando-se o reinvestimento dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. No Exterior, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR-*American Depositary Receipt* - Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madri, Espanha, integrando o Índice Latibex.

As ações Bradesco têm presença no Ibovespa, da BM&FBOVESPA, e em todos os índices da Bolsa de Valores, em que podem ser listadas ações do setor financeiro, como o ICO2 – de Carbono Eficiente, Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC, nos Índices Brasil – IBrX e IBrX50 (ações mais negociadas), Índice Mid – Large Cap – MLCX e Índice Financeiro – IFNC. Além dessas referências na Bolsa Brasileira, no Exterior, o Bradesco está presente no *Dow Jones Sustainability World Index* da Bolsa de Nova York e no FTSE Latibex Brasil da Bolsa de Madri.

R\$ 38,285 bilhões foi o montante negociado em Ações Bradesco durante o ano, na Bolsa de Valores, representado por 158,326 milhões de ações ordinárias e 1,119 bilhão de preferenciais.

US\$ 45,069 bilhões foram negociados como ADRs, no mercado norte-americano (New York Stock Exchange – NYSE), equivalentes a 2,564 bilhões de ações preferenciais do Banco.

8. Segmentação de Mercado

O processo de segmentação de mercado do Bradesco está focado na qualidade do relacionamento, possibilitando atendimento diferenciado e ganhos crescentes de produtividade e rapidez. Além de proporcionar maior flexibilidade e competitividade na execução da estratégia de negócios, dimensiona as operações, para pessoas físicas ou jurídicas, em termos de qualidade e especialização.

8.1. Bradesco Corporate

O princípio de relacionamento de longo prazo do Bradesco *Corporate* consiste em importante diferencial, gerando as melhores soluções para os clientes e resultados para a Organização, por meio de unidades de Negócios nas principais cidades brasileiras, com atendimento especializado a grandes grupos econômicos, cujo faturamento anual é superior a R\$ 250 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ 234,891 bilhões foi o total de recursos administrados pela área, compreendendo 1.257 grupos econômicos.

8.2. Bradesco Empresas

Gerencia, com alto grau de especialização, o relacionamento de grupos econômicos com faturamento anual entre R\$ 30 milhões e R\$ 250 milhões, oferecendo amplo portfólio de produtos e serviços, além de operações estruturadas.

R\$ 75,280 bilhões foi o total de recursos administrados pela área, de 30.627 empresas em todos os setores da economia.

8.3. Bradesco *Private Banking*

O Bradesco *Private Banking*, estruturado para atender pessoas físicas de elevado patrimônio, *holdings* familiares e empresas de participações, com disponibilidade líquida para investimentos a partir de R\$ 2 milhões, oferece aos seus clientes exclusiva linha de produtos e serviços, dentro do conceito "*Tailor Made*" e arquitetura aberta, abrangendo assessoria na alocação de ativos financeiros no Brasil e no Exterior, bem como assessoria em assuntos tributários, sucessórios, cambiais, operações estruturadas e ativos não financeiros.

8.4. Bradesco *Prime*

Conceito inovador de relacionamento entre Banco e cliente, o Bradesco *Prime* oferece atendimento personalizado às pessoas físicas, com renda mensal a partir de R\$ 6 mil ou disponibilidade de investimento igual ou superior a R\$ 70 mil. O Segmento também oferece Produtos e Serviços diferenciados e assessoria financeira completa, com uma Rede de Atendimento exclusiva para os Clientes *Prime*. Ao final de 2010, o Segmento contava com 283 Agências *Prime* em todo o País e 20 Espaços Bradesco *Prime* em Agências do Varejo, especialmente projetados para proporcionar privacidade e conforto aos 467.546 clientes.

8.5. Bradesco Varejo

Estratégico para o Bradesco, o Segmento Varejo atende com qualidade e dedicação a todas as faixas da população, buscando diariamente a inserção de pessoas não bancarizadas e contribuindo no processo de mobilidade social. Assim, o Bradesco mantém sua vocação de Banco de portas abertas, que não mede esforços para a democratização dos produtos e serviços bancários, com o objetivo de alcançar o maior número possível de pessoas em todas as regiões do País, inclusive aquelas de menor nível de desenvolvimento. O relacionamento voltado às empresas com faturamento anual até R\$ 30 milhões, com foco nas micros, pequenas e médias empresas, consolida sua atuação. Em dezembro de 2010, o segmento atendia a mais de 22 milhões de clientes correntistas.

8.6. Banco Postal

Cada vez mais presente na vida do brasileiro, onde quer que ele esteja, nos grandes centros urbanos ou em cidades longínquas, o Bradesco leva progresso às comunidades locais, especialmente às praças desassistidas pela Rede Bancária, por meio do Banco Postal, uma bem-sucedida parceria com os Correios, que além de importante ponto de apoio aos Clientes Bradesco que transacionam em todo o Brasil é também valioso e dinâmico indutor da expansão de mercado, pela capacidade de oferta de produtos e serviços financeiros. Desde 2002, quando foi criado, ganharam acesso a esses serviços 5.271 municípios de todas as regiões do País.

8.7. Bradesco Expresso

O Bradesco Expresso possibilita ao Banco ampliar sua participação no segmento de correspondentes, por meio de parceria com diversos estabelecimentos comerciais, como Supermercados, Farmácias, Lojas de Departamentos, Panificadoras e outras redes varejistas, oferecendo aos clientes e comunidade em geral a comodidade do atendimento mais próximo da residência ou local de trabalho, em horário estendido, inclusive aos finais de semana. Em 31 de dezembro, eram 26.104 estabelecimentos credenciados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9. Produtos e Serviços

9.1 Cartões Bradesco

O Bradesco disponibiliza para seus clientes a mais completa linha de Cartões de Crédito do País, como o Visa, American Express, MasterCard e *Private Label*, este último para uso exclusivo nas redes associadas.

Em 2010, devido ao crescimento e ao potencial apresentado por esse produto, o Bradesco assinou memorando de entendimentos com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, visando a constituir sociedade para administrar uma bandeira brasileira de cartões de crédito, débito e pré-pagos a correntistas e não correntistas, denominada Elo.

No segmento *Private Label*, o Bradesco atua na emissão de cartões por meio de acordos operacionais e *joint ventures* com rede de lojas varejistas, que atuam nos segmentos de eletrodomésticos, supermercados, lojas de departamento, vestuário, farmácia e cosméticos.

Destacam-se os acordos com a Casas Bahia, Comper, Carone, Dois Irmãos, G. Barbosa, Coop, LeaderCard, Esplanada (Grupo Deib Otoch), Luigi Bertolli, Panvel, Drogasil, O Boticário e Colombo. Com o Ibi, importante emissor de cartões de crédito com destacada posição no segmento *Private Label*, com 793 Correspondentes, estabeleceram-se parcerias com a C&A, Makro, Modelo, Arco-Iris, Cattán, Clube Angeloni, Camisaria Colombo, entre outras. As parcerias são importante meio para captação e ampliação da base de clientes e viabilizam o acesso a produtos e serviços bancários, sendo, também, uma forma de valorizar e fidelizar clientes.

Destaquem-se, ainda, as parcerias que o Bradesco Cartões realiza, desde 1993, com a emissão dos Cartões SOS Mata Atlântica, AACD, APAE, Casas André Luiz e Cartão Amazonas Sustentável, com o intuito de fomentar ações socioambientais, repassando para as entidades filantrópicas parte das anuidades dos cartões.

A operação de compra do Ibi México e da RFS Human Management, foi concluída em 2010. O negócio incluiu a parceria de 20 anos com a C&A mexicana para a venda de produtos e serviços financeiros com exclusividade nas lojas da rede.

A partir de outubro de 2010, o processamento dos Cartões de Crédito Bradesco, nas Bandeiras Visa e Mastercard, passou a ser efetuado na Empresa Fidelity Processadora e Serviços S.A. Foi a maior migração na modalidade na América Latina, realizada com grande êxito.

R\$ 75,561 bilhões foi o faturamento dos Cartões de Crédito, com crescimento de 36,63% sobre o ano anterior.

145,215 milhões a quantidade de Cartões de Crédito e Débito em circulação, com evolução de 9,30% em relação a 2009, sendo 86,475 milhões de Crédito e 58,740 milhões de Débito.

R\$ 28,250 bilhões somaram os Ativos gerados no negócio de Cartões, abrangendo os financiamentos ao portador, antecipações a estabelecimentos e créditos de compras à vista ou parceladas, superando o saldo de dezembro/2009 em 29,13%.

R\$ 4,202 bilhões de Receitas de Prestação de Serviços, principalmente em receitas de comissões sobre compras realizadas com Cartões de Crédito e Débito e tarifas diversas.

9.2 Soluções de Cash Management

Avançada tecnologia e processos inovadores permitem ao Bradesco oferecer soluções customizadas em todos os segmentos de Empresas e, também, aos Órgãos do Governo e Concessionárias de Serviços, na administração do Contas a Receber e a Pagar, bem como na arrecadação de taxas e tributos, com equipe especializada proporcionando excelência no atendimento.

Ainda no contexto da prestação de serviços, destaca-se a liderança da Cobrança registrada Bradesco, com participação de 28,20% no mercado, além dos processos de estruturação das Cadeias Produtivas envolvendo empresas, seus clientes, fornecedores, distribuidores e funcionários. Oferece também o programa Bradesco Franquias & Negócios, cujo objetivo é criar uma posição competitiva e sustentável ao setor de franquias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No âmbito internacional, as empresas podem contar com o *Global Cash Management*, que, a partir de soluções customizadas e parceria com 22 bancos no Exterior, oferece produtos e serviços para o gerenciamento de caixa.

No exercício, o Bradesco foi líder de mercado na quantidade de clientes que aderiram ao DDA – Débito Direto Autorizado (2,254 milhões de cadastros) e, em continuidade ao processo de inovação desse sistema, disponibilizou aos clientes, de modo pioneiro, a possibilidade de agendarem ou pagarem boletos, por telefone celular, via SMS.

116,758	milhões de documentos arrecadados durante o ano em tributos federais, estaduais, municipais e demais contribuições.
271,814	milhões de documentos recebidos provenientes de contas de luz, água, gás e telefone, sendo 56,503 milhões deles quitados pelo Débito Automático em Conta-Corrente e Poupança, sistema que oferece ampla comodidade ao cliente.
709,834	milhões de recebimentos foram realizados por meio da Cobrança Bradesco, Custódia de Cheques, Depósito Identificado e OCT-Ordem de Crédito por Teleprocessamento.
337,792	milhões de operações de pagamentos foram realizadas, durante o ano, pelos sistemas Pag-For Bradesco - Pagamento Escritural a Fornecedores, Bradesco Net Empresa e Pagamento Eletrônico de Tributos, possibilitando o gerenciamento do Contas a Pagar das empresas.

9.3. Soluções de Produtos e Serviços para o Poder Público

O Bradesco oferece atendimento especializado a Entes e Órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, além das Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e de Economia Mista, Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e Forças Auxiliares (Polícias Federal, Militar e Civil), Notários e Registradores, por meio de Plataformas de Atendimento exclusivas, localizadas em todo o território nacional, disponibilizando produtos, serviços e soluções sob medida.

Em 2010, foram conduzidos negócios como: o Portal de Financiamento a cadeia de Fornecedores do Pré-Sal - Portal Progredir, em conjunto com a Petrobras; aquisição da folha de pagamento dos Servidores do Governo do Estado de Pernambuco, agregando aproximadamente 218 mil novos correntistas à base de clientes do Banco; disponibilização, de forma pioneira, da Biometria - Segurança na Palma da Mão, para identificação pessoal dos Beneficiários do INSS, o que facilita o cadastramento anual exigido pelo Órgão. O Bradesco é o maior pagador dentre os Bancos privados a Aposentados e Pensionistas do INSS. Mensalmente, 6,180 milhões de beneficiários recebem seus proventos por meio do Banco.

O site www.bradescopoderpublico.com.br apresenta Soluções Corporativas de Pagamentos, Recebimentos, RH e Tesouraria, com espaço exclusivo aos Servidores Públicos e Militares.

9.4 Serviços Qualificados para o Mercado de Capitais

Adequada infraestrutura e profissionais especializados possibilitam ao Bradesco oferecer um amplo leque de soluções e serviços para o mercado de capitais, tais como: Escrituração de Ativos (Ações, *BDRs* – *Brazilian Depositary Receipts*, Cotas de Fundos de Investimento, Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e Debêntures); Custódia Qualificada de Títulos e Valores Mobiliários; Custódia de Ações para Lastro de *DRs* - *Depositary Receipts*; Controladoria de Fundos de Investimento (Fundos “Instrução CVM 409” e Fundos Estruturados) e Carteiras Administradas; Administração Fiduciária para Fundos de Investimento; Fundos *Offshore*; Custódia e Representação para Investidores Estrangeiros; Banco Mandatário; Depositário (*Escrow Account* – *Trustee*) e Agente de Compensação. Segundo o *Ranking* ANBIMA de Custódia de Ativos, o Bradesco é líder no segmento nacional, desde abril de 2007.

Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento e Carteiras Administradas

R\$ 728,662 bilhões em ativos custodiados dos clientes que utilizam os Serviços de Custódia, de acordo com a metodologia adotada para o *ranking* ANBIMA.

R\$ 818,573 bilhões foi o total de Patrimônio dos Fundos de Investimento e Carteiras Administradas que utilizam os Serviços de Controladoria, de acordo com a metodologia adotada para o *ranking* ANBIMA.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

21 Programas de DRs registrados, com valor de mercado de R\$ 120,661 bilhões.

Escrituração de Ativos

233 empresas integram o Sistema Bradesco de Ações Escriturais, reunindo 8,500 milhões de acionistas.

150 empresas com 202 emissões integram o Sistema Bradesco de Debêntures Escriturais, com valor atualizado de R\$ 161,928 bilhões.

153 Fundos de Investimento integram o Sistema Bradesco de Quotas Escriturais, com valor atualizado de R\$ 20,687 bilhões.

3 Programas de BDRs registrados, com valor de mercado de R\$ 448,863 milhões.

Depositário (Escrow Account - trustee)

4,818 contratos, com volume financeiro de R\$ 7,714 bilhões.

10. Estrutura Organizacional - Rede de Atendimento Bradesco

Presente em 100% dos municípios brasileiros e em diversas localidades no Exterior, estruturada para oferecer produtos, serviços e soluções com elevados padrões de eficiência e qualidade, a Rede de Atendimento da Organização Bradesco está lado a lado com os seus clientes, inclusive nas regiões mais longínquas e carentes de bancarização, a bordo do Voyager III, barco que leva produtos e serviços financeiros aos moradores ribeirinhos do Amazonas. Para ampliar a presença e capilaridade, o Bradesco iniciou, com sucesso, projeto de compartilhamento dos terminais de Autoatendimento com o Banco do Brasil e Banco Santander. Assim, além da redução de custos e melhor eficácia, os clientes contarão com mais praticidade e conveniência para realizar suas transações.

Reafirmando seu compromisso com a inclusão bancária, o Bradesco, em janeiro de 2011, inaugurou, de maneira pioneira, a Agência Comunidade Cidade de Deus, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, com aproximadamente 120 mil habitantes e 400 empresas existentes na comunidade e em seu entorno. Em São Paulo, também está presente, desde 2009, com uma Agência na comunidade de Heliópolis, a maior do Estado, e em Paraisópolis, onde foram iniciadas atividades em 2010. O Bradesco busca incluir, cada vez mais, cidadãos no sistema bancário, abrindo-lhes a possibilidade de administrar seu orçamento com segurança e eficiência.

Em 31 de dezembro, contava com 44.318 pontos de atendimento, e estava distribuída da seguinte forma:

6.551 Agências, Postos de Atendimento Bancário – PABs e Postos Avançados de Atendimento - PAAs no País (Agências: 3.604 do Bradesco, 19 do Banco Bradesco Financiamentos, 2 do Banco Bankpar, 1 do Banco Bradesco BBI, 1 do Banco Bradesco Cartões e 1 do Banco Alvorada; PABs: 1.263; e PAAs:1.660);

4 Agências no Exterior, sendo 1 em Nova York, 2 em Grand Cayman e 1 em Nassau, nas Bahamas;

8 Subsidiárias no Exterior (Banco Bradesco Argentina S.A., em Buenos Aires, Banco Bradesco Europa S.A., em Luxemburgo, Bradesco Securities, Inc., em Nova York, Bradesco Securities UK Limited, em Londres, Bradesco Services Co., Ltd., em Tóquio, Cidade Capital Markets Ltd., em Grand Cayman; Bradesco Trade Services Limited, em Hong Kong; Ibi Services, Sociedad de Responsabilidad Limitada, no México);

6.203 Agências do Banco Postal;

26.104 Pontos Bradesco Expresso;

1.557 Postos de Atendimento Eletrônico - PAEs; e

3.891 Pontos Externos da Rede de Autoatendimento Bradesco Dia & Noite e mais 9.765 da Rede Compartilhada, Banco24Horas e compartilhamento entre Bradesco, Banco do Brasil e Banco Santander, sendo 1.999 pontos comuns entre as Redes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As Agências Bradesco destacam-se pela funcionalidade e conforto dos ambientes, com equipamentos diversificados, amplas e modernas Salas de Autoatendimento que operam em horário estendido, facilitando e agilizando as operações, além de economizar o tempo de correntistas e usuários, sem perder, em nenhum momento, o contato pessoal e o calor humano que caracterizam os relacionamentos e a presença do Bradesco, cultivados junto a cada cliente. As Agências Bradesco *Prime* oferecem aos clientes atendimento personalizado e completa assessoria financeira. No *middle market*, as Agências Bradesco Empresas atendem com o mesmo nível de qualidade e especialização.

A Rede de Autoatendimento Bradesco Dia & Noite, com 32.015 máquinas, 31.460 delas funcionando inclusive nos finais de semana e feriados, distribuídas em pontos estratégicos por todo o País, proporciona acesso rápido e prático ao diversificado leque de produtos e serviços. As 11.057 máquinas de uso compartilhado possibilitam aos Clientes Bradesco realizarem operações de saques, emissão de extratos, consulta de saldos, empréstimos, pagamentos e transferências entre contas.

O sistema de leitura biométrica "Segurança Bradesco na Palma da Mão", utilizado de modo pioneiro no Brasil pelo Bradesco, permite a identificação de clientes por meio da captura do padrão vascular da palma da mão e serve também como senha complementar aos usuários das máquinas de Autoatendimento. Ao final do exercício, essa tecnologia estava disponível em 18.176 máquinas, tendo registrado 105,892 milhões de utilizações.

Os equipamentos de Autoatendimento são adaptados para deficientes físicos e visuais. Além do *Internet Banking*, os extratos de conta-corrente em versão braile ou letras ampliadas são disponibilizados para deficientes visuais. No Fone Fácil, está disponível para deficientes auditivos atendimento personalizado com linguagem digital.

O Portal Bradesco possui um conjunto de *sites* transacionais e institucionais que permitem aos usuários acesso a diversas modalidades de operações, de forma rápida e segura com a utilização do Sistema de Chaves de Segurança Bradesco.

No *site* www.bradesco.com.br estão hospedados os produtos do Banco, e para os segmentos Bradesco *Prime*, *Private*, Empresas e *Corporate* estão disponíveis *sites* específicos. Aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, são disponibilizados produtos e serviços por meio do *site* Bradesco Poder Público, com soluções de pagamentos e recebimentos, além de possibilidade de acesso ao Bradesco Net Empresa, onde as Pessoas Jurídicas podem realizar transações bancárias com ampla segurança, mediante certificado digital e assinatura eletrônica.

O ShopCredit - *site* de Empréstimos e Financiamentos – permite aos clientes pessoas físicas e jurídicas acesso ao portfólio completo do Bradesco, com informações detalhadas sobre as linhas de crédito oferecidas, bem como simuladores de cálculos para as operações de Crédito Pessoal, Cheque Especial, CDC, *Leasing*, Crédito Imobiliário, Crédito Rural, Finame, Seguro Auto, dentre outras.

Acompanhamento do mercado financeiro, aplicações nas Bolsas de Valores, com cotações *on-line*, investimentos e resgates, simulações de cálculos, aquisição de planos de previdência complementar e títulos de capitalização, além de diversas outras, podem ser efetuados no *site* Bradesco ShopInvest.

O Fone Fácil Bradesco possibilita acesso telefônico dia e noite 7 dias por semana, por meio de atendimento eletrônico e personalizado, ampliando significativamente o leque de novas oportunidades de negócios, informações, produtos e serviços bancários, oferecidos com comodidade, rapidez e segurança.

Com o Bradesco Celular o cliente pode realizar diversos serviços financeiros, de onde estiver, com mobilidade e segurança. Estão disponíveis aos clientes vários serviços como: consulta de saldo, agendamento e pagamento de contas, transferências, empréstimos, recargas de celulares, entre outros, além de informações sobre produtos e serviços.

11. Empresas Bradesco

11.1 Seguros, Previdência e Capitalização

O Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, com trajetória associada à solidez financeira e inovação em diversos produtos nas Áreas de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, permanece em posição de liderança entre os conglomerados que atuam no setor na América Latina.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ 2,918 bilhões foi o Lucro Líquido do segmento Seguros, Previdência Complementar e Capitalização no ano, com rentabilidade de 26,15% sobre o Patrimônio Líquido médio.

R\$ 11,913 bilhões era o Patrimônio Líquido, crescimento de 7,06% no ano.

R\$ 105,009 bilhões somaram os Ativos Totais.

R\$ 96,548 bilhões totalizaram os investimentos livres e para cobertura das Provisões Técnicas.

R\$ 30,672 bilhões representaram a Receita de Prêmios de Seguros, Contribuição de Previdência e Receitas de Capitalização.

R\$ 20,682 bilhões totalizaram as indenizações, sorteios e resgates pagos pelo Grupo Bradesco de Seguros e Previdência no exercício.

11.2 BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional.

R\$ 87,102 bilhões, em 31 de dezembro, distribuídos em 586 Fundos de Investimento, totalizando 7.149 investidores.

11.3 Leasing Bradesco

Especializado em convênios operacionais com grandes fabricantes e revendedores, atua de forma plenamente integrada à Rede de Agências do Banco e dedicando-se especialmente aos negócios com veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos.

R\$ 16,366 bilhões era o saldo aplicado em 31.12.2010, com 56.717 operações contratadas no ano.

614.222 contratos de arrendamento em vigor ao final do exercício, caracterizando elevado nível de pulverização dos negócios.

11.4 Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Apoiada na força da Marca Bradesco e no suporte da Rede de Atendimento, que tem presença em todos os Municípios do Brasil, a Bradesco Consórcios conquistou a liderança dos segmentos de Imóveis, Automóveis e Caminhões/Tratores.

471.620 cotas ativas no fim do exercício, com 229.499 novas cotas comercializadas.

R\$ 22,329 bilhões de faturamento acumulado.

11.5 Banco Bradesco Financiamentos S.A

O Banco Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos, além de operações de *leasing*, por meio da Bradesco Financiamentos, e de empréstimos consignados, por intermédio da Bradesco Promotora.

A Bradesco Financiamentos atua por meio de sua extensa Rede conveniada de 24.195 parceiros em todo o País, composta por Revendas e Concessionárias de Veículos Leves, Pesados e Motos, especializada em Financiamento e Arrendamento de Veículos, com soluções de CDC e *Leasing*, com recursos próprios ou de Repasses, aos Clientes e não Clientes Bradesco. A Bradesco Promotora, por sua vez, está focada no Crédito Consignado aos Aposentados e Pensionistas do INSS, Servidores Públicos Federal, Estadual e Municipal, empregados de empresas privadas conveniadas, bem como na venda de produtos agregados (Seguros, Capitalização, Cartões, Consórcios e outros), aos Clientes e não Clientes Bradesco. Com 300 dos seus Correspondentes, a Bradesco Promotora já atua em parceria com 2.475 Agências Bradesco Varejo.

R\$ 1,208 bilhão foi o Lucro Líquido no ano.

R\$ 61,367 bilhões somaram os Ativos Consolidados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ 30,694 bilhões representaram o saldo das operações de crédito.

11.6 Banco Bradesco BBI S.A.

Como o Banco de Investimento da Organização, o Bradesco BBI realiza operações de renda variável, renda fixa, operações estruturadas, fusões e aquisições, financiamentos de projetos e *Private Equity*, por intermédio do *Investment Banking*. É também o controlador das operações da Bradesco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, BRAM - Bradesco Asset Management e Bradesco Securities Inc.

Em 2010, participou das principais operações do mercado destacando-se como coordenador Líder da Oferta Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais da Petrobras, no montante de R\$ 120 bilhões, a maior capitalização da história mundial, bem como coordenou a Oferta Pública de Debêntures Simples da BNDESPAR, de R\$ 2,025 bilhões. No mesmo período, coordenou operações equivalentes a 80,45% do volume de emissões registradas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários, atestando sua especialização em trabalhos que buscam as melhores alternativas para a capitalização das empresas e expansão dos seus negócios, complementadas por serviços de alto padrão oferecidos aos investidores.

R\$ 144,823 bilhões foi o total de recursos coordenados em 2010, em operações primárias e secundárias de ações, debêntures, notas promissórias, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs e Certificados de Recebíveis Imobiliários.

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM

A BRAM destaca-se no mercado de administração de recursos de terceiros, com toda a sua experiência e especialização no atendimento de variados segmentos, como o Bradesco *Prime*, Bradesco Empresas, *Corporate*, *Private*, Varejo e Investidores Institucionais.

R\$ 196,719 bilhões, em 31 de dezembro, distribuídos em 538 Fundos de Investimento e 219 Carteiras Administradas, atingindo 3.133.883 investidores.

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

A Bradesco Corretora destaca-se dentre as mais atuantes do mercado brasileiro, com significativa participação nos mercados de ações e futuros, prestando suporte aos clientes para a realização de operações por meio das suas 21 Salas de Ações, distribuídas em diversas cidades do País, Mesas de Operações e dos Sistemas Eletrônicos de Operações: *Home Broker* e *Bradesco Trading*.

O exclusivo Sistema Automático de Negociação de Ações – SANA possibilita maior participação do pequeno investidor no mercado acionário, facilitando a compra e venda de ações em Bolsa, em pequenos lotes, e a intermediação de ofertas públicas, pelos terminais de computador na Rede de Agências.

A Bradesco Corretora foi a primeira corretora a colocar à disposição de seus clientes o *DMA-Direct Market Access* (Acesso Direto ao Mercado), serviço pioneiro de roteamento de ordens pelo computador, que permite realizar operações de compra e venda de ativos diretamente nos mercados de derivativos da BM&FBOVESPA. Também oferece os serviços de análise de investimento e análise econômica, com ampla cobertura de empresas e setores, representando investidores não residentes no País em operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, na administração de clubes de investimento e na custódia para pessoas físicas e jurídicas não institucionais.

A Bradesco Corretora foi campeã pelo 3º ano consecutivo com a Carteira Valor, Prêmio concedido pelo jornal Valor Econômico, para a Carteira sugerida de maior rentabilidade no ano.

R\$ 87,184 bilhões o total negociado pela Corretora nos pregões dos mercados de renda variável da BM&FBOVESPA em 2010, correspondendo a 2.584.384 ordens de compra e venda de ações realizadas, atendendo no ano a 69.852 investidores.

9,862 milhões de contratos negociados nos mercados de derivativos da BM&FBOVESPA, representando um volume financeiro de R\$ 853,602 bilhões.

R\$ 17,944 bilhões o montante negociado no *home broker*, correspondendo a 1.688.615 ordens de compra e venda de ações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

78.007 clientes estavam cadastrados em 31.12.2010 na Carteira de Custódia Fungível.

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Estruturada para oferecer os melhores serviços aos seus clientes, a Ágora Corretora foi uma das pioneiras no sistema de negociação *on-line*, com a criação do *Home Broker*, e no modelo de corretagem fixa, inovações que transformaram o mercado de corretagem atual.

Atuando em todas as modalidades de operações da BM&FBOVESPA, a Corretora disponibiliza aos diferentes investidores produtos adequados e especializados no mercado de ações, bem como Fundos de Investimento, BM&F, Tesouro Direto e Clubes de Investimentos. Além de ferramentas de negociação desenvolvidas para cada perfil de investidor: *Home Broker*, *Home Broker 2.0*, *Ágora Trade Pro* e *Ágora Mobile*.

O portal www.agorainvest.com.br possibilita ao cliente acesso a conteúdos exclusivos, como Relatório de Empresas e de Setores, Carteiras Recomendadas e extensa programação na Ágora TV, com sua equipe de analistas que acompanha diariamente o mercado nacional e internacional, além dos programas sobre análise de empresas e entrevistas com representantes de empresas líderes nos setores em que atuam. Em seu relacionamento com o cliente, destaca-se pela interatividade disponibilizando-lhe Redes Sociais, Fórum, *Chats* e *Vídeo Chat* diários sobre os mais diversificados temas do mercado financeiro.

R\$ 64,888 bilhões o montante negociado por meio do *home broker*, correspondendo a 1.407.378 ordens de compra e venda de ações.

Corretoras no Exterior (Bradesco Securities, Inc. e Bradesco Securities UK Limited)

A Bradesco Securities, Inc. atende os clientes do mercado norte-americano, em Nova York, e a Bradesco Securities UK Limited, os do mercado Europeu, em Londres, intermediando ações, por meio de ADRs, bem como ações listadas nas Bolsas locais. Como *broker-dealers* operam na distribuição de títulos públicos e privados para investidores internacionais.

Private Banking

Composto por profissionais altamente qualificados e especializados, oferece atendimento personalizado aos seus clientes pessoas físicas, *holdings* familiares e empresas de participações, com disponibilidade líquida para investimentos a partir de R\$ 2 milhões, além de exclusiva linha de produtos e serviços, complementada por assessoria de alocação de ativos no Brasil e no Exterior e orientação tributária e sucessória.

12. Governança Corporativa

A presença do Bradesco no mercado de capitais brasileiro data de 1946, quando suas ações passaram a ser listadas em Bolsa de Valores no Brasil (BBDC3 – ação ordinária e BBDC4 – ação preferencial), pouco mais de 3 anos de sua fundação. Em 2001, passou a negociar suas ações também na Bolsa de Valores de Nova York (*American Depositary Receipts* – ADRs Nível II – BBD) e na Bolsa de Madrid – Espanha (Latibex - XBBD). No mesmo ano, aderiu voluntariamente ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, cujas diretrizes foram atualizadas na reformulação ocorrida em 2010.

A administração do Bradesco é formada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Os membros do Conselho são eleitos anualmente em Assembleia Geral Ordinária, os quais, em reunião interna, elegem os membros da Diretoria.

O Conselho Fiscal, Órgão de funcionamento não permanente, vem sendo instalado anualmente desde 2002. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de março de 2010, deliberou-se pela sua manutenção, o qual é composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato até 2011, sendo 1 membro efetivo e seu suplente escolhidos pelos detentores de ações preferenciais.

A Organização Bradesco busca o constante aprimoramento de suas práticas de governança sob supervisão plena do Conselho de Administração, responsável pela definição e acompanhamento das estratégias globais, bem como pela supervisão dos sistemas de controles internos, particularmente no que diz respeito à gestão de riscos – tema hoje indissociável à sustentabilidade de qualquer organização.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais, o Bradesco mantém atraente Política de Dividendos, assegurando a seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% do lucro líquido ajustado, percentual superior ao mínimo de 25% estabelecido pela Lei nº 6.404/76. Confere às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias. Nos últimos anos, o Banco pagou percentual superior ao obrigatório de 30% previsto no Estatuto Social.

Sua Política de Transações com Partes Relacionadas consolida os procedimentos da Sociedade quanto às citadas transações, nos termos das normas emanadas dos Órgãos Reguladores, visando à transparência do processo. As Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Bradesco objetivam estabelecer elevados padrões de conduta, que devem ser observados, principalmente, pelos acionistas controladores e administradores.

Desde 2009, os materiais referentes às Assembleias de Acionistas são publicados no portal do Bradesco na *Internet* e enviados à BM&FBOVESPA e à CVM com aproximadamente 30 dias de antecedência, quando o prazo mínimo determinado pela legislação brasileira é de 15 dias.

Em setembro de 2010, o Bradesco recebeu o *Escore Gamma 7 (Governance, Accountability, Management Metrics and Analysis)*, numa escala de 1 a 10, atribuído pela Standard & Poor's Governance Services, sendo a primeira empresa brasileira a torná-lo público. Vale ressaltar que, mundialmente, o maior *score* divulgado no mercado foi 7+. Além disso, o Banco possui o *rating* AA (Ótimas Práticas de Governança Corporativa) recebida da Austin Rating.

A Organização Bradesco, no exercício, de acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, não contratou e nem teve serviços prestados pela *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

12.1 Controles Internos e Compliance

A estrutura de pessoas, com dedicação exclusiva, conjugada com os investimentos em tecnologia e em treinamento e reciclagem de pessoal, gera as condições necessárias para que a gestão de controles internos e *compliance* no Bradesco seja efetiva, atenda às exigências dos órgãos reguladores e esteja alinhada aos padrões internacionais.

Os fluxos de processos, sistemas e controles da Organização são continuamente reavaliados e testados. O trabalho tem pleno envolvimento das Áreas, dos Comitês de Controles Internos e *Compliance* e de Auditoria e resulta em reportes ao Conselho de Administração, em linha com os principais *frameworks* de controles, como o *COSO- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o *COBIT- Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem aspectos de Negócio e de Tecnologia, respectivamente, assim como contemplam requerimentos do *PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board* e da Seção 404 da Lei Americana Sarbanes-Oxley.

Atendendo ao mesmo dispositivo, foi arquivado na *Securities and Exchange Commission – SEC*, em junho de 2010, o relatório que certifica a adequação dos controles internos, juntamente com as Demonstrações Contábeis em US GAAP.

Para a certificação, relativa ao exercício de 2010, com base na avaliação do desenho dos controles e nos testes de aderência já realizados, não foram identificadas deficiências que pudessem comprometer a certificação dos controles internos.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

O Bradesco mantém políticas, processos e sistemas específicos para prevenir e/ou detectar a utilização de sua estrutura, produtos e serviços à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

Investimentos significativos são feitos no treinamento de seus colaboradores, com programas em diversos formatos, tais como a disponibilização de cartilhas, vídeos, cursos *e-learning* e palestras presenciais, inclusive específicas para áreas nas quais as atividades as requerem.

Os casos suspeitos ou atípicos identificados são avaliados por uma comissão composta por várias áreas e Departamentos quanto à pertinência de encaminhamento às autoridades competentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Todo o programa é apoiado pelo Comitê Executivo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, o qual se reúne regularmente a cada três meses, para avaliar os trabalhos e a necessidade de adoção de medidas com o intuito de alinhar procedimentos às normas emanadas pelos órgãos reguladores e às melhores práticas nacionais e internacionais.

Validação Independente de Modelos

Modelos Internos no apoio aos negócios, sejam criados a partir de dados estatísticos ou mesmo com base no conhecimento de especialistas, facilitam a abordagem de assuntos críticos, aperfeiçoamento de processos, padronização e agilização das decisões no contexto ao qual estão inseridos.

O Bradesco mantém processo contínuo que analisa criticamente os Modelos Internos, garantindo a qualidade e as respostas adequadas aos seus objetivos.

Para responder por esse processo há uma área especializada, independente em relação às áreas que desenvolvem ou utilizam os Modelos, com reportes de suas atividades e dos resultados aos gestores, Auditoria Interna e ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando as melhores práticas e as orientações e diretrizes contidas no Novo Acordo de Capitais – Basileia II e aos requisitos do Banco Central do Brasil.

Segurança da Informação

Constituída por um conjunto de controles, procedimentos, processos, estruturas organizacionais, políticas e normas, a Segurança da Informação objetiva a proteção das informações, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade. As bases para a proteção dos ativos da informação estão descritas na Política e Normas Corporativas de Segurança da Informação do Bradesco.

Com base nas melhores práticas e padrões internacionais, os programas corporativos de conscientização e treinamento e a política e normas têm por foco absoluta proteção dos dados exclusivos de clientes e das informações estratégicas da Organização.

O Comitê Executivo de Segurança Corporativa reúne-se trimestralmente para apreciar e aprovar diretrizes, medidas e orientações que assegurem o suporte aos processos e procedimentos relativos à Segurança da Informação na Organização.

12.2 Políticas de Transparência e Divulgação de Informações

O Bradesco, em seu relacionamento com o mercado em geral, disponibiliza uma série de publicações periódicas, no intuito de provê-lo com o maior número de informações transparentes e de qualidade. Bimestralmente, são distribuídos o informativo “Cliente Sempre em Dia”, com tiragem de 400 mil exemplares e o *PrimeLine*, com 187 mil; trimestralmente, o “Acionista Sempre em Dia”, com 38 mil, e a “Revista Bradesco”, com 10 mil. O Relatório da Administração e o de Sustentabilidade são editados anualmente. No site www.bradesco.com.br/ri também está disponível o Relatório de Análise Econômica e Financeira, com minuciosa compilação das informações mais solicitadas pelos leitores especializados.

12.3 Relações com Investidores – RI

A Área de Relações com Investidores proporciona relacionamento direto com pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras. Sua interatividade é fundamental para o Bradesco e beneficia tanto o mercado, na correta avaliação do Banco, quanto à própria Instituição, que passa a conhecer as opiniões e o desempenho da comunidade financeira.

No site de Relações com Investidores, www.bradesco.com.br/ri, nas versões Português e Inglês, os acionistas, investidores e analistas de mercado acessam informações claras, oportunas e abrangentes como perfil, histórico, estrutura acionária, relatórios de administração, resultados financeiros, reuniões nas APIMECs, além de outras voltadas ao mercado financeiro.

Ao longo do ano, com o propósito de divulgar o desempenho do Banco ao mercado de capitais, foram realizados, com a participação de mais de 4 mil pessoas, 18 Encontros APIMEC e um Encontro INI - Instituto Nacional de Investidores, dos quais 13 Encontros APIMEC foram transmitidos ao vivo pela Internet, com tradução simultânea para o inglês e mais de 22 mil participações de internautas. De forma pioneira, o evento de São Paulo também foi transmitido pelo iPhone, iPad e aparelhos com tecnologia Android.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para divulgação dos resultados do Banco, no exercício, o modelo de Vídeo *Chat* foi mantido, bem como foram promovidas, no período, 130 reuniões internas e externas com analistas, 76 conferências telefônicas e 24 eventos no Exterior, além de 580 atendimentos por meio do “Fale com o RI”, na página da *Internet*.

12.4 Ouvidoria Bradesco

O “Alô Bradesco”, primeiro Canal de Comunicação do Mercado Financeiro com o público, foi criado em 1985, cinco anos antes da edição do Código de Defesa do Consumidor, com a finalidade de registrar e tratar as reclamações e sugestões dos clientes.

O Departamento de Ouvidoria potencializa os valores que nortearam a criação do “Alô Bradesco” e possui um Diretor Ouvidor, proporcionando mais um canal para diálogo aberto e direto com os clientes e usuários. No atendimento às manifestações recebidas reafirmam-se os compromissos com a satisfação dos clientes e capturam-se suas tendências e demandas.

379.520 contatos registrados em 2010.

13. Controle Integrado de Riscos

13.1 Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está sendo constantemente aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando condições para o alcance dos objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da instituição.

A Organização aborda o gerenciamento de riscos de modo integrado, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, o qual é apoiado por comitês específicos e políticas de gerenciamento de riscos aprovadas pelo Conselho de Administração.

13.2 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. São observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, tais como concentração, garantias e prazos, visando assegurar a qualidade da carteira.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição a risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores, mensuração e plano de mitigação, sendo o controle executado de maneira corporativa, centralizada e padronizada.

13.3 Risco de Mercado

O risco de mercado é cuidadosamente acompanhado, aferido e gerenciado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização é conservador, sendo as diretrizes monitoradas, diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas da Organização de maneira corporativa e centralizada. Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

13.4 Risco de Liquidez

A Organização possui uma política de liquidez que define não somente os níveis mínimos que devem ser observados, levando inclusive em consideração cenários de estresse, mas também em que tipo de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

instrumentos financeiros os recursos devem permanecer aplicados, e define ainda a estratégia de atuação a ser acionada em caso de necessidade.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez contempla o acompanhamento diário da composição dos recursos disponíveis, do cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse. O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira centralizada.

13.5 Risco Operacional

A Organização considera a atividade de gerenciamento do risco operacional imprescindível para a geração de valor agregado. O controle desse risco é realizado de maneira centralizada, por meio de identificação, mensuração, planos de mitigação e administração dos seus riscos operacionais, de maneira consolidada e por empresa.

Dentre os planos de mitigação de riscos operacionais, destacamos a existência do gerenciamento de continuidade de negócios, que consiste em planos formais a serem adotados em momentos de crise, garantindo a recuperação e a continuidade dos negócios, assim evitando ou mitigando perdas.

13.6. Fatores de Riscos e Políticas Contábeis Críticas

São divulgados no [site bradesco.com.br/ri](http://site.bradesco.com.br/ri) – Relatórios e Planilhas – Relatórios SEC os fatores de riscos e políticas contábeis críticas, em conformidade com as melhores práticas internacionais de transparência e Governança Corporativa e em consonância com as Demonstrações Contábeis no formato americano – US GAAP, relacionadas a possíveis situações político-econômicas nos mercados nacional e internacional, que podem impactar diretamente o dia a dia das operações e, conseqüentemente, a situação financeira do Banco.

14. Ativos Intangíveis

O Valor de Mercado do Bradesco, com base na cotação de suas ações em bolsa, alcançou R\$ 109,759 bilhões, ao final do exercício, equivalente a 2,29 vezes o Patrimônio Líquido contábil que era de R\$ 48,043 bilhões. Expressiva valorização de 6,36% no ano, reflexo da magnitude dos ativos intangíveis, que embora não refletidos nas contas de balanço, são percebidos e avaliados pelos investidores.

O planejamento estratégico do Bradesco visa aos melhores resultados, estabelecendo metas realistas que consideram: o valor da Marca Bradesco; as melhores práticas de governança e cultura corporativa; a escala alcançada em seus negócios; os inúmeros canais de relacionamento existentes entre os diferentes públicos e a Organização; uma política de Tecnologia da Informação inovadora; ampla diversificação de produtos, serviços e soluções oferecidos e a capilaridade de sua Rede de Atendimento, presente em todos os municípios brasileiros, inclusive em algumas localidades no Exterior; uma política de responsabilidade socioambiental dinâmica e responsável; uma robusta política de Recursos Humanos que: a) propicia relacionamento mais sólido entre todos os colaboradores e conseqüentemente, maior grau de confiança entre eles; b) sinaliza oportunidades de valorização e desenvolvimento profissional; c) reduz substancialmente o índice de rotatividade de pessoal e os custos a ela associados; e d) semeia, em todos os níveis, uma visão de longo prazo, fatores indissociáveis da sustentabilidade.

14.1 Marca Bradesco

A Marca Bradesco foi considerada a mais valiosa do Brasil e também a mais valiosa do setor bancário entre as instituições financeiras da América Latina, segundo estudos elaborados pela consultoria internacional *Brand Finance*, em parceria com a revista inglesa *The Banker*; Marca mais valiosa do País, pelo 4º ano consecutivo, de acordo com estudo da consultoria *Brand Finance* América do Sul e da revista *The Brander*, que analisou 100 marcas de companhias no Brasil; Marca mais valiosa do Brasil, segundo estudo elaborado pela consultoria especializada *BrandAnalytics/MillwardBrown* para a revista *IstoÉ Dinheiro*; e a Marca mais valiosa do País em 2010, entre as Instituições do setor financeiro, segundo a Consultoria *Superbrands*.

14.2 Recursos Humanos

A Organização Bradesco reconhece no valor do desempenho e do potencial realizador de seus colaboradores a base de sustentação de seus negócios. Sua Política de Gerenciamento de Recursos Humanos mantém modelo de excelência, pautado pelo respeito e transparência nas relações, pelo contínuo investimento no desenvolvimento, no compartilhamento do conhecimento e valorização do ser humano, sem

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

discriminação, que propicia aos seus colaboradores oportunidades de crescimento profissional contínuo, em um ambiente saudável, seguro e ético, sempre preservando os objetivos do Banco.

Programas de desenvolvimento e capacitação são permanentemente ministrados para seu quadro de colaboradores, compreendendo a 75.375 funcionários do Banco Bradesco e 19.873 das Empresas Controladas. São cursos orientados, especialmente, para as áreas operacionais, técnicas e comportamentais, atendendo a todos com o mesmo padrão de qualidade, garantindo diversificação e excelência na prestação de serviços.

A Organização conta com equipes de instrutores especializados e adequada infraestrutura para aprimorar e aprofundar o estudo de temas relacionados às demandas dos mercados, cenários econômicos e exigências de avanços tecnológicos.

Investir na capacitação dos colaboradores é uma ação estratégica capaz de auxiliar na conquista de resultados para a Organização, além de essencial para acompanhar as mudanças do mercado. Nesse sentido, o Bradesco promove Programas de Desenvolvimento Gerencial, por meio de cursos de especialização, pós-graduação e MBAs nas áreas de economia, administração e direito, em parceria com Consultorias, Universidades e Escolas de Negócios.

Em 2010, o Bradesco manteve o Programa de Desenvolvimento Avançado, por meio do qual vem licenciando seus executivos para estudar em universidades de primeira linha no Exterior, com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar suas potencialidades técnicas e pessoais, de modo a garantir melhoria contínua dos processos de Gestão, agregando-lhes conhecimento global e fazendo com que disseminem essa informação entre os demais colaboradores.

Os crescentes investimentos em capacitação, com aproveitamento do potencial das inovações tecnológicas, também possibilitam ao Banco ampliar seus recursos educacionais, disponibilizados presencialmente ou à distância, por meio de videotreinamentos, cartilhas, *e-Learning*, videoconferências, telepresencial etc. Dentre essas iniciativas importantes, destaca-se o TreiNet - Treinamento por Meio de *Internet/Intranet*, que, de maneira abrangente, permite aos colaboradores da Organização obter novos conhecimentos à distância. Reuniu 1.239.725 participações, no exercício, o que evidencia sua importância e grau de disseminação.

Os benefícios assistenciais dedicados à melhoria da qualidade de vida, bem-estar e segurança dos colaboradores e seus dependentes, ao final do exercício, abrangiam 194.169 vidas. Destacam-se dentre eles:

- Seguro Saúde Médico-Hospitalar;
- Seguro Saúde Odontológico;
- Plano de Previdência Complementar de Aposentadoria e Pensões;
- Apólices de Seguro de Vida em Grupo e Coletivo de Acidentes Pessoais; e
- Apólice Coletiva de Seguro para Autos.

O Bradesco destacou-se como uma das 150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, na categoria Grandes Empresas, segundo o *Guia Você S/A Exame – As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar 2010*. O Banco está presente no *ranking* pelo 12º ano, sendo o 11º ano consecutivo. Foi, ainda, o vencedor do Prêmio Desafio de RH, promovido pelo próprio Guia, em parceria com a Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP). Destacou-se, também, como uma das 100 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, pela 11ª vez, segundo levantamento da revista *Época*, com avaliação do *Great Place to Work Institute*, sendo o único Banco a constar entre as 25 Melhores.

Também foi distinguido como uma das 50 Melhores Empresas para Executivos Trabalhar. Pelo quarto ano consecutivo, o Bradesco integrou o *ranking* das 100 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional (IDHO) 2010, sendo eleita A Empresa do Ano em 2010, e, pela 3ª vez consecutiva, esteve presente na lista das 10 Mais na classificação geral, no levantamento realizado pela revista *Gestão & RH*.

Pelo sétimo ano consecutivo, o Bradesco integrou a lista das Melhores na Gestão de Pessoas, pesquisa realizada pela revista Valor Carreira, do jornal Valor Econômico, que em 2010 conquistou o segundo lugar entre as empresas com mais de 10.000 funcionários. O Bradesco foi novamente reconhecido com o Selo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Paulista da Diversidade, na categoria Pleno 2010, pelo Governo do Estado de São Paulo, que destaca organizações públicas, privadas e da sociedade civil que desenvolvam programas, projetos e ações de promoção e valorização da diversidade, de etnia, de gênero e de cultura etc., em seus ambientes de trabalho e em suas áreas de atuação. Foi eleito o Melhor Banco em RH em levantamento realizado pela revista IstoÉ Dinheiro, publicado no anuário As Melhores da Dinheiro.

R\$ 107,104 milhões aplicados no ano em Programas de Treinamento, com 1.834.192 participações.

R\$ 785,800 milhões investidos no Programa de Alimentação, com o fornecimento diário de 108.243 lanches e 125.334 vales-refeições.

4,144 milhões de atendimentos médicos e hospitalares.

565.841 atendimentos odontológicos durante o ano.

Comunicação Interna

Os colaboradores da Organização recebem informações sobre as Políticas e diretrizes ou procedimentos operacionais que devem ser adotados por meio de Circulares, para que todos estejam atualizados no encaminhamento de assuntos inerentes ao trabalho diário.

A Bradesco *Intranet* é outro importante instrumento de trabalho, cujo acesso deve ocorrer somente para o estrito cumprimento das atividades que atendam às necessidades dos serviços, sendo os critérios de segurança preconizados pela Política e Normas Corporativas de Segurança da Informação, e, também, às Normas e Procedimentos para Uso e Acesso à *Intranet*.

Objetividade e consistência, posicionamentos estratégicos, conceitos e, sobretudo, valores e avanços da estrutura organizacional merecem ênfase especial na comunicação interna. Nesse contexto, a TV Bradesco destaca-se, em todos os níveis, no trabalho de formar, integrar e motivar o quadro de funcionários, além das publicações "Revista Interação", enviada de maneira personalizada a cada funcionário, e "Sempre em Dia" - Informativo diário, também disponíveis eletronicamente por meio da *Intranet* do Banco.

Criado em 2009, o *Blog* da Presidência mantém-se como um canal interno e interativo para informações e opiniões, entre os colaboradores e a Presidência, sobre temas importantes para a Organização e o País, com acesso disponível por meio da *Intranet*.

14.3 Tecnologia da Informação

Caracterizada pelo pioneirismo e inovação, a Tecnologia da Informação, um dos pilares centrais da estratégia da Organização Bradesco, busca soluções de infraestrutura capazes de conferir segurança, rapidez e comodidade nas transações.

Com uma infraestrutura de TI, plenamente contingenciada e orientada pelas melhores práticas, que possui capacidade de processamento nos computadores centrais superior a 234.000 Mips (milhões de instruções por segundo), o Bradesco possui mais de 6.850 servidores corporativos e capacidade de armazenamento de dados próxima de 33 Petabytes (33 quatrilhões de caracteres). Em média 212 milhões de transações são processadas diariamente, com disponibilidade acima de 99,81%. Manter ambiente que possibilita agilidade, comodidade, produtividade e segurança tem por objetivo transformar o complexo em simples e gerenciável, com baixo risco operacional e capacidade de acompanhar o crescimento do volume de negócios do Banco.

O Projeto TI Melhorias, iniciado em 2003, com o objetivo de preparar a TI do Banco para as próximas décadas, teve 27 das 28 frentes encerradas. Os resultados já conquistados pelo projeto proporcionaram infraestrutura de última geração, mais robusta e totalmente contingenciada, rede de dados com altíssima disponibilidade e performance, bem como a modernização dos processos de TI.

A maior das frentes, a construção de uma nova arquitetura de sistemas orientada a serviços, terá a maior parte de seu escopo entregue em 2011, o que permitirá que o Banco, a partir de 2012, usufrua de forma significativa grande parte dos benefícios esperados, dentre eles, ainda mais agilidade no atendimento às Unidades de Negócio e flexibilidade para suportar com segurança o crescimento da Organização, oferecendo aos clientes serviços e atendimento de qualidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ 3,920 bilhões foram os investimentos destinados à sua manutenção, expansão e inovação, no exercício.

15. Marketing

O posicionamento de comunicação do Bradesco, denominado “Presença”, adotado em 2009, fortaleceu-se durante o ano 2010. Com destaque para a inovadora e diferenciada iniciativa, o “Brasil Presença”, uma série de filmes produzida pelo Bradesco e que fala do Brasil e dos brasileiros, de pessoas comuns que transformam sonhos em inspiração para seguir adiante e superar desafios.

Essa campanha institucional demonstra o compromisso da Organização com o desenvolvimento econômico do País, presente no cotidiano da população, por meio de milhares de Pontos de Atendimento, participando como intermediador financeiro, incentivando investimentos, democratizando o crédito, ampliando a oferta de produtos, prestação de serviços e soluções, além de promover, prioritariamente, a inclusão bancária e a mobilidade social.

Com o patrocínio exclusivo do *Jornal Nacional*, um dos mais importantes noticiários da televisão mundial, em 2010, o Bradesco intensificou sua Presença no dia a dia do País. A ação, além de ampliar a visibilidade da Marca, reforçou sua imagem de solidez, confiabilidade e tradição ao associá-la a um programa de credibilidade como o *JN*, no ar há mais de 40 anos.

Em 2010, o Banco manteve o apoio e o patrocínio a eventos socioculturais, das mais diversas formas e públicos, que efetivamente colaboram para a transformação e o enriquecimento da cultura brasileira, como o Serrano Music Fest, em Gramado, RS, o Festival Folclórico de Parintins e o Amazonas de Ópera, em Manaus, ambos no Amazonas. Também patrocinou uma série de espetáculos da Fundação Bachiana, da Orquestra Sinfônica Brasileira, e do Mozarteum Brasileiro, além da Exposição “Ouros de Eldorado – Arte Pré-Hispânica da Colômbia”, na Pinacoteca do Estado de São Paulo, entre outros eventos significativos.

Na área teatral, patrocinou a reestreia da peça “A Alma Boa de Setsuan”, em São Paulo, SP, e renovou o apoio aos eventos do Teatro Fecap, além das atividades com o Teatro Bradesco, espaço que leva seu nome, e com o *Cirque du Soleil*, com a temporada brasileira do espetáculo “Quidan”.

Com foco em Responsabilidade Socioambiental, entre os vários eventos, o Bradesco patrocinou, ainda, o Fórum Internacional de Sustentabilidade, em Manaus, AM, o 6º Congresso GIFE, sobre Investimento Social, no Rio de Janeiro, RJ, a Reatech 2010 - Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade, em São Paulo, SP, a Fiema – 2º Congresso Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente, em Bento Gonçalves, RS, e a exposição Água na Oca, em São Paulo, SP.

Na área de apoio ao esporte, o Bradesco tornou-se o primeiro patrocinador nacional dos Jogos Olímpicos Rio 2016, com exclusividade nas categorias Serviços Financeiros e Seguros. Um dos patrocinadores do Comitê Olímpico Brasileiro, o Banco foi grande apoiador da candidatura do Rio de Janeiro para sediar os jogos de 2016, e também de várias modalidades que compõem o programa olímpico, incluindo o apoio às Confederações de Desportos Aquáticos, Remo, Judô, Vela e Motor, Basquete e Rúgbi.

A campanha de final de ano mostrou a evolução do conceito Presença por meio de três filmes. No primeiro, um tema musical mostra que a Presença é um valor humano dentro de cada pessoa. No segundo, em sua mensagem de fim de ano, o Bradesco deseja que em 2011 os brasileiros tenham Presença lado a lado com quem é importante em suas vidas. O terceiro filme personifica o desejo de Presença na vida real, quando o Bradesco mostra pessoas que não se viam há tempos encontrando-se em uma estação de trem. Ação que caracteriza o conceito.

Com o tema “Uma história de Reencontros”, a “Árvore de Natal” do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, pelo 15º ano consecutivo, foi estrategicamente montada na Lagoa Rodrigo de Freitas, na cidade do Rio de Janeiro. Em linha com os princípios de responsabilidade socioambiental, a Árvore manteve a utilização de gerador movido a biodiesel e já é parte do calendário de atrações turísticas do município.

289 eventos regionais, setoriais e/ou profissionais em todo o País, incluindo feiras de negócios, seminários, congressos, eventos culturais e comunitários, contaram com a participação do Bradesco em 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

16. Sustentabilidade na Organização Bradesco

A Organização mantém-se comprometida com o desenvolvimento do País, desde a criação do Banco, em 1943, quando já buscava incorporar a sustentabilidade em sua gestão, nos negócios e nas práticas do dia a dia. Desde sua fundação, temas como educação (especialmente com o surgimento da Fundação Bradesco, em 1956), desenvolvimento de pessoas, inclusão bancária e promoção da cidadania estão presentes em seu cotidiano.

A atuação da Organização baseia-se em importantes diretrizes nacionais e internacionais como: Pacto Global, Objetivos do Milênio, Princípios do Equador, *Carbon Disclosure Project (CDP)*, Protocolo Verde, Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Programa GHG Protocol e a iniciativa Empresas pelo Clima (EPC).

O desenvolvimento sustentável é o principal compromisso e está refletido na presença do Banco em importantes indicadores, como o Índice de Sustentabilidade Dow Jones (Bolsa de Valores de Nova York), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, além de outras certificações e reconhecimentos.

A estratégia comercial do Bradesco baseia-se no conceito de crescimento com respeito aos públicos envolvidos, foco na qualidade do atendimento e na inclusão bancária e preocupação com o meio ambiente. Para reforçar o posicionamento da Organização, em 2007 foi criada a estratégia de sustentabilidade, que reúne suas ações socioambientais em três pilares principais: Finanças Sustentáveis, Gestão Responsável e Investimentos Socioambientais.

- **Finanças sustentáveis** – com foco em facilitar o acesso da população aos serviços financeiros, ampliar a oferta de crédito de forma responsável e manter produtos e serviços com diferenciais socioambientais, como linhas de crédito, investimentos, cartões, seguros, títulos de capitalização e previdência. A gestão dos riscos socioambientais na concessão e monitoramento do crédito é uma prática relevante, e, para tanto, conta com estruturas operacionais focadas nesta atividade.
- **Gestão responsável** – com ações pautadas pela ética nos relacionamentos com todos os *stakeholders*, mantendo a ênfase na valorização e no desenvolvimento dos colaboradores, na melhoria do ambiente de trabalho e na geração de valor com o mínimo impacto ambiental, por meio do Programa Gestão da Ecoeficiência e do desenvolvimento da cadeia de suprimentos. Os fornecedores da Organização também são avaliados e monitorados sob a ótica socioambiental, o que a torna mais um vetor de desenvolvimento de toda a cadeia de valor em que está inserida; e
- **Investimentos socioambientais** – em apoio ao desenvolvimento humano, as ações da Organização são voltadas para educação, meio ambiente, cultura e esporte em iniciativas como Fundação Bradesco, Programa Educa+Ação, Programa Bradesco Esportes e Educação, Fundação Amazonas Sustentável e a parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica. Ainda sob a ótica de investimento social privado, para melhor gerenciar os recursos destinados a comunidade, foram criadas Normas de Investimentos Socioambientais e de Patrocínios e Participações em eventos.

Com essas três frentes, a Organização busca gerar resultados para todos os públicos com os quais se relaciona, criando valor e perenidade em suas relações. Em janeiro de 2010, deu um importante passo, reformulando sua Visão e Missão, que passaram a refletir, de forma ainda mais direta e explícita, o compromisso com a sustentabilidade.

Mais informações sobre as ações do Bradesco em 2010 estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade 2010 e no site bancodoplaneta.com.br.

Fundação Bradesco

A Fundação Bradesco, principal instrumento da ação social da Organização Bradesco, é um dos maiores programas socioeducacionais privados do Brasil e do mundo. Presente em todos os Estados Brasileiros e Distrito Federal, mantém 40 Escolas instaladas prioritariamente em regiões de acentuadas carências socioeconômicas. Em 54 anos de atividades proporcionou ensino formal, gratuito e de qualidade a mais de 2 milhões de alunos, que somados a outras modalidades de cursos, presenciais e à distância, superou 4 milhões de atendimentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em seus diversos segmentos de atuação, a Fundação Bradesco realizou, no exercício, 646 mil atendimentos, dos quais 115.260 aos alunos em suas Escolas próprias, na Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio, e Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Educação de Jovens e Adultos e na Formação Inicial e Continuada. Por meio de sua escola virtual, seu portal *e-learning*, dos CIDs – Centros de Inclusão Digital e dos Programas realizados em colaboração estratégica, como o Educa+Ação, foram mais de 530 mil atendimentos. Aos cerca de 50 mil alunos da educação básica são assegurados, gratuitamente, uniforme, material escolar, alimentação e assistência médico-odontológica.

As Escolas da Fundação mantiveram índice de aprovação de alunos no patamar de 95,10%, na média dos últimos 5 anos, equivalente aos melhores parâmetros internacionais.

Os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidos pela Fundação Bradesco seguem o modelo de ensino técnico vigente no País e estão de acordo com os seguintes eixos tecnológicos: Recursos Naturais (Agropecuária); Controle e Processos Industriais (Eletrônica); Informação e Comunicação (Informática) e Gestão e Negócios (Administração). Além das informações técnicas, os cursos propiciam uma formação voltada à permanente aprendizagem e atualização.

Formar cidadãos criativos, produtivos e empreendedores tem sido preocupação constante da Fundação Bradesco, que oferece atualização e qualificação aos trabalhadores, com diferentes níveis de escolaridade. Com o objetivo de preparar os participantes para empreender o seu próprio negócio ou conquistar melhores posições e oportunidades no mercado de trabalho, disponibiliza mais de 100 opções de cursos livres, com programas flexíveis e modelados. São cursos nas áreas de Tecnologia Gráfica, Agropecuária, Gestão de Empresas, Informática, Moda, Lazer e Desenvolvimento, que ampliam os vínculos com os mercados regionais e os interesses específicos das comunidades.

Com o objetivo de facilitar a inserção de jovens estudantes do Ensino Médio no mercado de trabalho, a Fundação Bradesco realiza o Programa Nacional Jovem Aprendiz, que também conta com o apoio da Organização Bradesco. Os funcionários são transformados em agentes educacionais e tutores do processo de desenvolvimento dos jovens.

Criado em parceria com o Banco Bradesco, o Programa Educa+Ação possibilita que a Fundação compartilhe os resultados positivos obtidos por seus alfabetizando com Escolas da Rede Pública de Ensino, reproduzindo sua experiência pedagógica, metodologia de ensino e material didático próprios.

Atualmente, o programa envolve 127 escolas em 13 municípios dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, beneficiando cerca de 25 mil alunos e mais de 1.000 professores. Em 2010, aderiram à iniciativa Jundiaí, SP e Corumbá (Porto Esperança, MS). Periodicamente, são realizados encontros com a finalidade de capacitar professores e coordenadores pedagógicos como multiplicadores da metodologia.

O “Dia Nacional de Ação Voluntária”, em seu 8º ano consecutivo, realizado em 7 de março, mobilizou cerca de 44 mil voluntários, em todas as unidades da Fundação Bradesco, que realizaram mais de 1,4 milhão de atendimentos nas áreas de cidadania, educação, lazer, esporte e meio ambiente, em mais de 200 pontos, incluindo as Escolas da Fundação Bradesco e os CIDs - Centros de Inclusão Digital.

A Fundação Bradesco promove a inclusão digital dos moradores das comunidades do entorno de suas escolas por meio de 113 CIDs - Centros de Inclusão Digital, 4 dos quais instalados em comunidades indígenas. Esses centros funcionam também como núcleos de aprendizagem e qualificação profissional. São laboratórios de informática criados para as comunidades carentes, com os objetivos de promover a inclusão digital, estimular a responsabilidade social e o empreendedorismo, além de ampliar noções de cidadania. Em 2010, os CIDs foram responsáveis por mais de 166 mil atendimentos, com grande impacto social nas comunidades envolvidas.

O Programa de Informática para Deficientes Visuais, criado pioneiramente em 1998, já atendeu e capacitou 10.432 alunos deficientes, nos últimos 10 anos.

Ações em diversas temáticas como: educação ambiental, financeira e fiscal, trabalho e consumo, sexualidade e autocuidado, prevenção ao uso indevido de drogas e acesso e uso responsável da *Internet* são desenvolvidas pela Fundação Bradesco. São programas que envolvem diversos parceiros especializados para a qualificação de educadores e produção de material didático como: Canal Futura, SOS Mata Atlântica, Polícia Militar, BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, Receita Federal do Brasil, dentre outros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Fundação Bradesco desenvolve trabalho de influência comprovada na elevação do nível de qualidade de vida das comunidades onde atua, o que lhe confere a característica de “investimento socialmente responsável”, na melhor acepção do termo. Ademais, representa uma forma inequívoca de distribuição da riqueza gerada no âmbito da Organização, tendo em vista que sua principal fonte de recursos advém de sua participação como acionista do Bradesco.

R\$ 262,339 milhões totalizou a verba orçamentária da Fundação Bradesco aplicada em 2010, estando já previsto para 2011 o montante de R\$ 307,994 milhões para custear mais de 526 mil atendimentos, sendo a 111.639 alunos em suas escolas próprias (na educação básica, de jovens e adultos e de trabalhadores) e mais de 415 mil atendimentos em outros cursos presenciais e à distância, por meio da Escola Virtual, dos CIDs – Centros de Inclusão Digital e dos Programas realizados em colaboração estratégica, como o Educa+Ação. Nos últimos dez anos, o investimento acumulado, em valores atualizados, foi de R\$ 3,332 bilhões.

R\$ 201,787 milhões foram os demais investimentos realizados em 2010 pela Organização Bradesco em projetos sociais destinados às comunidades, voltados ao ensino, artes, cultura, esportes, saúde, saneamento, combate à fome e segurança alimentar.

Programa Bradesco Esportes e Educação

Em apoio ao desenvolvimento da cidadania e inclusão social de crianças e jovens, a Organização Bradesco mantém o Programa Bradesco Esportes e Educação, que em mais de 21 anos de existência vem promovendo a formação e a prática esportiva, combinando ações de educação, saúde e bem-estar.

O Programa dispõe, no Município de Osasco, SP, de 22 núcleos de Formação e de Especialistas, para o ensino das modalidades de vôlei e basquete, em escolas da Fundação Bradesco, escolas da rede pública municipal, escolas particulares e Centros Esportivos no município. São atendidas, atualmente, cerca de 2.000 meninas de 8 a 18 anos, reforçando o compromisso de defender um País cada vez mais aberto à valorização do talento, do esforço e do exercício pleno da cidadania.

17. Reconhecimentos

Ratings – Agências e Entidades nacionais e internacionais confirmaram e distinguiram o Bradesco, em 2010, com os mais altos índices de avaliação atribuídos a Bancos do País, dentre eles:

- a *Moody's Investors Service* confirmou o *rating* de depósito de longo prazo em moeda estrangeira do Banco como Baa3 e de curto prazo como *Prime-3* (P3), além de manter o *rating* de dívida de longo prazo em moeda estrangeira como Baa2. Essas classificações evidenciam a boa capacidade financeira do Banco em honrar seus compromissos;
- a *Fitch Ratings* confirmou o *rating* de probabilidade de inadimplência do emissor de longo prazo em moeda estrangeira do Banco, BBB, e de curto prazo, F2. Confirmou também o *rating* de probabilidade de inadimplência do emissor de longo prazo em moeda local, BBB+, e de curto prazo, F2. Segundo a agência, esses *ratings* refletem a ampla franquia nacional, uma vez que o Bradesco se situa entre os líderes de mercado na maioria de suas linhas de negócio e o seu histórico consistente de resultados;
- a *Standard & Poor's* confirmou o *rating* de longo prazo em moeda local e moeda estrangeira do Banco como BBB, *rating* classificado como grau de investimento;
- a *Rating and Investment Information* (R&I), umas das maiores agências de *rating* do Japão, manteve o *rating* de emissor em moeda estrangeira BBB- ao Banco, com perspectiva positiva;
- a *Austin Rating* confirmou ao Banco os *ratings* de curto prazo A-1 e de longo prazo AAA. O *rating* de curto prazo denota excelente capacidade de pagamento de obrigações de curto prazo, comparativamente a outros emissores, e o de longo prazo denota a solidez financeira intrínseca excepcional do Banco, posicionando-o nos mais altos níveis de grau de investimento dessas escalas; e
- a *Moody's Investors Service* manteve o *rating* MQI para a BRAM – Bradesco Asset Management, o maior *rating* na escala de Qualidade de Gestor de Investimento, o que indica que a BRAM apresenta gestão e ambiente de controle excelentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Rankings – Em 2010, renomadas publicações nacionais e internacionais fizeram distinção ao Bradesco, dentre as quais se destacam:

- Marca mais valiosa do País em 2010, entre as Instituições do setor financeiro, segundo a Consultoria Superbrands;
- Marca mais valiosa do Brasil e também a Marca mais valiosa do setor bancário entre as instituições financeiras da América Latina, segundo estudos elaborados pela consultoria internacional *Brand Finance*, em parceria com a revista inglesa *The Banker*;
- Marca mais valiosa do País, pelo 4º ano consecutivo, de acordo com estudo da consultoria *Brand Finance* América do Sul e da revista *The Brander*, que analisou 100 marcas de companhias no Brasil;
- Marca mais valiosa do Brasil, segundo estudo elaborado pela consultoria especializada *BrandAnalytics/MillwardBrown* para a revista *IstoÉ Dinheiro*;
- 1º lugar no *ranking* inédito de qualidade, da revista *Exame*, com o Instituto Brasileiro de Relacionamento com o Cliente – IBRC, que avaliaram o Banco como a melhor Empresa no atendimento ao cliente em 2009;
- Líder da pesquisa “As Empresas que Mais Respeitam o Consumidor”, realizada pela revista *Consumidor Moderno*, em parceria com a *Shopper Experience*, que avaliou as empresas que atendem seus clientes com mais reconhecimento e profissionalismo;
- O Bradesco está entre as 100 marcas mais valiosas no *ranking* mundial, divulgado pelo jornal inglês *Financial Times*, sendo a única empresa privada brasileira a figurar nessa seleta lista;
- Maior grupo privado brasileiro entre as 100 maiores empresas do planeta, segundo *ranking* da revista *Forbes*, uma das mais respeitadas publicações de economia, finanças e negócios do mundo;
- Melhor Banco em RH e em Responsabilidade Social, Melhor Seguradora e Melhor Empresa de Saúde em levantamento realizado pela revista *IstoÉ Dinheiro*, publicado no anuário *As Melhores da Dinheiro*;
- Destaque no *2010 Innovation Awards*, organizado pela *The Direct Marketing Association – DMA*, nos Estados Unidos, com a Ferramenta de Apoio ao Gerente de Contas – FAGC e com o Projeto Transpromo. O reconhecimento tem o objetivo de destacar profissionais que apresentam soluções inovadoras para suas empresas;
- A BRAM, administradora de fundos do Bradesco, foi a primeira colocada no *ranking* dos melhores gestores de fundos de investimento do País, realizado pela revista *Exame* com base na pesquisa do Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getulio Vargas;
- Integrou a lista das 20 empresas-modelo em responsabilidade social corporativa do Brasil, do Guia *Exame* de Sustentabilidade 2010, editado pela revista *Exame* com apoio técnico da Fundação Getulio Vargas de São Paulo; e
- O Bradesco e a Bradesco Seguros são destaques na pesquisa *Top of Mind*, do Jornal *Folha* de S. Paulo, que apura as marcas mais lembradas do Brasil. O Bradesco é o Banco privado mais citado e a Bradesco Seguros é a campeã no *ranking* das seguradoras.

Premiações – A partir de opiniões independentes, a Organização conquistou 141 prêmios em 2010, realçando a qualidade dos seus produtos e serviços, destacando-se:

- O Bradesco está, mais uma vez, entre as 50 maiores marcas do País na 6ª edição do Prêmio Superbrands Awards Brasil 2010, que avalia o desempenho das marcas em seus segmentos de atuação no mercado brasileiro, como qualidade, satisfação, imagem, entre outros;
- Líder em Políticas Climáticas no Prêmio Época de Mudanças Climáticas, uma iniciativa da revista *Época*, em parceria com a *PricewaterhouseCoopers*, que destacou as ações e políticas de empresas que visam a reduzir as emissões de carbono de suas operações;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Prêmio internacional *Golden Peacock Global Award for Corporate Social Responsibility 2010*. O reconhecimento é concedido às empresas que adotam as melhores políticas de responsabilidade social corporativa;
- Conquistou o *Readers' Choice Awards 2010*, na categoria Relatório de Sustentabilidade de 2008. O prêmio é oferecido aos melhores relatórios de sustentabilidade das empresas em todo o mundo que participaram do *Global Reporting Initiative (GRI)*;
- O melhor Banco no Prêmio Intangíveis Brasil 2010, categoria setorial, segundo avaliação do Grupo Padrão e da DOM Strategy Partners. Também foi premiado como o melhor em Tecnologia da Informação e *Internet*, pela quarta vez consecutiva, na categoria Ativos Intangíveis; e
- Eleito o Banco do Ano 2010, no Prêmio Relatório Bancário. O reconhecimento foi devido à contribuição da Instituição para o desenvolvimento da sociedade por meio dos seus produtos e serviços, sustentados por uma plataforma tecnológica inovadora e atualizada.

Certificações

Certificação ISO 9001 – Ao término do exercício, a Organização detinha 211 produtos e serviços qualificados com essa elevada distinção, realçando o objetivo de assegurar, em todas as suas iniciativas, crescentes facilidades e comodidade aos clientes e usuários.

Certificado [GoodPriv@cy](#) – Selo de Proteção e Privacidade de Dados – 15 produtos e serviços com o selo que garante que seus sistemas de gestão adotam padrão estabelecido internacionalmente, abrangendo requisitos para proteção e privacidade de dados.

Certificação SA 8000 – Relacionada ao respeito ao colaborador e às relações de trabalho, à defesa da infância e ao combate ao trabalho infantil, além de um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Certificação ISO 14001 – Relacionada a aspectos ambientais, com destaque para trabalhos de redução da geração de resíduos sólidos de obras civis e do consumo de insumos. O Bradesco foi a primeira Instituição Financeira no Brasil a receber esta Certificação.

Certificação ISO 14064 – Nas questões relativas à quantificação, monitoramento, verificação e validação das emissões dos Gases de Efeito Estufa – GEE.

Certificação OHSAS 18001 – Para questões relativas à saúde ocupacional e segurança no trabalho, como ergonomia, prevenção de acidentes e qualidade de vida.

Certificação ISO IEC 27001 – Relacionada ao Sistema de Gestão da Segurança da Informação.

As Certificações ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000 foram concedidas ao Prédio Bradesco Avenida Paulista, em São Paulo, Capital, e esta última, também a toda a Cidade de Deus, em Osasco.

Os resultados alcançados estão em sintonia com as estratégias adotadas pela Organização Bradesco para ampliar a sua presença no cotidiano dos brasileiros, oferecendo o melhor atendimento aos clientes, produtos e serviços de qualidade e soluções eficientes. Inspiram renovada confiança no futuro e criam ambiente favorável para realizações ainda mais consistentes em 2011. Refletem o esforço permanente de contribuir para edificar um País cada vez mais desenvolvido, justo e próspero. Pelos avanços conquistados, agradecemos o apoio e confiança dos nossos acionistas e clientes e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2011

**Conselho de Administração
e Diretoria**

(*) Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

Ao
Conselho de Administração
Banco Bradesco S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Bradesco S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

São Paulo, 14 de abril de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1



Notas Explicativas

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	Nota	2010	2009
Receita de juros e similares	6	63.772.183	55.165.229
Despesa de juros e similares	6	(31.000.892)	(27.974.717)
Resultado líquido de juros		32.771.291	27.190.512
Receita de serviços e comissões	7	9.421.485	7.866.601
Despesa de serviços e comissões	7	(26.947)	(19.219)
Resultado líquido de serviços e comissões		9.394.538	7.847.382
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação	8	2.212.733	5.983.781
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	9	754.416	757.255
Ganhos/(perdas) líquidos de operações de câmbio	10	(682.961)	(897.638)
Resultado de seguros e previdência	11	2.577.730	1.778.016
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	12	(5.756.125)	(10.809.611)
Despesas de pessoal	13	(8.794.017)	(7.334.164)
Outras despesas administrativas	14	(9.761.445)	(8.138.058)
Depreciação e amortização	15	(1.966.433)	(1.516.529)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	(6.002.663)	(3.024.640)
Resultado operacional		14.747.064	11.836.306
Resultado de participação em coligadas	27	577.053	728.867
Resultado antes da tributação sobre o lucro		15.324.117	12.565.173
Imposto de renda e contribuição social	17	(5.271.924)	(4.264.330)
Lucro líquido do exercício		10.052.193	8.300.843
Atribuível a acionista:			
Controladores		9.939.575	8.283.007
Não controladores		112.618	17.836
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):			
– Lucro por ação ordinária	18	2,52	2,12
– Lucro por ação preferencial	18	2,77	2,34

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Lucro líquido do exercício	10.052.193	8.300.843
Ganhos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	651.063	3.486.555
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	(11.708)	-
Efeito dos impostos	(255.742)	(1.394.623)
Total do resultado abrangente do exercício	10.435.806	10.392.775
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	10.323.188	10.374.939
Não controladores	112.618	17.836

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas

	R\$ mil			
	31 de dezembro			1º de janeiro de 2009
	Nota	2010	2009	
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos	19	80.960.127	24.850.091	22.472.035
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	20	64.715.412	82.721.843	61.815.157
Empréstimos e adiantamentos a clientes	21	210.280.182	174.240.350	167.510.190
Ativos financeiros para negociação	22a	75.234.191	54.480.534	68.281.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	40.179.144	44.046.416	30.091.362
Investimentos mantidos até o vencimento	24	3.394.307	3.882.979	4.096.451
Ativos cedidos em garantia	25	79.700.612	60.072.653	36.124.618
Ativos não correntes mantidos para venda	26	412.142	455.874	325.980
Investimentos em coligadas	27	2.298.200	1.431.157	1.033.006
Ativos tangíveis	29	3.669.281	3.404.541	3.179.383
Ativos intangíveis	30	5.412.088	4.721.558	3.285.790
Impostos correntes		1.590.297	2.122.244	1.858.441
Impostos diferidos	17	12.733.792	12.526.420	12.105.860
Outros ativos	31	22.374.249	20.727.291	38.209.026
Total do ativo		602.954.024	489.683.951	450.389.272
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	32	171.920.917	120.067.970	100.010.765
Recursos de clientes	33	192.475.948	169.946.116	163.428.153
Passivos financeiros para negociação	22b	732.967	532.422	2.055.670
Recursos de emissão de títulos	34	17.809.765	7.682.798	8.865.666
Dívidas subordinadas	35	26.314.946	23.103.977	19.686.662
Provisões técnicas de seguros e previdência	36	83.493.046	72.596.897	62.567.683
Provisões	38	13.327.866	10.852.483	9.958.702
Impostos correntes		1.923.372	1.245.832	1.009.027
Impostos diferidos	17	1.980.544	1.151.927	388.150
Outros passivos	39	41.816.088	37.856.822	46.886.201
Total do passivo		551.795.459	445.037.244	414.856.679
Patrimônio líquido	40			
Capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora		51.051.234	44.191.454	35.292.523
Capital social		28.500.000	26.500.000	23.000.000
Ações em tesouraria		(10.049)	(188.874)	(4.853)
Reservas de capital		87.146	87.146	62.614
Reservas de lucros		19.481.986	15.022.670	11.860.287
Capital integralizado adicional		70.496	150.032	-
Lucro/(prejuízo) abrangente acumulado		2.219.272	1.835.659	(256.273)
Lucros acumulados		702.383	784.821	630.748
Participação de acionistas não controladores		107.331	455.253	240.070
Total do patrimônio líquido		51.158.565	44.646.707	35.532.593
Total do passivo e patrimônio líquido		602.954.024	489.683.951	450.389.272

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outras reservas			Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária	Capital integralizado adicional	Lucro abrangente acumulado ⁽¹⁾	Lucros acumulados			
Saldo em 1º de janeiro de 2009	23.000.000	(4.853)	62.614	1.853.688	10.006.599	-	(256.273)	630.748	35.292.523	240.070	35.532.593
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	8.283.007	8.283.007	17.836	8.300.843
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	2.091.932	-	2.091.932	-	2.091.932
Lucro abrangente									10.374.939	17.836	10.392.775
Aquisições de ações em tesouraria	-	(184.021)	-	-	-	-	-	-	(184.021)	-	(184.021)
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.131	19.131
Incorporação de ações da Odontoprev	-	-	-	-	-	150.032	-	-	150.032	185.780	335.812
Constituição de reservas	-	-	-	400.614	4.893.586	-	-	(5.294.200)	-	-	-
Aumento de capital com reservas ^{(2) (3)}	2.131.817	-	-	-	(2.131.817)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital ⁽²⁾	1.368.183	-	24.532	-	-	-	-	-	1.392.715	-	1.392.715
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(2.834.734)	(2.834.734)	(7.564)	(2.842.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	26.500.000	(188.874)	87.146	2.254.302	12.768.368	150.032	1.835.659	784.821	44.191.454	455.253	44.646.707
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	9.939.575	9.939.575	112.618	10.052.193
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	390.638	-	390.638	-	390.638
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(7.025)	-	(7.025)	-	(7.025)
Lucro abrangente									10.323.188	112.618	10.435.806
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(79.536)	-	-	(79.536)	(429.571)	(509.107)
Aquisições de ações em tesouraria	-	(14.789)	-	-	-	-	-	-	(14.789)	-	(14.789)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	193.614	-	-	(193.614)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	501.083	6.151.847	-	-	(6.652.930)	-	-	-
Aumento de capital com reservas ⁽⁴⁾	2.000.000	-	-	-	(2.000.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital ⁽⁵⁾	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000
Capital a integralizar ⁽⁵⁾	(1.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.369.083)	(3.369.083)	(30.969)	(3.400.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	28.500.000	(10.049)	87.146	2.755.385	16.726.601	70.496	2.219.272	702.383	51.051.234	107.331	51.158.565

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Informações por ações ^{(2) (3) (4)}		
Lucros distribuídos (juros sobre o capital próprio e dividendos) (Em Reais mil)	3.369.083	2.834.734
Ordinária (Em Reais)	0,85	0,73
Preferencial (Em Reais)	0,94	0,80

- (1) Consiste em ganhos não realizados de títulos e valores mobiliários, classificados como disponíveis para venda líquidos dos efeitos tributários, que montam R\$ 1.479.515 mil (2009 – R\$ 1.223.773 mil e em 1º de janeiro de 2009 R\$ 170.850 mil);
- (2) Em 29 de outubro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela incorporação do Banco Ibi S.A, mediante a emissão de 45.662.775 novas ações, sendo 22.831.389 ações ordinárias e 22.831.386 ações preferenciais, atribuídas aos acionistas do Banco Ibi S.A., no valor de R\$ 1.368.183 mil e aumento de capital mediante a transferência de reserva, sem emissão de ações, no valor de R\$ 131.817 mil, sendo R\$ 65.909 mil em ações ordinárias e R\$ 65.908 mil em ações preferenciais;
- (3) Em 18 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada 10 possuídas da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada 10 possuídas. A mesma Assembleia deliberou o aumento de capital mediante a transferência de reservas, no valor de R\$ 2.000.000 mil, sendo R\$ 1.000.000 mil de ações ordinárias e R\$ 1.000.000 mil de ações preferenciais;
- (4) Em 10 de junho de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada 10 possuídas da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores, foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada 10 possuídas. A mesma Assembleia deliberou o aumento do Capital Social mediante a transferência de reservas, no valor de R\$ 2.000.000 mil, sendo R\$ 1.000.000 mil de ações ordinárias e R\$ 1.000.000 mil de ações preferenciais; e
- (5) Em 17 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do Capital Social, no valor de R\$ 1.500.000 mil, elevando-o de R\$ 28.500.000 mil para R\$ 30.000.000 mil, mediante a emissão de 62.344.140 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 31.172.072 ordinárias e 31.172.068 preferenciais, mediante subscrição particular pelos acionistas no período de 29 de dezembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, na proporção sobre a posição acionária que cada um possuía na data da Assembleia, com integralização à vista em 18 de fevereiro de 2011.

Notas Explicativas

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Atividades operacionais		
Lucro líquido antes da tributação sobre o lucro	15.324.117	12.565.173
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável reconhecido decorrente de perda de crédito	5.756.125	10.809.611
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	14.294.976	12.768.473
Ganhos realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda	(645.216)	(549.038)
Depreciação	956.092	824.899
Amortização de ativos intangíveis	1.010.341	691.630
Perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	26.493	36.511
Resultado de participação em empresas não consolidadas	(577.053)	(728.867)
Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	292.595	315.248
Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	12.148	14.355
Ganhos na venda de investimentos não consolidados	-	(2.409.619)
Variações em ativos e obrigações:		
Aumento em depósitos compulsórios no Banco Central	(47.273.389)	(4.722.952)
Aumento em empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	(29.473.272)	(22.935.353)
Aumento em empréstimos e adiantamentos a clientes	(81.584.730)	(44.996.235)
(Aumento)/redução em ativos financeiros para negociação	(36.900.513)	2.166.148
Redução/(aumento) em impostos correntes ativos	531.947	(263.803)
Redução em impostos diferidos ativos	317.550	452.100
(Aumento)/redução em outros ativos	(1.578.591)	18.752.963
Aumento líquido em recursos de instituições de crédito	62.708.679	26.705.387
Aumento líquido em recursos de clientes	32.148.572	14.716.268
Aumento/(redução) em passivos financeiros mantidos para negociação	200.545	(1.523.248)
Redução em provisões técnicas de seguros e previdência	(3.398.827)	(2.739.259)
Aumento em provisões	2.475.383	893.781
Aumento/(redução) em outros passivos	9.209.750	(8.749.105)
Redução em impostos correntes passivos	(2.178.976)	(2.503.302)
Aumento em impostos diferidos passivos	828.617	763.777
Dividendos recebidos de investimentos não consolidados	496.698	560.965
Juros recebidos	52.844.025	48.030.114
Juros pagos	(20.474.472)	(15.892.066)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.196.072)	(3.791.506)
Caixa líquido/(aplicado em) proveniente de atividades operacionais	(27.846.458)	39.263.050
Atividades de investimento		
Aquisição de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes a caixa pagos	(226.765)	35.779
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda	(41.287.204)	(15.854.009)
Baixas de ativos financeiros disponíveis para venda	9.405.730	754.251
Aquisições de ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	(14.554)
Resgates pelo vencimento de ativos financeiros mantidos até o vencimento	89.844	62.828
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	327.377	324.246
Aquisição de investimentos não consolidados	(786.688)	(339.902)
Alienação de investimentos não consolidados	-	2.519.272
Aquisição de ativos tangíveis	(1.409.825)	(1.299.292)
Alienação de ativos tangíveis	176.845	252.150
Aquisição de ativos intangíveis	(1.695.177)	(1.058.075)
Dividendos recebidos	109.200	208.217

Notas Explicativas

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Juros recebidos	5.494.551	2.736.771
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(29.802.112)	(11.672.318)
Atividades de financiamento		
Emissão de recursos de emissão de títulos	12.815.608	3.565.694
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(3.725.745)	(3.705.243)
Emissão de dívidas subordinadas	1.282.600	2.628.271
Pagamento de dívidas subordinadas	(828.351)	-
Aquisição de ações próprias	(14.789)	(184.021)
(Redução)/aumento da participação dos acionistas não controladores	(448.060)	19.131
Juros pagos	(1.611.252)	(2.933.162)
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos	(2.914.982)	(2.829.871)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	4.555.029	(3.439.201)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(53.093.541)	24.151.531
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	89.359.152	65.207.621
No encerramento do exercício	36.265.611	89.359.152
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(53.093.541)	24.151.531
Transações não de caixa		
Operações de crédito transferidas para ativos não correntes	988.702	1.054.613
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, ainda não pagos	2.029.222	1.548.141
Ganhos não realizados em títulos disponíveis para venda	(390.638)	(2.091.932)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	7.025	-
Troca de ações da aquisição da Odontoprev	-	327.302

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas

1) Informações gerais

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e de seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento e administração de consórcio. O segmento de seguros contempla os seguros de automóveis, saúde, vida, acidentes, propriedades, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, *corporate finance* e serviços de banco de investimento, operações de *hedge* e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

A Organização foi originalmente registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”) passando também, posteriormente, a ser registrada na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”).

As demonstrações contábeis consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2011.

2) Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da Organização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Estas demonstrações contábeis consolidadas são cobertas pela IFRS 1 (R) – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS 1 (R)”). Para maiores informações sobre a preparação das primeiras demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as IFRSs na Nota 46 – Transição para IFRS.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do resultado abrangente, a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada do fluxo de caixa e as notas explicativas.

A Organização classifica suas despesas pelo critério de natureza.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresentam as alterações no caixa e equivalentes de caixa ocorridas no exercício, oriundas das atividades operacionais, de investimentos e de

Notas Explicativas

financiamentos. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos de alta liquidez e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Nota 19 apresenta a classificação dos itens de caixa e equivalentes de caixa nas contas do balanço patrimonial consolidado. O fluxo de caixa das atividades operacionais foi determinado pelo método indireto. Portanto, o saldo de lucro antes dos impostos e da parcela de participação dos acionistas não controladores foi ajustado por transações que não afetam o caixa, tais como, provisões, depreciações, amortizações e perdas por valor não recuperável de empréstimos e adiantamentos. Os juros recebidos e pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades operacionais.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações contábeis consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da provisão para perdas por valor não recuperável de empréstimos e adiantamentos, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por valor não recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo das provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis e por todas as empresas da Organização.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo aquelas de controle compartilhado, bem como os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais entidades incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Principais Entidades da Organização

	Ramo de atividade	Participação no capital (%)		
		31 de dezembro		1º de janeiro 2009
		2010	2009	
Alvorada Cartões, Crédito Financiamento e Investimento S.A.	Bancária	100,00	100,00	100,00
Banco Alvorada S.A. ⁽¹⁾	Bancária	99,95	99,94	99,88
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	Bancária	100,00	100,00	100,00
Banco Bankpar S.A.	Bancária	100,00	100,00	100,00
Banco Boavista Interatlântico S.A.	Bancária	100,00	100,00	100,00
Banco Bradesco Argentina S.A.	Bancária	99,99	99,99	99,99
Banco Ibi S.A.	Bancária	100,00	100,00	-
Banco Bradesco BBI S.A.	Banco de Investimentos	98,35	98,35	98,33
Banco Bradesco Cartões S.A.	Cartões	100,00	100,00	100,00
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Adm.de Consórcios	100,00	100,00	100,00
Bradseg Participações Ltda.	Holding	100,00	100,00	100,00
Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros	Seguradora	100,00	100,00	100,00
Bradesco Capitalização S.A.	Capitalização	100,00	100,00	100,00
Odontoprev S.A.	Seguradora/Saúde Dental	43,50	43,50	-

Notas Explicativas

	Ramo de atividade	Participação no capital (%)		
		31 de dezembro		1º de janeiro 2009
		2010	2009	
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	100,00	100,00	100,00
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	100,00	100,00	100,00
Bradesco Saúde S.A.	Seguradora/Saúde	100,00	100,00	100,00
Bradesco Seguros S.A.	Seguradora	100,00	100,00	100,00
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Previdência/Seguradora	100,00	100,00	100,00
Bradesplan Participações Ltda.	Holding	100,00	100,00	100,00
BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Adm.de Ativos	100,00	100,00	100,00
Tempo Serviços Ltda.	Prestação de Serviços	100,00	100,00	100,00
União de Participações Ltda.	Holding	100,00	100,00	100,00
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	100,00	100,00	100,00

(1) Aumento de participação por subscrição de capital.

i. Controladas

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Organização exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Organização possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Organização controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Organização e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios é incluído nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixa de existir.

Para aquisições que se enquadrem na definição de negócio, será aplicado o método do custo de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Ativos identificáveis adquiridos e obrigações e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente ao valor justo na data da aquisição, independentemente da extensão de qualquer participação de não controlador. O custo de aquisição que exceder ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Qualquer ágio resultante da consolidação inicial é testado para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de redução desse valor, sendo baixado caso necessário. Se o custo da aquisição for inferior ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida diretamente na demonstração do resultado consolidado.

Para aquisições que não se enquadrem na definição de negócio, a Organização aloca o custo entre os ativos e passivos individuais identificáveis. O custo dos ativos e passivos adquiridos é determinado (a) pela contabilização de ativos e passivos financeiros ao seu valor justo na data da aquisição, conforme mensurado de acordo com a IAS 39, “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração” e (b) pela alocação do saldo remanescente do custo de

Notas Explicativas

compra dos ativos e passivos para os ativos e passivos individuais, que não sejam instrumentos financeiros, com base no valor justo na data da aquisição.

ii. Coligadas

São classificadas como coligadas todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração.

Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Organização pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por valor não recuperável) identificado na aquisição.

iii. Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)

A Organização participa de acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao controle conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores). Os investimentos em empreendimento controlado em conjunto são registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Organização pelo método de consolidação proporcional.

Para informações financeiras sumarizadas dos empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de consolidação proporcional, veja Nota 28.

iv. Entidades de propósito específico

Mesmo que não haja relação entre os acionistas, as entidades de propósito específico (SPE) são consolidadas de acordo com a SIC-12, caso a Organização as controle sob uma perspectiva econômica.

Ao avaliar se a Organização controla ou não uma SPE, além dos critérios da IAS 27, a Organização considera uma série de fatores, entre os quais:

- (a) Se as atividades da SPE são conduzidas em nome da Organização de acordo com suas necessidades comerciais específicas, de modo que a Organização beneficie-se das operações da SPE; ou
- (b) Se a Organização tem o poder de tomar a decisão de obter a maioria dos benefícios das atividades da SPE ou se a Organização delegou esse poder de decisão ao acionar um mecanismo de "piloto automático"; ou
- (c) Se a Organização possui os direitos para obter a maioria dos benefícios das atividades da SPE e, portanto, pode estar exposta a riscos incorridos pelas atividades da SPE; ou
- (d) Se a Organização retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relacionados à SPE ou a seus ativos de modo a beneficiar-se de suas atividades.

Notas Explicativas

Sempre que ocorrer uma mudança na forma de relacionamento entre a Organização e a SPE, a Organização reavaliará a consolidação. Os indicadores da necessidade de reavaliar a consolidação são, em sua maioria, mudanças na estrutura acionária da SPE, em termos contratuais e na estrutura financeira.

v. Transações e participações de não controladores

A Organização contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado como lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores.

vi. Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre empresas da Organização, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiquem a existência de perda ao valor não recuperável que deva ser reconhecida nas contas consolidadas. O processo de consolidação considera que as empresas possuem consistência em suas políticas e práticas contábeis, bem como métodos de avaliação similares para transações e eventos similares e em circunstâncias parecidas.

b) Conversão de moeda estrangeira

i. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade da Organização são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual cada entidade atua. As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Organização.

ii. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, que são transações expressas ou liquidadas em moeda estrangeira, são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço. Os ativos e passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Notas Explicativas

No caso de alterações no valor justo dos ativos monetários denominados em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, uma separação é efetuada entre as variações cambiais relacionadas ao custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título, exceto perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido.

iii. Empresas da Organização

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Organização (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de operações no exterior, inclusive o ágio e os ajustes do valor justo relativos à aquisição, são convertidos em reais pelas taxas cambiais em vigor na data das demonstrações contábeis;
- As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em reais pelas taxas médias cambiais (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor na data da transação, caso em que as receitas e despesas são convertidas nas datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

As diferenças de câmbio decorrentes do processo acima são relatadas no patrimônio líquido como "ajuste de conversão de subsidiária no exterior".

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas na conversão de investimentos são classificadas em "Lucro abrangente acumulado". Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pela Organização para gerenciar de seus compromissos de curto prazo. Veja Nota 19 (b) – Caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas**d) Operações compromissadas**

Ativos financeiros vendidos com compromisso de recompra são reclassificados nas demonstrações contábeis como “Ativos cedidos em garantia”, quando o adquirente tem o direito de revenda ou repasse desse ativo. O passivo desta transação é registrado como “Recursos de instituições de crédito – Captações no mercado aberto”. Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

e) Ativos e passivos financeiros**i. Ativos financeiros**

A Organização classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Títulos e valores mobiliários são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes ativos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e ativos financeiros para negociação (quando do reconhecimento inicial).

Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

A Organização não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são ativos mantidos pela Organização com o propósito de vender no curto prazo ou mantidos como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças no valor justo são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação”. As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em “Resultado líquido de juros”.

Notas Explicativas

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados em mantidos até o vencimento, empréstimos ou recebíveis ou a valor justo por meio do resultado, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em reserva de lucro abrangente, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no lucro abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. As variações cambiais ativas ou passivas em investimentos de títulos de dívida classificadas como disponíveis para venda são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, exceto quando forem oriundas de controladas no exterior que possuam moeda funcional diferente da moeda da Organização.

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo, que a Organização tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receita de juros e similares". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é reconhecida na demonstração do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e que a Organização não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos no balanço patrimonial como empréstimos e adiantamentos a instituição de crédito ou a clientes. Os juros sobre empréstimos são incluídos no resultado com "Receita de juros e similares". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do empréstimo e adiantamentos, e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

ii. Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e a custo amortizado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros para negociação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização correspondem aos instrumentos financeiros derivativos, a menos que sejam designados e efetivos como instrumentos de *hedge*.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, seus custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação".

- **Passivos financeiros a custo amortizado**

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, inicialmente, registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

iii. Instrumentos financeiros derivativos e operações de "*hedge*"

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações reconhecidas na demonstração do resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação". Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte.

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas

Notas Explicativas

de *valuation* (por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado.

Os derivativos são considerados ativos quando o valor justo for positivo e, passivos quando o valor justo for negativo.

A Organização não pratica operações de *hedge accounting* (*hedge* contábil).

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados por seus valores justos e os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo são incluídos na demonstração do resultado.

iv. Reconhecimento

Inicialmente, a Organização reconhece os empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, na qual a Organização vem a ser parte, conforme as disposições contratuais do instrumento.

v. Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, canceladas ou expiram.

vi. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são confrontados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Organização possui a intenção e o direito legal de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vii. Determinação do valor justo

A determinação dos valores justos de ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidora para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem técnicas de valor presente líquido, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. A Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros que consideram dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação não podem refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

viii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data de balanço, a Organização avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam sofrendo a perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros, que podem ser estimados de modo confiável.

Os critérios que a Organização utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada nos ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo; e
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com a inadimplência sobre os ativos.

A Organização considera evidências de perda por redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos quanto para ativos em nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas.

Todos os ativos significativos, que a avaliação indique não serem especificamente

Notas Explicativas

deteriorados, são avaliados coletivamente para detectar qualquer perda por redução ao valor recuperável incorrido, porém ainda não identificado. Os ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, que não são individualmente significativos, são avaliados coletivamente para detectar perda por redução ao valor recuperável, agrupando-os conforme características de risco similares. Os ativos financeiros, que são individualmente avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável e que seja reconhecida uma perda, não são incluídos na avaliação coletiva de perda por redução ao valor recuperável.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros em vigor. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecida na demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflete os fluxos de caixa, que podem resultar da execução do ativo deduzido dos custos de obtenção e venda da garantia, seja tal execução provável ou não.

Para efeitos de uma avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito (isto é, com base no processo, a Organização classifica o tipo de ativos, segmentos de atuação, localização geográfica, tipo de garantia, vencimento e outros fatores relacionados). Essas características são relevantes para a estimativa dos fluxos de caixa futuros para grupos de tais ativos, por serem indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas, de acordo com os termos contratuais dos ativos a serem avaliados.

Os fluxos de caixa futuros em um grupo de ativos financeiros, testados conjuntamente para determinar se há alguma redução ao valor recuperável, são estimados com base nos fluxos de caixa contratados dos ativos do Grupo e no histórico de perdas para os ativos com características de risco de crédito similares as dos ativos do Grupo. O histórico de perdas é ajustado de acordo com dados atuais observáveis para refletir os efeitos das condições atuais, que não afetaram o período no qual o histórico de perda se baseia e para remover os efeitos das condições existentes no período histórico e que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas usadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após a redução ao valor recuperável, a receita financeira é reconhecida usando a taxa de juros real que foi usada para descontar os fluxos de caixa futuros, a fim de mensurar a perda por redução ao valor recuperável.

Quando não for possível receber um crédito, este é baixado contra a respectiva provisão para perda por redução ao valor recuperável de créditos. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado.

Notas Explicativas**(b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda**

A Organização avalia, ao final de cada período de apresentação de relatórios, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorando. Para os instrumentos de dívida, a Organização usa os critérios mencionados no item (a) acima. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos incorrem perda de seu valor recuperável. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo acumulado - mensurado como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos de capital reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Aumento no valor justo dos instrumentos de capital, após a redução ao valor recuperável, é reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

f) Ativos não correntes mantidos para venda

Em alguns casos, uma propriedade é reintegrada após a execução dos créditos inadimplentes. Propriedades reintegradas são mensuradas pelo valor contábil ou pelo seu valor justo – o que for menor – deduzidos os custos de venda, e o montante é registrado em “Ativos não correntes mantidos para venda”.

g) Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar uma perda potencial, por meio da pulverização de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro nos exime de nossas obrigações para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para ressegurar os riscos brasileiros, os quais na sua maioria são cedidos a resseguradores locais. Desta forma, os riscos de redução ao valor recuperável são reduzidos. Caso existam indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos serão ajustados ao seu valor recuperável com as perdas sendo registradas no resultado do exercício.

h) Despesas de comercialização diferida

Compõem as despesas de comercialização diferidas, os montantes referentes a comissões, agenciamentos e angariações relativos à comercialização de apólices de seguros, e as despesas com comissão realizadas são apropriadas ao resultado pelo período de vigência das respectivas apólices e as despesas com agenciamentos e angariações realizadas no período de doze meses.

Notas Explicativas

i) Ativos tangíveis

i. Reconhecimento e avaliação

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à sua funcionalidade. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando as partes de um item possuem diferentes vidas úteis, estas são contabilizadas como itens separados (principais componentes) do ativo tangível.

A vida útil e os valores residuais dos bens do ativo tangível são reavaliados e ajustados, se necessários, periodicamente.

Não houve indicativo de perdas por redução ao valor recuperável nos exercícios reportados.

Ganhos e perdas com a venda de ativos tangíveis são registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

ii. Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do ativo tangível é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados no bem sejam revertidos para a Organização e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. Demais custos de reparos do ativo tangível são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e sua vida útil.

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de *software* e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados usando o método linear durante sua vida útil econômica estimada, que geralmente não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

No geral, os ativos intangíveis identificados da Organização possuem vida útil definida. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Notas Explicativas

i. **Ágio (Goodwill)**

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão do interesse da Organização sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada, coligada ou *joint venture* na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando o excesso for negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma Unidade Geradora de Caixa com o valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

ii. **Software**

Software adquirido pela Organização é registrado ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando a Organização consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do *software* de modo a gerar benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *software* desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil. Os *software* desenvolvido internamente é registrado pelo seu custo capitalizado, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Despesas subsequentes com *software* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de um *software* é de dois a cinco anos.

iii. **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis referem-se basicamente à carteira de clientes e aquisição de direito de prestação de serviços bancários. São registrados ao custo menos as perdas por redução ao

Notas Explicativas

valor recuperável se existir e amortizados em um período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro.

Esses ativos intangíveis são revisados anualmente, ou sempre que ocorrer eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar a irrecuperabilidade do valor contábil dos ativos, sendo que nesse caso sua baixa é reconhecida imediatamente no resultado.

k) Arrendamento mercantil

A Organização participa no mercado de arrendamento mercantil tanto como arrendador quanto como arrendatário.

Os arrendamentos, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros.

Como arrendatário, a Organização classifica seus arrendamentos, substancialmente, como arrendamentos operacionais, sendo que os pagamentos mensais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes do vencimento contratual, qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

Como arrendador, a Organização possui, substancialmente, contratos de leasing financeiro.

i. *Concessão de arrendamento mercantil financeiro*

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro no balanço patrimonial é realizado na conta de “empréstimos e adiantamentos a clientes” a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pela Organização e incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação à negociação, estruturação e vendas de arrendamentos mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa quando do reconhecimento do lucro da venda do arrendamento, que é reconhecido no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida no resultado imediatamente.

Notas Explicativas**ii. Concessão de arrendamento mercantil operacional**

Os ativos mantidos em um arrendamento operacional no balanço patrimonial são contabilizados nas contas do ativo de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pela Organização são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

A receita do arrendamento é reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, incorridos da realização da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciáveis é consistente com a política de depreciação utilizada pela Organização para ativos similares.

I) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável.

Para fins de avaliação da perda pela redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é maior que seu valor em uso e seu valor justo deduzido os custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não pode ser revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Notas Explicativas

m) Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados são as principais fontes de captação utilizadas pela Organização para financiamento de suas operações.

São inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e, subsequentemente, mensurados por seu custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

n) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente e legal, que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados caso exista uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou caso exista uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito seja provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos, que incorporem benefícios econômicos.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

o) Classificação dos contratos de seguro e de investimento

Um contrato em que a Organização aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. A Organização emite contratos de seguro e produtos de previdência, que transferem tanto risco de seguro quanto risco financeiro. A Organização entende que ambos os produtos contêm risco de seguro significativo e por isso são contabilizados como contratos de seguro, segundo a IFRS 4. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica da IFRS 4 por transferirem risco de seguro significativo. Um contrato emitido pela Organização que assume apenas o risco financeiro é registrado como um contrato de investimento. Os contratos classificados como contratos de investimento são relacionados aos produtos de capitalização, um tipo de poupança programada, combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro, que não transfere risco de seguro significativo.

p) Provisões técnicas de seguros e previdência

i. Seguros de danos, de vida sem cobertura por sobrevivência e saúde

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada “pro-rata” dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contempla as operações de transferência em resseguro e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros.

Notas Explicativas

Para a carteira de planos de saúde individuais, no que se refere à cobertura de remissão por cinco anos para os dependentes do titular, em caso de falecimento deste, constitui-se a provisão de benefícios a conceder (PMBAC). A metodologia para cálculo desta provisão leva em conta a expectativa de permanência dos titulares no plano até a sua saída do grupo por falecimento, e a partir deste momento, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o pagamento de prêmios.

A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) relativa às operações próprias é calculada atuarialmente para quantificar o montante dos sinistros ocorridos e que ainda não foram avisados pelos segurados/beneficiários. A metodologia tem como fundamento a projeção, com base no comportamento histórico observado, dos pagamentos de sinistros futuros relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo. Ao deduzir do valor projetado o total de provisão de sinistros a liquidar (PSL) estimada caso a caso, obtém-se a provisão IBNR.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais notificados recebidos e não pagos, existentes na data do balanço e os custos relacionados, tais como despesas com regulação de sinistros, honorários de sucumbência, entre outros.

A provisão de benefícios concedidos (PMBC) da carteira de planos de saúde individuais é constituída pelas obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, tomando como base o valor presente das despesas futuras estimadas com os custos de assistência saúde dos dependentes de titulares já falecidos.

Para a carteira de saúde individual e para uma carteira específica de seguro de vida sem reenquadramento de prêmio por faixa etária atingida, é constituída a provisão de insuficiência de prêmios (PIP) para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras e o valor presente esperado dos prêmios futuros.

A provisão complementar de prêmio (PCP) é constituída mensalmente para complementar a PPNG e considera estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos (RVNE).

As provisões técnicas relacionadas às operações de retrocessão são constituídas com base em informações recebidas das resseguradoras.

ii. Previdência complementar e seguros de vida com cobertura por sobrevivência

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) refere-se aos participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Nos planos de previdência estruturados no regime de Benefício Definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio, e são calculadas segundo metodologia atuarial e premissas estabelecidas em contrato. Para os planos do tipo “Fundo Garantidor de Benefício”, a provisão refere-se ao saldo acumulado até a data-base pelo participante em função de suas contribuições líquidas e respectivos rendimentos financeiros.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) vinculadas a seguros de vida e planos de previdência da modalidade “gerador de benefícios livres” (VGBL e PGBL) representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento e em quotas de fundos de investimento

Notas Explicativas

especialmente constituídos (FIEs).

A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados, de acordo com as bases técnicas (taxa garantida de juros e tábua biométrica) contratadas.

A provisão de insuficiência de contribuição (PIC) é constituída para fazer face à expectativa de oscilação desfavorável nos riscos técnicos assumidos na provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) e na provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC), considerando tendência de maior sobrevivência dos participantes e possíveis diferenças na expectativa de juros.

A provisão de eventos ocorridos mas não avisados (IBNR) relativa às operações de previdência é constituída a partir de percentuais de *benchmark*, definidos pelo órgão regulador de seguros e aplicados sobre os prêmios ou sinistros históricos. Estes percentuais são utilizados, pois o volume de dados históricos não é suficiente para compor uma experiência estatística própria com um aceitável nível de credibilidade.

A provisão de riscos não expirados (PRNE) é calculada de modo “*pro-rata*” dia, a partir da parcela das contribuições/prêmios correspondente aos períodos de riscos não decorridos, contemplando estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE).

A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde à parte do rendimento financeiro obtido com a aplicação das provisões que excedem a rentabilidade mínima garantida dos planos de previdência com cláusula de participação de excedente financeiro.

A provisão para despesas administrativas (PDA) apresentada na rubrica “Outras provisões” é constituída para cobrir as despesas administrativas futuras dos planos que prevêem o pagamento de anuidades, tomando como base o valor presente esperado das despesas administrativas relacionadas e a expectativa de pagamento das rendas.

A provisão de oscilação financeira (POF) registrada na rubrica “Outras provisões” é constituída até o limite de 15% da provisão matemática de benefícios a conceder relativa aos planos de previdência na modalidade de contribuição variável, com garantia de rendimentos para cobrir eventuais oscilações financeiras.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como “Despesas financeiras”.

iii. Operações com o seguro DPVAT

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados para encargos futuros é calculada e informada pela Seguradora Líder de Consórcios. Sobre os valores constituídos, são provisionados juros à razão de 6% ao ano, a débito da conta de “Despesas financeiras”.

iv. Teste de Adequação de Passivo (“LAT”)

Conforme requerido pela IFRS 4, em cada data de balanço, a Organização deve elaborar o teste de adequação de passivos para todos os contratos, que atendam à definição de um contrato de seguro, segundo a IFRS 4 e que estejam vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado, no mínimo, em cada data de reporte e considera como valor líquido contábil (*Net Carrying Amount*), os passivos de contratos de seguro permitidos, segundo a IFRS 4, deduzidas as despesas de comercialização diferida (DAC) e os ativos intangíveis relacionados. Este valor é comparado com o teste atuarial previsto no LAT.

Notas Explicativas

Para esse teste, a Organização utilizou metodologia atuarial, que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, considerando também as despesas de liquidação de sinistros, a partir de premissas atuariais na data de execução do teste. Neste teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

As premissas de sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, despesas de comercialização, cancelamento, contribuições futuras, resgates e conversão em renda adotadas no teste têm como base as observações históricas. Já as premissas de mortalidade e de sobrevivência seguem as tábuas biométricas construídas especificamente com a experiência do mercado segurador brasileiro, BR-EMS, sendo considerada ainda uma premissa de melhoria contínua da expectativa de vida, conhecida tecnicamente como *improvement*, de acordo com a tábua Escala G da Sociedade de Atuários – SOA. Outras premissas menos relevantes são utilizadas e são definidas ou com base no histórico do grupo ou com base em benchmarks de mercado.

As taxas de desconto utilizadas para se trazer os fluxos projetados a valor presente são as taxas a termo livres de risco correspondentes à garantia oferecida em cada produto.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Organização deve registrar a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período e constituir provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste. O teste de adequação dos passivos não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas.

q) Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que obrigam a Organização a assumir pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações contábeis ao valor justo na data em que a garantia foi dada. O valor justo de uma garantia financeira no momento da assinatura é zero porque todas as garantias estão de acordo sobre os termos normais de mercado. O valor do prêmio acordado corresponde ao valor da obrigação da garantia. Nenhum recebível de prêmios futuros é reconhecido. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades da Organização sobre tais garantias são mensuradas pelo maior montante inicial, deduzida a amortização de encargos e a melhor estimativa do montante necessário para liquidar a garantia. Estas estimativas são determinadas com base na experiência de transações semelhantes e histórico de perdas passadas, complementadas pelo julgamento da Administração. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado como “Outras receitas/(despesas) operacionais”.

Notas Explicativas**r) Benefícios aos empregados****i. Planos de contribuição definida**

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade “Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL)”. O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes, que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário.

As obrigações das contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, o Bradesco, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, é assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Organização, em relação a planos de previdência com benefício definido, é separadamente calculada para cada plano, estimando-se o valor do benefício futuro, que os empregados conquistaram por meio de seu trabalho no período corrente e em anteriores. Tal benefício é descontado para determinar seu valor presente e são deduzidos quaisquer custos de serviço passado não reconhecido, bem como o valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo é executado por um atuário qualificado, utilizando o método da unidade de crédito projetada.

Quando os benefícios de um plano são melhorados, a parcela dos benefícios aumentados referentes a serviços passados de empregados é reconhecida no resultado pelo método linear durante o período médio, até que os benefícios sejam adquiridos. À medida que certos benefícios são adquiridos, a despesa é reconhecida no resultado.

Com referência a ganhos e perdas atuariais que surgem no cálculo da obrigação da Organização em relação a um plano, na extensão em que qualquer ganho ou perda atuarial não reconhecido e cumulativo exceda 10% do que for maior entre o valor presente da obrigação para benefício definido e o valor justo dos ativos do plano. O excedente é reconhecido no resultado durante o tempo remanescente estimado de trabalho dos empregados participantes do plano. De outra forma, o ganho ou perda atuarial não é reconhecido.

Notas Explicativas

iii. Benefícios de demissão

Os benefícios de demissão são exigíveis quando o vínculo de emprego do funcionário é rescindido pela Organização antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a valor presente.

iv. Benefícios de curto prazo

Tais benefícios são registrados como despesa na demonstração do resultado em contrapartida de uma provisão no balanço patrimonial, sem desconto ao valor presente, se a Organização tiver a obrigação legal de efetuar o pagamento e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Planos de capitalização

Os produtos de capitalização correspondem a depósitos efetuados por clientes em montantes específico dependendo do plano aderido, os quais são resgatáveis pelo montante original acrescido de uma taxa de remuneração. Durante o prazo do plano os clientes participam de sorteios de prêmios em dinheiro. Estes produtos são regulamentados pelo órgão segurador no Brasil, porém não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto são classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A provisão para resgates de títulos vencidos, incluída na provisão para resgates, é constituída pelos valores de títulos já vencidos, porém não resgatados, sendo atualizada monetariamente com base nos indexadores previstos em cada plano. A provisão para resgates de títulos antecipados, também incluída na provisão para resgates, é constituída pelos valores de títulos com resgate solicitado e que ainda estão cumprindo carência, ou que serão pagos aos clientes no mês seguinte e títulos com resgate solicitado cujo valor não foi retirado pelos clientes, sendo atualizada monetariamente com base nos indexadores previstos em cada plano.

A provisão para sorteios é calculada com base em modelos atuariais, que estimam as probabilidades de ocorrência de sorteios comparativamente ao volume de títulos vendidos.

t) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Notas Explicativas**u) Serviços e comissões**

As receitas e despesas de serviços e comissões de um ativo ou passivo financeiro são incluídas no cálculo da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos, anuidade de cartões, tarifas de cobranças e consórcio são reconhecidos à medida que os serviços relacionados são prestados.

v) Resultado de seguros

Os prêmios de seguros são reconhecidos como receita proporcionalmente sobre o período de cobertura da apólice.

Os prêmios de seguros e cosseguros, e comissões, são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguros, e apropriados no decorrer do prazo de vigência das apólices. A parte dos prêmios recebidos de contratos em vigor que é relativa a riscos ainda não expirados é apresentada na data de reporte como provisão para prêmios não ganhos.

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices são reconhecidas no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As operações originadas de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As despesas de agenciamento e angariação de operações de previdência, seguros de vida e Saúde são diferidas e apropriadas ao resultado de modo linear pelo prazo de 12 meses.

Os prêmios de resseguros cedidos são diferidos de modo consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

w) Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 15% para instituições financeiras e equiparadas e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base

Notas Explicativas

nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

x) Apresentação de relatório por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a tomada de decisões pela Administração. A Organização opera principalmente nos segmentos bancário e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização realiza operações no setor bancário através das agências localizadas no país, das agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, previdência complementar e capitalização através da subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

y) Patrimônio Líquido

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias.

i. Custo de emissão de ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, reduzido de impostos, mitigando o valor de mensuração inicial das ações.

ii. Lucro por ação

A Organização apresenta dados de lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Organização pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Organização e mantidas em tesouraria.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com direito a diluição.

iii. Dividendos a pagar

Dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Dividendos do exercício, que foram aprovados e declarados após a data-base das demonstrações contábeis, são divulgados na nota de eventos subsequentes.

Notas Explicativas

3) Gerenciamento de riscos

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Organização permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração quando necessário.

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Organização. Essa instância, denominada Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, é um órgão estatutário, presidido pelo Diretor-Presidente da Organização, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos no âmbito da Organização.

Subsidiando o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, existem os Comitês Executivos de Gestão de Riscos de a) Crédito, b) Mercado e Liquidez, c) Operacional e d) Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, existindo ainda os Comitês Executivos das áreas de negócios, que, entre outras atribuições, sugerem os limites de tolerância a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e ao Conselho de Administração.

Refletindo o compromisso da Organização com o tema, destacamos a existência do Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, cuja missão é promover e viabilizar o controle dos riscos e a alocação de capital das atividades da Organização, de forma independente, consistente, transparente e integrada. Essa área também tem por atribuição atender as determinações do Banco Central do Brasil no que se refere às atividades de gerenciamento de riscos.

Também inserida neste departamento encontra-se a Modelagem de Riscos. A Organização considera que a mensuração quantitativa e a modelagem estatística são fundamentais para sustentar o gerenciamento de riscos. Por esta razão, a área de Modelagem trabalha na vanguarda dos avanços das ferramentas de gestão de informação e modelagem estatística.

3.1. Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de Risco de Crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos. Há também o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo ou prestação de garantias financeiras.

Notas Explicativas

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos etc.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores, mensuração e planos de mitigação, sendo o controle executado de maneira corporativa, centralizada e padronizada.

Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, consiste na possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas à Organização. Esse risco pode ser observado principalmente em transações que envolvam instrumentos derivativos, em que a contraparte está sujeita a oscilações de mercado.

A Organização mantém total controle sobre a posição líquida (ou seja, a diferença entre contratos de compra e venda) e a potencial exposição futura das operações nas quais existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedido aos clientes da Organização. Normalmente as garantias relacionadas a esse tipo de operação são os depósitos de margem realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

Concessão de Crédito

Sob a responsabilidade do Departamento de Crédito, o processo de concessão respeita a política de crédito da Organização primando pela segurança, qualidade, liquidez e diversificação na aplicação dos ativos de crédito. Todo este processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos da Organização e atende as determinações do Banco Central do Brasil.

Na constante busca por agilidade e rentabilidade nos negócios, a Organização utiliza metodologias direcionadas e adequadas a cada segmento em que atua, orientando a concessão de operações de crédito e a fixação de limites operacionais.

Na avaliação e na classificação do risco total do cliente ou grupo econômico são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais e comportamentais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Conforme as orientações contidas na Política de Crédito, todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais entre as dependências da Organização.

A Organização possui sistemas exclusivos de Credit e Behavior Scoring para a concessão de créditos massificados, que proporcionam maior agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

O Comitê Executivo de Crédito tem por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de atribuição de limites e operações propostas na Organização, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito. As consultas superiores à alçada deste Comitê, após seu parecer favorável, são submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando sempre ampará-los com

Notas Explicativas

garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de Risco de Crédito

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de procedimentos de crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

As classificações de risco para grupos econômicos - pessoas jurídicas – fundamentam-se em procedimentos estatísticos e julgamentais parametrizados, informações quantitativas e qualitativas. As classificações são efetuadas de modo corporativo e acompanhadas periodicamente, com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, as classificações de risco baseiam-se em variáveis cadastrais tais como renda, patrimônio, restrições e endividamento, além do histórico de relacionamento com a Organização, valendo-se também de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

A seguir se demonstra a classificação de risco utilizada, baseada na capacidade dos clientes honrarem seus compromissos:

	Rating interno	Classificação da Organização
1	AA1	Baixo risco
2	AA2	
3	AA3	
4	A1	
5	A2	
6	A3	
7	B1	
8	B2	
9	B3	
10	C1	
11	C2	
12	C3	
13	D	Médio risco
14	E	Maior risco
15	F	
16	G	
17	H	

Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa e centralizada. Todas as exposições a risco de crédito são analisadas, mensuradas, classificadas e acompanhadas de forma independente pela área de Risco de Crédito.

Essa área participa ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência e do nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Notas Explicativas

A área de Risco de Crédito atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação e na avaliação de riscos, quando da criação ou revisão de produtos e serviços.

Dentro da filosofia de disseminação das informações sobre risco, são realizadas diversas reuniões focadas no acompanhamento e no controle do risco de crédito. Com periodicidade mensal, as Áreas de Negócios e a Diretoria Executiva participam da Reunião de Acompanhamento da Carteira de Crédito e Recuperações, cujo principal objetivo é o posicionamento quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplências, provisões para devedores duvidosos, recuperações de crédito, concentrações de carteiras e outros itens para cada segmento de negócio da Organização e para todo o Conglomerado. Essas informações também são reportadas mensalmente ao Comitê de Auditoria.

Trimestralmente, é realizada a Reunião do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito, de característica deliberativa.

O processo de gerenciamento do risco de crédito abrange sua revisão periódica visando à incorporação de novas práticas e processos e o acompanhamento dos projetos para atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capital de Basileia. Todas as atividades são devidamente monitoradas visando o aprimoramento nos processos de gestão.

Exposição ao Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros.

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Caixa e disponibilidades em bancos	80.960.127	24.850.091	22.472.035
Instrumentos financeiros derivativos	1.650.708	1.369.967	2.386.414
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	64.715.412	82.721.843	61.815.157
Empréstimos e adiantamentos a clientes	225.635.918	189.165.495	177.802.404
Outros Ativos financeiros	191.893.419	156.928.199	132.886.058
Total dos itens registrados no balanço patrimonial	564.855.584	455.035.595	397.362.068
Total dos itens não registrados no balanço patrimonial	147.446.817	114.642.232	100.137.426
Total da exposição	712.302.401	569.677.827	497.499.494

A exposição máxima ao risco de crédito da Organização atingiu R\$ 712 bilhões em dezembro de 2010, apresentando aumento nos últimos anos devido ao incremento do volume de negócios, reflexo da melhor situação econômica do país.

Desta exposição, R\$ 81 bilhões referem-se à caixa e disponibilidades em bancos, sendo composto principalmente por saldos depositados no Banco Central do Brasil, para o qual existe um limitado e irrelevante risco de crédito.

Já os outros ativos financeiros correspondem a R\$ 191,9 bilhões, composto substancialmente por ativos financeiros registrados ao seu valor justo, que dentre outros fatores, refletem o risco de crédito do emissor. Adicionalmente, 64% dos outros ativos financeiros correspondem a títulos públicos do governo brasileiro os quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

Quanto aos itens não registrados no balanço, R\$ 105 bilhões referem-se a limites de crédito a liberar, dos quais 79% correspondem a limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário e cheque especial, sendo extremamente pulverizados. Além disso, R\$ 42 bilhões referem-se a garantias prestadas, as quais 90% são realizadas com grandes empresas, que de acordo com avaliação interna de ratings da Organização, são classificadas como baixo risco.

A seguir apresentamos análise detalhada sobre as nossas principais exposições ao risco de crédito, as quais somam R\$ 292 bilhões e contemplam os instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito e a clientes.

Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Negociados em bolsa de valores	35.113	63.501	434.755
Contrato de balcão	1.615.595	1.306.466	1.951.659
Total	1.650.708	1.369.967	2.386.414

Quanto aos instrumentos financeiros derivativos, nota-se que 98% referem-se a contratos de balcão. Deste montante, a contraparte, na sua maioria, é classificada nos ratings internos como de nível baixo risco. Desta forma, a exposição ao risco de crédito de instrumentos financeiros derivativos não é relevante.

Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito

A carteira de empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito classificados pelo rating interno da Organização apresenta-se como segue:

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Baixo risco	64.715.412	82.721.843	61.815.157
Médio risco	-	-	-
Maior Risco	-	-	-
Total	64.715.412	82.721.843	61.815.157

Baixo risco: Ratings AA1 – C3; Médio risco: Rating D; Maior Risco: Ratings E – H.

Todo montante de empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito estão classificados como não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução do valor recuperável. Além disso, a carteira não apresenta histórico de renegociações de dívidas.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados como:

- Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução do valor recuperável;
- Vencidos mas não sujeitos a perdas pela redução do valor recuperável, e
- Sujeitos a perdas pela redução do valor recuperável, o qual inclui empréstimos e adiantamentos classificados como default e empréstimos e adiantamentos que são analisados individualmente para perda.

A Organização classifica como default o devedor que possua empréstimos e adiantamentos em atraso por um período maior que 90 dias, que tenha contratos renegociados, ou que apresente

Notas Explicativas

outro indicativo de perda como, por exemplo, falência decretada ou concordata.

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução ao valor recuperável (i)	196.614.589	163.369.400	156.270.843
Vencidos mas não há perdas por redução ao valor recuperável (ii)	6.037.858	5.565.041	6.212.793
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável (iii)	22.983.471	20.231.054	15.318.768
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	225.635.918	189.165.495	177.802.404
Perdas por redução ao valor recuperável	(15.355.736)	(14.925.145)	(10.292.214)
Valor líquido	210.280.182	174.240.350	167.510.190

A carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes apresentou um crescimento de 19,3% em dezembro de 2010 comparativamente ao mesmo período do ano anterior em decorrência da expansão da atividade econômica.

A melhora da carteira é evidenciada pelo aumento dos créditos não vencidos e nem sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável, que apresentaram um crescimento de 20% em doze meses e que representaram 87,1% do total em dezembro de 2010 (86,4% em dezembro de 2009).

Além disso, ressalte-se como fator positivo a diminuição da representatividade das perdas por redução ao valor recuperável, que passaram para 6,8% da carteira em dezembro de 2010 ante 7,9% em dezembro de 2009.

(i) Empréstimos e adiantamentos a clientes não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução ao valor recuperável

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Baixo risco	194.270.226	161.459.818	154.806.799
Médio risco	1.918.707	1.694.681	1.305.149
Maior Risco	425.656	214.901	158.895
Total	196.614.589	163.369.400	156.270.843

Baixo risco: Ratings AA1 – C3; Médio risco: Rating D; Maior Risco: Ratings E – H.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes classificados como não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução do valor recuperável alcançaram R\$ 196,6 bilhões em dezembro de 2010. Do total dessas operações, 98,8% estavam classificados como forte, evidenciando a adequação e a consistência da política, dos processos e dos instrumentos de avaliação de crédito utilizados pela Organização.

Notas Explicativas**(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes vencidos, mas não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável**

Demonstramos abaixo a análise por faixa de dias vencidos dos contratos de empréstimos e adiantamentos que não estão marcados como default na análise coletiva e que não estão sujeitos a perda por redução no valor recuperável pela análise individual.

Para efeitos desta análise, um ativo é considerado em atraso e incluído no quadro abaixo quando qualquer pagamento é recebido em atraso ou não recebido sob estritas condições contratuais. O montante incluído nesta categoria refere-se ao ativo financeiro total, ou seja, não apenas a parcela em atraso mas o valor contratual acrescido de juros.

Os empréstimos e adiantamentos para os clientes que não são individualmente significativos, como por exemplo operações de varejo e que não tenham sido classificados como default estão sendo apresentados nesta categoria.

Os empréstimos e adiantamentos individualmente significativos podem estar sendo apresentados nesta categoria quando após realizada a análise individual não foi identificada necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável individual e dessa forma o mesmo é direcionado para a análise de perda coletiva.

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Vencidos em até 60 dias	5.185.401	4.851.897	5.412.335
Vencidos entre 61 e 90 dias	823.339	692.306	784.848
Vencidos acima de 90 dias	29.118	20.838	15.610
Total	6.037.858	5.565.041	6.212.793

O quadro anterior mostra os empréstimos e adiantamentos que apesar de registrarem algum atraso, não apresentam indicações de possíveis perdas por redução ao valor recuperável. Esse montante representou 2,7% da carteira em dezembro de 2010 (2,9% em dezembro de 2009).

(iii) Empréstimos e adiantamentos a clientes sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Carteira a vencer	11.677.435	9.404.002	6.953.954
Vencidos até 60 dias	2.143.584	1.986.177	1.611.651
Vencidos entre 61 e 90 dias	878.331	789.509	852.623
Vencidos acima de 90 dias	8.284.121	8.051.366	5.900.540
Total	22.983.471	20.231.054	15.318.768

Notas Explicativas

Os empréstimos e adiantamentos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável alcançaram R\$ 23,0 bilhões e representaram 10,2% do total da carteira em dezembro de 2010, ante 10,7% no mesmo período do exercício anterior. As menores participações desses créditos no total da carteira e das perdas por redução ao valor recuperável sobre o total das operações refletem a melhora de todo o ciclo de crédito, conforme comentado anteriormente.

Por Modalidade

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e adiantamento por modalidade que estão sujeitos a perda por redução no valor recuperável:

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Cartão de Crédito	3.181.897	2.165.185	1.568.456
Crédito Pessoal	2.485.736	3.820.616	1.854.338
Veículos - CDC	2.127.855	2.460.744	2.579.702
Capital de Giro	2.086.699	1.923.555	1.125.098
Leasing	1.864.016	2.283.465	1.029.196
Repasse BNDES/Finame	1.169.933	671.900	1.155.147
Crédito Rural	932.607	833.531	1.030.283
Financiamento a Exportação	828.502	1.103.457	416.284
Cheque Especial	547.985	481.858	447.909
Financiamento Imobiliário	337.099	192.049	230.206
Conta Garantida	243.411	294.801	297.625
Importação	110.146	39.928	33.789
Outros	7.067.585	3.959.965	3.550.735
Total	22.983.471	20.231.054	15.318.768

Empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados

	R\$ mil		
	Exposição máxima		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.911.604	5.546.177	3.089.034
Total	6.911.604	5.546.177	3.089.034

As renegociações incluem as reestruturações de dívida, que contemplam o alongamento dos planos de pagamento, entre outras variáveis. As políticas e as práticas de renegociação são baseadas em réguas de cobrança, e essas políticas são revisadas periodicamente.

Concentração do risco de crédito de empréstimos e adiantamentos

	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Maior devedor	1,2%	1,0%	1,3%
Dez maiores devedores	5,8%	6,2%	6,4%
Vinte maiores devedores	9,1%	9,4%	10,2%
Cinquenta maiores devedores	14,6%	15,7%	16,5%
Cem maiores devedores	18,5%	19,9%	21,6%

Os níveis de exposição de crédito dos cinquenta e cem maiores devedores mostraram-se menos concentrados quando comparados ao mesmo período do exercício anterior.

Notas Explicativas

Por Setor de Atividade

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo esta baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Setor público	973.497	1.620.709	941.224
Federal	585.521	1.155.865	465.757
Estadual	387.976	464.844	475.467
Setor privado	224.662.421	187.544.786	176.861.180
Indústria	45.588.624	39.867.934	45.108.531
Comércio	34.432.554	26.088.127	23.284.684
Serviços	52.988.679	42.229.175	37.550.413
Pessoa Física	88.727.218	76.686.579	68.655.506
Agronegócios	2.925.346	2.672.971	2.262.046
Total da carteira	225.635.918	189.165.495	177.802.404
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(15.355.736)	(14.925.145)	(10.292.214)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	210.280.182	174.240.350	167.510.190

A distribuição da carteira por setor de atividade econômica apresentou leve variação na participação dos setores que a compõem. Destaca-se a redução do setor público e a maior participação do comércio e de serviços nos últimos doze meses.

Mensuração do Risco de Crédito

As provisões para perdas por redução ao valor recuperável representam a estimativa da administração quanto a perdas incorridas inerentes à carteira de empréstimos e adiantamentos. A avaliação dessa estimativa se baseia nas revisões regulares de créditos individuais e nas análises de créditos com características homogêneas.

A análise de empréstimos e adiantamentos é aplicada a um grupo específico de clientes, que segundo nossa avaliação, já esta em situação de deterioração (*impaired*) e apresentam grande possibilidade de não pagamento, incluindo os juros incorridos. Nas situações de *impairment*, são avaliados os clientes com: a) créditos em atraso superior a 90 dias, b) créditos renegociados, c) perspectivas claras de deterioração, d) existência de requerimento de falência ou recuperação judicial.

Para os clientes individualmente significativos que estejam em situação de perda por redução ao valor recuperável, a mensuração da perda é efetuada de forma individual por grupo econômico, conforme Nota 2e(viii).

Para os clientes que não sejam individualmente significativos ou, sejam individualmente significativos e que não estejam sujeitos a perda por redução ao valor recuperável, as estimativas de perdas são atribuídas através de agrupamentos homogêneos, os quais têm como base a utilização de modelos internos, que consideram uma variedade de fatores incluindo a experiência recente de perdas, as condições econômicas atuais, o perfil dos clientes, as classificações internas de risco, entre outros.

Os principais fatores utilizados para a mensuração da perda por redução ao valor recuperável da carteira coletiva são: a) probabilidade de inadimplência (Probability of Default - PD), b) a exposição (Exposition At Default - EAD) e c) a perda após a inadimplência (Loss Given Default - LGD).

Notas Explicativas

A PD refere-se à probabilidade de inadimplência percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelo próprio de avaliação. Esse cálculo é realizado conforme a classificação de risco atribuída e o perfil do cliente (varejo, middle market, corporate etc).

O EAD é a exposição em um evento de inadimplência.

O LGD refere-se à proporção de crédito efetivamente perdido das operações que incorreram em inadimplência após todas as tentativas de recuperação, incluindo os respectivos custos.

Os créditos são baixados contra a provisão quando considerados incobráveis ou com perda (*impairment*) permanente e são geralmente baixados quando vencidos há um período entre 180 e 360 dias. Entretanto, operações de crédito de longo prazo, que possuem prazo original acima de 36 meses, são geralmente baixadas quando apresentarem atrasos entre 360 e 540 dias.

Mitigação do Risco de Crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, por meio da utilização de diversos tipos de garantias (*collaterals*), que podem ser hipotecas, alienações fiduciárias, fianças de terceiros e derivativos de crédito, entre outras. A avaliação da eficiência desses instrumentos é cuidadosamente realizada, considerando-se o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte do garantidor etc. Os principais tipos de garantia utilizados para mitigação de risco incluem depósitos em dinheiro; propriedades residenciais e comerciais; outros ativos como veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos; títulos financeiros; commodities; garantias bancárias e cartas de crédito, entre outros.

Conforme mencionado anteriormente, a Organização faz uso de derivativos de crédito para mitigação de risco de crédito. Este instrumento representa, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta as operações de derivativos de crédito:

	R\$ mil		
	Valor de risco de crédito		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Transferido			
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:			
• Títulos e valores mobiliários - Título da dívida pública brasileira	(483.198)	(548.478)	(780.653)
• Derivativos com empresas	(3.332)	(3.482)	(4.674)
Recebido			
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:			
• Títulos e valores mobiliários - Título da dívida pública brasileira	591.501	7.810.152	12.831.299
• Derivativos com empresas	13.330	13.930	219.306
Total	118.301	7.272.122	12.265.278
Margem depositada	181.442	428.565	1.733.378

A Organização realiza operações envolvendo derivativos de crédito com o objetivo de maximizar a gestão de seus ativos e de sua exposição ao risco. Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos diversos até 2013, sendo que 71% do montante vencerá em 2012. A marcação a mercado das taxas de proteção que remuneram a contraparte receptora do risco totaliza R\$ 1.712 mil (2009 - R\$ (2.067) mil e 2008 - R\$ (393.264) mil). O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

Na Nota 26 – Ativos não correntes mantidos para venda refere-se as garantias às quais a Organização toma posse e estão sendo apresentadas pelos seus respectivos valores contábeis.

3.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Organização, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Esse risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e gerenciado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização é conservador, sendo as diretrizes e os limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado de maneira corporativa e centralizada para todas as empresas da Organização. Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto a sua probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

A Organização busca estar alinhada com as melhores práticas internacionais de mercado, regulamentações locais e recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Assim, em 30 de junho de 2010, protocolou junto ao Banco Central do Brasil, sua candidatura à utilização de seus modelos internos de risco de mercado para mensuração do risco e da alocação de capital, seguindo os requisitos daquela autarquia e, conseqüentemente, do Novo Acordo de Capital da Basileia.

Notas Explicativas

O processo de gerenciamento de riscos da Organização conta com a participação de todas as suas camadas hierárquicas, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração dos Riscos de Mercado e Liquidez na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 3.464/07, do CMN, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, cuja revisão é realizada anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado e liquidez.

Além dessa política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos; e
- *Hedge*.

Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado na Organização envolve diversas áreas, que possuem atribuições específicas no processo, garantindo uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado. Esse processo, aprovado pelo Conselho de Administração, é também revalidado anualmente pelos Comitês e o próprio Conselho de Administração.

Definição de Limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações, que são segregadas nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços, efetivas ou esperadas, ou realização de arbitragem.

Para a Carteira *Trading* são monitorados os seguintes limites:

- Risco;
- Estresse;
- Resultado; e
- Exposição Financeira.

Notas Explicativas

Carteira *Banking*: operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus respectivos *hedges*.

Para a carteira *Banking* são monitorados os limites de:

- Risco da Taxa de Juros; e
- Carteira de Ações.

Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração e o controle de risco de mercado são efetuados por meio de metodologias de VaR (*Value at Risk*), EVE (*Economic Value Equity*), Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e Exposição Financeira.

Carteira *Trading* e Risco de Ações da Carteira *Banking*

Apesar de serem controlados separadamente, os riscos da Carteira *Trading* e das posições em ações da Carteira *Banking* são mensurados por meio da metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

O risco da Carteira *Trading* também é controlado pelo Teste de Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam financeiramente desfavoráveis às posições da Organização. A análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área econômica da Organização, a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco em que a Carteira *Trading* possui posição.

Já no risco de ações da Carteira *Banking*, para fins regulatórios, a alocação de capital é realizada através da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

Risco de Taxa de Juros da Carteira *Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos a partir da metodologia EVE, que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica da Organização, que buscam determinar os movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros sobre nossas aplicações e captações.

A metodologia EVE consiste em precificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise quanto com os cenários projetados para o horizonte de um ano. A diferença entre os valores obtidos para a carteira será o EVE, ou seja, o risco de taxa de juros atribuído à Carteira *Banking*.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* não é utilizada a premissa de liquidação antecipada de empréstimos, pois essa situação não é representativa diante do volume total de operações. Para os depósitos que não possuem vencimento definido, depósitos à vista e de poupança, é realizado tratamento para verificar o seu comportamento histórico e a sua possibilidade de manutenção. Dessa forma, após todas as deduções que incidem sobre o depósito à vista, por exemplo, o compulsório mantido junto ao Banco Central do Brasil (sem

Notas Explicativas

remuneração), o saldo remanescente (recursos livres) é considerado como um *"hedge natural"* das operações ativas prefixadas, que serve como cobertura das posições da Organização.

No caso do depósito de poupança, suas características permitem utilizá-lo como *hedge* das operações ativas prefixadas da carteira de crédito imobiliário. Isto porque em um ambiente de aumento de taxa de juros, os impactos negativos sobre as aplicações podem ser parcialmente compensados pelos ganhos que serão obtidos com a aplicação dos recursos livres do depósito de poupança a uma taxa de juros maior.

Controle e Acompanhamento

A área de Controle de Risco de Mercado, independente da gestão do negócio, monitora o cumprimento dos limites e disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Comunicação Interna

Os relatos são realizados por meio do Sistema de Alerta, que determina os destinatários dos relatórios de risco de mercado de acordo com o percentual de utilização do limite.

O risco de mercado também é acompanhado pelas reuniões dos Comitês Executivos de Tesouraria e de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez. Além disso, o acompanhamento também é feito pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que é ainda o responsável pela realização de reuniões extraordinárias para análise de posições e situações caso os limites de tolerância à exposição a riscos sejam ultrapassados, levando ao Conselho de Administração as medidas e estratégias adotadas para validação, quando necessário.

Hedge e Utilização de Derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos da Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pelo Departamento de Tesouraria devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Derivativos Padronizados e de Uso Contínuo

O Departamento de Tesouraria pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, CDS – *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por

Notas Explicativas

exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não-padronizados, que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas, tem o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da Exposição

Nesta seção apresentamos a evolução da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting*, a Análise de Estresse e a Análise de Sensibilidade.

Exposição Financeira – Carteira *Trading*

Apresentamos a seguir quadro contendo a exposição financeira da Carteira *Trading* da Organização, incluindo derivativos.

Fatores de Riscos	R\$ mil					
	31 de dezembro				1º de janeiro 2009	
	2010		2009			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	158.957.548	141.780.124	130.172.574	32.184.785	100.019.595	14.922.605
IGP-M	837.646	919.757	261.596	180.758	81.776	54.536
IPCA	19.175.480	16.086.132	4.801.315	1.922.366	11.137.413	34.748
Cupon Cambial	4.904.025	4.726.962	778.534	663.838	2.920.867	3.409.932
Dólar	5.264.838	4.870.402	778.534	735.715	2.920.867	3.409.932
Outras Moedas	138.169	361.599	17.429	1.004	-	-
Renda Variável	226.471	207.437	405.354	170.554	41.090	36.450
Soberanos/ <i>Eurobonds</i>	644.463	516.637	8.380.287	630.233	14.111.343	1.440.756
<i>Treasury</i>	2.046.264	2.353.157	544.640	999.057	311.032	689.378
Outros ^(*)	5.588.281	3.577.108	12.389.772	2.969.118	5.218.657	2.945.090
Total no Final do Ano	197.783.185	175.399.315	158.530.035	40.457.428	136.762.640	26.943.427

(*) SELIC e CDI

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O valor em risco total no final do exercício de 2010 apresentou discreta elevação em relação a 2009. Com relação ao valor em risco de 1º de janeiro de 2009, o advento da crise financeira, que afetou as volatilidades e correlações, impactou de modo representativa o nível de risco da carteira *trading*, conforme podemos observar no quadro a seguir:

Fatores de Riscos	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro 2009
	2010	2009	
Prefixado	16.510	10.351	76.236
IGP-M	1.556	289	18
IPCA	11.192	2.799	267.651
Cupon Cambial	5.199	179	13.991
Moeda Estrangeira	6.179	954	23.070
Renda Variável	1.049	7.766	4.499
Soberanos/ <i>Eurobonds e Treasures</i>	2.845	9.250	170.532
Outros	5	24	61
Efeito Correlação/Diversificação	(21.674)	(11.556)	(112.617)
VaR no Final do Ano	22.861	20.056	443.441

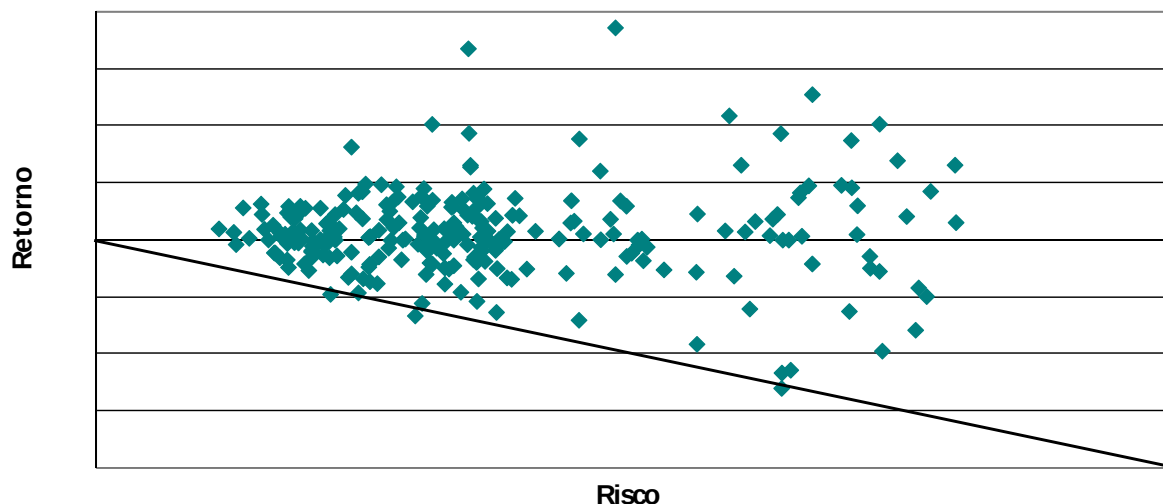
Notas Explicativas

Fatores de Riscos	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
VaR Médio no Ano	14.549	92.172	202.780
VaR Mínimo no Ano	5.288	16.588	41.442
VaR Máximo no Ano	32.096	417.290	750.559

VaR Modelo Interno - *Backtesting*

A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se de técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR, diário calculado tanto com o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR quanto com o resultado efetivo, aqui considerando a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

Seu principal objetivo é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o nível de confiança estabelecido (99%). O gráfico a seguir mostra o VaR diário e o resultado correspondente dos últimos 12 meses, período em que os resultados adversos superaram o estimado em apenas três vezes, ou seja, o número de rompimentos está dentro do limite definido pelo nível de confiança do modelo adotado, prova de sua consistência.



Obs.: os pontos localizados abaixo da linha representam os rompimentos do modelo estatístico de VaR utilizado.

Análise de Estresse – Carteira *Trading*

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Organização avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda média estimada em situação de estresse seria de R\$ 276 milhões em dezembro de 2010, sendo que a perda máxima estimada seria de R\$ 521 milhões.

Notas Explicativas

	R\$ mil					
	Com diversificação (situação de estresse)			Sem diversificação (sem situação de estresse)		
	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009	2010	2009	2009
No Final do Ano	232.218	399.537	1.294.568	404.383	631.700	1.859.921
Médio no Ano	276.120	817.552	578.371	439.531	1.368.982	961.745
Mínimo no Ano	84.089	374.839	81.108	176.933	596.790	361.377
Máximo no Ano	521.463	1.576.158	2.051.929	792.893	2.251.277	2.755.070

Análise de Sensibilidade

Calculamos trimestralmente a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização. Contudo, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* (notadamente nos fatores taxa de juros e índices de preços) não representam, necessariamente, prejuízo contábil potencial para a Organização. Isto ocorre porque parte das operações de crédito que estão na Carteira *Banking* é financiada por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são “*hedge* natural” para eventuais oscilações de taxa de juros, e as oscilações de taxa de juros não representam impacto material sobre o resultado da instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu vencimento.

Período	Cenários ^(*)	R\$ mil								
		Análise de Sensibilidade – Carteiras <i>Trading</i> e <i>Banking</i>								
		Fatores de Riscos								
		Taxa de Juros em Reais	Índices de Preços	Cupom Cambial	Moeda Estrangeira	Renda Variável	Soberanos/ Eurobonds e Treasuries	Outros	Total sem correlação	Total com correlação
31 de dezembro de 2010	1	(4.559)	(11.338)	(76)	(3.061)	(16.610)	(383)	(10)	(36.037)	(24.371)
	2	(1.333.759)	(1.440.641)	(5.223)	(76.533)	(415.241)	(7.411)	(246)	(3.279.054)	(2.721.192)
	3	(2.552.669)	(2.578.706)	(10.283)	(153.066)	(830.483)	(17.556)	(492)	(6.143.255)	(5.058.152)
31 de dezembro de 2009	1	(3.983)	(7.437)	(95)	(337)	(12.251)	(1.083)	-	(25.186)	(16.960)
	2	(901.254)	(1.052.419)	(2.949)	(8.434)	(306.264)	(54.670)	(14)	(2.326.004)	(1.810.669)
	3	(1.729.973)	(1.871.014)	(5.889)	(16.868)	(612.529)	(103.964)	(28)	(4.340.265)	(3.369.293)
1º de janeiro de 2009	1	418.731	726.008	6.852	(2.401)	56.072	(100.077)	-	-	1.105.185
	2	(975.863)	(183.528)	(4.349)	(78.717)	(301.510)	(241.801)	(11)	(1.785.779)	(1.503.720)
	3	(2.194.417)	(1.054.060)	(14.989)	(155.033)	(659.093)	(384.274)	(23)	(4.461.889)	(3.605.738)

Definição	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à variação cambial	Exposições sujeitas à variação dos preços de ações	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores
-----------	--	--	--	--	--	---	---

(*) Valores líquidos de efeitos fiscais.

A seguir demonstra-se também, a análise de sensibilidade exclusivamente da Carteira *Trading*, que representa as exposições que poderão causar impactos relevantes sobre o resultado da Organização, valendo ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos de cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado faz com que essas posições se alterem continuamente e não reflitam, obrigatoriamente, a posição aqui demonstrada. Além disso, conforme comentado anteriormente, o Banco possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, e de acordo com o dinamismo do mercado, formas de mitigar/minimizar os riscos associados, segundo a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco X retorno para a Organização.

Notas Explicativas

Período	Cenários ^(*)	R\$ mil								
		Análise de Sensibilidade – Carteira Trading								
		Fatores de Riscos								
		Taxa de Juros em Reais	Índices de Preços	Cupom Cambial	Moeda Estrangeira	Renda Variável	Soberanos/ Eurobonds e Treasuries	Outros	Total sem correlação	Total com correlação
31 de dezembro de 2010	1	(439)	(374)	(40)	(3.707)	(322)	(154)	-	(5.036)	(2.669)
	2	(130.396)	(55.064)	(3.924)	(92.673)	(8.054)	(4.570)	(1)	(294.682)	(155.665)
	3	(251.911)	(106.444)	(7.650)	(185.345)	(16.109)	(8.927)	(1)	(576.387)	(301.866)
31 de dezembro de 2009	1	(766)	(270)	(3)	(337)	(1.285)	(746)	-	(3.407)	(1.881)
	2	(170.612)	(39.565)	(141)	(8.434)	(32.126)	(18.661)	(14)	(269.553)	(205.907)
	3	(336.518)	(77.676)	(279)	(16.868)	(64.252)	(36.375)	(28)	(531.996)	(406.008)
1º de janeiro de 2009	1	6.471	125.658	5.794	(2.401)	1.142	(65.781)	-	-	70.883
	2	(223.487)	(153.181)	(728)	(78.717)	(733)	(171.986)	(12)	(628.844)	(446.200)
	3	(443.847)	(414.332)	(7.075)	(155.033)	(2.608)	(281.599)	(23)	(1.304.517)	(929.857)

Definição	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à variação cambial	Exposições sujeitas à variação dos preços de ações	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores
-----------	--	--	--	--	--	---	---

(*) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e os cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado de 31.12.2010 (BM&FBovespa, Anbima etc), foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2010, a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 1,68. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições foi de 12,05% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base nos mercados de 31.12.2010. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2010, a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 2,08. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições foi de 15,05% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base nos mercados de 31.12.2010. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2010, a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 2,49. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições foi de 18,06% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

3.3. Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Organização honre seus compromissos, em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e

Notas Explicativas

obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A Organização possui uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de uma Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégias e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Como parte dos critérios e procedimentos aprovados, são determinados a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso, sendo que a responsabilidade pela gestão da liquidez da Organização é do Departamento de Tesouraria.

Controle e Acompanhamento

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente da área de gestão, Departamento de Tesouraria. No processo de gerenciamento de risco de liquidez, a área de *back-office* tem a responsabilidade de fornecer as informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já a área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, pela revisão de políticas, normas, critérios e procedimentos e pela realização de estudos para as novas recomendações.

Comunicação e Reporte

Como parte do processo de gerenciamento de risco de liquidez relatórios são distribuídos diariamente às áreas envolvidas em gestão e controle, bem como à Diretoria Executiva. Fazem parte desse processo diversos instrumentos de análise utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- atualização automática, durante o dia, dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- elaboração de relatórios com as movimentações passadas e, também, simulações futuras com base em cenários;
- verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez; e
- relatórios semanais para Diretoria Executiva com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

Adicionalmente, o Departamento de Tesouraria apresenta ao Comitê Executivo de Tesouraria as posições referentes ao controle de liquidez, com os descasamentos entre prazos e moedas. Essas apresentações acontecem geralmente às sextas-feiras.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com os passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas esperadas de caixa não descontadas.

Notas Explicativas

	R\$ mil					
	31 de dezembro de 2010					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 aos	Total
Recursos de instituições de crédito	79.893.283	22.167.005	17.767.726	61.786.474	3.949.497	185.563.985
Recursos de clientes	96.730.265	7.965.495	22.944.966	84.070.960	3.448.361	215.160.047
Recursos de emissão de títulos	412.490	2.809.519	2.675.378	14.502.560	746.992	21.146.939
Dívidas subordinadas	1.310.433	4.551.519	2.812.677	20.394.160	4.531.746	33.600.535
Total do passivo	178.346.471	37.493.538	46.200.747	180.754.154	12.676.596	455.471.506

	R\$ mil					
	31 de dezembro de 2009					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 aos	Total
Recursos de instituições de crédito	56.231.162	10.343.081	16.972.989	46.917.744	5.325.715	135.790.691
Recursos de clientes	82.743.759	9.742.243	13.546.178	94.301.742	3.557.522	203.891.444
Recursos de emissão de títulos	509.666	985.167	2.566.477	4.261.800	723.476	9.046.586
Dívidas subordinadas	106.027	839.910	202.851	28.061.843	5.148.531	34.359.162
Total do passivo	139.590.614	21.910.401	33.288.495	173.543.129	14.755.244	383.087.883

	R\$ mil					
	1º de janeiro de 2009					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 aos	Total
Recursos de instituições de crédito	34.683.114	11.395.148	14.299.665	51.903.568	5.517.815	117.799.310
Recursos de clientes	72.293.120	9.201.563	11.537.530	92.051.075	2.744.934	187.828.222
Recursos de emissão de títulos	193.892	670.895	1.969.738	5.723.453	1.641.096	10.199.074
Dívidas subordinadas	186.614	290.743	345.538	26.544.058	3.489.432	30.856.385
Total do passivo	107.356.740	21.558.349	28.152.471	176.222.154	13.393.277	346.682.991

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização e os compromissos de empréstimos não reconhecidos com base no primeiro vencimento contratual. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que compromissos de empréstimos não reconhecidos sejam sacados imediatamente.

As entradas/(saídas) brutas apresentadas na tabela anterior referem-se ao fluxo de caixa não descontado contratual relacionado ao passivo financeiro ou compromisso. A apresentação para os derivativos mostra um valor líquido para derivativos não liquidados, mas valores brutos de entrada e saída para derivativos que possuem liquidações simultâneas brutas (por exemplo, contratos cambiais a termo e swaps cambiais).

Notas Explicativas

Na Organização, a Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- derivativos de taxas de juros - *swaps* de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa o passivo financeiro em derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data do balanço patrimonial até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

	R\$ mil					
	31 de dezembro de 2010					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 aos	Total
Diferencial de <i>swap</i> a pagar	109.061	27.301	14.074	112.344	59.849	322.629
Termo de moedas	165.801	142.122	69.366	12.901	-	390.190
Comprado	62.427	139.362	68.443	12.901	-	283.133
Vendido	103.374	2.760	923	-	-	107.057
Prêmio de opções lançadas	17.008	40.867	32.902	13.422	-	104.199
Total de derivativos passivos	291.870	210.290	116.342	138.667	59.849	817.018

	R\$ mil					
	31 de dezembro de 2009					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 aos	Total
Diferencial de <i>swap</i> a pagar	112.022	12.734	120.722	62.145	29.928	337.551
Termo de moedas	25.136	23.498	38.723	43.814	-	131.171
Comprado	25.081	14.957	38.063	40.712	-	118.813
Vendido	55	8.541	660	3.102	-	12.358
Prêmio de opções lançadas	31.157	44.042	7.081	31.689	-	113.969
Total de derivativos passivos	168.315	80.274	166.526	137.648	29.928	582.691

Notas Explicativas

	R\$ mil					
	1º de janeiro de 2009					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 aos	Total
Diferencial de <i>swap</i> a pagar	853.563	154.487	93.287	411.448	23.521	1.536.306
Termo de moedas	37.336	63.538	118.559	15.853	-	235.286
Comprado	12.847	4.655	153	-	-	17.655
Vendido	24.489	58.883	118.406	15.853	-	217.631
Prêmio de opções lançadas	197.441	207.603	47.271	70.944	-	523.259
Total de derivativos passivos	1.088.340	425.628	259.117	498.245	23.521	2.294.851

Notas Explicativas

Balanco Patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Organização segregados por prazo e utilizados para a gestão de riscos de liquidez, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das demonstrações contábeis:

	R\$ mil						
	31 de dezembro de 2010						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	Total
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	80.960.127	-	-	-	-	-	80.960.127
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	31.868.601	19.292.803	1.091.075	2.846.678	9.616.255	-	64.715.412
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35.561.963	57.240.269	34.974.046	80.760.879	1.743.025	-	210.280.182
Ativos financeiros para negociação	24.030.743	6.461.883	8.457.770	26.001.597	6.698.174	3.584.024	75.234.191
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.004.181	392.587	12.773	2.829.059	29.976.417	4.964.127	40.179.144
Investimentos mantidos até o vencimento	-	105.875	-	315.877	2.972.555	-	3.394.307
Ativos cedidos em garantia	6.222.456	25.443.405	2.153.143	40.979.487	4.902.121	-	79.700.612
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾	18.657.314	-	-	-	-	-	18.657.314
Total dos ativos financeiros	199.305.385	108.936.822	46.688.807	153.733.577	55.908.547	8.548.151	573.121.289
Passivo							
Recursos de instituições de crédito	79.760.829	21.915.116	13.982.560	52.763.443	3.498.969	-	171.920.917
Recursos de clientes	96.621.923	7.498.289	20.769.356	66.016.727	1.569.653	-	192.475.948
Passivos financeiros para negociação	291.163	198.179	110.031	109.259	24.335	-	732.967
Recursos de emissão de títulos	209.155	2.483.953	2.273.497	12.245.244	597.916	-	17.809.765
Dívidas subordinadas	1.122.186	4.460.861	2.417.064	15.014.877	3.299.958	-	26.314.946
Provisões técnicas para seguros e previdência ⁽²⁾	60.032.455	2.101.400	1.284.674	20.074.517	-	-	83.493.046
Outros passivos financeiros ⁽³⁾	26.140.152	-	-	-	-	-	26.140.152
Total dos passivos financeiros	264.177.863	38.657.798	40.837.182	166.224.067	8.990.831	-	518.887.741

(1) Inclui basicamente operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros e previdência, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui basicamente operações de cartões de crédito, operações de câmbio e negociação e intermediação de valores e planos de capitalização.

Notas Explicativas

	R\$ mil						
	31 de dezembro 2009						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	Total
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	24.850.091	-	-	-	-	-	24.850.091
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	51.592.901	21.524.865	2.341.196	2.605.199	4.657.682	-	82.721.843
Empréstimos e adiantamentos a clientes	30.831.844	50.445.203	27.846.883	61.605.239	3.511.181	-	174.240.350
Ativos financeiros para negociação	5.325.858	4.929.990	7.875.293	28.510.230	4.374.749	3.464.414	54.480.534
Ativos financeiros disponíveis para venda	765.385	310.139	485.043	11.740.143	26.561.290	4.184.416	44.046.416
Investimentos mantidos até o vencimento	-	89.844	-	904.764	2.888.371	-	3.882.979
Ativos cedidos em garantia	49.075.069	2.020.345	503.224	4.475.041	3.998.974	-	60.072.653
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾	17.057.454	-	-	-	-	-	17.057.454
Total dos ativos financeiros	179.498.602	79.320.386	39.051.639	109.840.616	45.992.247	7.648.830	461.352.320
Passivo							
Recursos de instituições de crédito	56.086.648	10.130.004	14.020.300	36.298.532	3.532.486	-	120.067.970
Recursos de clientes	82.639.171	9.250.567	11.457.699	65.430.498	1.168.181	-	169.946.116
Passivos financeiros para negociação	184.829	101.867	149.707	85.239	10.780	-	532.422
Recursos de emissão de títulos	403.238	897.707	2.075.871	4.000.929	305.053	-	7.682.798
Dívidas subordinadas	79.980	172.026	68.454	19.590.615	2.670.542	522.360	23.103.977
Provisões técnicas para seguros e previdência ⁽²⁾	52.834.518	1.285.192	394.865	18.082.322	-	-	72.596.897
Outros passivos financeiros ⁽³⁾	23.806.222	-	-	-	-	-	23.806.222
Total dos passivos financeiros	216.034.606	21.837.363	28.166.896	143.488.135	7.687.042	522.360	417.736.402

(1) Inclui basicamente operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros e previdência, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui basicamente operações de cartões de crédito, operações de câmbio e negociação e intermediação de valores e planos de capitalização.

Notas Explicativas

	R\$ mil						
	1º de janeiro de 2009						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	Total
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	22.472.035	-	-	-	-	-	22.472.035
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	44.154.633	5.716.640	3.575.165	3.763.592	4.605.127	-	61.815.157
Empréstimos e adiantamentos a clientes	31.619.812	47.564.520	27.973.680	57.092.325	3.259.853	-	167.510.190
Ativos financeiros para negociação	7.350.412	5.950.237	9.065.159	40.054.209	3.277.704	2.584.252	68.281.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	75.466	975.700	626.671	3.940.606	21.150.999	3.321.920	30.091.362
Investimentos mantidos até o vencimento	-	62.828	-	1.105.148	2.928.475	-	4.096.451
Ativos cedidos em garantia	31.646.737	208.054	902.848	2.845.824	521.155	-	36.124.618
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾	35.049.946	-	-	-	-	-	35.049.946
Total dos ativos financeiros	172.369.041	60.477.979	42.143.523	108.801.704	35.743.313	5.906.172	425.441.732
Passivo							
Recursos de instituições de crédito	34.524.792	11.106.206	10.559.716	40.615.188	3.204.863	-	100.010.765
Recursos de clientes	72.220.284	8.730.598	9.743.420	71.639.072	1.094.779	-	163.428.153
Passivos financeiros para negociação	1.245.291	368.415	194.319	237.398	10.247	-	2.055.670
Recursos de emissão de títulos	156.356	608.522	1.634.144	5.724.487	742.157	-	8.865.666
Dívidas subordinadas	98.238	188.083	128.048	16.829.800	1.736.553	705.940	19.686.662
Provisões técnicas para seguros e previdência ⁽²⁾	42.678.470	1.518.170	792.983	17.578.060	-	-	62.567.683
Outros passivos financeiros ⁽³⁾	33.845.611	-	-	-	-	-	33.845.611
Total dos passivos financeiros	184.769.042	22.519.994	23.052.630	152.624.005	6.788.599	705.940	390.460.210

(1) Inclui basicamente operações de câmbio, Devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros e previdência, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui basicamente operações de cartões de crédito, operações de câmbio e negociação e intermediação de valores e planos de capitalização.

3.4. Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Organização aplica a IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação

Notas Explicativas

com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de, ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- **Nível 3**

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil			
	31 de dezembro de 2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos públicos brasileiros	45.614.460	-	-	45.614.460
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	4.960.263	-	16.048.172	21.008.435
Títulos emitidos por instituições financeiras	2.905.845	-	1.878.557	4.784.402
Aplicações em quotas de fundos	2.075.468	-	-	2.075.468
Títulos públicos de governos estrangeiros	71.004	-	-	71.004
Títulos brasileiros emitidos no exterior	29.714	-	-	29.714
Títulos para negociação	55.656.754	-	17.926.729	73.583.483
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.650.207	501	1.650.708
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	-	(730.790)	(2.177)	(732.967)
Derivativos	-	919.417	(1.676)	917.741
Títulos públicos brasileiros	30.807.360	12.792	90.160	30.910.312
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.571.050	-	2.603.962	4.175.012
Títulos emitidos por instituições financeiras	33.537	-	82.733	116.270
Títulos brasileiros emitidos no exterior	13.423	-	-	13.423
Ações de companhias abertas	4.964.127	-	-	4.964.127
Títulos disponíveis para venda	37.389.497	12.792	2.776.855	40.179.144
Total	93.046.251	932.209	20.701.908	114.680.368

Notas Explicativas

	R\$ mil			
	31 de dezembro de 2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos públicos brasileiros	35.446.211	-	-	35.446.211
Títulos emitidos por empresas não financeiras	5.643.548	-	3.123.002	8.766.550
Títulos emitidos por instituições financeiras	3.042.499	-	1.969.030	5.011.529
Aplicações em quotas de fundos	3.768.978	-	-	3.768.978
Títulos públicos de governos estrangeiros	82.021	-	-	82.021
Títulos brasileiros emitidos no exterior	35.278	-	-	35.278
Títulos para negociação	48.018.535	-	5.092.032	53.110.567
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.334.131	35.836	1.369.967
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	-	(512.625)	(19.797)	(532.422)
Derivativos	-	821.506	16.039	837.545
Títulos públicos brasileiros	32.585.093	13.488	96.195	32.694.776
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.718.649	-	1.644.154	4.362.803
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.131.005	-	72.061	1.203.066
Títulos brasileiros emitidos no exterior	1.471.611	-	-	1.471.611
Títulos públicos de governos estrangeiros	129.744	-	-	129.744
Ações de companhias abertas	4.184.416	-	-	4.184.416
Títulos disponíveis para venda	42.220.518	13.488	1.812.410	44.046.416
Total	90.239.053	834.994	6.920.481	97.994.528

	R\$ mil			
	1º de janeiro de 2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos públicos brasileiros	47.434.183	-	-	47.434.183
Títulos emitidos por empresas não financeiras	4.076.595	14.203	4.956.937	9.047.735
Títulos emitidos por instituições financeiras	149.096	24.643	4.446.134	4.619.873
Aplicações em quotas de fundos	2.995.114	-	-	2.995.114
Títulos públicos de governos estrangeiros	84.158	1.671.424	-	1.755.582
Títulos brasileiros emitidos no exterior	43.072	-	-	43.072
Títulos para negociação	54.782.218	1.710.270	9.403.071	65.895.559
Instrumentos financeiros derivativos	13.018	2.296.578	76.818	2.386.414
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	-	(2.013.525)	(42.145)	(2.055.670)
Derivativos	13.018	283.053	34.673	330.744
Títulos públicos brasileiros	20.253.293	96.104	100.328	20.449.725
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.615.491	40.613	1.448.593	4.104.697
Títulos emitidos por instituições financeiras	353.819	29.030	55.330	438.179
Títulos brasileiros emitidos no exterior	1.776.829	-	-	1.776.829
Títulos públicos de governos estrangeiros	12	-	-	12
Ações de companhias abertas	3.321.920	-	-	3.321.920
Títulos disponíveis para venda	28.321.364	165.747	1.604.251	30.091.362
Total	83.116.600	2.159.070	11.041.995	96.317.665

Os valores justos dos títulos e valores mobiliários de negociação e passivos para negociação e dos títulos disponíveis para venda são baseados principalmente em mercados ativamente negociados onde se baseiam os preços, ou nas cotações diretas de mercado, nas transações observadas ou nos preços de mercado para ativos similares. A liquidez é um fator relevante na determinação dos valores justos dos títulos e valores mobiliários de negociação e passivos para negociação e dos títulos disponíveis para venda. Os títulos de Nível 1 incluem títulos patrimoniais

Notas Explicativas

altamente líquidos, aplicações em fundos, títulos públicos brasileiros, assim como títulos públicos de governos estrangeiros. O Nível 2 inclui títulos emitidos por empresas não financeiras e financeiras para os quais as cotações de preço de mercado podem não estar prontamente disponíveis. O valor justo destes instrumentos é estimado com base em cotações de preço para ativos similares ou outros dados que sejam observáveis ou possam ser confirmados por dados de mercado observáveis para praticamente toda a duração do ativo. Também utilizamos modelos de precificação ou metodologias de fluxo de caixa descontado. Situações de iliquidez geralmente são despertadas pela percepção de mercado sobre a incerteza de crédito em torno de uma única companhia ou setor de mercado específico. Nestes casos, os títulos são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação, que incluem substancialmente títulos emitidos por empresas não financeiras e financeiras, uma vez que o valor justo é determinado com base em dados não observáveis, que são suportados por informações de mercado disponíveis limitadas e que são importantes para o valor justo do ativo, assim como outros fatores que requerem julgamento ou estimativa significativa da Administração.

Derivativos Ativos e Passivos

Derivativos negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Contudo, poucas classes de contratos de derivativos são listadas em bolsa, dessa forma, a maior parte das posições de derivativos da Organização é determinada usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de volatilidade, inclusive o período até o vencimento que é utilizado para valorizar a posição. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na BM&FBovespa e no mercado secundário.

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo para *swaps* de moeda e *swaps* com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como *swaps*. O valor justo das opções é determinado em cima de modelos matemáticos, tais com Black-Scholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Além disso, vários desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos geralmente são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.

Os derivativos avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação. Os derivativos Nível 3 incluem derivativos de crédito (CDS ou *credit default swaps*) referenciados em títulos de dívida privados.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Notas Explicativas

	R\$ mil			
	Carteira de Negociação	Derivativos Líquidos ⁽¹⁾	Carteira Disponível para Venda	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	9.403.071	34.673	1.604.251	11.041.995
Incluído no resultado	726.961	(30.406)	208.603	905.158
Aquisições, emissões e alienações	(4.143.843)	-	(2.405)	(4.146.248)
Transferência de/para Nível 3	(894.157)	11.772	1.961	(880.424)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	5.092.032	16.039	1.812.410	6.920.481
Incluído no resultado	785.010	(3.621)	649.378	1.430.767
Aquisições, emissões e alienações	12.061.035	20.405	315.067	12.396.507
Transferência de Nível 3	(11.348)	(34.499)	-	(45.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	17.926.729	(1.676)	2.776.855	20.701.908

- (1) Em 31 de dezembro de 2010, os derivativos líquidos incluíam R\$ 0,5 mil de derivativos ativos e R\$ 2,1 mil de derivativos passivos (2009 - R\$ 35 mil de derivativos ativos e R\$ 19 mil de derivativos passivos).

Em 2010, houve a transferência de títulos do Nível 3 para outros níveis hierárquicos. A transferência refere-se, basicamente, a títulos emitidos por empresas não financeiras – debêntures, no montante de R\$ 11.348 mil (2009 – R\$ 894.157 mil) e a instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 34.499 mil, cujo valor justo, nos exercícios anteriores, era calculado com base em modelos internos de precificação. Em 2010, o valor justo desses instrumentos financeiros passou a ser calculado com base em dados observáveis de mercado.

A tabela a seguir demonstra os ganhos/(perdas) realizados e não realizados, incluindo variações no valor justo, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3 durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	R\$ mil			
	2010			
	Ativos Financeiros para Negociação	Derivativos Líquidos	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Total
Receita de juros e similares	812.377	-	648.528	1.460.905
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(27.367)	(3.621)	850	(30.138)
Total	785.010	(3.621)	649.378	1.430.767

	R\$ mil			
	2009			
	Ativos Financeiros para Negociação	Derivativos Líquidos	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Total
Receita de juros e similares	726.326	-	277.254	1.003.580
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	635	(30.406)	(68.651)	(98.422)
Total	726.961	(30.406)	208.603	905.158

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos, classificados no Nível 3, que não foram liquidados em 2010 e 2009.

	R\$ mil		
	2010		
	Carteira de Negociação	Derivativos Líquidos	Total
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	(27.760)	(3.621)	(31.381)
Total	(27.760)	(3.621)	(31.381)

	R\$ mil		
	2009		
	Carteira de Negociação	Derivativos Líquidos	Total
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	(2.105)	(30.406)	(32.511)
Total	(2.105)	(30.406)	(32.511)

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	R\$ mil					
	Valor contábil			Valor justo		
	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009	2010	2009	2009
Ativos financeiros						
Empréstimos e adiantamentos						
a instituições de crédito ⁽¹⁾	64.715.412	82.721.843	61.815.157	64.722.309	82.721.280	61.828.702
a clientes ⁽¹⁾	210.280.182	174.240.350	167.510.190	210.334.115	174.741.322	167.557.055
Mantidos até o vencimento	3.394.307	3.882.979	4.096.451	4.935.011	5.219.826	5.316.503
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	171.920.917	120.067.970	100.010.765	171.792.716	120.013.002	99.977.500
Recursos de clientes	192.475.948	169.946.116	163.428.153	192.307.819	169.834.851	163.138.816
Recursos de emissão de títulos	17.809.765	7.682.798	8.865.666	17.881.598	7.675.721	8.864.192
Dívidas Subordinadas	26.314.946	23.103.977	19.686.662	27.404.267	23.959.878	20.027.131

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Empréstimos e adiantamentos

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos em que a cotação de mercado estava disponível, o preço de

Notas Explicativas

mercado foi usado como estimativa do valor justo. Para a maioria das operações a taxas variáveis, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito prejudicadas é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados conforme premissas mencionadas na Nota 2 (e). Vide Nota 24 para detalhes do custo amortizado e do valor justo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Recursos de instituições de crédito e de clientes

O valor justo dos recursos de instituições de crédito e de clientes a taxas fixas com vencimentos pré-estabelecidos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos

Os valores contábeis de recursos de emissão de títulos equivalem aproximadamente aos valores justos desses instrumentos.

Dívidas subordinadas

Os valores justos de dívidas subordinadas foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações cujos vencimentos e prazos são similares.

3.5. Gestão de capital

O processo de gerenciamento de Capital é realizado de modo a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo visa assegurar que a Organização mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital.

Sob a ótica do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos de suas

Notas Explicativas

atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

$$PRE = P_{epr} + P_{jur} + P_{acs} + P_{com} + P_{cam} + P_{opr}$$

The diagram illustrates the components of the PRE formula. Below the formula, three boxes are connected by lines to their respective terms:

- P_{epr} is connected to a box labeled "Risco de Crédito".
- P_{jur} , P_{acs} , P_{com} , and P_{cam} are collectively connected to a box labeled "Risco de Mercado Trading".
- P_{opr} is connected to a box labeled "Risco Operacional".

Onde:

P_{epr} = parcela referente à exposição ponderada pelo fator de ponderação de risco a ela atribuído;
 P_{jur} = representa o risco das operações sujeitas às variações de taxa de juros;
 P_{acs} = reflete o risco das operações sujeitas às variações do preço de ações;
 P_{com} = reflete o risco das operações sujeitas à variação do preço de *commodities*;
 P_{cam} = reflete o risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial; e
 P_{opr} = parcela referente ao risco operacional.

Além disso, a Organização deve manter também PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação (carteira *Banking*), o qual é calculado por meio da metodologia de EVE (*Economic Value Equity*).

A Organização dispõe de um processo de avaliação da adequação do patrimônio de referência, que tem por objetivo mensurar a necessidade de capital para suportar todos os riscos inerentes aos negócios, sejam eles financeiros ou não financeiros, no decorrer de suas atividades, visando atender os seus interesses estratégicos.

Notas Explicativas**Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)**

A seguir, apresentamos o detalhamento das informações relativas ao Patrimônio de Referência da Organização, sob a ótica do Conglomerado Financeiro e Consolidado Econômico-Financeiro:

Base de cálculo - Índice de Basileia (*)	R\$ mil					
	Consolidado Financeiro ⁽¹⁾			Consolidado Econômico-Financeiro Total ⁽²⁾		
	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009	2010	2009	2009
Base de cálculo – Índice de Basileia	48.042.850	41.753.751	34.256.544	48.042.850	41.753.751	34.256.544
Redução dos créditos tributários conforme Resolução n° 3.059/02 do CMN	-	-	(143.180)	-	-	(143.180)
Redução dos ativos diferidos conforme Resolução n° 3.444/07 do CMN	(206.257)	(320.790)	(248.382)	(296.018)	(353.589)	(381.036)
Redução dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos conforme Resolução n° 3.444 /07 do CMN	1.677.537	1.328.495	2.347.339	1.677.537	1.328.495	2.347.339
Adicional de provisão ao mínimo requerido pela Resolução n° 2.682/99 do CMN	-	3.001.912	1.618.940	-	3.002.675	1.620.570
Acionistas não controladores /outros	175.671	163.845	413.505	471.536	797.675	321.499
Patrimônio de referência nível I	49.689.801	45.927.213	38.244.766	49.895.905	46.529.007	38.021.736
Soma dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos conforme Resolução n° 3.444/07 do CMN	(1.677.537)	(1.328.495)	(2.347.339)	(1.677.537)	(1.328.495)	(2.347.339)
Dívida subordinada	8.050.760	10.950.907	11.893.438	8.050.760	10.950.907	11.893.438
Patrimônio de referência nível II	6.373.223	9.622.412	9.546.099	6.373.223	9.622.412	9.546.099
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	56.063.024	55.549.625	47.790.865	56.269.128	56.151.419	47.567.835
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução n° 3.444/07 do CMN	(94.657)	(85.904)	(53.792)	(123.100)	(223.821)	(304.779)
Patrimônio de referência	55.968.367	55.463.721	47.737.073	56.146.028	55.927.598	47.263.056

(*) Para elaboração deste quadro foram consideradas as informações do Balanço em BR GAAP.

(1) Inclui somente empresas financeiras; e

(2) Inclui empresas financeiras e não financeiras.

Em dezembro de 2010, a Organização anunciou a aprovação do aumento do Capital Social, no valor de R\$ 1,5 bilhão, mediante a emissão de novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este aumento de capital tem por objetivo fortalecer os investimentos na ampliação e modernização das instalações da Organização e reforçar a capitalização do Banco frente à expectativa de crescimento do volume de operações de crédito para os próximos anos. Este aporte permitirá à Organização manter os índices de liquidez e alavancagem, gerando flexibilidade para posicionamento estratégico perante as oportunidades de mercado, incorporando o Patrimônio de Referência no início de 2011.

Notas Explicativas**Detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE)**

Apresentamos a seguir, a evolução da alocação de capital para o Conglomerado Financeiro e Consolidado Econômico-Financeiro, segundo a abordagem padronizada:

Risco de Crédito	R\$ mil					
	Financeiro			Econômico-Financeiro		
	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009	2010	2009	2009
Produtos						
Operações de Crédito (Não Varejo)	12.357.764	9.708.705	9.443.472	12.348.045	9.687.706	9.051.807
Operações de Crédito (Varejo)	6.522.679	4.811.831	3.956.547	6.540.540	4.792.126	4.343.328
Garantias Prestadas	4.577.154	4.013.628	3.691.028	4.585.894	4.020.750	3.698.284
Créditos Tributários	1.782.273	1.701.750	1.322.342	2.081.851	1.972.691	1.676.465
Compromissos de Crédito	2.230.414	1.830.718	1.589.697	2.260.994	1.846.310	1.605.336
Operações de TVM	4.115.148	3.597.984	2.553.875	5.921.920	5.242.356	4.119.480
Outros Ativos	7.153.318	7.246.489	7.403.428	5.199.196	5.484.530	5.863.684
Total Alocado	38.738.750	32.911.105	29.960.389	38.938.440	33.046.469	30.358.384
Risco de Mercado - Trading						
Parcelas						
Taxa de Juros	364.650	289.663	761.099	364.650	289.663	1.323.076
Prefixada em Real	50.294	122.625	125.986	50.294	122.625	126.080
Cupom de Moeda Estrangeira	62.607	20.084	81.102	62.607	20.084	81.237
Cupom de Índice de Preços	251.749	146.954	554.011	251.749	146.954	1.113.997
Cupom de Taxa de Juros	-	-	-	-	-	1.762
Ações	14.217	37.496	6.376	14.217	37.496	342.987
Commodities	1.369	2.592	9.663	1.369	2.592	9.806
Total Alocado	380.236	329.751	777.138	380.236	329.751	1.675.869
Risco Operacional						
Linhas de Negócio						
Finanças Corporativas	54.737	32.083	4.887	54.737	32.083	4.887
Negociação e Vendas	363.722	199.244	90.555	363.722	199.244	90.555
Varejo	400.144	264.493	53.387	400.144	264.493	53.387
Comercial	477.275	294.911	57.204	477.275	294.911	57.204
Pagamentos e Liquidações	282.090	220.249	51.173	282.090	220.249	51.173
Serviços de Agente Financeiro	73.145	42.407	7.427	73.145	42.407	7.427
Administração de Ativos	92.654	71.899	17.748	92.654	71.899	17.748
Corretagem de Varejo	14.801	7.546	995	14.801	7.546	995
Empresas não financeiras	-	-	-	815.562	-	-
Total Alocado	1.758.568	1.132.832	283.376	2.574.130	1.132.832	283.376
Principais Valores						
Patrimônio de Referência (PR)	55.968.367	55.463.721	47.737.073	56.146.028	55.927.598	47.263.056
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	40.877.555	34.373.689	31.020.903	41.892.806	34.509.052	32.317.629
Margem (Folga de Capital)	15.090.812	21.090.032	16.716.170	14.253.222	21.418.546	14.945.427
Índice de Basileia	15,06%	17,75%	16,93%	14,74%	17,83%	16,09%

- (1) A exposição em ouro, moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial apurada ficou abaixo de 5% do Patrimônio de Referência. Assim, de acordo com a Circular nº 3.389/08 do Banco Central do Brasil, a alocação de capital é igual a zero.
- (2) Conforme definido pela Circular nº 3.383/08 e Circular nº 3.476/09, ressaltamos que, a partir de julho de 2010, o cálculo de alocação de capital de Risco Operacional para o Consolidado Econômico-Financeiro passou a contemplar as empresas não financeiras.

A Organização encerrou o exercício de 2010 com um Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de R\$ 41,9 bilhões no Consolidado Econômico-Financeiro, apresentando aumento de R\$ 7,4 bilhões

Notas Explicativas

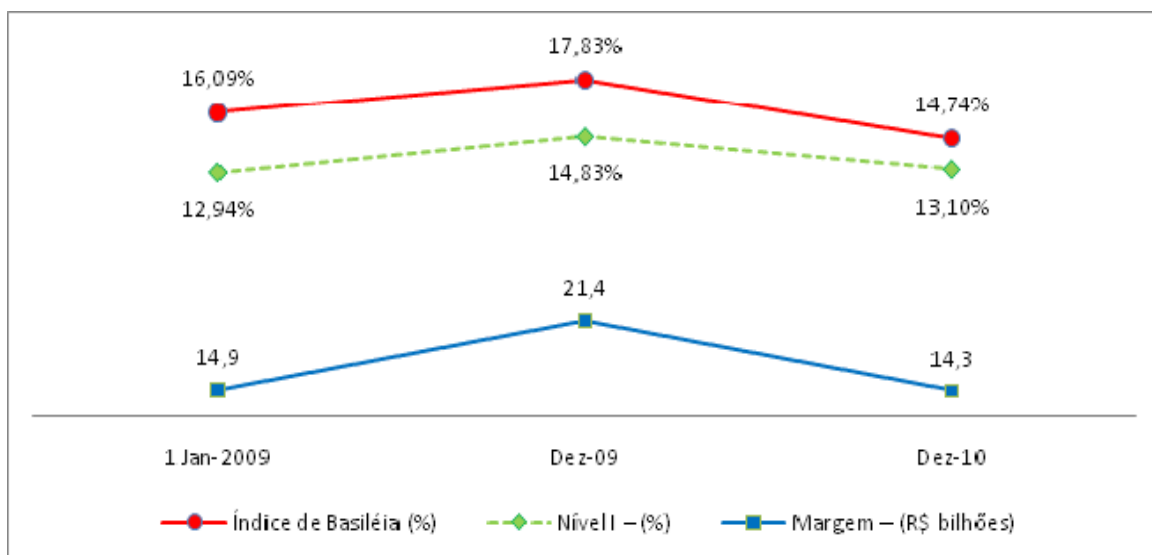
(+ 21,4%) em relação a dezembro de 2009.

A parcela de alocação de capital para risco de crédito apresentou aumento de R\$ 5,9 bilhões, em relação a dezembro de 2009, devido principalmente ao crescimento das operações de crédito. Já a parcela de alocação de capital para risco de mercado – carteira *Trading* apresentou aumento de R\$ 50 milhões na exigência, em função da maior exposição a operações de Cupom de Índice de Preços. Em relação à parcela de alocação de capital para risco operacional, o montante alocado foi de R\$ 2,6 bilhões, sendo observado um crescimento de R\$ 1,4 bilhão (+ 127,2%), devido à elevação do multiplicador (fator “Z” de 0,8 para 1,0) e a inclusão das empresas não financeiras na apuração do requerimento de capital.

Com isso, no final do ano de 2010, a margem (folga de capital) foi de R\$ 14,3 bilhões e o Índice de Basileia de 14,74%. O capital necessário para fazer face ao risco de taxa de juros da carteira *Banking* (Rban) foi de R\$ 1,8 bilhão.

Acompanhamento do Índice de Basileia e da Margem (PR – PRE)

O Índice de Basileia, para o Consolidado Econômico-Financeiro, encerrou o ano em 14,74%, dos quais 13,10% sob o Nível I do Patrimônio de Referência. A margem atingiu o montante de R\$ 14,3 bilhões, proporcionando à Organização um significativo conforto quanto à alavancagem, o que possibilita um incremento de até R\$ 151 bilhões em operações de crédito.



No que se refere à solvência, as subsidiárias da Organização que participam exclusivamente das atividades de seguros e previdência estão em compliance com o disposto na Resolução nº 156, de 26 de dezembro de 2006, e com as mudanças introduzidas pela Resolução nº 198, de 16 de dezembro de 2008, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados, e com o disposto na Resolução Normativa nº 14, de 24 de outubro de 2002, da Agência Nacional de Saúde.

3.6. Risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de vida e previdência, os ativos que suportam esses contratos estão vinculados direta e indiretamente no fluxo de caixa.

Modelos estatísticos e financeiros são aplicados para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda

Notas Explicativas

significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados, bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de modo a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico, que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora e suas controladas e coligadas irão operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais.

Estratégia de resseguro

Como forma de reduzir o risco, foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores com os seus respectivos *ratings* e grau de concentração.

Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de modo a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos pela Seguradora à medida que ocorridos. A Seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados durante um período longo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). Muitas variáveis afetam o valor e o montante a ser pago nestes contratos.

O custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR, a Provisão de Sinistros a Liquidar e a Provisão de Benefícios a Regularizar.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite acompanhar e adequar as tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o LAT (*Liability Adequacy Test*) é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contábil, a título de provisões técnicas, considerando as premissas adequadas à realidade dos negócios em vigor.

Notas Explicativas

Seguros de bens

O risco de seguro de bens resulta de:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas à expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos em geral é de curta duração.

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes às principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e Acidentes Pessoais de Passageiros; e
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), perigos naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex.: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

A Seguradora monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelos departamentos técnicos para cada área de risco.

Os Departamentos Técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, longevidade, despesas, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Baixas taxas de

Notas Explicativas

persistências para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A baixa persistência pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;

- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade, e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como: níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de Vida e Previdência possuem garantias de rentabilidades predefinidas. O risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Seguradora opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo de suas provisões, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de modo a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada /assistida;
- Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe e excesso de responsabilidade;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever; e
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Seguro Saúde

Riscos associados ao seguro saúde:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros em relação às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, em que algumas das suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Notas Explicativas

Gerenciamento dos riscos associados ao seguro saúde

- O grupo segurador monitora e avalia a exposição ao risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelo departamento técnico.
- O Departamento Técnico desenvolveu mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que o grupo segurador opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota, para o cálculo de suas provisões, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de modo a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada /assistida;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas, quando for o caso;
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa; e
- O risco de taxa de juros é monitorado como parte do risco de mercado.

4) Uso de estimativas e julgamentos

A Organização adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano estão divulgadas abaixo.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consistem principalmente em ativos financeiros mantidos para negociação, incluindo derivativos e ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas, sem que haja venda forçada e liquidação.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação que é significativo para a mensuração do valor justo. Nós usamos menos do nosso próprio julgamento para chegar a mensurações do valor justo de mercado para instrumentos classificados como níveis 1 e 2, quando as informações são baseadas em dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensurações do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os

Notas Explicativas

valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, veja Nota 3.

Os ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificados como detidos para negociação, que representam o valor líquido ganho com nossas posições de negociação, podem ser voláteis e estão grandemente ligados a condições de mercado e demanda. Os ganhos (perdas) líquidos de negociação dependem do volume e tipo das transações, do nível de risco assumido e da volatilidade do preço e movimentos de taxas a qualquer dado momento no ambiente de mercado que está em constante evolução. Para avaliar o risco das nossas atividades de negociação, focamos na volatilidade real e potencial de posições individuais e carteiras. No nível de carteira e corporativo, usamos limites de negociação, teste de *stress* e ferramentas como modelagem “VAR” para estimar uma perda diária potencial, a não ser excedido dentro de um nível de confiança específico para mensurar e administrar o risco de mercado. Em 31 de dezembro de 2010, o valor do nosso “VaR” foi de R\$23 milhões com base em um nível de confiança de 99%.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

Periodicamente é avaliada a existência de redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização permanente ou de valor significativo no seu valor justo. A determinação de uma desvalorização permanente ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, avalia-se entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas por meio de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinadas premissas ou julgamento no estabelecimento das estimativas do valor justo.

Provisões para redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

No final de cada período, a provisão para perdas com empréstimos e recebíveis é ajustada com base em uma análise de nossa carteira, incluindo a estimativa das perdas em empréstimos e recebíveis.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira de empréstimos e recebíveis, tanto em bases individuais quanto em base de carteiras específicas de produtos. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações.

Notas Explicativas

Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas com empréstimos e recebíveis, incluem:

- condições econômicas brasileiras gerais e condições no setor relevante;
- experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, incluindo experiência de recente de prejuízos;
- tendências de qualidade de crédito;
- valores de garantias de uma operação de crédito;
- volume, composição e crescimento de nossa carteira de empréstimos e recebíveis;
- política monetária do governo brasileiro; e
- quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

A Organização usa modelos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis e determinar a provisão necessária para perdas. São aplicados fatores estatísticos de perdas e outros indicadores de risco para grupos de empréstimo com características de risco semelhantes, visando atingir uma estimativa das perdas incorridas na carteira para calcular os modelos. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações/previsões. Além disso, a volatilidade da economia brasileira pode levar a uma maior incerteza em nossos modelos do que se esperaria em ambientes macroeconômicos mais estáveis. Consequentemente, nossa provisão para perdas com empréstimos e recebíveis pode não ser indicativa das perdas futuras reais. Para fins de análise de sensibilidade, realizamos uma simulação para avaliar o impacto de um aumento da probabilidade de default (PD) sobre o montante de provisão. Nesta simulação um aumento de 10% na PD de 31 de dezembro de 2010 poderia elevar o montante de provisão em R\$ 311 milhões aproximadamente. Essa análise de sensibilidade é hipotética e tem o único objetivo de ilustrar o impacto que a inadimplência tem na determinação da provisão para perda por redução ao valor recuperável.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas por redução ao valor recuperável exige um alto nível de julgamento. É possível que outros, com as mesmas informações, possam atingir diferentes conclusões razoáveis.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e ágio

A Organização deve analisar, pelo menos anualmente, se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor justo para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor justo de uma unidade for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrer uma redução a seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro. Uma análise de sensibilidade do teste de redução ao valor recuperável do ágio, juntamente com as principais premissas usadas no teste de perda por redução ao valor recuperável, está inclusa na Nota 30.

Notas Explicativas

Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de benefícios de imposto diferidos e imposto de renda a pagar. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um benefício de imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas que são inerentemente incertas. A realização de benefícios de impostos diferidos está sujeita a mudanças nas taxas de juros futuras e desenvolvimentos de nossas estratégias. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esse monitoramento também pode resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período. Para mais informações sobre imposto de renda, vide Nota 17.

Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas de seguros (reservas) são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado ponto no futuro, a favor de nossos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro saúde e seguro contra acidentes, dentre outros. Esses benefícios são computados utilizando hipóteses de mortalidade, invalidez, perda de validade, desempenho do investimento, inflação e despesas. Essas hipóteses se baseiam em nossa experiência e são periodicamente revisadas com relação aos padrões do setor visando assegurar a credibilidade atuarial. Para contratos de seguros de longa duração, uma vez realizadas as hipóteses em uma apólice especificamente ou grupo de apólices, elas não serão alteradas durante a vigência da apólice. Contudo, mudanças significativas na experiência ou hipóteses podem fazer com que tenhamos que constituir provisão para perdas futuras esperadas sobre um produto, estabelecendo provisões para insuficiência de prêmio. Provisões para insuficiência de prêmio também podem ser estabelecidas em contratos de curta duração no sentido de prever perdas futuras esperadas. Os benefícios e sinistros incluem provisões para sinistros ocorridos mas não avisados de saúde, incapacidade e seguro de vida, auto e ramos elementares. Reconhecemos sinistros no período em que o serviço foi prestado aos nossos segurados. Entretanto, custos de sinistros incorridos em um período específico não são conhecidos com certeza até recebermos, processarmos e pagarmos os sinistros. Determinamos o valor do passivo utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar nossa estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar estas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos nos resultados do respectivo período. Mais informações, veja a Nota 36.

Notas Explicativas**5) Segmentos de negócio**

A Organização opera, principalmente, no setor bancário e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, previdência complementar e capitalização por meio de subsidiária, a Bradesco Seguros S.A., e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios da Alta Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes a alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Alta Administração usa uma variedade de informações, incluindo financeiras e não financeiras, medidas em diferentes bases.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de seguros, previdência complementar e de capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, planos de previdência complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Organização e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, são as seguintes:

	R\$ mil			
	2010			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações, ajustes e eliminações	Total
Resultado líquido de juros	28.223.501	2.823.860	1.723.930	32.771.291
Resultado líquido de serviços e comissões	10.450.714	975.142	(2.031.318)	9.394.538
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	906.333	(1.068)	1.307.468	2.212.733
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	97.652	418.846	237.918	754.416
Ganhos/(perdas) líquidos de operações de câmbio	336.578	-	(1.019.539)	(682.961)
Resultado de seguros e previdência	-	2.554.366	23.364	2.577.730
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(6.354.670)	-	598.545	(5.756.125)
Despesas de pessoal	(7.944.012)	(762.840)	(87.165)	(8.794.017)
Outras despesas administrativas	(9.018.558)	(1.046.476)	303.589	(9.761.445)
Depreciação e amortização	(1.539.117)	(1.418)	(425.898)	(1.966.433)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(6.111.529)	(354.148)	463.014	(6.002.663)
Resultado operacional	9.046.892	4.606.264	1.093.908	14.747.064
Resultado de participação em coligadas	323.983	148.448	104.622	577.053
Lucro antes dos impostos e participação de acionistas não controladores	9.370.875	4.754.712	1.198.530	15.324.117
Imposto de renda e contribuição social	(2.416.284)	(1.771.955)	(1.083.685)	(5.271.924)
Lucro líquido do exercício	6.954.591	2.982.757	114.845	10.052.193
Atribuível aos acionistas controladores	6.943.764	2.912.981	82.830	9.939.575
Atribuível aos acionistas não controladores	10.827	69.776	32.015	112.618
Total do Ativo	548.664.554	105.026.136	(50.736.666)	602.954.024
Investimentos em coligadas	431.894	1.866.306	-	2.298.200

Notas Explicativas

	R\$ mil			
	2009			
	Setor bancário	Seguros e previdência	Outras operações, ajustes e eliminações	Total
Resultado líquido de juros	23.991.700	2.301.290	897.522	27.190.512
Resultado líquido de serviços e comissões	8.889.004	860.557	(1.902.179)	7.847.382
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	2.701.659	(3.596)	3.285.718	5.983.781
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	74.855	618.633	63.767	757.255
Ganhos/(perdas) líquidos de operações de câmbio	1.339.043	-	(2.236.681)	(897.638)
Resultado de seguros e previdência	-	1.789.420	(11.404)	1.778.016
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(11.236.020)	-	426.409	(10.809.611)
Despesas de pessoal	(6.859.518)	(531.576)	56.930	(7.334.164)
Outras despesas administrativas	(7.649.126)	(764.944)	276.012	(8.138.058)
Depreciação e amortização	(1.270.438)	(49.176)	(196.915)	(1.516.529)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(2.933.704)	(229.714)	138.778	(3.024.640)
Resultado operacional	7.047.455	3.990.894	797.957	11.836.306
Resultado de participação em coligadas	513.752	214.440	675	728.867
Lucro antes dos impostos e participação de acionistas não controladores	7.561.207	4.205.334	798.632	12.565.173
Imposto de renda e contribuição social	(2.319.811)	(1.462.609)	(481.910)	(4.264.330)
Lucro líquido do exercício	5.241.396	2.742.725	316.722	8.300.843
Atribuível aos acionistas controladores	5.243.804	2.716.291	322.912	8.283.007
Atribuível aos acionistas não controladores	(2.408)	26.434	(6.190)	17.836
Total do Ativo	430.753.007	92.096.511	(33.165.567)	489.683.951
Investimentos em coligadas	575.368	855.789	-	1.431.157

Nossas operações são principalmente realizadas no país. Além disso, em 31 de dezembro de 2010, possuíamos uma agência em Nova Iorque e duas agências em Grand Cayman, principalmente para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Argentina S.A. (Buenos Aires), Banco Bradesco Europa (Luxemburgo), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque) Bradesco Securities UK Limited (Londres), Bradesco Services Co., Ltd. (Tóquio), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong) e Ibi Service, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México).

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no sumário de políticas contábeis significativas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita da Organização em 2010 e 2009.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço do grupo, as receitas e despesas entre segmentos e são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

Notas Explicativas**6) Resultado líquido de juros**

	R\$ mil	
	2010	2009
Receita de juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	6.936.475	7.473.115
Empréstimos e adiantamentos a clientes:		
- Operações de crédito	35.552.902	30.556.168
- Operações de arrendamento mercantil	2.212.121	3.444.554
Ativos financeiros:		
- Para negociação	10.187.811	7.889.792
- Disponíveis para venda	5.786.288	3.883.877
- Mantidos até o vencimento	191.572	438.812
Depósitos compulsórios no Banco Central	2.869.307	1.443.573
Outras receitas financeiras de juros	35.707	35.338
Total	63.772.183	55.165.229
Despesa de juros e similares		
Recursos de instituições de crédito:		
- Depósitos interfinanceiros	(38.521)	(63.381)
- Captação no mercado aberto	(11.059.104)	(7.570.414)
Recursos de clientes:		
- Poupança	(2.964.110)	(2.449.921)
- A prazo	(8.329.374)	(8.962.897)
Recursos de emissão de títulos	(503.694)	(2.063.836)
Dívidas subordinadas	(2.022.578)	(1.735.641)
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(6.083.511)	(5.128.627)
Total	(31.000.892)	(27.974.717)
Resultado líquido de juros	32.771.291	27.190.512

Notas Explicativas**7) Resultado líquido de serviços e comissões**

	R\$ mil	
	2010	2009
Receitas de serviços e comissões		
Cartões de crédito	2.865.529	2.080.367
Contas correntes	2.360.606	2.180.735
Cobrança	1.081.498	997.321
Administração de fundos	765.059	679.892
Garantias prestadas	566.274	462.297
Serviços de custódia e corretagem	449.453	412.653
Administração de consórcios	433.234	351.178
Arrecadações	286.706	256.002
Tarifa interbancária	23.265	9.623
Outras	589.861	436.533
Total	9.421.485	7.866.601
Despesas de serviços e comissões		
Serviços do Sistema Financeiro	(26.947)	(19.219)
Total	(26.947)	(19.219)
Resultado líquido de serviços e comissões	9.394.538	7.847.382

8) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação

	R\$ mil	
	2010	2009
Instrumentos financeiros derivativos	2.057.723	4.891.424
Títulos de renda fixa	163.215	1.203.970
Títulos de renda variável	(8.205)	(111.613)
Total	2.212.733	5.983.781

9) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

	R\$ mil	
	2010	2009
Títulos de renda variável	345.981	406.523
Títulos de renda fixa	299.235	142.515
Dividendos recebidos	109.200	208.217
Total	754.416	757.255

10) Ganhos/(perdas) líquidos de operações de câmbio

Os ganhos e perdas líquidos de operações de câmbio demonstram, basicamente, os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

Notas Explicativas**11) Resultado de seguros e previdência**

	R\$ mil	
	2010	2009
Prêmios emitidos	26.136.471	22.727.880
Contribuições de previdência complementar	2.541.130	2.182.999
Prêmios de cosseguros cedidos	(127.307)	(298.404)
Prêmios restituídos	(362.060)	(270.600)
Prêmios emitidos líquidos	28.188.234	24.341.875
Prêmios de resseguros	(194.118)	(223.325)
Prêmios retidos de seguros e planos de previdência	27.994.116	24.118.550
Variação da provisão técnica de seguros	(12.248.846)	(10.742.062)
Variação da provisão técnica de previdência	(2.023.396)	(2.038.483)
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	(14.272.242)	(12.780.545)
Indenizações avisadas	(9.619.861)	(8.562.158)
Despesas com sinistros	(260.188)	(278.356)
Recuperação de sinistros de cosseguro cedido	216.253	355.568
Recuperação de sinistros de resseguro	114.821	190.848
Salvados e ressarcimentos	175.992	127.587
Variações da provisão de IBNR	(204.446)	(162.643)
Sinistros retidos	(9.577.429)	(8.329.154)
Comissão sobre prêmios	(1.193.571)	(946.744)
Recuperação de comissão	37.225	42.794
Angariação	(321.346)	(227.674)
Despesas com corretagem e agenciamento - previdência	(161.827)	(148.427)
Variação das comissões diferidas	72.804	49.216
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência	(1.566.715)	(1.230.835)
Resultado de seguros e previdência	2.577.730	1.778.016

12) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

	R\$ mil	
	2010	2009
Empréstimos e adiantamentos:		
Constituição de perda por redução ao valor recuperável	(9.569.655)	(12.703.798)
Recuperação de créditos já baixados contra prejuízo	2.676.883	1.694.877
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	1.136.647	199.310
Total	(5.756.125)	(10.809.611)

Notas Explicativas**13) Despesas de pessoal**

	R\$ mil	
	2010	2009
Proventos	(4.054.876)	(3.542.701)
Benefícios	(1.786.066)	(1.454.659)
Encargos sociais	(1.547.423)	(1.278.039)
Participação dos empregados nos lucros	(796.172)	(626.918)
Provisão para processos trabalhistas	(507.714)	(351.458)
Treinamentos	(101.766)	(80.389)
Total	(8.794.017)	(7.334.164)

14) Outras despesas administrativas

	R\$ mil	
	2010	2009
Serviços de terceiros	(3.146.756)	(2.496.549)
Comunicação	(1.372.520)	(1.174.384)
Propaganda, promoções e publicidade	(761.096)	(561.205)
Processamento de dados	(709.840)	(613.278)
Transporte	(629.144)	(528.143)
Aluguéis	(567.334)	(543.440)
Manutenção e conservação de bens	(423.443)	(376.309)
Sistema financeiro	(398.298)	(290.680)
Materiais	(290.282)	(219.997)
Segurança e vigilância	(272.423)	(247.840)
Água, energia e gás	(206.990)	(195.855)
Viagens	(121.845)	(73.866)
Outras	(861.474)	(816.512)
Total	(9.761.445)	(8.138.058)

15) Depreciação e amortização

	R\$ mil	
	2010	2009
Despesa com amortização	(1.010.341)	(691.630)
Despesa com depreciação	(956.092)	(824.899)
Total	(1.966.433)	(1.516.529)

Notas Explicativas**16) Outras receitas/(despesas) operacionais**

	R\$ mil	
	2010	2009
Despesas tributárias	(3.014.917)	(2.535.238)
Despesa com contingência passiva	(788.829)	(1.290.401)
Variação monetária passiva	(503.353)	(527.838)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos não consolidados e imobilizado de uso, líquido ⁽¹⁾	(304.743)	2.080.016
Outras	(1.390.821)	(751.179)
Total	(6.002.663)	(3.024.640)

(1) Inclui principalmente lucro pela alienação parcial dos investimentos da Cielo S.A.

17) Imposto de renda e contribuição social**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil	
	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	15.324.117	12.565.173
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(6.129.647)	(5.026.069)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas	230.821	291.547
Perda cambial	(364.763)	(1.006.971)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(292.652)	21.865
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	985.815	853.306
Diferencial da alíquota da contribuição social ⁽¹⁾	130.948	265.623
Outros valores	167.554	336.369
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.271.924)	(4.264.330)
Alíquota efetiva	34,40%	33,94%

(1) Refere-se ao diferencial da alíquota da contribuição social entre empresas financeiras e equiparadas (15%) e subsidiárias não financeiras (9%) (Nota 2w).

Notas Explicativas**b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil	
	2010	2009
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(6.052.588)	(6.531.613)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização sobre adições temporárias	1.034.023	2.550.903
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(72.954)	(165.318)
Prejuízo fiscal	(301.294)	(338.405)
Constituição sobre:		
Base negativa de contribuição social	62.034	29.746
Prejuízo fiscal	58.855	190.357
Total dos impostos diferidos	780.664	2.267.283
Imposto de renda e contribuição social	(5.271.924)	(4.264.330)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil				
	Saldo em 31.12.2009	Saldos Adquiridos	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2010
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	8.015.960	-	3.415.130	2.923.316	8.507.774
Provisão para contingências	3.496.272	-	1.366.899	437.308	4.425.863
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	137.424	-	47.630	24.083	160.971
Outros	3.571.611	-	478.273	889.202	3.160.682
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	15.221.267	-	5.307.932	4.273.909	16.255.290
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	1.001.520	-	94.476	374.248	721.748
Subtotal	16.222.787	-	5.402.408	4.648.157	16.977.038
Contribuição social - MP nº 2158-35	270.123	-	26.413	138.723	157.813
Total dos créditos tributários ⁽¹⁾	16.492.910	-	5.428.821	4.786.880	17.134.851
Obrigações fiscais diferidas ⁽¹⁾	5.118.417	-	1.644.277	381.091	6.381.603
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	11.374.493	-	3.784.544	4.405.789	10.753.248

Notas Explicativas

	R\$ mil				
	Saldo em 1.1.2009	Saldos Adquiridos	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2009
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	6.416.871	108.802	4.636.262	3.145.975	8.015.960
Provisão para contingências	2.999.650	97.030	1.196.780	797.188	3.496.272
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	175.677	813	27.480	66.546	137.424
Outros	2.828.970	42.551	1.121.476	421.386	3.571.611
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	12.421.168	249.196	6.981.998	4.431.095	15.221.267
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	1.274.978	10.162	220.103	503.723	1.001.520
Subtotal	13.696.146	259.358	7.202.101	4.934.818	16.222.787
Contribuição social - MP nº 2158-35	414.238	-	-	144.115	270.123
Total dos créditos tributários ⁽¹⁾	14.110.384	259.358	7.202.101	5.078.933	16.492.910
Obrigações fiscais diferidas ⁽¹⁾	2.392.674	162	3.377.978	652.397	5.118.417
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	11.717.710	259.196	3.824.123	4.426.536	11.374.493

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social

	R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2011	3.103.864	1.724.304	223.290	38.961	5.090.419
2012	3.029.627	1.701.351	156.401	106.932	4.994.311
2013	3.008.993	1.682.746	47.956	28.798	4.768.493
2014	696.536	442.154	40.185	27.937	1.206.812
2015	619.127	404.401	25.166	26.122	1.074.816
Total	10.458.147	5.954.956	492.998	228.750	17.134.851

e) Impostos diferidos passivos

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Superveniência de depreciação	3.925.102	2.996.545	1.324.688
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	1.719.242	1.505.749	329.577
Outros	737.259	616.123	738.409
Total	6.381.603	5.118.417	2.392.674

Notas Explicativas**f) Imposto de renda reconhecido diretamente no patrimônio líquido**

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.388.390)	(994.194)	164.242
Total	(1.388.390)	(994.194)	164.242

18) Lucro por ação**Lucro por ação básico**

O cálculo do lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, respectivamente, conforme cálculos a seguir:

	2010	2009 ⁽¹⁾
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Organização	9.939.575	8.283.007
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.880.830	1.856.653
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	1.881.367	1.856.686
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (em Reais)	2,52	2,12
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (em Reais)	2,77	2,34

- (1) Em 10 de junho de 2010, na Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada 10 possuídas da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada 10 possuída.

Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações potenciais diluíveis.

19) Caixa e disponibilidades em bancos**a) Disponibilidades**

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Disponibilidades em moeda nacional	13.941.186	5.488.005	5.800.355
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.821.837	1.438.392	3.470.936
Aplicações em ouro	86	65	67
Depósitos compulsórios no Banco Central ⁽¹⁾	65.197.018	17.923.629	13.200.677
Total	80.960.127	24.850.091	22.472.035

- (1) Os depósitos compulsórios no Banco Central refere-se a um saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

Notas Explicativas**b) Caixa e equivalentes de caixa**

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Disponibilidades em moeda nacional	13.941.186	5.488.005	5.800.355
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.821.837	1.438.392	3.470.936
Aplicações em ouro	86	65	67
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	20.502.502	82.432.690	55.936.263
Total	36.265.611	89.359.152	65.207.621

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

20) Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Aplicações em operações compromissadas ⁽¹⁾	37.182.878	57.590.857	32.660.020
Empréstimos para instituições financeiras	27.583.762	25.174.799	29.201.598
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(51.228)	(43.813)	(46.461)
Total	64.715.412	82.721.843	61.815.157

(1) A Organização está autorizada a vender ou repenhorar a garantia recebida, no caso de inadimplemento do proprietário da garantia, cujo valor justo das garantias é de R\$ 13.043.713 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$ 7.968.395 mil e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 5.722.722 mil).

21) Empréstimos e adiantamentos a clientes**Empréstimos a clientes**

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Capital de Giro	39.996.835	30.031.028	27.676.124
Repasse BNDES/Finame	29.554.340	18.240.421	16.242.042
Veículos - CDC	25.193.370	19.689.134	20.567.789
Crédito Pessoal	20.368.434	16.148.266	12.058.422
Cartão de Crédito	18.474.095	14.676.565	10.323.407
Financiamento a Exportação	16.659.872	16.786.285	20.996.155
Leasing	16.365.943	21.468.019	20.537.862
Financiamento Imobiliário	10.186.535	6.942.703	5.388.099
Crédito Rural	10.179.753	9.136.566	7.848.764
Conta Garantida	9.042.191	8.864.265	9.718.446
Importação	3.834.498	3.483.516	3.411.280
Cheque Especial	3.207.207	2.747.461	2.413.286
Prêmios de Seguros a Receber	2.048.186	2.357.544	1.431.986
Outros	20.524.659	18.593.722	19.188.742
Total da carteira	225.635.918	189.165.495	177.802.404
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(15.355.736)	(14.925.145)	(10.292.214)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	210.280.182	174.240.350	167.510.190

Notas Explicativas**Provisões para perdas com redução ao valor recuperável**

	R\$ mil	
	2010	2009
No início do exercício	14.925.145	10.292.214
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	5.756.125	10.809.611
Baixas	(5.325.534)	(6.176.680)
No encerramento do exercício	15.355.736	14.925.145

Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:			
Até um ano	7.734.127	8.765.092	7.224.862
De um a cinco anos	8.589.935	12.664.559	13.235.066
Mais de cinco anos	41.881	38.368	77.934
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(1.439.611)	(2.119.474)	(1.256.452)
Investimento líquido	14.926.332	19.348.545	19.281.410
Investimento líquido em arrendamento financeiro:			
Até um ano	7.015.716	7.818.981	6.730.389
De um a cinco anos	7.870.113	11.494.340	12.476.172
Mais de cinco anos	40.503	35.224	74.849
Total	14.926.332	19.348.545	19.281.410

22) Ativos e passivos financeiros para negociação**a) Ativos financeiros para negociação**

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Títulos			
Títulos públicos brasileiros	45.614.460	35.446.211	47.434.183
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	21.008.435	8.766.550	9.047.735
Títulos emitidos por instituições financeiras	4.784.402	5.011.529	4.619.873
Aplicações em cotas de fundos	2.075.468	3.768.978	2.995.114
Títulos públicos de governos estrangeiros	71.004	82.021	1.755.582
Títulos brasileiros emitidos no exterior	29.714	35.278	43.072
Instrumentos financeiros derivativos	1.650.708	1.369.967	2.386.414
Total	75.234.191	54.480.534	68.281.973

Notas Explicativas

Vencimento

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Vencimento em até um ano	38.950.396	18.131.141	22.365.808
Vencimento de um até cinco anos	26.001.597	28.510.230	40.054.209
Vencimento de cinco até dez anos	5.840.270	4.286.137	3.227.991
Vencimento acima de dez anos	857.904	88.612	49.713
Tempo indeterminado	3.584.024	3.464.414	2.584.252
Total	75.234.191	54.480.534	68.281.973

Os títulos e valores mobiliários de negociação acima demonstrados não incluem títulos cedidos em garantias que, totalizaram R\$ 14.482.843 mil (31 de dezembro de 2009 – R\$ 5.845.902 mil e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 3.604.632 mil), vide Nota 25 “Ativos cedidos em garantia”.

A Organização mantinha R\$ 1.319.142 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$ 3.188.878 mil e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 2.041.810 mil) penhorado como garantia por passivos.

Os ganhos líquidos, não realizados, incluídos em títulos e valores mobiliários de negociação somam R\$ 56.386 mil (2009 – R\$ 154.509 mil). A variação líquida em ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários de negociação detidos nos exercícios totalizou R\$ (98.123) mil.

b) Passivos financeiros para negociação

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Instrumentos financeiros derivativos	732.967	532.422	2.055.670
Total	732.967	532.422	2.055.670

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com diversos clientes, os quais se destinam a reduzir nossa exposição global a risco, bem como administrar a exposição a risco de nossos clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBovespa).

(i) Swap

Swaps de moeda e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por um outro e resultam em uma troca econômica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, *swaps* de moeda e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito da Organização representa o custo potencial para repor os contratos de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor *notional* dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, a Organização avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

Notas Explicativas

(ii) Opções de câmbio

Opções de câmbio são contratos segundo os quais o vendedor (lançador da opção) concede ao comprador (detentor da opção) o direito, mas não a obrigação, de comprar *call option* ou vender *put option* em uma data determinada ou durante um período determinado, um valor específico em moeda estrangeira. O vendedor recebe do comprador um prêmio pela assunção do risco de câmbio ou de taxa de juros. As opções podem ser negociadas entre a Organização e um cliente. A Organização está exposta a risco de crédito apenas nas opções compradas e apenas por seu valor contábil, que é o valor justo de mercado.

(iii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito é mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as mudanças no valor dos contratos são liquidados diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente, que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

(iv) Operações a termo

A operação a termo é um contrato de compra ou venda, de uma ação, a um preço fixo, para liquidação em uma determinada data. Por se tratar de um mercado futuro, no qual a compra da ação só será efetivada no dia do vencimento é necessária uma margem em custódia para garantias do contrato. Essa margem pode ser em dinheiro ou títulos de valores mobiliários custodiados. O valor da margem varia durante o contrato, de acordo com a variação do indexador que assumiu na operação, em razão de mudanças de volatilidade e liquidez, além de possíveis margens adicionais que a corretora pode solicitar.

Notas Explicativas

A composição dos valores de referência *notional* e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação mantidos pela Organização é a seguinte:

	R\$ mil					
	Valores referenciais			Valor justo		
	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009	2010	2009	2009
Contratos futuros						
• À taxa de juros						
Compras	9.355.170	29.277.800	39.348.618	3.767	856	239
Vendas	164.936.123	69.913.903	16.814.303	(3.247)	(908)	(6.117)
• Em moeda estrangeira						
Compras	2.827.998	3.507.063	4.307.675	-	103	3.917
Vendas	17.847.361	16.089.089	17.904.684	(2)	(209)	(7.150)
• Outros						
Compras	-	129.239	27.669	-	-	-
Vendas	-	100.862	9.681	-	-	-
Contratos de opções						
• À taxa de juros						
Compras	85.097.591	9.825.101	2.949.500	35.140	2.660	39.378
Vendas	85.889.076	19.665.160	4.215.900	(42.135)	(2.288)	(52.287)
• Em moeda estrangeira						
Compras	109.069	2.042.631	2.341.035	500	62.071	390.597
Vendas	232.973	2.258.590	2.497.209	(2.180)	(21.174)	(283.430)
• Outros						
Compras	675.229	776.757	948.956	23.858	40.787	13.726
Vendas	659.037	2.498.800	2.320.495	(59.902)	(91.374)	(345.217)
Contratos a termo						
• À taxa de juros						
Compras	20.030	-	-	21.044	-	-
Vendas	20.030	-	-	(21.044)	-	-
• Em moeda estrangeira						
Compras	5.091.958	2.804.582	9.811.062	192.877	216.931	600.914
Vendas	6.046.744	4.713.011	2.437.461	(273.476)	(127.604)	(221.736)
• Outros						
Compras	33.295	19.015	-	18.390	-	-
Vendas	98.838	-	-	(84.262)	-	-
Contratos de swaps						
• Posição de Ativo						
Swaps de taxa de juros	5.940.693	9.536.423	8.546.396	61.881	1.006.523	277.831
Swaps de moeda	11.102.853	5.857.812	12.933.946	1.293.251	40.036	1.059.812
• Posição de Passivo						
Swaps de taxa de juros	8.932.650	5.892.245	8.023.095	(108.211)	(170.152)	(319.547)
Swaps de moeda	7.002.482	8.744.116	13.273.100	(138.508)	(118.713)	(820.186)

Notas Explicativas

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado a mudanças nas condições de mercado devido a variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam à entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

A Organização possui as seguintes operações de *hedge*, entretanto, conforme Nota 2e iii, não se qualificam para a contabilização de *hedge* contábil de acordo com a IAS 39:

Hedge de valor justo do risco de taxa de juros

A Organização utiliza *swaps* de taxa de juros para proteger sua exposição a alterações no valor justo de suas emissões de renda fixa e de determinados empréstimos e adiantamentos. Os *swaps* de taxa de juros são casados com emissões específicas ou empréstimos de renda fixa.

Hedge de fluxos de caixa de títulos de dívida emitidos em moeda estrangeira

A Organização utiliza *swaps* de taxas de juros em moedas estrangeiras para se proteger dos riscos cambiais e das taxas de juros decorrentes da emissão de títulos de dívida de taxa flutuante denominadas em moedas estrangeiras. Os fluxos de caixa dos *swaps* de taxa de juros em moedas estrangeiras são compatíveis com os fluxos de caixa dos títulos de dívida de taxas flutuantes.

Hedge de investimentos líquidos no exterior

A Organização utiliza uma combinação de contratos de câmbio a termo e de dívidas denominadas em moeda estrangeira para cobertura do risco cambial de seus investimentos líquidos em controladas no exterior.

O valor justo dos contratos a termo usados para proteção dos investimentos líquidos em controladas estrangeiras está apresentado na tabela anterior. As dívidas denominadas em moeda estrangeira utilizadas para proteção dos investimentos líquidos da Organização em controladas nas Américas, em dólares norte-americanos, têm valor justo igual ao seu valor contábil e estão incluídas em Recursos por emissão de títulos (Nota 34).

Outros derivativos destinados a *hedge*

A Organização utiliza essa categoria para gerenciar sua exposição a riscos cambiais, de taxa de juros, de mercado acionário e de crédito. Os instrumentos utilizados incluem *swaps* de taxa de juros, *swaps* de taxa de juros em moedas estrangeiras, contratos a termo, futuros, opções, *swaps* de crédito e *swaps* de ações. O valor justo destes derivativos é apresentado na tabela anterior.

Notas Explicativas**Lucros não observáveis no reconhecimento inicial**

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros é reconhecido na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação", na demonstração do resultado.

23) Ativos financeiros disponíveis para venda

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos públicos brasileiros	27.438.877	3.489.431	(17.996)	30.910.312
Títulos emitidos por empresas não financeiras	4.138.164	182.695	(145.847)	4.175.012
Títulos emitidos por instituições financeiras	91.011	47.119	(21.860)	116.270
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	6.266	115.028	(107.871)	13.423
Ações em companhias abertas	4.806.812	872.480	(715.165)	4.964.127
Saldos em 31 de dezembro de 2010	36.481.130	4.706.753	(1.008.739)	40.179.144
Títulos públicos brasileiros	30.660.147	2.223.425	(188.796)	32.694.776
Títulos emitidos por empresas não financeiras	4.512.136	50.923	(200.256)	4.362.803
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.178.022	37.122	(12.078)	1.203.066
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.534.788	68.225	(131.402)	1.471.611
Títulos públicos de governos estrangeiros	147.884	-	(18.140)	129.744
Ações em companhias abertas	3.398.686	917.206	(131.476)	4.184.416
Saldos em 31 de dezembro de 2009	41.431.663	3.296.901	(682.148)	44.046.416
Títulos públicos brasileiros	19.859.757	931.062	(341.094)	20.449.725
Títulos emitidos por empresas não financeiras	4.050.864	136.811	(82.978)	4.104.697
Títulos emitidos por instituições financeiras	340.605	98.130	(556)	438.179
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.642.244	248.822	(114.237)	1.776.829
Títulos públicos de governos estrangeiros	12	-	-	12
Ações em companhias abertas	4.352.236	433.426	(1.463.742)	3.321.920
Saldos em 1º de janeiro de 2009	30.245.718	1.848.251	(2.002.607)	30.091.362

Notas Explicativas

Vencimento

	R\$ mil					
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	2.421.848	2.409.541	1.490.438	1.560.567	1.662.252	1.677.837
Vencimento entre 1 e 5 anos	2.769.967	2.829.059	11.833.126	11.740.143	3.968.401	3.940.606
Vencimento entre 5 e 10 anos	7.743.610	8.231.385	7.518.540	7.822.577	6.708.907	6.939.156
Vencimento acima de 10 anos	18.738.893	21.745.032	17.190.873	18.738.713	13.553.922	14.211.843
Vencimento indeterminado	4.806.812	4.964.127	3.398.686	4.184.416	4.352.236	3.321.920
Total	36.481.130	40.179.144	41.431.663	44.046.416	30.245.718	30.091.362

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda não incluem títulos cedidos em garantias, que totalizaram R\$ 34.133.166 mil, R\$ 3.102.316 mil e R\$ 626.776 mil em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente.

A Organização mantinha R\$ 8.465 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$ 674.699 mil e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 3.230.958 mil) penhorados como garantia por passivos.

Foram realizadas, no segmento bancário, perdas que não temporárias, no valor de R\$ 429 mil (2009- R\$ 24.726 mil), para os ativos financeiros disponíveis para venda.

24) Investimentos mantidos até o vencimento

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos:				
Títulos públicos brasileiros	3.282.968	1.540.606	-	4.823.574
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	5.617	98	-	5.715
Títulos públicos de governos estrangeiros	105.722	-	-	105.722
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.394.307	1.540.704	-	4.935.011
Títulos:				
Títulos públicos brasileiros	2.951.283	1.226.308	-	4.177.591
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	855.603	110.539	-	966.142
Títulos públicos de governos estrangeiros	76.093	-	-	76.093
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.882.979	1.336.847	-	5.219.826
Títulos:				
Títulos públicos brasileiros	2.960.976	1.087.368	(14.230)	4.034.114
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.072.647	213.673	(66.759)	1.219.561
Títulos públicos de governos estrangeiros	62.828	-	-	62.828
Saldos em 1º de janeiro de 2009	4.096.451	1.301.041	(80.989)	5.316.503

Notas Explicativas

Vencimento

	R\$ mil					
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	105.875	105.875	89.844	89.844	62.828	62.828
Vencimento entre 1 e 5 anos	315.877	322.472	904.764	1.004.457	1.105.148	1.232.226
Vencimento entre 5 e 10 anos	131	176	241.905	255.337	257.518	263.123
Vencimento acima de 10 anos	2.972.424	4.506.488	2.646.466	3.870.188	2.670.957	3.758.326
Total	3.394.307	4.935.011	3.882.979	5.219.826	4.096.451	5.316.503

Em 31 de dezembro de 2010 e 1º de janeiro de 2009, tínhamos registrado em ativos financeiros mantidos até o vencimento títulos cedidos em garantia no montante de R\$ 809.252 mil e R\$ 75.033 mil, respectivamente.

A Organização mantinha ativos financeiros no montante de R\$ 7.256 mil penhorado como garantia por passivos em 1º de janeiro de 2009.

25) Ativos cedidos em garantia

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Mantidos para negociação	14.482.843	5.845.902	3.604.632
Títulos públicos brasileiros	14.482.843	5.845.902	3.604.632
Disponíveis para venda	34.133.166	3.102.316	626.776
Títulos públicos brasileiros	30.737.679	2.615.145	-
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.301.906	36.514	-
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	706.607	450.657	596.631
Títulos emitidos por empresas financeiras	386.974	-	30.145
Mantidos até o vencimento	809.252	-	75.033
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	809.252	-	75.033
Empréstimos e recebíveis	30.275.351	51.124.435	31.818.177
Aplicações interfinanceiras de liquidez	30.275.351	51.124.435	31.818.177
Total	79.700.612	60.072.653	36.124.618

As garantias são compromissos condicionais oferecidos que garantem que as cláusulas contratuais das operações de captações no mercado aberto sejam cumpridas. Destas garantias, o montante de R\$ 79.644.322 mil (2009 – R\$ 58.526.334 mil e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 36.082.564 mil) pode ser repenhorado e R\$ 56.290 mil (2009 – R\$ 1.546.319 mil e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 42.054 mil), vendido ou repenhorado.

O valor justo das garantias cedidas em 31 de dezembro de 2010, classificadas como mantidos até o vencimento, representam R\$ 867.318 mil (1º de janeiro de 2009 - R\$ 83.779 mil).

Notas Explicativas**26) Ativos não correntes mantidos para venda**

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Bens não de uso próprio			
Veículos e afins	286.805	323.174	207.502
Imóveis	112.665	126.435	113.248
Máquinas e equipamentos	11.536	5.228	4.216
Outros	1.136	1.037	1.014
Total	412.142	455.874	325.980

Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Portanto, ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil destes itens, destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano.

Notas Explicativas

27) Investimentos em coligadas

a) Composição dos investimentos em coligadas

Empresa	R\$ mil							
	Participação Total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo da investida	Passivo da investida	Receitas ⁽⁴⁾	Lucro líquido (prejuízo) do período da investida
BES Investimentos do Brasil S.A. ⁽¹⁾	20,00%	20,00%	94.543	13.069	5.600.916	5.128.201	4.507.300	65.345
Biu Participações S.A.	33,84%	33,84%	70.117	30.021	329.722	25.988	5.578	74.563
Cielo S.A. ⁽²⁾	28,65%	28,65%	766.699	513.968	4.268.875	3.045.530	4.247.094	1.768.171
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Visavale ^{(1) (2)}	45,00%	45,89%	212.482	39.622	1.498.101	1.277.787	106.594	88.049
CPM Braxis S.A.	25,34%	20,19%	-	(118.107)	-	-	581.829	(457.187)
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	38.543	2.241	110.006	17.905	2.801	5.357
Fidelity Processadora S.A.	49,00%	49,00%	230.813	5.393	606.790	135.743	503.994	11.006
IRB - Brasil Resseguros S.A. ⁽¹⁾	21,24%	0,00%	453.109	65.118	8.617.837	6.461.159	978.073	284.231
Integritas Participações S.A. ^{(1) (3)}	22,32%	22,32%	431.894	25.728	718.498	21.036	2.094	98.897
Total em 31 de dezembro de 2010			2.298.200	577.053				
BES Investimentos do Brasil S.A. ⁽¹⁾	20,00%	20,00%	85.663	18.115	3.903.510	3.475.194	7.177.205	74.954
Biu Participações S.A.	33,84%	33,84%	36.991	26.610	315.386	76.747	4.196	67.130
Cielo S.A. ⁽²⁾	26,56%	26,56%	247.041	491.841	3.247.718	2.320.536	4.743.614	1.867.663
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Visavale ^{(1) (2)}	34,33%	35,20%	47.488	22.501	1.206.732	1.068.570	100.527	65.543
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	36.302	770	104.655	17.914	4.877	1.840
Fidelity Processadora S.A.	49,00%	49,00%	121.883	9.838	376.390	127.649	412.898	20.108
IRB - Brasil Resseguros S.A. ⁽¹⁾	21,24%	0,00%	445.171	67.529	9.556.129	7.457.134	1.452.094	340.674
Integritas Participações S.A. ^{(1) (3)}	20,54%	20,54%	410.618	91.663	364.452	27.027	3.498	67.277
Total em 31 de dezembro de 2009			1.431.157	728.867				

Notas Explicativas

Empresa	R\$ mil				
	Participação Total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo da investida	Passivo da investida
BES Investimentos do Brasil S.A. ⁽¹⁾	20,00%	20,00%	51.176	3.033.457	2.777.575
Biu Participações S.A.	33,84%	33,84%	12.750	288.332	109.712
Cielo S.A.	39,26%	39,26%	280.588	2.532.524	1.830.478
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Visavale ⁽¹⁾	34,33%	35,20%	45.414	964.148	831.242
CPM Holdings Ltd. ⁽¹⁾	49,00%	49,00%	43.122	36.217	30.134
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	34.585	94.965	12.325
Fidelity Processadora S.A.	49,00%	49,00%	112.045	289.821	61.157
IRB - Brasil Resseguros S.A. ⁽¹⁾	21,24%	0,00%	453.326	10.710.996	8.576.912
Total em 1º de janeiro de 2009			1.033.006		

- (1) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com 1 (um) mês de defasagem em relação a data-base das Demonstrações Contábeis;
- (2) Em 23 de abril de 2010, a Organização aumentou sua participação na Cielo S.A., correspondente a 2,09% do capital social, pelo valor de R\$ 431.700 mil, com ágio de R\$ 408.014 mil, e da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS, correspondente a 10,67% do capital social, pelo valor de R\$ 141.400 mil, com ágio de R\$ 123.645 mil cuja operação foi concluída em 13 de julho de 2010;
- (3) Investimento adquirido em janeiro de 2009, pela subsidiária Bradesco Seguros S.A., o qual inclui ágio de R\$ 287.998 mil;
- (4) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços; e
- (5) O Bradesco tem o direito de eleger um membro da diretoria no IRB.

Em 31 de dezembro de 2010, com exceção da Cielo S.A., os demais investimentos mencionados na tabela anterior não eram negociados regularmente em nenhuma bolsa de valores. O valor de mercado do nosso investimento na Cielo baseia-se no preço de mercado, no montante de R\$ 5.258.770 mil (2009 - R\$ 5.560.217 mil).

A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, na qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	R\$ mil	
	2010	2009
Saldo em 1º de janeiro	1.431.157	1.033.006
Aquisição de coligadas	786.688	339.902
Participação nos lucros/(prejuízos) de coligadas	577.053	728.867
Dividendos/JCP	(496.698)	(560.965)
Baixa de coligadas ⁽¹⁾	-	(109.653)
Saldo em 31 de dezembro	2.298.200	1.431.157

- (1) Contempla basicamente alienação parcial da empresa Cielo S.A.

Notas Explicativas

28) Joint ventures

Empresa	R\$ mil					
	Total	Participação com direito a voto	Ativo da investida	Passivo da investida	Receitas	Lucro líquido (prejuízo) do período da investida
Crediaré S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	339.933	227.114	133.268	23.470
Cia. Leader de Promoção de Vendas ⁽¹⁾	50,00%	50,00%	12.130	11.474	30.428	640
Leader S.A. Adm. de Cartões de Crédito ⁽¹⁾	50,00%	50,00%	214.573	184.882	187.460	26.162
Saldos em 31 de dezembro de 2010			566.636	423.470	351.156	50.272
Crediaré S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	327.371	217.395	132.786	24.438
Cia. Leader de Promoção de Vendas ⁽¹⁾	50,00%	50,00%	8.326	8.196	29.408	138
Leader S.A. Adm. de Cartões de Crédito ⁽¹⁾	50,00%	50,00%	196.741	172.788	154.246	6.150
Saldos em 31 de dezembro de 2009			532.438	398.379	316.440	30.726
Crediaré S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	304.470	133.510	124.786	40.079
Cia. Leader de Promoção de Vendas ⁽¹⁾	50,00%	50,00%	5.757	5.288	9.202	163
Leader S.A. Adm. de Cartões de Crédito ⁽¹⁾	50,00%	50,00%	182.877	162.687	63.398	(2.546)
Saldos em 1º de janeiro de 2009			493.104	301.485	197.386	37.696

(1) Empresas consolidadas utilizando balanços com 1 (um) mês de defasagem em relação à data-base das Demonstrações Contábeis.

A Organização não possui passivo contingente de investimentos em *joint ventures*, na qual é responsável em parte ou na totalidade.

Notas Explicativas**29) Ativos tangíveis****a) Composição por classe de ativos tangíveis**

	R\$ mil		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações	803.539	(453.186)	350.353
Terrenos	432.478	-	432.478
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	3.427.076	(1.943.702)	1.483.374
Sistemas de segurança e comunicações	210.935	(131.517)	79.418
Sistemas de processamento de dados	1.721.258	(1.059.416)	661.842
Sistemas de transporte	48.714	(31.956)	16.758
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	2.215.027	(1.569.969)	645.058
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.859.027	(5.189.746)	3.669.281
Edificações	791.242	(474.242)	317.000
Terrenos	432.568	-	432.568
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	3.034.177	(1.684.620)	1.349.557
Sistemas de segurança e comunicações	194.361	(117.610)	76.751
Sistemas de processamento de dados	1.352.768	(898.334)	454.434
Sistemas de transporte	59.009	(34.903)	24.106
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	2.237.099	(1.486.974)	750.125
Saldos em 31 de dezembro de 2009	8.101.224	(4.696.683)	3.404.541
Edificações	758.869	(468.034)	290.835
Terrenos	502.291	-	502.291
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	2.676.324	(1.447.808)	1.228.516
Sistemas de segurança e comunicações	177.036	(106.879)	70.157
Sistemas de processamento de dados	1.115.957	(856.784)	259.173
Sistemas de transporte	50.575	(27.244)	23.331
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	2.189.082	(1.384.002)	805.080
Saldos em 1º de janeiro de 2009	7.470.134	(4.290.751)	3.179.383

Os encargos com depreciação no exercício montaram a R\$ 956.092 mil (2009 – R\$ 824.899 mil).

Celebramos contratos de arrendamento mercantil financeiro, basicamente, para equipamentos de processamento de dados, que são registrados como equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Segundo esse método contábil, registra-se o crédito e a obrigação nas demonstrações contábeis e a depreciação do bem é calculada de acordo com nossa política normal de depreciação para ativos próprios.

Notas Explicativas**b) Movimentação líquida dos ativos tangíveis por classe**

	R\$ mil							
	Edificações	Terrenos	Instalações, imóveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados (1)	Sistemas de transporte	Imobilizado de arrendamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	290.835	502.291	1.228.516	70.157	1.064.253	10.590	12.741	3.179.383
Adições	191.460	19.817	446.370	25.250	604.687	4.499	7.209	1.299.292
Combinações de negócios ⁽²⁾	-	-	9.340	198	7.732	-	-	17.270
Baixas	(136.376)	(89.540)	(32.872)	(6.060)	(1.404)	(115)	(138)	(266.505)
Depreciação	(28.919)	-	(301.797)	(12.794)	(470.709)	(2.515)	(8.165)	(824.899)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	317.000	432.568	1.349.557	76.751	1.204.559	12.459	11.647	3.404.541
Adições	84.916	23.265	668.757	141.318	487.326	3.869	374	1.409.825
Baixas	(31.205)	(23.355)	(4.152)	(123.515)	(3.792)	(741)	(2.233)	(188.993)
Depreciação	(20.358)	-	(530.788)	(15.136)	(381.193)	(2.890)	(5.727)	(956.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	350.353	432.478	1.483.374	79.418	1.306.900	12.697	4.061	3.669.281

(1) Inclui arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados; e

(2) Refere-se à aquisição do Banco Ibi ocorrida em 2009.

30) Ativos intangíveis**a) Movimentação dos ativos intangíveis por classe**

	R\$ mil					
	Goodwill	Outros ativos intangíveis				
		Aquisição de direitos bancários	Software	Rentabilidade futura/carteira de clientes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	429.560	1.594.666	1.106.319	138.458	16.787	3.285.790
Adições	-	390.606	661.014	-	6.455	1.058.075
Aquisição Banco Ibi	-	-	-	811.868	-	811.868
Aquisição Odontoprev	293.966	-	-	-	-	293.966
Redução ao valor recuperável ⁽¹⁾	-	(36.511)	-	-	-	(36.511)
Amortização	-	(344.988)	(325.755)	(18.878)	(2.009)	(691.630)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	723.526	1.603.773	1.441.578	931.448	21.233	4.721.558
Adições	-	910.521	734.355	-	50.301	1.695.177
Aquisição do Ibi México	-	-	-	32.187	-	32.187
Redução ao valor recuperável ⁽¹⁾	-	(17.271)	(9.222)	-	-	(26.493)
Amortização	-	(587.192)	(327.220)	(41.672)	(54.257)	(1.010.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	723.526	1.909.831	1.839.491	921.963	17.277	5.412.088

(1) Foram reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), tendo em vista que o valor recuperável de "aquisição de direitos bancários" e "software" é inferior ao valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável foram reconhecidas no resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais". Estas perdas foram todas alocadas no segmento bancário.

Notas Explicativas**b) Composição do ágio por segmento**

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Segmento bancário	429.560	429.560	429.560
Segmento de seguros, previdência e capitalização	293.966	293.966	-
Total	723.526	723.526	429.560

O segmento bancário e de seguros, previdência e capitalização, nos quais alocamos as aquisições, são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perdas em 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009.

O valor recuperável do Segmento Bancário foi determinado com base no cálculo do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de fluxo de caixa baseada nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração, com taxa de crescimento nominal de 5,5%. A previsão dos fluxos de caixa foi descontada à taxa de 13,53%. O valor recuperável excede o valor contábil, incluindo *goodwill* de forma expressiva. Um ponto percentual de mudança na taxa de desconto ou taxa de crescimento ainda manteria o valor recuperável excedente ao valor contábil de modo expressivo bem como a redução na estimativa dos fluxos de caixa em 5%.

31) Outros ativos

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Operações de câmbio ⁽¹⁾	9.384.380	8.798.023	24.620.098
Devedores por depósitos em garantia ⁽²⁾	7.399.700	5.698.521	6.172.978
Relações interfinanceiras e interdependências	1.072.122	730.426	523.227
Negociação e intermediação de valores	898.756	1.220.800	2.997.122
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	532.761	715.422	898.083
Rendas a receber	441.717	624.688	361.665
Despesas de comercialização diferidas (seguros) – Nota 36f	417.427	340.210	293.986
Despesas antecipadas	249.187	282.804	119.497
Outros	1.978.199	2.316.397	2.222.370
Total	22.374.249	20.727.291	38.209.026

- (1) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio; e
- (2) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza.

Notas Explicativas**32) Recursos de instituições de crédito**

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições de crédito” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Composição por natureza

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Depósitos à vista	449.671	416.753	377.857
Depósitos interfinanceiros	275.445	752.060	698.195
Captações no mercado aberto	132.999.577	91.571.421	66.987.589
Obrigações por empréstimos	7.989.907	8.005.136	14.204.606
Obrigações por repasses	30.206.317	19.322.600	17.742.518
Total	171.920.917	120.067.970	100.010.765

33) Recursos de clientes

Os passivos financeiros “Recursos de clientes” são mensurados inicialmente ao valor justo e subsequentemente pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Composição por natureza

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Depósitos à vista	35.775.239	34.211.087	27.233.492
Depósitos de poupança	53.435.652	44.162.309	37.768.508
Depósitos a prazo	102.157.837	90.537.014	97.423.231
Outros	1.107.220	1.035.706	1.002.922
Total	192.475.948	169.946.116	163.428.153

Notas Explicativas**34) Recursos de emissão de títulos****a) Composição por tipo de papel emitido e localização**

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Títulos emitidos – País:			
Aceites cambias	-	-	249
Letras hipotecárias	1.277.455	898.598	770.902
Letras de crédito imobiliário	776.787	-	-
Letras de agronegócio	1.699.710	1.585.957	1.352.626
Letras financeiras	7.801.246	-	-
Debêntures ⁽¹⁾	743.127	740.452	1.486.643
Subtotal	12.298.325	3.225.007	3.610.420
Títulos e valores mobiliários – Exterior:			
Euronotes ^{(2) (3)}	1.659.951	236.843	216.904
Títulos emitidos por meio de securitização – (item (b))	3.851.489	4.220.948	5.038.342
Subtotal	5.511.440	4.457.791	5.255.246
Total geral	17.809.765	7.682.798	8.865.666

(1) Refere-se à parcela de emissões de debêntures simples não conversíveis em ações da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (subsidiária do Banco Bradesco S.A.), com vencimento em 1º de maio de 2011 e remuneração de 104% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI);

(2) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, de compra e venda de moedas estrangeiras, relativas a desconto de letras de exportação, pré-financiamento à exportação e financiamento à importação, substancialmente a curto prazo; e

(3) A partir de março de 2010, inclui emissão de nota sênior (4,10%), com vencimento em 2015, no montante de US\$ 750.000 mil.

b) Títulos emitidos por meio de securitização

Desde 2003, a Organização utiliza determinados acordos para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez por meio de Entidades de Propósito Específico (EPEs). Essas EPEs denominadas *International Diversified Payment Rights Company* e *Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited* são financiadas com obrigações de longo prazo e são liquidadas por meio do fluxo de caixa futuro dos ativos correspondentes, que basicamente compreendem:

- i. Fluxos de ordem de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil, para quais o Banco atua como pagador; e
- ii. Fluxos atuais e futuros de recebíveis de cartões de crédito oriundos de gastos realizados no território brasileiro por portadores de cartões de crédito emitidos fora do Brasil.

Os títulos de longo prazo emitidos pelas EPEs e vendidos a investidores serão liquidados com os recursos oriundos dos fluxos de ordens de pagamento e das faturas de cartão de crédito. A Organização é obrigada a resgatar os títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações das EPEs.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento e recebíveis de cartões de crédito, recebidos pelas EPEs, devem ser mantidos em conta bancária específica até que seja atingido um determinado nível mínimo.

Notas Explicativas

Demonstramos a seguir os montantes das notas emitidas pelas EPEs, que estão apresentadas na rubrica de "Recursos de emissão de títulos":

	R\$ mil					
	Data de Emissão	Valor da operação	Vencimento	31 de dezembro		1º de janeiro
				2010	2009	2009
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidos do exterior	20.8.2003	595.262	20.8.2010	-	41.727	117.506
	28.7.2004	305.400	20.8.2012	48.233	79.640	151.961
	11.6.2007	481.550	20.5.2014	352.307	456.439	592.330
	11.6.2007	481.550	20.5.2014	352.111	457.025	592.330
	20.12.2007	354.260	20.11.2014	259.996	346.807	473.918
	20.12.2007	354.260	20.11.2014	259.996	346.807	473.918
	6.3.2008	836.000	22.5.2017	866.752	915.274	1.184.728
	19.12.2008	1.168.500	22.2.2016	866.500	912.646	1.181.922
	20.3.2009	225.590	20.2.2015 ⁽¹⁾	-	182.069	-
	17.12.2009	133.673	20.11.2014	129.789	135.267	-
	17.12.2009	133.673	20.2.2017	129.281	136.178	-
	17.12.2009	89.115	20.2.2020	86.163	90.761	-
	20.8.2010	307.948	21.8.2017	302.828	-	-
	29.9.2010	170.530	21.8.2017	173.086	-	-
Total		5.637.311		3.827.042	4.100.640	4.768.613
Securitização do fluxo futuro de recebíveis de faturas de cartão de crédito de clientes residentes no exterior	10.7.2003	800.818	15.6.2011	24.447	120.308	269.729
Total		800.818		24.447	120.308	269.729
Total geral		6.438.129		3.851.489	4.220.948	5.038.342

(1) Título liquidado antecipadamente.

Notas Explicativas**35) Dívidas subordinadas**

Papel/Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	Moeda	Remuneração	R\$ mil		
					31 de dezembro		1º de janeiro 2009
					2010	2009	
No País:							
CDB subordinado:							
2011	5	4.504.022	R\$	102,5% a 104,0% da taxa CDI	7.685.360	6.979.342	6.328.979
2012	5	3.236.273	R\$	103,0% da taxa CDI ou 100,0% da taxa CDI + (0,344% a.a. - 0,4914% a.a.) ou IPCA + (7,102% a.a. – 7,632% a.a.)	4.588.559	4.152.514	3.758.090
2013	5	575.000	R\$	100,0% da taxa CDI + (0,344% a.a. - 1,0817% a.a.) ou IPCA + (7,74% a.a. – 8,20% a.a.)	780.335	700.900	630.781
2014	6	1.000.000	R\$	112,0% da taxa CDI	1.255.662	1.131.496	1.018.009
2015	6	1.274.696	R\$	108,0% e 112,0% da taxa CDI ou IPCA + (6,92% a.a. – 8,55% a.a.)	1.537.777	1.364.642	-
2016	6	500	R\$	IPCA + (7,1292% a.a.)	566	-	-
2012	10	1.569.751	R\$	100,0% da taxa DI – CETIP ou 100,0% da taxa CDI + (0,75% a.a. - 0,87% a.a.) ou 101,0% a 102,5% da taxa CDI	5.164.452	4.689.431	4.252.165
2019	10	20.000	R\$	IPCA + (7,76% a.a.)	23.828	-	-
Vinculado a operações de crédito ⁽¹⁾ :							
2011 a 2016	1 a 5	31.694	R\$	100,0% a 110,0% da taxa CDI	33.269	2.368	2.466
2010 a 2012 ⁽²⁾	até 2	-	R\$	Taxa de 9,43% a.a.	-	304.003	435.630
2010 a 2017	até 7	90.000	R\$	IPCA + (6,7017% a.a. - 7,4163% a.a.)	91.881	-	-
2010 a 2017	até 7	21.100	R\$	Taxa de 13,0949% a.a. - 13,1762% a.a.	22.668	-	-
2010 a 2018	até 8	51.000	R\$	IGPM + (6,3874% a.a. – 7,0670% a.a.)	51.338	-	-
Subtotal - no país					21.235.695	19.324.696	16.426.120
No Exterior:							
2011	10	353.700	US\$	Taxa de 10,25% a.a.	249.259	259.553	346.988
2012 ⁽³⁾	10	315.186	Yene	Taxa de 4,05% a.a.	364.195	235.047	314.771
2013	10	1.434.750	US\$	Taxa de 8,75% a.a.	826.552	875.542	1.171.562
2014	10	801.927	Euro	Taxa de 8,00% a.a.	504.722	566.192	728.615
Indeterminado ⁽⁴⁾		720.870	US\$	Taxa de 8,875% a.a.	-	524.348	698.606
2019	10	1.333.575	US\$	Taxa de 6,75% a.a.	1.277.642	1.318.599	-
2021 ⁽⁵⁾	11	1.100.000	US\$	Taxa de 5,90% a.a.	1.856.881	-	-
Subtotal - no exterior					5.079.251	3.779.281	3.260.542
Total					26.314.946	23.103.977	19.686.662

(1) Refere-se às operações de CDB subordinado vinculado a operações de crédito, que não integram o nível II do patrimônio de referência;

(2) Refere-se ao resgate efetuado antecipadamente em CDB subordinado vinculado a operações de crédito;

(3) Incluindo-se o custo de "swap" para dólar, a taxa eleva-se para 10,15% a.a.;

(4) Em junho de 2005, foi emitida dívida subordinada perpétua no valor de US\$ 300.000 mil, com opção de resgate exclusiva por parte do emissor, em sua totalidade e mediante autorização prévia do Banco Central do Brasil, desde que: (i) decorrido o prazo de cinco anos da data da emissão e posteriormente a cada data de vencimento dos juros; e (ii) a qualquer momento, caso ocorra mudança na lei fiscal no Brasil ou no exterior que possa acarretar aumento dos custos para o emissor e caso o emissor seja notificado por escrito, pelo Banco Central do Brasil, de que os títulos não podem mais ser incluídos no capital consolidado, para fins de cálculo do índice de solvabilidade. Em 14 de abril de 2010, o Banco Central do Brasil aprovou a solicitação de resgate antecipado desta captação, que ocorreu em 3 de junho de 2010, no montante de R\$ 556.834 mil; e

(5) Em agosto de 2010, foi emitida dívida subordinada no exterior, no montante de US\$ 1.100.000 mil, com taxa de 5,90% a.a. e vencimento para 2021.

Legenda:

CDB – Certificado de Depósitos Bancários;

CDI – Certificado de Depósitos Interfinanceiros;

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

DI-CETIP – Índice Interbancário publicado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados; e

IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado.

Notas Explicativas**36) Provisões técnicas de seguros e previdência****a) Provisões técnicas por conta**

	R\$ mil								
	Seguros (1)			Vida e Previdência (2)			Total		
	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009	2010	2009	2009	2010	2009	2009
Passivo circulante e exigível a longo prazo									
Provisão matemática de benefícios a conceder	672.023	425.817	425.817	64.174.886	54.471.035	45.979.846	64.846.909	54.896.852	46.405.663
Provisão matemática de benefícios concedidos	126.140	116.877	112.251	4.994.380	4.475.137	4.280.106	5.120.520	4.592.014	4.392.357
Provisão de IBNR	1.545.602	1.350.222	1.334.980	607.971	599.718	536.319	2.153.573	1.949.940	1.871.299
Provisão de prêmios não ganhos	1.780.573	1.941.858	1.702.669	84.430	78.343	78.484	1.865.003	2.020.201	1.781.153
Provisão de insuficiência de contribuição ⁽³⁾	-	-	-	3.332.695	3.031.715	2.522.156	3.332.695	3.031.715	2.522.156
Provisão de sinistros a liquidar	1.410.808	1.329.263	1.194.023	865.987	748.777	641.675	2.276.795	2.078.040	1.835.698
Provisão de oscilação financeira	-	-	-	650.397	621.884	648.790	650.397	621.884	648.790
Provisão de insuficiência de prêmio	-	-	-	590.545	560.714	478.669	590.545	560.714	478.669
Provisão de excedente financeiro	-	-	-	357.833	367.289	290.885	357.833	367.289	290.885
Provisão de despesas administrativas	-	-	-	110.935	141.688	145.207	110.935	141.688	145.207
Outras provisões	1.635.154	1.692.044	1.688.664	552.687	644.516	507.142	2.187.841	2.336.560	2.195.806
Total das provisões	7.170.300	6.856.081	6.458.404	76.322.746	65.740.816	56.109.279	83.493.046	72.596.897	62.567.683

(1) A linha de "Outras Provisões" refere-se, basicamente, às provisões técnicas da carteira de "saúde individual", constituídas para fazer frente às diferenças dos reajustes futuros de prêmios e aqueles necessários ao equilíbrio técnico da carteira;

(2) Compreende as operações de seguros de pessoa e previdência; e

(3) A provisão de insuficiência de contribuição para planos de aposentadoria e pensão é calculada de acordo com a tábua biométrica AT-2000 suavizada, agravada em 1,5% a.a. (*improvement*), considerando separadamente homens (*male*) e mulheres (*female*), as quais têm uma maior expectativa de vida, e com taxa real de juros. Nos planos de invalidez, a provisão também é calculada atuarialmente e leva em consideração a tábua biométrica AT-49 (*male*) e taxa real de juros.

Notas Explicativas**b) Provisões técnicas por produto**

	R\$ mil								
	Seguros			Vida e Previdência			Total		
	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009	2010	2009	2009	2010	2009	2009
Saúde	3.511.751	3.555.436	3.415.915	-	-	-	3.511.751	3.555.436	3.415.915
Auto/RCF	2.234.174	1.837.189	1.739.587	-	-	-	2.234.174	1.837.189	1.739.587
Dpvt	90.695	119.972	77.165	203.937	200.436	145.135	294.632	320.408	222.300
Vida	14.043	16.676	18.953	3.249.154	2.706.602	2.422.920	3.263.197	2.723.278	2.441.873
Ramos elementares	1.319.637	1.326.808	1.206.784	-	-	-	1.319.637	1.326.808	1.206.784
Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL	-	-	-	13.296.405	11.778.567	10.421.881	13.296.405	11.778.567	10.421.881
Vida Gerador de Benefícios Livres - VGBL	-	-	-	42.729.705	35.562.797	28.053.246	42.729.705	35.562.797	28.053.246
Planos tradicionais	-	-	-	16.843.545	15.492.414	15.066.097	16.843.545	15.492.414	15.066.097
Total das provisões técnicas	7.170.300	6.856.081	6.458.404	76.322.746	65.740.816	56.109.279	83.493.046	72.596.897	62.567.683

c) Provisões técnicas por segmento

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Seguros – Auto, RE, Vida e Saúde	10.168.213	9.331.145	8.601.060
Seguros – Vida com Cobertura de Sobrevida (VGBL)	42.729.705	35.562.797	28.053.246
Previdência – PGBL e Planos Tradicionais de Renda	26.426.977	24.031.441	22.545.112
Previdência – Planos Tradicionais de Risco	4.168.151	3.671.514	3.368.265
Total	83.493.046	72.596.897	62.567.683

Notas Explicativas**d) Movimentação das provisões técnicas de seguros e previdência****(i) Seguros – Auto, RE, Vida, Saúde e Previdência – Planos Tradicionais de Risco**

	R\$ mil	
	2010	2009
No início do exercício	13.002.659	11.969.325
(-) Seguros Dpvat e retrocessões	(323.636)	(254.570)
Subtotal no início do exercício	12.679.023	11.714.755
Constituição de provisões	4.741.982	3.919.007
Reversão de provisões	(3.600.082)	(2.679.491)
Sinistros avisados	9.469.033	7.667.840
Sinistros, benefícios e resgates pagos	(9.747.479)	(7.919.393)
Alteração de estimativa de sinistros avisados	(147.093)	(209.801)
Atualização monetária e juros de sinistros	625.190	186.106
Subtotal no fim do exercício	14.020.574	12.679.023
(+) Seguros Dpvat e retrocessões	315.790	323.636
No fim do exercício	14.336.364	13.002.659

(ii) Seguros – Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)

	R\$ mil	
	2010	2009
No início do exercício	35.562.797	28.053.246
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento	11.703.046	10.145.432
Pagamento de benefícios	(11.001)	(3.432)
Pagamento de resgates	(7.131.402)	(5.695.035)
Atualização monetária e juros	2.690.983	3.091.216
Outras movimentações	(84.718)	(28.630)
No fim do exercício	42.729.705	35.562.797

(iii) Previdência – PGBL e Planos Tradicionais de Renda

	R\$ mil	
	2010	2009
No início do exercício	24.031.441	22.545.112
Recebimento de contribuições líquidas de carregamento	1.589.755	1.295.833
Pagamento de benefícios	(365.991)	(320.693)
Pagamento de resgates	(1.305.693)	(1.332.864)
Atualização monetária e juros	2.589.663	1.701.480
Outras movimentações	(112.198)	142.573
No fim do exercício	26.426.977	24.031.441

Notas Explicativas**e) Garantias das provisões técnicas**

	R\$ mil								
	Seguros			Vida e Previdência			Total		
	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009	2010	2009	2009	2010	2009	2009
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	6.003.498	5.693.441	5.281.805	14.255.055	14.483.249	12.926.284	20.258.553	20.176.690	18.208.089
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL) ⁽¹⁾	-	-	-	55.570.933	46.909.390	38.049.728	55.570.933	46.909.390	38.049.728
Títulos públicos	77.229	95.844	72.758	4.559.723	3.149.892	3.109.296	4.636.952	3.245.736	3.182.054
Títulos privados	53.428	21.710	158.571	521.584	745.626	927.903	575.012	767.336	1.086.474
Ações	2.840	1.959	2.368	1.480.137	493.147	1.113.502	1.482.977	495.106	1.115.870
Imóveis	-	-	7.290	-	-	-	-	-	7.290
Direitos creditórios	702.588	617.462	520.407	-	-	-	702.588	617.462	520.407
Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	6.658	6.347	7.032	72.449	60.262	65.564	79.107	66.609	72.596
Créditos de resseguros	608.151	663.354	628.492	6.662	5.749	-	614.813	669.103	628.492
Total das garantias das provisões técnicas	7.454.392	7.100.117	6.678.723	76.466.543	65.847.315	56.192.277	83.920.935	72.947.432	62.871.000

(1) Os fundos de investimento VGBL e PGBL foram consolidados nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**f) Movimentação das despesas de comercialização diferidas (ativos de seguros)**

	R\$ mil	
	2010	2009
No início do exercício	340.210	293.986
Contribuições	3.604.825	3.429.195
Reversões	(3.527.608)	(3.382.971)
No fim do exercício	417.427	340.210

g) Movimentação dos ativos de resseguro

	R\$ mil	
	2010	2009
No início do exercício	695.641	666.952
Constituição de provisões	967.388	1.219.729
Reversão de provisões	(428.419)	(646.834)
Sinistros recuperados	(612.479)	(526.527)
Atualização monetária e juros de sinistros	17.932	3.819
Provisão de sinistros a recuperar	6.831	(21.498)
No fim do exercício	646.894	695.641

h) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Notas Explicativas**Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros brutos de resseguro**

	R\$ mil						
	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Montante estimado para os sinistros brutos de resseguro							
• No ano do aviso		1.697.161	1.833.971	2.076.235	2.210.480	2.414.715	
• Um ano após o aviso		1.626.143	1.769.896	2.016.380	2.189.287		
• Dois anos após o aviso		1.600.359	1.727.574	1.995.169			
• Três anos após o aviso		1.603.520	1.724.201				
• Quatro anos após o aviso		1.597.707					
Estimativa dos sinistros na data-base (2010)	512.257	1.597.707	1.724.201	1.995.169	2.189.287	2.414.715	10.433.336
Pagamentos de sinistros efetuados	(373.659)	(1.532.352)	(1.642.102)	(1.802.021)	(1.986.362)	(1.954.314)	(9.290.810)
Sinistros pendentes brutos de resseguro	138.598	65.355	82.099	193.148	202.925	460.401	1.142.526

Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros líquidos de resseguro

	R\$ mil						
	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro							
• No ano do aviso		1.473.030	1.583.332	1.796.957	1.952.998	2.269.050	
• Um ano após o aviso		1.424.573	1.554.571	1.774.504	1.960.204		
• Dois anos após o aviso		1.423.015	1.563.175	1.764.952			
• Três anos após o aviso		1.427.528	1.561.724				
• Quatro anos após o aviso		1.428.102					
Estimativa dos sinistros na data-base (2010)	339.602	1.428.102	1.561.724	1.764.952	1.960.204	2.269.050	9.323.634
Pagamentos de sinistros efetuados	(264.664)	(1.380.908)	(1.512.529)	(1.687.098)	(1.846.804)	(1.908.625)	(8.600.628)
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	74.938	47.194	49.195	77.854	113.400	360.425	723.006

Notas Explicativas**Vida - Sinistros brutos de resseguro**

	R\$ mil						
	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Montante estimado para os sinistros brutos de resseguro							
• No ano do aviso		624.866	592.756	687.464	761.747	856.558	
• Um ano após o aviso		608.403	591.752	696.812	780.007		
• Dois anos após o aviso		590.246	594.548	708.354			
• Três anos após o aviso		586.480	592.715				
• Quatro anos após o aviso		590.823					
Estimativa dos sinistros na data-base (2010)	207.333	590.823	592.715	708.354	780.007	856.558	3.735.790
Pagamentos de sinistros efetuados	(141.275)	(499.147)	(506.629)	(603.748)	(656.557)	(653.857)	(3.061.213)
Sinistros pendentes brutos de resseguro	66.058	91.676	86.086	104.606	123.450	202.701	674.577

Vida - Sinistros líquidos de resseguro

	R\$ mil						
	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro							
• No ano do aviso		623.675	569.701	684.770	751.864	855.545	
• Um ano após o aviso		607.198	569.881	693.977	769.993		
• Dois anos após o aviso		589.042	572.675	705.518			
• Três anos após o aviso		585.275	570.813				
• Quatro anos após o aviso		589.619					
Estimativa dos sinistros na data-base (2010)	207.333	589.619	570.813	705.518	769.993	855.545	3.698.821
Pagamentos de sinistros efetuados	(141.275)	(497.943)	(485.098)	(600.913)	(648.567)	(652.929)	(3.026.725)
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	66.058	91.676	85.715	104.605	121.426	202.616	672.096

Saúde - Sinistros ⁽¹⁾ ⁽²⁾

	R\$ mil						
	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Montante estimado para os sinistros							
• No ano do aviso		3.304.961	3.385.476	3.960.072	4.596.172	6.141.824	
• Um ano após o aviso		3.293.521	3.377.126	3.943.375	4.564.817		
• Dois anos após o aviso		3.283.948	3.373.039	3.926.345			
• Três anos após o aviso		3.282.859	3.367.943				
• Quatro anos após o aviso		3.274.932					
Estimativa dos sinistros na data-base (2010)	43.400	3.274.932	3.367.943	3.926.345	4.564.817	6.141.824	21.319.261
Pagamentos de sinistros efetuados	(35.842)	(3.268.429)	(3.362.073)	(3.904.846)	(4.527.085)	(6.058.661)	(21.156.936)
Sinistros Pendentes	7.558	6.503	5.870	21.499	37.732	83.163	162.325

(1) Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros DPVAT – R\$ 272.592 mil e Retrocessão – R\$ 24.775 mil; e

(2) Não há resseguro no ramo saúde.

Notas Explicativas**37) Planos fechados de previdência complementar**

A Organização Bradesco mantém planos de benefícios definidos, que complementam as aposentadorias pagas pelo INSS do Governo Brasileiro aos seus empregados e de suas controladas no país. Os planos de previdência foram estabelecidos unicamente para beneficiar empregados e administradores elegíveis e seus ativos são mantidos segregados do Bradesco. Em 2001, aos participantes do plano de benefício definido do Bradesco foi oferecida a possibilidade de adesão ao plano de contribuição definida (PGBL). O plano da Organização, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 2010, incluiu o plano de benefício definido do Alvorada, BEM e BEC, em consequência de suas aquisições em 10 de fevereiro de 2004 e 3 de janeiro de 2006, respectivamente. As contribuições ao plano PGBL em 2010 totalizaram R\$ 379.486 mil (2009 - R\$ 266.519 mil).

A política da Organização é a de financiar os planos de previdência por meio de contribuições calculadas com base na folha de pagamento, ajustadas periodicamente de acordo com as recomendações do atuário externo responsável pelo Plano. Em 31 de dezembro de 2010, a contribuição da Organização representava 4% (2009 – 4%) da folha de pagamento e os empregados e administradores contribuíam com no mínimo 4% (2009 – 4%) de seus salários.

Os recursos dos planos de previdência são principalmente investidos em títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis.

Os empregados e administradores, que deixam de participar do plano de previdência por qualquer motivo, recebem o benefício mínimo calculado com base em contribuições anteriores em uma única parcela que representa a soma global.

Em 31 de dezembro de cada ano, efetuamos a avaliação dos planos do Banco Alvorada, BEM e do BEC. A IAS 19 exige que o empregador reconheça prospectivamente a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefício definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial e reconheça as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do lucro abrangente.

	R\$ mil	
	Planos do Alvorada, BEM e BEC	
	2010	2009
(i) Obrigações com benefícios projetados:		
No início do exercício	796.549	689.525
Custo do serviço corrente	1.889	1.967
Custo de juros	86.615	78.594
Contribuição do participante	3.550	1.993
Perda atuarial	88.769	85.183
Benefícios pagos	(75.267)	(60.713)
No encerramento do exercício	902.105	796.549
(ii) Ativos do plano pelo valor de mercado:		
No início do exercício	901.696	798.467
Rendimento esperado	98.892	91.989
Ganho atuarial nos ativos	35.990	64.570
Contribuições recebidas:		
Empregador	6.033	5.390
Empregados	3.550	1.993
Benefícios pagos	(75.267)	(60.713)
No encerramento do exercício	970.894	901.696

Notas Explicativas

	R\$ mil	
	Planos do Alvorada, BEM e BEC	
	2010	2009
(iii) Posição financiada:		
Planos deficitários		
Valores reconhecidos no balanço patrimonial	(68.462)	(36.006)
Plano superavitário		
Valores reconhecidos no balanço patrimonial	137.251	141.153
Saldo líquido	68.789	105.147

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão inclui os seguintes componentes:

	R\$ mil	
	Planos do Alvorada, BEM e BEC	
	2010	2009
Obrigações com benefícios projetados:		
Custo do serviço	1.584	1.722
Custo de juros sobre obrigações atuariais	44.458	39.492
Rendimento esperado dos ativos do plano	(40.760)	(37.935)
Custo/(benefício) periódico líquido das pensões	5.282	3.279

As obrigações acumuladas de planos de previdência estão incluídas na rubrica "Outros passivos", no balanço patrimonial.

Os valores reconhecidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Obrigações			
Obrigações acumuladas de planos de previdência	(68.462)	(36.006)	(16.361)
Passivo reconhecido, ao final do exercício	(68.462)	(36.006)	(16.361)

As premissas utilizadas para apurar as nossas obrigações com benefícios do plano e o custo periódico líquido dos benefícios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram as seguintes:

Notas Explicativas

	Plano do Alvorada ⁽¹⁾		Plano do BEM ⁽¹⁾		Plano do BEC ⁽¹⁾	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Taxa de desconto presumida ⁽¹⁾	10,8%	11,3%	10,8%	11,3%	10,8%	11,3%
Taxa de retorno de longo prazo esperado dos ativos	10,8%	11,3%	10,8%	11,3%	10,8%	11,3%
Índice de aumento dos níveis de remuneração	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%

(1) Considerando uma taxa de inflação de 4,5% a.a. (2009 - 4,5% a.a.) e uma taxa de desconto real de 6,0% a.a. (2009 - 6,5% a.a.).

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos do Alvorada, do BEM e BEC, cuja rentabilidade é superior à inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

A alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência em 31 de dezembro de 2009 e 2010, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Ativos do Plano do Alvorada		Ativos do Plano do BEM		Ativos do Plano do BEC	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Categorias de ativo						
Ações de companhias abertas	0,3%	0,2%	8,2%	8,5%	-	-
Títulos públicos e privados	85,8%	85,3%	88,0%	87,7%	-	2,5%
Aplicações em quotas de fundos	8,0%	8,5%	-	-	93,8%	89,2%
Imóveis	4,2%	4,3%	-	-	2,8%	4,6%
Outras	1,7%	1,7%	3,8%	3,8%	3,4%	3,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

38) Provisões

a) Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social – (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Organização é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração da Organização entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos:

Notas Explicativas

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

Com a implantação do controle efetivo da jornada de trabalho em 1992, por meio do sistema de “ponto eletrônico”, as horas extras são pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações trabalhistas ajuizadas a partir de 1997, individualmente, tiveram seus valores substancialmente reduzidos.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

As questões discutidas nas ações sobre protestos, devolução de cheques e inserção de informações dos devedores no cadastro de restrições ao crédito, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos.

Vale registrar o incremento no ajuizamento de ações judiciais pleiteando a incidência de índices de inflação que foram expurgados quando da correção dos saldos de cadernetas de poupança, em razão de Planos Econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate aos índices inflacionários no passado. Embora o Banco tenha cumprido a ordem legal vigente à época, referidos processos vem sendo provisionados considerando as ações efetivamente notificadas e as correspondentes perspectivas de perdas foram analisadas considerando a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Cabem ressaltar dois pontos quanto aos litígios a respeito de Planos Econômicos: 1) inexistência de passivo potencial representativo, uma vez que se encontra prescrito o direito a novas postulações; e 2) está pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) a ação “APDF”/165 (arguição de descumprimento de preceito fundamental) proposta pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF), que visa suspender todos os processos de planos em tramitação.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Organização.

Notas Explicativas**III - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A Organização Bradesco vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

As principais questões são:

- Cofins – R\$ 4.861.975 mil: pleiteia calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98;
- INSS Corretores Autônomos – R\$ 848.338 mil: discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços autônomos, instituída pela Lei Complementar nº 84/96 e regulamentações/alterações posteriores à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso I, artigo 22º, da Lei nº 8.212/91, com nova redação contida na Lei nº 9.876/99;
- IRPJ/Perdas de Crédito – R\$ 742.866 mil: pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas nos anos-base de 1997 a 2009 no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias;
- CSLL – Dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ – R\$ 545.572 mil: pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/96, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa; e
- PIS – R\$ 281.680 mil: pleiteia a compensação dos valores indevidamente pagos a mais nos anos-base de 1994 e 1995 a título de contribuição ao PIS, correspondentes ao excedente ao que seria devido sobre a base de cálculo constitucionalmente prevista, ou seja, receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto de renda – conceito contido no artigo 44º da Lei nº 4.506/64, nele não incluídas as receitas financeiras.

No exercício de 2010, a Organização deu continuidade ao processo de anistia, instituído pela Lei nº 11.941/09, incluindo ações judiciais na modalidade do parcelamento. O efeito líquido resultante da adesão ao programa totalizou R\$ 17.852 mil e foi substancialmente registrado na rubrica de “Outras receitas/(despesas) operacionais”. A Organização não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de contribuição social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa como facultava a referida Lei.

Notas Explicativas**IV - Provisões segregadas por natureza**

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Processos trabalhistas	1.578.688	1.578.569	1.536.279
Processos cíveis	2.657.620	2.335.321	1.511.291
Fiscais e previdenciárias	9.091.558	6.938.593	6.911.132
Total	13.327.866	10.852.483	9.958.702

V - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias ⁽¹⁾
Saldos em 1º de janeiro de 2009	1.536.279	1.511.291	6.911.132
Saldos adquiridos	61.783	170.360	286.749
Atualização monetária	182.738	237.497	630.343
Constituições líquidas de reversões e baixas	303.038	1.040.042	(674.451)
Pagamentos	(505.269)	(623.869)	(215.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.578.569	2.335.321	6.938.593
Atualização monetária	176.282	311.164	526.859
Constituições líquidas de reversões e baixas	444.949	461.692	1.641.416
Pagamentos	(621.112)	(450.557)	(15.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.578.688	2.657.620	9.091.558

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 239.787 mil, em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; e b) INSS sobre aportes em planos de previdência, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas à incidência do INSS em R\$ 232.943 mil, assim como multa isolada pela não retenção de Imposto de Renda na Fonte sobre tais verbas no valor de R\$ 140.614 mil.

Notas Explicativas

39) Outros passivos

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Operações de cartões de crédito ⁽¹⁾	10.730.123	9.157.736	5.921.202
Operações de câmbio ⁽²⁾	9.821.309	9.521.017	23.384.474
Recursos em trânsito de terceiros ⁽³⁾	3.732.458	2.880.993	2.833.582
Impostos a pagar	918.343	627.068	614.290
Sociais e estatutárias	2.158.150	1.756.046	1.674.796
Negociação e intermediação de valores	1.033.920	1.116.282	792.097
Obrigações por aquisição de bens – arrendamento financeiro	831.126	987.527	1.042.253
Planos de capitalização	3.723.674	3.023.660	2.705.585
Outros	8.866.985	8.786.493	7.917.922
Total	41.816.088	37.856.822	46.886.201

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;

(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio; e

(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas sobre praças do país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior.

Abertura de prazo das operações de arrendamento financeiro

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Até 1 ano	367.211	430.605	377.355
De 1 a 2 anos	247.144	312.496	329.522
De 2 a 3 anos	158.444	165.183	236.644
De 3 a 4 anos	49.128	75.972	85.676
De 4 a 5 anos	9.199	3.271	13.056
Total	831.126	987.527	1.042.253

O total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis para os próximos períodos são: 2011 – R\$ 153.895 mil, 2012 – R\$ 132.461 mil e 2013 – R\$ 36.453 mil.

Notas Explicativas**40) Patrimônio Líquido****a) Capital e direitos dos acionistas****i. Composição do capital social em quantidade de ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Ordinárias	1.881.225.318	1.713.543.005	1.534.934.979
Preferenciais	1.881.225.123	1.713.542.828	1.534.934.821
Subtotal	3.762.450.441	3.427.085.833	3.069.869.800
Em tesouraria (ordinárias)	(395.300)	(3.338.170)	(129.021)
Em tesouraria (preferenciais)	-	(3.197.260)	(34.600)
Total em circulação	3.762.055.141	3.420.550.403	3.069.706.179

ii. Movimentação do capital social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 1º.1.2009	1.534.805.958	1.534.900.221	3.069.706.179
Ações adquiridas e não canceladas	(2.905.679)	(2.872.000)	(5.777.679)
Aumento de Capital Social com emissão de ações – aquisição do Banco Ibi	22.831.389	22.831.386	45.662.775
Aumento de Capital Social com emissão de ações – bonificação 10%	155.776.637	155.776.621	311.553.258
Bonificação das ações adquiridas e não canceladas	(303.470)	(290.660)	(594.130)
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2009	1.710.204.835	1.710.345.568	3.420.550.403
Ações adquiridas e canceladas	-	(140.910)	(140.910)
Aumento de Capital Social com emissão de ações – bonificação 10% ⁽¹⁾	171.020.483	171.020.465	342.040.948
Ações adquiridas e não canceladas	(395.300)	-	(395.300)
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2010	1.880.830.018	1.881.225.123	3.762.055.141

(1) Beneficiou os acionistas inscritos nos registros da Organização em 13 de julho de 2010.

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Simultaneamente à operação no Mercado Brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, foi adotado igual procedimento no Mercado Internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madrid – Espanha.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de outubro de 2009, deliberou-se: (i) pela incorporação da totalidade das ações representativas do Capital Social da Ibi Participações S.A. ao Bradesco, convertendo a Ibi Participações em subsidiária integral do Bradesco, em conformidade ao disposto nos artigos 224, 225 e 252 da Lei nº 6.404/76, mediante aumento do Capital Social, no valor de R\$ 1.368.183 mil, elevando-o de R\$ 23.000.000 mil para R\$ 24.368.183 mil, com a emissão de 45.662.775 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 22.831.389 ordinárias e 22.831.386 preferenciais, na proporção de 0,049401676

Notas Explicativas

fração de ação do Bradesco para cada ação de emissão da Ibi Participações, a serem atribuídas aos acionistas da Ibi Participações, sendo 0,024700839 fração de ação ordinária e 0,024700837 fração de ação preferencial; e (ii) pelo aumento do Capital Social em R\$ 131.817 mil, elevando-o de R\$ 24.368.183 mil para R\$ 24.500.000 mil, mediante a capitalização de reservas, sem emissão de ações, de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do “caput” do Artigo 6º do Estatuto Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de dezembro de 2009, deliberou-se pela elevação do Capital Social em R\$ 2.000.000 mil, elevando-o de R\$ 24.500.000 mil para R\$ 26.500.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reservas de lucros - Reservas estatutárias”, em conformidade ao disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com bonificação em ações de 10%, mediante emissão de 311.553.258 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 155.776.637 ordinárias e 155.776.621 preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de que forem titulares, beneficiando os acionistas inscritos nos registros do Bradesco em 19 de janeiro de 2010.

Simultaneamente à operação no Mercado Brasileiro, e na mesma proporção, foram bonificados os ADRs – *American Depositary Receipts* no Mercado Americano (NYSE) e os GDRs – *Global Depositary Receipts no Mercado Europeu* (Latibex), sendo que os investidores receberam 1 (um) novo DR para cada 10 (dez) DRs de que eram titulares na data-base de 19 de janeiro de 2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de junho de 2010, deliberou-se pela elevação do Capital Social em R\$ 2.000.000 mil, elevando-o de R\$ 26.500.000 mil para R\$ 28.500.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reservas de lucros - Reservas estatutárias”, em conformidade ao disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com bonificação em ações de 10%, mediante emissão de 342.040.948 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 171.020.483 ordinárias e 171.020.465 preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de que forem titulares, beneficiando os acionistas inscritos nos registros do Bradesco em 13 de julho de 2010.

Simultaneamente à operação no Mercado Brasileiro, e na mesma proporção, foram bonificados os ADRs – *American Depositary Receipts* no Mercado Americano (NYSE) e os GDRs – *Global Depositary Receipts no Mercado Europeu* (Latibex), sendo que os investidores receberam 1 (um) novo DR para cada 10 (dez) DRs de que eram titulares na data-base de 13.7.2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 17 de dezembro de 2010, deliberou-se aumentar o capital social, no valor de R\$ 1.500.000 mil, elevando-o de R\$ 28.500.000 mil para R\$ 30.000.000 mil, mediante a emissão de 62.344.140 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 31.172.072 ordinárias e 31.172.068 preferenciais, ao preço de R\$ 24,06 por ação, mediante subscrição particular pelos acionistas no período de 29 de dezembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, na proporção de 1,657008936% sobre a posição acionária que cada um possuía na data da Assembleia, com integralização à vista em 18 de fevereiro de 2011.

As ações em tesouraria são registradas ao custo, que equivale aproximadamente aos preços de mercado praticados na data da aquisição. O cancelamento das ações em tesouraria é contabilizado como uma redução de lucros acumulados não apropriados. As ações em tesouraria são adquiridas para posterior alienação ou cancelamento.

Notas Explicativas**b) Reservas****Reservas de capital**

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao capital social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

c) Dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio)

Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com normas contábeis brasileiras (BR GAAP). Os dividendos são pagos em reais e podem ser convertidos em dólares norte-americanos e remetidos a acionistas no exterior, desde que a participação do acionista não residente seja registrada no Banco Central do Brasil. Companhias brasileiras podem pagar juros sobre capital próprio aos acionistas com base no patrimônio líquido, e tratar esses pagamentos como despesa dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social do Brasil. O encargo de juros *notional* é tratado para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de modo similar aos dividendos. O imposto de renda retido na fonte é devido e pago no momento do pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

41) Transações com partes relacionadas

Os principais acionistas da Organização são a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações e a Fundação Bradesco. A Fundação Bradesco é uma entidade sem fins lucrativos, que há mais de 40 anos vem promovendo o desenvolvimento das potencialidades de crianças e jovens, por meio de escolas instaladas em regiões carentes.

As transações com controladores, controladas e coligadas diretas e indiretas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros e vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

Notas Explicativas

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Ativo			
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	177.885	157.004	83.545
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento – <i>Joint venture</i>	177.885	157.004	83.545
Instrumentos financeiros derivativos	5	963	553
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento – <i>Joint venture</i>	5	963	553
Outros ativos	10.484	5.643	4.749
Visa Vale – Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Coligada	7.425	4.059	3.458
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento – <i>Joint venture</i>	3.059	1.507	-
CPM Braxis S.A. – Coligada	-	77	1.291
Passivo			
Recursos de instituições de crédito	(1.400)	(150)	-
Crediare S.A. Crédito Financiamento e Investimento – <i>Joint venture</i>	(1.400)	(150)	-
Recursos de clientes	(177.473)	(190.026)	(183.783)
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações – Controlador	(30.341)	(17.199)	(45.911)
Visa Vale – Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Coligada	-	(40.484)	(8.428)
Pessoal-chave da Administração	(146.215)	(128.625)	(91.821)
Outras controladas	(917)	(3.718)	(37.623)
Recursos de emissão de títulos	(586.274)	(501.103)	(978.572)
Visa Vale – Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Coligada	(46.244)	-	-
Cia. Brasileira de Meios de Pagamento (“Cielo”) – Coligada	-	(15.333)	(234.009)
Pessoal-chave da Administração	(538.759)	(485.770)	(730.677)
Outras controladas	(1.271)	-	(13.886)
Dívidas subordinadas	(261.664)	(134.086)	(105.737)
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações – Controlador	(183.044)	(62.446)	(19.797)
Fundação Bradesco – Controlador	(78.620)	(71.640)	(85.940)
Sociais e estatutárias	(711.903)	(546.400)	(686.818)
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações - Controlador	(515.598)	(395.732)	(368.604)
Fundação Bradesco – Controlador	(196.305)	(150.668)	(318.214)
Outros passivos	(12.033)	(62.375)	(1.042)
Cia. Brasileira de Meios de Pagamento – (“Cielo”) – Coligada	(12.033)	(54.804)	-
CPM Braxis S.A. – Coligada	-	(7.571)	(878)
Outras controladas	-	-	(164)

Notas Explicativas

	R\$ mil	
	31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado		
Resultado líquido de juros	(74.682)	(100.825)
Crediaré S.A. Crédito Financiamento e Investimento – <i>Joint venture</i>	14.322	8.219
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações – Controlador	(10.281)	(5.582)
Fundação Bradesco – Controlador	(6.980)	(25.379)
Pessoal-chave da Administração	(63.926)	(68.708)
Outras controladas	(7.817)	(9.375)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.667	14.731
Crediaré S.A. Crédito Financiamento e Investimento – <i>Joint venture</i>	1.667	14.731
Outras receitas	13.857	15.574
Visa Vale – Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Coligada	13.857	15.574
Outras despesas	(204.044)	(173.026)
Fidelity Processadora e Serviços S.A. – <i>Joint venture</i>	(182.027)	(148.412)
CPM Braxis S.A. – Coligada	(21.400)	(19.102)
Outras controladas	(617)	(5.512)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, dos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear os Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2009, foi determinado o valor máximo de R\$ 293.140 mil para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações) e de R\$ 129.470 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Para 2010, foi determinado o valor máximo de R\$ 259.100 mil para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações) e de R\$ 233.700 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a administradores

	R\$ mil	
	2010	2009
Proventos	142.357	145.268
Gratificações	101.325	23.976
Contribuição ao INSS/FGTS	54.608	37.972
Total	298.290	207.216

Notas Explicativas**Benefícios pós-emprego**

	R\$ mil	
	2010	2009
Planos de previdência complementar de contribuição definida	223.832	121.721
Total	223.832	121.721

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo ou de rescisão de contrato de trabalho, nem remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações**a) Conforme a legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:**

- (i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- (ii) Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10%; e
- (iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são concedidos pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto a seguinte participação acionária no Bradesco em 31 de dezembro:

	2010	2009
Ações ordinárias	0,74%	0,67%
Ações preferenciais	1,04%	0,97%
Total de ações	0,89%	0,82%

42) Itens não registrados no balanço patrimonial

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*), por vencimento da última parcela:

	R\$ mil		
	31 de dezembro		1º de janeiro
	2010	2009	2009
Compromissos de valores de crédito a liberar	105.215.829	78.589.368	65.016.168
Beneficiários e garantias prestadas	40.765.970	34.667.709	33.878.760
Créditos abertos para importação	1.465.018	1.385.155	1.242.498
Total	147.446.817	114.642.232	100.137.426

Notas Explicativas

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

43) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Organização

As normas existentes enumeradas a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Organização em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Organização.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013)

As principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo e, no caso de um ativo financeiro que não esteja pelo valor justo no resultado adicionado os custos da transação; (ii) novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros. A norma divide todos os ativos financeiros que estão atualmente no escopo da IAS 39 em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos da IFRS 9.

- IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de patrimônio (períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2010)

Essa interpretação estabelece a contabilização por uma entidade quando as condições de um passivo financeiro são renegociadas, resulta em uma emissão de instrumentos de patrimônio por parte do devedor, objetivando quitar o passivo financeiro, totalmente ou em parte. Essa interpretação não aborda a contabilização pela entidade credora.

Notas Explicativas**b) Interpretações e alterações de normas existentes em vigor, ou que ainda não estão em vigor, e não são relevantes para as operações da Organização**

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Organização iniciados em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações da Organização:

Norma	Tópico	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 5	Divulgações exigidas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda ou operações descontinuadas.	A alteração esclarece que a IFRS 5, 'Ativos não correntes mantidos para venda e operações descontinuadas' especifica as divulgações exigidas de ativos não correntes (ou grupos para alienação), classificados como mantidos para venda ou operações descontinuadas. Esclarece, também, que as exigências gerais da IAS 1 ainda são aplicáveis, especialmente as contidas no parágrafo 15 (para uma apresentação adequada) e no parágrafo 125 (fontes de incerteza das estimativas) da IAS 1.	Aplicável aos períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.
IFRIC 9	Reavaliação de derivativos embutidos e IAS 39, Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração: derivativos embutidos (alterações).	A entidade deve avaliar se um derivativo embutido deve ser separado de um contrato principal quando a entidade procede à reclassificação de um ativo financeiro misto não enquadrado na categoria de valor justo por meio do resultado. A avaliação é feita com base nas circunstâncias existentes: (a) na data em que a entidade se tornou parte do contrato, ou (b) a data da mudança nos termos do contrato, que resultaram em alteração significativa nos fluxos de caixa que, de outra forma, seriam exigidos segundo o contrato, dos dois o que ocorrer por último.	Aplicável aos períodos anuais encerrados a partir de 30 de junho de 2009.
IFRIC 9	Escopo da IFRIC 9.	O Conselho alterou o parágrafo de escopo da IFRIC 9, para esclarecer que ela não se aplica a derivativos embutidos em contratos adquiridos em combinações de empresas ou combinações entre entidades ou empresas que tenham controle comum ou em formação de "joint ventures".	Aplicável aos períodos anuais iniciados a partir de 1º de julho de 2009.

Notas Explicativas**44) Recentes aquisições**

Em junho de 2009, a Organização assinou acordo com os controladores do Banco Ibi S.A.(Ibi), uma instituição financeira de médio porte que possui, basicamente, operações de crédito, financiamento e investimentos, para aquisição da totalidade de seu capital social pelo valor de R\$ 1.466.434 mil, sendo R\$ 73.719 mil pagos em espécie e R\$ 1.392.715 mil mediante a entrega de 22.831.389 ações ordinárias e 22.831.386 ações preferenciais. Simultaneamente, como parte do negócio, firmou-se contrato de parceria com a C&A Modas Ltda., uma subsidiária dos ex-controladores do Banco Ibi S.A., objetivando assegurar o direito de exclusividade para a prestação de serviços bancários nas lojas C&A por vinte anos. A operação foi condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, que foi obtida em setembro de 2009, e a Assembleia Geral Extraordinária realizada em outubro de 2009 aprovou a integração das operações do Ibi ao Bradesco. Após a aprovação, a operação foi contabilizada como uma aquisição de empresa utilizando o método de combinação de negócios. Consideramos o dia 30 de outubro de 2009 como a data de aquisição para fins contábeis. Não existem obrigações contingentes em aberto em 31 de dezembro de 2010.

Em 18 de outubro de 2009, a Organização assinou acordo com a Odontoprev S.A. que resultou na transferência de participação na subsidiária Bradesco Dental S.A. para a Odontoprev S.A., em troca de 43,5% de participação na Odontoprev S.A. Em decorrência dessa operação, a Organização assinou um acordo de acionistas que possibilitou contabilizar a Odontoprev S.A. como uma aquisição de empresa utilizando o método de combinação de negócios.

Em 2 de junho de 2010, a Organização concluiu a aquisição da totalidade do capital social do Ibi Services S. de R.L. México (Ibi México) e da RFS Human Management S. de R.L., empresa controlada pelo Ibi México, pelo valor de R\$ 301.193 mil. O negócio contempla o estabelecimento de parceria com a C&A México S. de R.L. (C&A México) pelo prazo de vinte anos para, em conjunto, comercializar com exclusividade produtos e serviços financeiros por meio da Rede de lojas C&A México.

Apresentamos abaixo os balanços patrimoniais resumidos das aquisições:

	R\$ mil		
	2010	2009	
	Ibi México	Odontoprev	Banco Ibi
Caixa e equivalentes de caixa	74.428	1.207	108.291
Empréstimos e adiantamentos	147.148	-	2.755.139
Ativos financeiros para negociação	-	38.774	221.493
Intangíveis	32.187	293.966	811.868
Outros ativos	68.367	111.306	1.177.192
Recursos de instituições de crédito	-	-	(1.045.579)
Recursos de emissão de títulos	-	-	(89.088)
Outros passivos	(20.937)	(117.951)	(2.472.882)
Contrapartida transferida e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos	301.193	327.302	1.466.434

Os ágios nas aquisições são atribuídos à rentabilidade futura dos respectivos negócios adquiridos e das sinergias que a Organização espera obter. Os ágios reconhecidos não são dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos foi mensurado com base na aplicação do modelo de fluxo de caixa descontado.

A contribuição das aquisições no resultado do exercício em que foram adquiridas montou R\$ 7.401 mil (2009 – R\$ 12.314 mil).

O montante total pago pelas aquisições foi composto da seguinte forma:

Notas Explicativas

	R\$ mil		
	2010	2009	
	Ibi México	Odontoprev	Banco Ibi
Pagamento em espécie	301.193	-	73.719
Emissão de ações, pelo valor justo	-	-	1.392.715
Troca de ações para aquisição da Odontoprev	-	327.302	-
Custo total das aquisições	301.193	327.302	1.466.434

Essas aquisições foram contabilizadas de acordo com o método de combinação de negócios e as companhias foram consolidadas a partir da data da aquisição do controle.

45) Eventos subsequentes

A Organização adquiriu, em 24 de janeiro de 2011, ações de emissão da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS (“VisaVale”) detidas pela Visa International Service Association (“Visa International”), correspondentes a 5,01% do capital social da CBSS, pelo valor de R\$ 85.800 mil. Com essa aquisição, a participação da Organização na CBSS aumentou de 45% para 50,01%, ampliando sua participação no capital de empresas que atuam no mercado de cartões.

46) Transição para as IFRSs**46.1 Base da Transição para as IFRSs****Aplicação da IFRS 1**

As demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis anuais preparadas pela Organização em conformidade com os Padrões Contábeis Internacionais, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB. A Organização aplicou a IFRS 1(R) na preparação dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A data de transição dessas demonstrações contábeis é 1º de janeiro de 2009. A Organização preparou seu balanço patrimonial consolidado de abertura segundo as IFRSs nessa data.

Na preparação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com a IFRS 1(R), a Organização aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais em relação à aplicação retrospectiva completa das IFRSs.

a) Isenções das aplicações retrospectivas completas escolhidas pela Organização

A Organização optou por aplicar as seguintes isenções em relação à aplicação retrospectiva completa:

i. Isenção de combinação de negócios

A Organização aplicou a isenção de combinação de negócios descrita na IFRS 1(R) para as combinações de negócios ocorridas até 1º de setembro de 2008, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios ocorridas até aquela data e reapresentou as combinações de negócios ocorridas após aquela data segundo a IFRS 3(R).

ii. Isenção de benefícios a empregados

A Organização optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos cumulativamente em 1º de janeiro de 2009 contra lucros acumulados. A aplicação dessa

Notas Explicativas

isenção está detalhada na Nota 46.2 (d).

iii. Designação de instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente

A Organização designou determinados títulos de dívida como disponíveis para venda na data da transição. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 46.2 (g).

iv. Contratos de seguro

A IFRS 1 permite que empresas seguradoras mudem certas políticas contábeis de seguros na data de transição para as IFRSs, desde que alguns procedimentos mínimos sejam observados. A Organização decidiu não modificar suas políticas contábeis para avaliação de contratos de seguro, porém, aplicou os requerimentos mínimos da IFRS 4 (*Insurance Contracts*), incluindo a classificação de contratos como contratos de seguro efetuando os testes básicos de adequação de passivos de contratos de seguro (LAT *Liability Adequacy Test*), conforme definido pela IFRS 4 ou como contratos de investimento, conforme definido pela IAS 39.

v. Arrendamentos

Uma entidade que esteja aplicando as IFRSs pela primeira vez pode optar pela aplicação das regras de transição específicas da IFRIC 4 (*Determining Whether an Arrangement Contains a Lease*), podendo determinar se um contrato de *leasing* existe na data de transição para as IFRSs com base nos fatos e circunstâncias existentes na data de transição. Concluiu-se que a aplicação da IFRIC 4 não gera impactos para a Organização na data de transição para as IFRSs, uma vez que não foram identificados contratos significativos que deveriam ser contabilizados como um contrato de *leasing*, segundo a IFRIC 4.

As isenções opcionais remanescentes que não foram aplicadas pela Organização são:

- Valor justo ou reavaliação como custo presumido – A Organização optou por não aplicar essa isenção e, portanto, não mensurou os itens do ativo imobilizado pelo valor justo;
- Diferenças acumuladas de conversão – A Organização não possui ajuste acumulado de conversão na data de transição e, portanto, não aplicou essa isenção;
- Instrumentos financeiros compostos – A Organização não possui saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição para a IFRS;
- Ativos e passivos de subsidiárias, coligadas, e empreendimentos em conjunto – Somente as demonstrações contábeis consolidadas da Organização foram preparadas de acordo com as IFRSs;
- Transação de pagamentos baseados em ações – A Organização não possui esse tipo de transação na data de transição;
- Passivos por desativação, restauração e outros passivos similares incluídos no custo do imobilizado – A Organização não possui passivos dessa natureza;
- Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com a IFRIC 12 – A Organização não possui contratos firmados sob o escopo da IFRIC 12; e
- Custo dos empréstimos – A Organização não possui custos de empréstimos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável.

Notas Explicativas

b) Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Organização

A Organização aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

- Exceção das estimativas

As estimativas segundo as IFRSs, em 1º de janeiro de 2009, são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As outras exceções obrigatórias na IFRS 1(R) não se aplicaram pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas:

- Baixa de ativos e passivos financeiros;
- Participação de não controladores;
- Contabilização de cobertura (*hedge*); e
- Ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas.

46.2 Conciliação entre práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BR GAAP) e as IFRS

Seguem as explicações sobre os ajustes relevantes entre as práticas contábeis utilizadas pelo Bradesco no BR GAAP em comparação com as IFRS:

a) Consolidação

Em BR GAAP, as participações em empresas de controle compartilhado (normalmente representadas por participação entre 20% e 50%) são consolidadas de modo proporcional nas demonstrações contábeis da Organização e os fundos de investimentos exclusivos não são consolidados atendendo a determinações do Banco Central do Brasil.

Para fins de IFRS, as participações em coligadas, as quais a Organização possui influência significativa, foram tratadas pelo método de equivalência e, dessa forma, estes investimentos não foram considerados na consolidação das demonstrações contábeis e os fundos de investimento exclusivos foram consolidados.

b) Reversão de dividendos a pagar não declarados

Em BR GAAP, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas têm direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório a cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, ou, se este for omissivo, o dividendo mínimo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado. Para tanto, as empresas podem remunerar os seus acionistas em patamares superiores ao mínimo obrigatório, provisionando esses valores nas demonstrações contábeis para pagamento no próximo exercício, mesmo que eles ainda não tenham sido declarados.

Para fins de IFRS, os dividendos adicionais propostos registrados no passivo, os quais excedem o dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto da Organização, e que não haviam sido aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas antes da data-base das demonstrações contábeis foram revertidos para o patrimônio líquido, uma vez que não representam uma obrigação legal da Organização até a sua deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Notas Explicativas**c) Efeitos de hiperinflação sobre ativos e passivos não-monetários**

Até 30 de junho de 1997, o Brasil era considerado uma economia hiperinflacionária, porém para fins de BR GAAP as demonstrações contábeis expressas em moeda de poder aquisitivo constante só foram exigidas até 31 de dezembro de 1995 e, dessa forma, a indexação das demonstrações contábeis foi descontinuada a partir de 1º de janeiro de 1996.

Para fins de IFRS, os efeitos decorrentes da correção de ativos não monetários até 30 de junho de 1997 foram reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme requerido pela IAS 29 – “Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias”.

d) Planos de pensão

Em BR GAAP, não são reconhecidas provisões decorrentes de obrigações por planos de benefício concedidos, exceto pelas obrigações correntes mensais.

Para fins de IFRS, foi aplicado o Método da Unidade de Crédito Projetada e os ganhos e perdas fora do corredor (que refere-se a parcela dos ganhos e perdas atuariais serem registrados como receita ou despesa, se o valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre (i) 10% do valor presente da obrigação antes de deduzir os ativos do plano ou (ii) 10% do valor justo de qualquer ativo do plano) são reconhecidos ao longo do prazo remanescente da prestação de serviços.

e) Combinações de negócios

Em BR GAAP, não existe pronunciamento específico que trate do assunto de combinação de negócios para instituições financeiras. Somente os ativos e passivos registrados no balanço de abertura da entidade adquirida são reconhecidos pela entidade compradora e o ágio ou deságio apurado nas aquisições corresponde à diferença entre o valor pago pela entidade compradora e o valor contábil dos ativos e passivos registrados na entidade adquirida. As ações ou dívidas emitidas, como forma de pagamento na aquisição de entidades, são registradas pelos seus valores de emissão na data da combinação de negócios. Os ágios originados das combinações de negócios são amortizados em até 20 anos.

Para as aquisições ocorridas a partir de 1º de setembro de 2008, a Organização reconheceu para fins de IFRS os ativos e passivos identificáveis originados das combinações de negócios a valor justo. As ações emitidas pela Organização nas combinações de negócios foram reconhecidas a valor justo na data da transferência do controle. Outros ativos entregues como forma de pagamento foram também mensurados a valor justo. O ágio reconhecido na combinação de negócios foi testado anualmente para fins de determinação do valor recuperável, conforme requerido pela IAS 38 – “Ativos Intangíveis”.

Notas Explicativas**f) Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos**

Em BR GAAP, não é requerido que os instrumentos financeiros derivativos contratados em negociação associada a uma determinada operação de captação ou aplicação de recursos, sejam avaliados pelo seu valor justo, desde que determinadas condições estejam presentes, como (i) não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, (ii) nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e (iii) sejam contratados pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

Para fins de IFRS, esses instrumentos financeiros derivativos foram classificados como de negociação e reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis com as respectivas mudanças no valor justo reconhecidas no resultado, conforme determina a IAS 39 – “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”.

g) Ajuste a valor justo de ativos financeiros constantes da carteira de fundos de investimento exclusivos consolidados

Em BR GAAP, certos instrumentos financeiros ativos constantes da carteira dos fundos exclusivos, os quais são consolidados exclusivamente para fins de IFRS, foram classificados como “mantidos até o vencimento”.

Para fins de IFRS, a Organização optou por designar estes instrumentos financeiros na categoria “disponível para venda”, conforme isenções permitidas para transição na IFRS 1(R), uma vez que para fins de BR GAAP, conforme Resolução CMN nº 3.181/04 e Circular SUSEP nº 379/08, os instrumentos financeiros constantes da categoria de mantidos até o vencimento podem ser alienados, desde que haja simultânea aquisição de novos títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao valor dos títulos alienados. Dessa forma, o ajuste a valor justo destes instrumentos financeiros foi reconhecido em conta de reserva no patrimônio líquido denominada – “Lucro abrangente acumulado”, já líquido dos efeitos tributários.

h) Ajuste a valor justo de ativos financeiros – títulos de patrimônio

Em BR GAAP, certos investimentos em ações de empresas nas quais a Organização não possui influência na Administração, foram classificados no ativo permanente, ao custo histórico de aquisição.

Para fins de IFRS, devido à inexistência de influência na administração, estas participações em ações foram designadas na categoria “disponível para venda” e avaliadas ao valor justo na data de transição para as IFRSs, com o respectivo ganho ou perda reconhecido em conta de reserva no patrimônio líquido denominada – “Lucro abrangente acumulado”, já líquido dos efeitos tributários.

i) Reversão de contabilização de cobertura (*hedge*)

Em BR GAAP, a Organização designou certos instrumentos financeiros derivativos como instrumentos de proteção, os quais foram classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa com a respectiva parcela efetiva das valorizações e desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido e a parcela não efetiva, no resultado.

Notas Explicativas

Para fins de IFRS, estes instrumentos financeiros não foram designados como de cobertura (*hedge*), uma vez que não se qualificam para a contabilização de *hedge*, de acordo com a IAS 39 e, desse modo, a parcela efetiva registrada no patrimônio líquido em BR GAAP foi revertida na data de transição, tendo como contrapartida a conta de lucros acumulados.

j) Diferimento de taxas de serviços financeiros e custos diretos

Em BR GAAP, a Organização reconhece para determinados ativos financeiros, principalmente empréstimos e adiantamentos a clientes, a taxa cobrada por serviços financeiros, bem como a parcela dos custos diretos relacionados, no resultado no momento da originação desses ativos financeiros. Os custos diretos relacionados às comissões pagas a lojistas e revendedores são registrados na rubrica de “Outros ativos – Despesas antecipadas” e reconhecidos no resultado pelo prazo dos respectivos contratos.

Para fins de IFRS, as taxas de serviços financeiros, bem como os custos diretos relacionados à originação destes ativos financeiros, são diferidas e reconhecidas como ajuste à taxa de juros efetiva. Os custos diretos relacionados às comissões pagas aos lojistas e revendedores fazem parte da taxa efetiva de juros e são registrados nas contas de empréstimos e adiantamentos a clientes.

k) Reversão do resultado de equivalência patrimonial reconhecido sobre investimentos em empresas de controle compartilhado

Em BR GAAP, normalmente são consideradas empresas de controle compartilhado quando a Organização detém participação entre 20% e 50% do capital total.

Para fins de IFRS, coligadas são representadas por participações em que a Organização detém influência significativa, que é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida.

l) Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros

Em BR GAAP, as garantias financeiras prestadas a terceiros são controladas em contas de compensação. As tarifas cobradas pela emissão dessas garantias são reconhecidas no resultado ao longo do período de vigência da garantia prestada.

Para fins de IFRS, conforme a IAS 39, após o reconhecimento inicial destas garantias a valor justo, a Organização mensurou estas operações pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido como “rendas a apropriar” e, quando apropriado, deduzido pela amortização acumulada de acordo com a IAS 18 ou (ii) o valor estimado do gasto exigido para liquidar a garantia nos casos em que a Organização entende ser provável o fluxo de saída de recursos, de acordo com a IAS 37.

m) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes e instituições financeiras

Em BR GAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização das operações de crédito, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, conforme requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, o qual considera determinados parâmetros regulamentares.

Notas Explicativas

Para fins de IFRS, a provisão para perdas sobre crédito foi estabelecida com base no histórico de perdas e outras informações conhecidas por ocasião da avaliação, conforme descrito na Nota 2(e)(viii).

n) Impostos diferidos ativos – contribuição social

Em BR GAAP, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e equiparadas e de 9% para as empresas não financeiras (até 30 de abril de 2008 a alíquota era de 9% para todas as empresas, sendo que o cálculo no exercício de 2008 foi efetuado de acordo com as normas específicas emitidas pelas autoridades tributárias).

Os créditos tributários originados em períodos anteriores, decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social para 15%, foram registrados em BR GAAP até o limite das obrigações tributárias consolidadas correspondentes.

Para fins de IFRS, os créditos tributários diferidos ativos de contribuição social foram remensurados e reconhecidos com base na alíquota em que a Organização espera realizar os ativos que é a alíquota vigente de 15%.

o) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes de IFRS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram contabilizados sobre as diferenças entre o BR GAAP e as IFRSs, quando aplicável.

Notas Explicativas

Reconciliação do balanço patrimonial do Bradesco na data de transição para as IFRSs – 1º de janeiro de 2009

Balanço Patrimonial	R\$ mil				
	1º de janeiro de 2009				
	BR GAAP (1)	Ajustes			IFRS
		Base de consolidação (a)	Diferenças de princípios	Ref. (Nota 46.2)	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos	22.496.219	(24.184)	-		22.472.035
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	43.235.806	18.579.351	-		61.815.157
Empréstimos e adiantamentos a clientes	155.479.557	10.772.827	1.257.806	j, m	167.510.190
Ativos financeiros para negociação	92.822.107	(24.548.783)	8.649	f	68.281.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.635.844	(38.762)	20.494.280	e, g, h, k	30.091.362
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	23.922.544	62.828	(19.888.921)	g	4.096.451
Ativos cedidos em garantia	44.057.607	(7.932.989)	-		36.124.618
Ativos não correntes mantidos para venda	327.856	(1.876)	-		325.980
Investimentos em coligadas	591.480	536.419	(94.893)	k	1.033.006
Ativos tangíveis	3.249.385	(184.394)	114.392	c	3.179.383
Ativos intangíveis	3.312.833	(115.332)	88.289	e	3.285.790
Impostos correntes	2.091.073	(232.632)	-		1.858.441
Impostos diferidos	13.703.293	(74.960)	(1.522.473)	e, n, o	12.105.860
Outros ativos	39.487.439	(239.670)	(1.038.743)	j	38.209.026
Total do ativo	454.413.043	(3.442.157)	(581.614)		450.389.272
Passivo					
Recursos de instituições de crédito	113.000.329	(12.989.564)	-		100.010.765
Recursos de clientes	163.417.301	10.852	-		163.428.153
Passivos financeiros para negociação	2.041.926	13.744	-		2.055.670
Recursos de emissão de títulos	9.011.671	(146.005)	-		8.865.666
Dívidas subordinadas	19.686.662	-	-		19.686.662
Provisões técnicas de seguros e previdência	61.881.547	628.492	57.644	d	62.567.683
Provisões	10.130.498	(171.796)	-		9.958.702
Impostos correntes	1.327.665	(318.638)	-		1.009.027
Impostos diferidos	2.467.850	-	(2.079.700)	e	388.150
Outros passivos	36.869.551	9.530.758	485.892	b, d, e, l	46.886.201
Total do passivo	419.835.000	(3.442.157)	(1.536.164)		414.856.679
Patrimônio líquido					
Atribuídos aos acionistas controladores	34.256.544	-	1.035.979		35.292.523
Capital social	23.000.000	-	-		23.000.000
Ações em tesouraria	(4.853)	-	-		(4.853)
Reservas de capital	62.614	-	-		62.614
Reservas de lucros	11.860.287	-	-		11.860.287
Lucro abrangente acumulado	(661.504)	-	405.231		(256.273)
Lucros acumulados	-	-	630.748		630.748
Participação de acionistas não controladores	321.499	-	(81.429)	e	240.070
Total do patrimônio líquido	34.578.043	-	954.550		35.532.593
Total do passivo e patrimônio líquido	454.413.043	(3.442.157)	(581.614)		450.389.272

- (1) As informações apresentadas consideram os valores apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras agrupadas de acordo com o modelo de apresentação requerido pelo IFRS.

Notas Explicativas**Reconciliação do patrimônio líquido de BR GAAP para IFRS em 1º de janeiro de 2009:**

	R\$ mil	
	Ref. (Nota 46.2)	Valores
Patrimônio líquido em BR GAAP (excluindo a participação de acionistas não controladores)		34.256.544
Participação de acionistas não controladores		321.499
Total do patrimônio líquido		34.578.043
Ajustes em IFRS		
Ajuste ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	m	(10.663)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros constantes da carteira de fundos de investimento exclusivos consolidados	g	564.533
Ajuste a valor justo de ativos financeiros – títulos de patrimônio	h	110.851
Constituição de crédito tributário sobre diferença de alíquota	n	962.877
Outros		(384.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes de IFRS	o	(207.378)
Total dos ajustes		1.035.979
Impacto dos ajustes na participação de acionistas não controladores	e	(81.429)
Patrimônio líquido em IFRS		35.532.593

Notas Explicativas**Reconciliação do balanço patrimonial no último exercício apresentada em BR GAAP – 31 de dezembro de 2009**

Balanço Patrimonial	R\$ mil				
	31 de dezembro de 2009				
	BR GAAP (1)	Ajustes			IFRS
		Base de consolidação (a)	Diferenças de princípios	Ref. (Nota 46.2)	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos	24.869.445	(19.354)	-		24.850.091
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	50.097.004	32.624.839	-		82.721.843
Empréstimos e adiantamentos a clientes	166.927.526	5.951.038	1.361.786	j, m	174.240.350
Ativos financeiros para negociação	91.158.018	(36.687.919)	10.435	f	54.480.534
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.328.253	(962.415)	24.680.578	e, g, h, k	44.046.416
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	25.877.593	76.093	(22.070.707)	g	3.882.979
Ativos cedidos em garantia	76.905.999	(16.833.346)	-		60.072.653
Ativos não correntes mantidos para venda	459.025	(3.151)	-		455.874
Investimentos em coligadas	737.107	734.541	(40.491)	k	1.431.157
Ativos tangíveis	3.417.954	(135.959)	122.546	e, c	3.404.541
Ativos intangíveis	5.516.024	(480.905)	(313.561)	e	4.721.558
Impostos correntes	2.292.796	(170.552)	-		2.122.244
Impostos diferidos	15.692.042	(68.853)	(3.096.769)	e, n, o	12.526.420
Outros ativos	21.944.306	(405.714)	(811.301)	j	20.727.291
Total do ativo	506.223.092	(16.381.657)	(157.484)		489.683.951
Passivo					
Recursos de instituições de crédito	141.769.595	(21.701.625)	-		120.067.970
Recursos de clientes	169.903.525	42.591	-		169.946.116
Passivos financeiros para negociação	531.194	1.228	-		532.422
Recursos de emissão de títulos	7.482.584	200.214	-		7.682.798
Dívidas subordinadas	23.103.977	-	-		23.103.977
Provisões técnicas de seguros e previdência	72.548.261	-	48.636	d	72.596.897
Provisões	11.004.621	(152.138)	-		10.852.483
Impostos correntes	1.490.563	(244.731)	-		1.245.832
Impostos diferidos	3.985.467	-	(2.833.540)	e, r	1.151.927
Outros passivos	31.851.879	5.472.804	532.139	b, d, e, l	37.856.822
Total do passivo	463.671.666	(16.381.657)	(2.252.765)		445.037.244
Patrimônio líquido					
Atribuídos aos acionistas controladores	41.753.751	-	2.437.703		44.191.454
Capital social	26.500.000	-	-		26.500.000
Ações em tesouraria	(188.874)	-	-		(188.874)
Reservas de capital	62.614	-	24.532		87.146
Reservas de lucros	15.022.670	-	-		15.022.670
Capital integralizado adicional	-	-	150.032		150.032
Lucro abrangente acumulado	357.341	-	1.478.318		1.835.659
Lucros acumulados	-	-	784.821		784.821
Participação de acionistas não controladores	797.675	-	(342.422)	e	455.253
Total do patrimônio líquido	42.551.426	-	2.095.281		44.646.707
Total do passivo e patrimônio líquido	506.223.092	(16.381.657)	(157.484)		489.683.951

(1) As informações apresentadas consideram os valores apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras agrupadas de acordo com o modelo de apresentação requerido pelo IFRS.

Notas Explicativas**Reconciliação da demonstração de resultado consolidado do último exercício apresentada em BR GAAP – 31 de dezembro de 2009**

Demonstração de resultado	R\$ mil				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009				
	BR GAAP (1)	Ajustes			IFRS
		Base de consolidação (a)	Diferenças de princípios	Ref. (Nota 46.2)	
Receita de juros e similares	54.382.812	11.370	771.047	j	55.165.229
Despesa de juros e similares	(27.974.717)	-	-		(27.974.717)
Resultado líquido de juros	26.408.095	11.370	771.047		27.190.512
Receita de serviços e comissões	8.313.370	673.922	(1.120.691)	j	7.866.601
Despesa de serviços e comissões	(19.069)	(150)	-		(19.219)
Resultado líquido de serviços e comissões	8.294.301	673.772	(1.120.691)		7.847.382
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	5.831.906	-	151.875	f, i	5.983.781
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	757.255	-	-		757.255
Ganhos/(perdas) líquidos de operações de câmbio	(897.638)	-	-		(897.638)
Resultado de seguros e previdência	1.790.088	-	(12.072)	m	1.778.016
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(11.233.880)	(2.342)	426.611	m	(10.809.611)
Despesas de pessoal	(7.378.524)	(201.053)	245.413	d, j	(7.334.164)
Outras despesas administrativas	(7.979.334)	(233.612)	74.888	j	(8.138.058)
Depreciação e amortização	(1.607.421)	(11.493)	102.385	c, e	(1.516.529)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(3.141.179)	38.028	78.511	c, e, k, l	(3.024.640)
Resultado operacional	10.843.669	274.670	717.967		11.836.306
Resultado de participação em coligadas	878.928	(152.051)	1.990	k	728.867
Resultado antes da tributação sobre o lucro	11.722.597	122.619	719.957		12.565.173
Imposto de renda e contribuição social	(3.685.606)	(122.619)	(456.105)	e, n, o	(4.264.330)
Lucro líquido do exercício	8.036.991	-	263.852		8.300.843
Atribuível a acionistas controladores	8.012.283	-	270.724		8.283.007
Atribuível a acionistas não controladores	24.708	-	(6.872)	e	17.836

(1) As informações apresentadas consideram os valores apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras agrupadas de acordo com o modelo de apresentação requerido pelo IFRS.

Notas Explicativas**Reconciliação do lucro líquido de BR GAAP para IFRS em 31 de dezembro de 2009:**

	R\$ mil	
	Ref. (Nota 46.2)	Valores
Lucro líquido em BR GAAP		8.012.283
Atribuível a acionistas não controladores		24.708
Lucro líquido		8.036.991
Ajustes em IFRS		
Ajuste ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	m	414.539
Constituição de crédito tributário sobre diferença de alíquota	n	(178.822)
Reversão de contabilização de cobertura (<i>hedge</i>)	i	150.089
Outros		127.075
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes à IFRS	o	(242.157)
Total dos ajustes		270.724
Impacto dos ajustes na participação de acionistas não controladores	e	(6.872)
Lucro líquido em IFRS		8.300.843

Reconciliação do patrimônio líquido de BR GAAP para IFRS em 31 de dezembro 2009:

	R\$ mil	
	Ref. (Nota 46.2)	Valores
Patrimônio líquido em BR GAAP (excluindo a participação de acionistas não controladores)		41.753.751
Participação de acionistas não controladores		797.675
Total do patrimônio líquido		42.551.426
Ajustes em IFRS		
Ajuste a valor justo de ativos financeiros constantes da carteira de fundos de investimento exclusivos consolidados	g	2.124.319
Ajuste a valor justo de ativos financeiros – títulos de patrimônio	h	489.634
Ajuste ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	m	403.876
Constituição de crédito tributário sobre diferença de alíquota	n	784.055
Outros		(199.253)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes à IFRS	o	(1.164.928)
Total dos ajustes		2.437.703
Impacto dos ajustes na participação de acionistas não controladores	e	(342.422)
Patrimônio líquido em IFRS		44.646.707

Notas Explicativas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco S.A. (Bradesco) é uma companhia aberta de direito privado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, direta e indiretamente, atua também em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Cartões de Crédito, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco, atuando no mercado de modo integrado.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Bradesco foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável – *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2011.

A CVM divulgou o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2011, o qual dá orientações gerais para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen acerca do envio dos Formulários DFP e ITR e das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2010, tendo como destaques:

“ 14. As instituições que decidam se utilizar da prorrogação de prazo prevista na Circular nº 3.516/10 deverão enviar, na mesma data de envio das demonstrações contábeis que serão submetidas à apreciação da assembléia geral de acionistas, o Formulário DFP/10 com o preenchimento somente das informações relativas às demonstrações individuais.

15. Posteriormente, quando da divulgação demonstrações contábeis consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional, deverão ser preenchidos os quadros referentes aos dados consolidados e o Formulário DFP/10 deverá ser reenviado com as informações completas. “

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco. Substancialmente, as operações das agências e controladas no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto os ativos, os passivos e os resultados são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio

Notas Explicativas

da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são registrados no resultado do período.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro-rata*” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações inter de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários – Classificação

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para o

Notas Explicativas

atendimento de solicitações de seus clientes, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações é registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
- de 15 a 30 dias	B
- de 31 a 60 dias	C
- de 61 a 90 dias	D
- de 91 a 120 dias	E
- de 121 a 150 dias	F
- de 151 a 180 dias	G
- superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accrual) destas operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

Notas Explicativas

Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:

I- Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II- Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III- Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV- Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 8k).

V- Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens “II” a “IV” acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 8k), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos”, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registrados na rubrica “Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Notas Explicativas

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%.

Os créditos tributários originados em períodos anteriores, decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social para 15% das empresas financeiras, são registrados até o limite das obrigações tributárias consolidadas correspondentes (Nota 31).

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo de acordo com o princípio da competência.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, empresas de controle compartilhado e empresas coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas e da redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistemas de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

l) Ativo diferido

Está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquida das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357 do Bacen.

Notas Explicativas

m) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

São compostos por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários

São registrados e amortizados, em um período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro e ajustados por redução ao valor recuperável – *impairment*, quando aplicável; e

- *Software*

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável – *impairment*, quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

n) Redução ao valor recuperável de ativos – *impairment*

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável – *impairment*, que é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior).

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

o) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 17a);
- Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Notas 17b e 17c); e

Notas Explicativas

- Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 17b).

q) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional	13.802.231	5.402.459
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.780.735	1.360.946
Aplicações em ouro	33	25
Total de disponibilidades (caixa)	15.582.999	6.763.430
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	20.898.569	76.051.921
Total de caixa e equivalentes de caixa	36.481.568	82.815.351

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos**

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010	2009
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada	1.231.316	12.266.983	-	-	13.498.299	32.356.650
• Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	198.004
• Notas do tesouro nacional	1.075.755	7.770.602	-	-	8.846.357	19.185.687
• Letras do tesouro nacional	-	4.496.381	-	-	4.496.381	12.963.635
• Outros	155.561	-	-	-	155.561	9.324
Posição financiada	20.764.553	24.052.895	-	-	44.817.448	68.981.883
• Letras financeiras do tesouro	18.234.930	-	-	-	18.234.930	21.582.347
• Notas do tesouro nacional	2.377.573	17.793.498	-	-	20.171.071	28.537.680
• Letras do tesouro nacional	152.050	6.259.397	-	-	6.411.447	18.861.856
Posição vendida	2.419.788	5.443.167	-	-	7.862.955	553.156
• Letras do tesouro nacional	2.419.788	5.443.167	-	-	7.862.955	553.156
Subtotal	24.415.657	41.763.045	-	-	66.178.702	101.891.689
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.739.534	12.136.233	7.738.372	19.977.717	44.591.856	47.856.662
• Provisões para perdas	(925)	(84)	(377)	-	(1.386)	(859)
Subtotal	4.738.609	12.136.149	7.737.995	19.977.717	44.590.470	47.855.803
Total em 2010	29.154.266	53.899.194	7.737.995	19.977.717	110.769.172	
%	26,3	48,7	7,0	18,0	100,0	
Total em 2009						149.747.492

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2010	2009
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	2.061.180	2.049.852
Posição financiada	5.822.918	6.031.258
Posição vendida	437.030	357.153
Subtotal	8.321.128	8.438.263
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	4.717.704	4.976.137
Total (Nota 6g)	13.038.832	13.414.400

Notas Explicativas**6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por segmentos de negócio e emissor

	2010	%	2009	%
Títulos para negociação	110.791.336	71,5	76.075.387	77,6
- Títulos públicos	41.180.220	26,6	19.806.795	20,2
- Títulos privados	67.952.387	43,8	54.868.303	56,0
- Instrumentos financeiros derivativos (1)	1.658.729	1,1	1.400.289	1,4
Títulos disponíveis para venda (7)	43.390.285	28,0	21.085.937	21,5
- Títulos públicos	32.973.887	21,3	12.528.281	12,8
- Títulos privados	10.416.398	6,7	8.557.656	8,7
Títulos mantidos até o vencimento (3)	814.870	0,5	855.603	0,9
- Títulos públicos	814.870	0,5	855.603	0,9
Subtotal	154.996.491	100,0	98.016.927	100,0
Total geral	154.996.491		98.016.927	
- Títulos públicos	74.968.977	48,4	33.190.679	33,9
- Títulos privados	80.027.514	51,6	64.826.248	66,1
Total geral	154.996.491	100,0	98.016.927	100,0

b) Composição da carteira por emissor

Títulos (2)	2010							2009	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (4) (5) (6)	Valor de mercado/ contábil (4) (5) (6)	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (4) (5) (6)	Marcação a mercado
Títulos públicos	1.808.104	2.577.433	3.710.113	66.873.327	74.968.977	75.125.237	(156.260)	32.197.115	404.567
Letras financeiras do tesouro	-	181.853	28.544	2.597.424	2.807.821	2.819.356	(11.535)	9.536.096	(6.199)
Letras do tesouro nacional	1.652.549	15.046	3.596.959	28.295.516	33.560.070	33.719.702	(159.632)	4.096.814	(9.853)
Notas do tesouro nacional	99.672	2.308.324	80.055	34.456.446	36.944.497	36.998.755	(54.258)	15.519.229	24.892
Títulos da dívida externa brasileira	55.883	-	422	1.508.311	1.564.616	1.495.488	69.128	2.813.150	398.182
Moedas de privatização	-	-	-	8.315	8.315	7.952	363	8.771	495
Títulos de governos estrangeiros	-	70.956	-	-	70.956	70.953	3	205.493	(3.027)
Outros	-	1.254	4.133	7.315	12.702	13.031	(329)	17.562	77
Títulos privados	4.940.708	5.576.291	3.405.427	66.105.088	80.027.514	79.758.173	269.341	64.826.247	275.051
Certificados de depósito bancário	141.693	-	-	-	141.693	141.693	-	59.219	-
Ações	412.147	-	-	-	412.147	366.039	46.108	468.080	19.294
Debêntures	9.672	2.465.960	2.228.191	60.798.874	65.502.697	65.463.821	38.876	53.213.233	135.975
Notas promissórias	-	2.788.629	46.619	-	2.835.248	2.839.362	(4.114)	1.944.334	(421)
Títulos privados no exterior	55.067	-	61	2.830.911	2.886.039	2.795.850	90.189	2.185.410	74.453
Instrumentos financeiros derivativos (1)	383.508	250.079	957.145	67.996	1.658.728	1.587.917	70.811	1.400.289	115.927
Outros	3.938.621	71.623	173.411	2.407.307	6.590.962	6.563.491	27.471	5.555.682	(70.177)
Subtotal	6.748.812	8.153.724	7.115.540	132.978.415	154.996.491	154.883.410	113.081	97.023.362	679.618
Hedge – fluxo de caixa (Nota 6f)	-	-	-	-	-	-	314.016	-	150.089
Total geral	6.748.812	8.153.724	7.115.540	132.978.415	154.996.491	154.883.410	427.097	97.023.362	829.707

Notas Explicativas**c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação**

Títulos	2010	2009
Carteira própria	17.586.149	21.223.539
Títulos de renda fixa	17.174.002	20.755.459
• Letras financeiras do tesouro	-	245.159
• Notas do tesouro nacional	99.705	534.524
• Títulos da dívida externa brasileira	48.756	2.362.493
• Certificados de depósito bancário	141.693	59.219
• Letras do tesouro nacional	1.255.634	1.956.862
• Títulos privados no exterior	197.159	2.148.895
• Debêntures	5.921.186	6.946.621
• Notas promissórias	2.835.248	722.943
• Títulos de governos estrangeiros	70.956	205.493
• Outros	6.603.665	5.573.250
Títulos de renda variável	412.147	468.080
• Ações de companhias abertas (outras)	412.147	468.080
Títulos vinculados	135.695.323	73.846.779
A compromisso de recompra	134.272.864	54.877.396
• Letras do tesouro nacional	31.837.344	182.109
• Títulos da dívida externa brasileira	1.515.860	450.657
• Letras financeiras do tesouro	1.804.478	3.143.421
• Notas do tesouro nacional	36.844.793	3.576.692
• Títulos privados no exterior	2.688.879	36.514
• Debêntures	59.581.510	46.266.612
• Notas promissórias	-	1.221.391
Ao Banco Central	-	14.772.223
• Letras do tesouro nacional	-	2.335.104
• Notas do tesouro nacional	-	8.871.523
• Letras financeiras do tesouro	-	3.565.596
Moedas de privatização	8.315	8.771
A prestação de garantias	1.414.144	4.188.389
• Letras do tesouro nacional	467.091	616.300
• Letras financeiras do tesouro	947.053	1.035.599
• Notas do tesouro nacional	-	2.536.490
Instrumentos financeiros derivativos (1)	1.658.729	1.400.290
Títulos objeto de operações compromissadas de livre movimentação	56.290	1.546.319
• Letras financeiras do tesouro	56.290	1.546.319
Total geral	154.996.491	98.016.927
%	100,0	100,0

- (1) Para efeito de comparabilidade com o critério adotado pela Circular nº 3.068/02 do Bacen e pela característica dos títulos, estamos considerando os instrumentos financeiros derivativos, exceto aqueles considerados como *hedge* de fluxo de caixa na categoria "Títulos para Negociação";
- (2) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos;
- (3) Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/02 do Bacen, o Bradesco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. A capacidade financeira é evidenciada pela Nota 29a, na qual são demonstrados os vencimentos das operações ativas e passivas, com base em 31 de dezembro de 2010;
- (4) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
- (5) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (7), exceto os papéis classificados em títulos mantidos até o vencimento, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado no montante de R\$ 58.123 mil (2009 – R\$ 110.000 mil);
- (6) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
- (7) No 4º trimestre de 2010, foram realizadas perdas que não temporárias no valor de R\$ 429 mil (4º trimestre de 2009 – R\$ 15.137 mil), para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Bradesco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atendimento de solicitações de seus clientes, no sentido da administração de suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos do Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares,

Notas Explicativas

para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Bolsa de Mercadoria e Futuros - BM&FBovespa (BM&FBovespa) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando-se metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtidos junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se substancialmente a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (CETIP) e na BM&FBovespa.

As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela administração, no sentido de proteção das exposições globais da instituição e nas operações para atendimento das necessidades dos clientes do Banco.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de *swaps*, termo, opções, crédito e futuros sendo efetuados, substancialmente nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como mercado de balcão.

Notas Explicativas

I) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

	2010		2009	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos futuros				
Compromissos de compra:	6.764.620		32.385.743	
- Mercado interfinanceiro	3.936.872	-	28.749.996	-
- Moeda estrangeira	2.827.748	-	3.507.063	-
- Outros	-	-	128.684	128.684
Compromissos de venda:	177.760.158		85.852.153	
- Mercado interfinanceiro (1)	159.915.726	155.978.854	69.767.002	41.017.006
- Moeda estrangeira (2)	17.844.432	15.016.684	16.085.151	12.578.088
Contratos de opções				
Compromissos de compra:	84.931.556		11.979.152	
- Mercado interfinanceiro	84.583.900	240.430	9.823.400	-
- Moeda estrangeira	82.119	-	1.973.947	-
- Outros	265.537	-	181.805	-
Compromissos de venda:	85.208.530		22.582.331	
- Mercado interfinanceiro	84.343.470	-	19.664.000	9.840.600
- Moeda estrangeira	206.023	123.904	2.258.586	284.639
- Outros	659.037	393.500	659.745	477.940
Contratos a termo				
Compromissos de compra:	6.010.911		3.378.409	
- Moeda estrangeira	5.993.226	-	3.359.394	-
- Outros	17.685	-	19.015	19.015
Compromissos de venda:	6.862.724		5.126.022	
- Moeda estrangeira	6.743.856	750.630	5.126.022	1.766.628
- Outros	118.868	101.183	-	-
Contratos de swap				
Posição ativa:	16.039.789		14.349.495	
- Mercado interfinanceiro	3.007.856	-	4.891.893	1.508.857
- Prefixados	683.206	27.916	1.843.906	1.087.057
- Moeda estrangeira (3)	10.808.877	4.187.008	5.513.052	-
- Taxa referencial – TR	60.000	-	1.775.100	1.619.785
- Selic	49.476	15.577	86.506	369
- IGP-M	1.134.704	975.596	133.362	-
- Outros	295.670	114.438	105.676	-
Posição passiva:	14.900.117		13.514.694	
- Mercado interfinanceiro	5.373.347	2.365.491	3.383.036	-
- Prefixados	655.290	-	756.849	-
- Moeda estrangeira (3)	6.621.869	-	8.503.462	2.990.410
- Taxa referencial – TR	1.875.372	1.815.372	155.315	-
- Selic	33.899	-	86.137	-
- IGP-M	159.108	-	520.540	387.178
- Outros	181.232	-	109.355	3.679

(1) Inclui *hedge* de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao CDI no valor de R\$ 78.103.695 mil (2009 – R\$ 66.380.865 mil) (Nota 6f);

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos investimentos no exterior, os quais totalizam a R\$ 17.512.203 mil (2009 – R\$ 10.469.740 mil); e

(3) Inclui operações de derivativos de créditos (Nota 6e).

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

Notas Explicativas

O Bradesco, com objetivo de obter maior garantia de liquidação nas operações com Instituições Financeiras e Clientes estabelece acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução – CMN nº 3.263/05.

II) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	2010			2009		
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Ajuste a receber – swap	1.285.006	70.682	1.355.688	1.012.405	83.567	1.095.972
Compras a termo a receber	2.818	-	2.818	23.136	(5)	23.131
Vendas a termo a receber	240.318	433	240.751	198.068	-	198.068
Prêmios de opções a exercer	52.154	7.317	59.471	50.753	32.366	83.119
Total do ativo	1.580.296	78.432	1.658.728	1.284.362	115.928	1.400.290
Ajuste a pagar – swap	(199.383)	(16.633)	(216.016)	(272.024)	10.853	(261.171)
Compra a termo a pagar	(290.395)	-	(290.395)	(119.169)	5	(119.164)
Venda a termo a pagar	(106.484)	(433)	(106.917)	(14.887)	-	(14.887)
Prêmios de opções lançadas	(102.700)	(1.489)	(104.189)	(76.319)	12.478	(63.841)
Total do passivo	(698.962)	(18.555)	(717.517)	(482.399)	23.336	(459.063)

III) Contratos futuros, de opções, de termo e de swap

	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
					2010	2009
Contratos futuros	74.175.996	21.484.442	14.673.314	74.191.026	184.524.778	118.237.896
Contratos de opções	94.948.684	74.488.732	481.507	221.163	170.140.086	34.561.483
Contratos a termo	6.648.874	2.478.792	1.455.842	2.290.127	12.873.635	8.504.431
Contratos de swap	3.311.250	813.790	2.659.511	7.899.550	14.684.101	13.253.523
Total em 2010	179.084.804	99.265.756	19.270.174	84.601.866	382.222.600	
Total em 2009	78.076.232	42.310.000	17.547.863	36.623.238		174.557.333

IV) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos, representados basicamente por contratos futuros

	2010	2009
Títulos públicos		
Notas do tesouro nacional	1.942.300	2.170.330
Letras financeiras do tesouro	-	132.009
Letras do tesouro nacional	2.606.763	412.045
Total	4.549.063	2.714.384

V) Valores das receitas e das despesas líquidas

	2010	2009
Contratos de swap	371.965	765.865
Contratos a termo	(32.935)	432.436
Contratos de opções	5.062	607.976
Contratos futuros	1.543.902	3.081.905
Total	1.887.994	4.888.182

VI) Valores globais dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

	2010	2009
Cetip (balcão)	6.634.503	9.086.932
BM&FBovespa (bolsa)	364.535.347	156.611.422
Exterior (balcão) (1)	8.049.598	3.731.716
Exterior (bolsa) (1)	3.003.152	5.127.263
Total	382.222.600	174.557.333

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

As contrapartes, em 31 de dezembro de 2010, estão distribuídas em pessoas jurídicas com 96%, instituições financeiras com 3% e pessoas físicas/outras com 1%.

Notas Explicativas

e) Derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito (“*default*”), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

Consolidado	Valor de risco de crédito		Efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido	
	2010	2009	2010	2009
Transferido				
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:				
• Títulos e valores mobiliários – Título da dívida pública brasileira	(483.198)	(548.478)	-	-
• Derivativos com empresas	(3.332)	(3.482)	(183)	(192)
Recebido				
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:				
• Títulos e valores mobiliários – Título da dívida pública brasileira	591.501	7.810.152	-	-
• Derivativos com empresas	13.330	13.930	550	1.532
Total Consolidado	118.301	7.272.122	367	1.340
Margem depositada	181.442	428.565		

O Bradesco realiza operações envolvendo derivativos de crédito com o objetivo de maximizar a gestão de sua exposição ao risco e de seus ativos. Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos diversos até 2013, sendo que 71% do montante vencerá em 2012. A marcação a mercado das taxas de proteção que remunera a contraparte receptora do risco totaliza R\$ 1.712 mil (2009 - R\$ (2.067) mil). Durante o exercício, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

f) *Hedge* de fluxo de caixa

O objetivo da constituição de *hedge* pelo Bradesco é de proteger o fluxo de caixa de pagamentos de juros das captações em CDB referente ao risco de taxa de juros variável do CDI, representados pelas variações do DI Cetip, tornando o fluxo de caixa prefixado.

O Bradesco negocia contratos de DI Futuro na BM&FBovespa, desde 2009, com a finalidade de *hedge* contábil tendo como objeto de *hedge* captações referenciadas ao DI, sendo:

	2010	2009
DI Futuro com vencimentos entre os anos de 2011 e 2017	78.103.695	66.380.865
Captações referenciadas ao CDI	77.842.445	66.068.498
Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (1)	314.016	150.089
Valor de mercado não efetivo registrado em resultado	19	(16.167)

(1) O ajuste no patrimônio líquido é de R\$ 188.410 mil, líquido dos efeitos tributários (2009 - R\$ 90.053 mil).

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontrava-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

g) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2010	2009
Títulos de renda fixa	11.394.960	9.372.778
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	13.038.832	13.414.400
Títulos de renda variável	(6.769)	(39)
Subtotal	24.427.023	22.787.139
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d V)	1.887.994	4.888.182
Total	26.315.017	27.675.321

Notas Explicativas**7) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS****a) Créditos vinculados**

	Remuneração	2010	2009
Compulsório sobre depósitos à vista	não remunerado	10.943.751	8.588.142
Compulsório sobre depósitos de poupança	índice da poupança	10.755.153	8.961.634
Compulsório sobre depósitos a prazo (1)	taxa selic	17.395.554	-
Recolhimento recursos crédito rural (3)	não remunerado	39.722	-
Compulsório adicional (2)	taxa selic	26.052.102	-
- Depósitos de poupança		5.377.577	-
- Depósitos à vista		4.725.727	-
- Depósitos a prazo		15.948.798	-
Créditos vinculados ao SFH	taxa referencial – TR + juros	507.654	490.101
Recursos do crédito rural	não remunerado	578	578
Total		65.694.514	18.040.455

- (1) Conforme Circular nº 3.513/10 do Bacen, a partir de dezembro de 2010, os Bancos estão recolhendo 20% dos depósitos a prazo em espécie;
- (2) Segundo a Circular nº 3.514/10 do Bacen, a partir de dezembro de 2010, a exigibilidade adicional passou a ser recolhida em espécie com as seguintes alíquotas: depósitos à vista e a prazo – 12%; e depósitos de poupança – 10%, sendo que até dezembro de 2009 a exigibilidade estava vinculada em títulos; e
- (3) Conforme Circular nº 3.460/09 do Bacen, a partir de agosto de 2010, os Bancos ficaram obrigados a recolher os recursos do crédito rural (sobre recursos à vista) que não foram emprestados, com devolução em agosto de 2011.

b) Resultado das aplicações compulsórias

	2010	2009
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	2.868.806	534.677
Créditos vinculados ao SFH	26.078	26.089
Total	2.894.884	560.766

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos as informações relativas às operações de crédito, que incluem adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Modalidades e prazos

	Curso normal									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2010 (A)	% (5)	Total em 2009 (A)	% (5)
Empréstimos e títulos descontados (1)	14.183.470	10.432.930	7.106.314	11.782.297	12.675.725	34.344.578	90.525.314	43,3	70.728.257	40,9
Financiamentos	1.921.414	2.086.928	1.597.832	4.766.243	7.987.738	32.933.653	51.293.808	24,6	35.139.929	20,3
Financiamentos rurais e agroindustriais	416.597	544.889	520.157	2.129.933	4.222.624	5.546.073	13.380.273	6,4	11.454.817	6,6
Subtotal	16.521.481	13.064.747	9.224.303	18.678.473	24.886.087	72.824.304	155.199.395	74,3	117.323.003	67,8
Operações de arrendamento mercantil	135.578	111.640	104.807	299.971	554.994	1.555.552	2.762.542	1,3	5.049.211	2,9
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	930.032	648.978	552.689	1.244.193	788.301	-	4.164.193	2,0	5.580.817	3,2
Subtotal	17.587.091	13.825.365	9.881.799	20.222.637	26.229.382	74.379.856	162.126.130	77,6	127.953.031	73,9
Outros créditos (3)	732.475	498.742	239.917	627.672	555.421	398.347	3.052.574	1,5	8.609.794	5,0
Total das operações de crédito	18.319.566	14.324.107	10.121.716	20.850.309	26.784.803	74.778.203	165.178.704	79,1	136.562.825	78,9
Avais e fianças (4)	1.103.243	760.619	883.736	2.663.551	3.613.372	32.050.801	41.075.322	19,7	34.533.924	20,0
Cessão de créditos–Certificado de Recebíveis Imobiliários	24.308	24.307	24.306	69.953	104.397	350.992	598.263	0,3	770.177	0,4
Aquisição de recebíveis – Cartões de Crédito	488.467	217.846	155.178	403.769	457.195	110.544	1.832.999	0,9	1.276.739	0,7
Total geral em 2010	19.935.584	15.326.879	11.184.936	23.987.582	30.959.767	107.290.540	208.685.288	100,0		
Total geral em 2009	22.786.963	15.089.800	10.829.052	20.168.800	24.390.606	79.878.444			173.143.665	100,0

	Curso anormal								
	Parcelas vencidas								
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Total em 2010 (B)	% (5)	Total em 2009 (B)	% (5)
Empréstimos e títulos descontados (1)	447.513	481.705	475.513	976.216	1.385.511	3.766.458	89,8	4.188.612	88,0
Financiamentos	43.173	35.927	22.233	52.031	42.677	196.041	4,7	258.714	5,5
Financiamentos rurais e agroindustriais	17.771	21.897	14.404	35.249	20.262	109.583	2,6	149.346	3,1
Subtotal	508.457	539.529	512.150	1.063.496	1.448.450	4.072.082	97,1	4.596.672	96,6
Operações de arrendamento mercantil	21.127	16.272	7.602	17.000	19.450	81.451	1,9	64.018	1,3
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	16.443	4.173	2.378	1.644	167	24.805	0,6	22.129	0,4
Subtotal	546.027	559.974	522.130	1.082.140	1.468.067	4.178.338	99,6	4.682.819	98,3
Outros créditos (3)	1.687	1.113	398	1.797	10.818	15.813	0,4	81.459	1,7
Total geral em 2010	547.714	561.087	522.528	1.083.937	1.478.885	4.194.151	100,0		
Total geral em 2009	646.050	615.152	600.589	1.149.302	1.753.185			4.764.278	100,0

Notas Explicativas

	Curso anormal									
	Parcelas vincendas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2010 (C)	% (5)	Total em 2009 (C)	% (5)
Empréstimos e títulos descontados (1)	311.995	333.373	241.481	565.247	830.377	1.575.871	3.858.344	69,3	3.391.476	63,7
Financiamentos	40.486	44.422	39.025	109.333	185.480	538.821	957.567	17,2	1.102.304	20,7
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.200	806	1.145	15.094	19.110	272.940	314.295	5,6	364.295	6,9
Subtotal	357.681	378.601	281.651	689.674	1.034.967	2.387.632	5.130.206	92,1	4.858.075	91,3
Operações de arrendamento mercantil	17.387	15.439	14.866	43.477	85.181	261.153	437.503	7,9	452.603	8,6
Subtotal	375.068	394.040	296.517	733.151	1.120.148	2.648.785	5.567.709	100,0	5.310.678	99,9
Outros créditos (3)	96	95	96	284	517	764	1.852	0,0	4.507	0,1
Total geral em 2010	375.164	394.135	296.613	733.435	1.120.665	2.649.549	5.569.561	100,0		
Total geral em 2009	410.550	356.650	286.978	708.745	1.041.214	2.511.048			5.315.185	100,0

	Total geral			
	Total em 2010 (A+B+C)	% (5)	Total em 2009 (A+B+C)	% (5)
Empréstimos e títulos descontados (1)	98.150.116	45,0	78.308.345	42,8
Financiamentos	52.447.416	24,0	36.500.947	19,9
Financiamentos rurais e agroindustriais	13.804.151	6,3	11.968.458	6,5
Subtotal	164.401.683	75,3	126.777.750	69,2
Operações de arrendamento mercantil	3.281.496	1,5	5.565.832	3,0
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	4.188.998	1,9	5.602.946	3,1
Subtotal	171.872.177	78,7	137.946.528	75,3
Outros créditos (3)	3.070.239	1,4	8.695.760	4,7
Total das operações de crédito	174.942.416	80,1	146.642.288	80,0
Avais e fianças (4)	41.075.322	18,8	34.533.924	18,9
Cessão de créditos – Certificado de Recebíveis Imobiliários	598.263	0,3	770.177	0,4
Aquisição de recebíveis – Cartões de Crédito	1.832.999	0,8	1.276.739	0,7
Total geral em 2010	218.449.000	100,0		
Total geral em 2009			183.223.128	100,0

- (1) Inclui os empréstimos de operações com cartões de crédito e operações de antecipação de recebíveis de cartões de crédito, no montante de R\$ 10.277.894 mil (2009 – R\$ 8.296.318 mil);
- (2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações";
- (3) A rubrica "Outros Créditos" compreende créditos por avais e fianças honrados, devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber, rendas a receber sobre contratos de câmbio, créditos decorrentes de contratos de exportação e créditos a receber relativos a cartões de crédito (compras à vista e parcelado lojistas), no montante de R\$ 1.906.584 mil (2009 – R\$ 6.234.814 mil);
- (4) Registrados em contas de compensação; e
- (5) Relação entre modalidade e o total da carteira de crédito incluindo avais e fianças, cessão de créditos e aquisição de recebíveis.

b) Modalidades e níveis de risco

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Níveis de risco												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2010	% (1)	Total em 2009	% (1)
Empréstimos e títulos descontados	23.369.032	37.640.058	7.973.021	19.079.287	2.325.910	1.050.803	872.488	854.799	4.984.718	98.150.116	56,1	78.308.345	53,4
Financiamentos	11.914.753	15.372.421	7.461.820	16.282.578	556.543	142.369	110.560	80.093	526.279	52.447.416	30,0	36.500.947	24,9
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.759.016	3.231.139	1.696.252	6.256.892	431.339	77.976	227.728	35.687	88.122	13.804.151	7,9	11.968.458	8,2
Subtotal	37.042.801	56.243.618	17.131.093	41.618.757	3.313.792	1.271.148	1.210.776	970.579	5.599.119	164.401.683	94,0	126.777.750	86,5
Operações de arrendamento mercantil	67	2.639.026	260.879	149.943	29.988	23.355	20.999	20.310	136.929	3.281.496	1,8	5.565.832	3,8
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.734.383	1.109.046	774.273	476.668	21.365	670	2.143	-	70.450	4.188.998	2,4	5.602.946	3,8
Subtotal	38.777.251	59.991.690	18.166.245	42.245.368	3.365.145	1.295.173	1.233.918	990.889	5.806.498	171.872.177	98,2	137.946.528	94,1
Outros créditos	14.812	2.804.975	67.807	83.409	8.825	5.178	4.200	2.831	78.202	3.070.239	1,8	8.695.760	5,9
Total geral em 2010	38.792.063	62.796.665	18.234.052	42.328.777	3.373.970	1.300.351	1.238.118	993.720	5.884.700	174.942.416	100,0		
%	22,2%	35,9%	10,4%	24,2%	1,9%	0,7%	0,7%	0,6%	3,4%	100,0			
Total geral em 2009	30.084.077	58.955.085	15.895.819	28.965.894	2.893.563	1.363.060	1.318.471	943.718	6.222.601			146.642.288	100,0
%	20,6	40,2	10,8	19,8	2,0	0,9	0,9	0,6	4,2			100,0	

- (1) Relação entre a modalidade e o total da carteira de crédito sem avais e fianças, cessão de créditos e aquisição de recebíveis.

Notas Explicativas

c) Faixas de vencimentos e níveis de risco

	Níveis de risco												
	Operações em curso anormal												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2010	% (1)	Total em 2009	% (1)
Parcelas vincendas	-	-	486.124	1.101.155	813.986	526.567	509.033	379.724	1.752.972	5.569.561	100,0	5.315.185	100,0
1 a 30	-	-	56.502	92.647	47.286	29.584	23.922	20.907	104.316	375.164	6,7	410.550	7,7
31 a 60	-	-	50.751	90.597	51.603	33.022	26.386	23.923	117.853	394.135	7,1	356.650	6,7
61 a 90	-	-	34.412	64.687	39.264	25.394	20.891	18.443	93.522	296.613	5,3	286.977	5,4
91 a 180	-	-	66.992	144.019	101.001	67.190	55.728	49.854	248.651	733.435	13,2	708.745	13,3
181 a 360	-	-	89.054	215.728	157.612	102.970	84.967	78.801	391.533	1.120.665	20,1	1.041.214	19,6
Acima de 360	-	-	188.413	493.477	417.220	268.407	297.139	187.796	797.097	2.649.549	47,6	2.511.049	47,3
Parcelas vencidas (2)	-	-	119.438	384.060	372.425	342.523	334.752	317.789	2.323.164	4.194.151	100,0	4.764.278	100,0
1 a 14	-	-	2.524	32.688	21.910	11.917	8.965	8.637	41.227	127.868	3,0	132.983	2,8
15 a 30	-	-	112.935	126.364	58.591	23.488	15.149	10.562	72.757	419.846	10,0	513.070	10,8
31 a 60	-	-	3.979	218.971	112.702	58.560	32.099	23.602	111.174	561.087	13,4	615.150	12,9
61 a 90	-	-	-	4.609	172.237	74.760	52.179	36.910	181.833	522.528	12,5	600.589	12,6
91 a 180	-	-	-	1.428	6.985	170.560	220.304	227.618	457.042	1.083.937	25,8	1.149.302	24,1
181 a 360	-	-	-	-	-	-	3.238	10.460	1.355.355	1.375.109	32,8	1.715.589	36,0
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	103.776	103.776	2,5	37.595	0,8
Subtotal	-	-	605.562	1.485.215	1.186.411	869.090	843.785	697.513	4.076.136	9.763.712		10.079.463	
Provisão específica	-	-	6.055	44.556	118.642	260.727	421.893	488.259	4.076.136	5.416.268		5.929.660	

- (1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e
- (2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

	Níveis de risco												
	Operações em curso normal												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2010	% (1)	Total em 2009	% (1)
Parcelas vincendas	38.792.063	62.796.665	17.628.490	40.843.562	2.187.559	431.261	394.333	296.207	1.808.564	165.178.704	100,0	136.562.825	100,0
1 a 30	3.591.398	9.573.234	1.464.130	3.256.109	119.806	35.451	24.500	19.621	235.317	18.319.566	11,1	20.177.439	14,8
31 a 60	2.642.792	6.999.256	1.234.312	3.152.398	101.429	29.664	17.971	14.794	131.491	14.324.107	8,7	13.901.253	10,2
61 a 90	1.892.613	4.605.942	1.007.918	2.412.914	69.042	21.247	13.474	10.294	88.272	10.121.716	6,1	9.794.264	7,2
91 a 180	4.910.389	8.062.606	2.204.601	5.121.093	189.847	48.770	30.983	26.066	255.954	20.850.309	12,6	17.020.309	12,4
181 a 360	5.304.927	10.352.397	3.134.500	7.233.695	297.668	72.907	46.521	55.507	286.681	26.784.803	16,2	20.908.904	15,3
Acima de 360	20.449.944	23.203.230	8.583.029	19.667.353	1.409.767	223.222	260.884	169.925	810.849	74.778.203	45,3	54.760.656	40,1
Provisão genérica	-	313.983	176.285	1.225.307	218.756	129.378	197.166	207.345	1.808.564	4.276.784		3.633.764	
Total geral em 2010	38.792.063	62.796.665	18.234.052	42.328.777	3.373.970	1.300.351	1.238.118	993.720	5.884.700	174.942.416			
Provisão existente	-	315.182	185.407	2.511.991	911.192	642.978	838.211	989.397	5.884.700	12.279.058			
Provisão mínima requerida	-	313.983	182.340	1.269.863	337.398	390.105	619.059	695.604	5.884.700	9.693.052			
Provisão excedente	-	1.199	3.067	1.242.128	573.794	252.873	219.152	293.793	-	2.586.006			
Total geral em 2009	30.084.077	58.955.085	15.895.819	28.965.894	2.893.563	1.363.060	1.318.471	943.718	6.222.601			146.642.288	
Provisão existente	-	295.531	161.498	2.077.395	793.824	675.702	894.884	931.563	6.222.601			12.052.998	
Provisão mínima requerida	-	294.775	158.958	868.977	289.357	408.918	659.235	660.603	6.222.601			9.563.424	
Provisão excedente	-	756	2.540	1.208.418	504.467	266.784	235.649	270.960	-			2.489.574	

- (1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela.

d) Concentração das operações de crédito

	2010	%	2009	%
Maior devedor	2.660.984	1,5	1.871.888	1,3
Dez maiores devedores	12.976.416	7,4	11.570.829	7,9
Vinte maiores devedores	20.195.686	11,5	17.600.945	12,0
Cinquenta maiores devedores	32.041.425	18,3	29.014.452	19,8
Cem maiores devedores	40.664.409	23,2	36.828.424	25,1

Notas Explicativas

e) Setor de atividade econômica

	2010	%	2009	%
Setor público	959.952	0,5	1.574.189	1,1
Federal	571.976	0,3	1.109.345	0,8
Petroquímica	571.976	0,3	1.109.345	0,8
Intermediários financeiros	-	-	-	-
Estadual	387.976	0,2	464.844	0,3
Produção e distribuição de energia elétrica	387.976	0,2	464.844	0,3
Setor privado	173.982.464	99,5	145.068.099	98,9
Indústria	42.634.631	24,4	38.308.356	25,9
Alimentícia e bebidas	10.907.531	6,3	11.451.999	7,8
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	6.682.813	3,8	5.785.189	3,9
Química	4.515.740	2,6	4.412.903	3,0
Papel e celulose	3.057.671	1,7	2.238.869	1,5
Têxtil e confecções	2.447.625	1,4	2.034.622	1,4
Refino de petróleo e produção de álcool	2.113.063	1,2	931.536	0,6
Artigos de borracha e plásticos	2.146.128	1,2	1.485.065	1,0
Veículos leves e pesados	1.875.790	1,1	2.444.804	1,7
Eletroeletrônica	1.833.004	1,0	1.330.373	0,9
Extração de minerais metálicos e não metálicos	1.579.673	0,9	1.514.983	1,0
Móveis e produtos de madeira	1.450.005	0,8	919.696	0,6
Materiais não metálicos	1.139.306	0,7	796.475	0,5
Autopeças e acessórios	913.500	0,5	811.788	0,6
Artefatos de couro	501.219	0,3	738.779	0,5
Edição, impressão e reprodução	446.897	0,3	478.239	0,3
Demais indústrias	1.024.666	0,6	933.036	0,6
Comércio	31.139.036	17,8	23.355.437	16,0
Produtos em lojas especializadas	7.273.850	4,2	5.954.605	4,1
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	4.014.512	2,3	2.988.288	2,0
Veículos automotores	2.825.524	1,6	2.283.134	1,6
Varejista não especializado	3.033.419	1,7	1.654.231	1,1
Vestuário e calçados	2.606.217	1,5	1.551.443	1,1
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	2.107.324	1,2	1.432.616	1,0
Artigos de uso pessoal e doméstico	2.049.722	1,2	1.685.014	1,1
Resíduos e sucatas	1.383.187	0,8	1.062.466	0,7
Combustíveis	1.368.491	0,8	1.006.753	0,7
Intermediário do comércio	1.146.187	0,7	980.272	0,7
Atacadista de mercadorias em geral	1.129.409	0,6	1.493.127	1,0
Produtos agropecuários	1.130.618	0,6	700.385	0,5
Demais comércios	1.070.576	0,6	563.103	0,4
Intermediários financeiros	454.543	0,3	706.284	0,5
Serviços	43.785.435	25,0	33.307.425	22,8
Transportes e armazenagens	10.281.944	5,9	7.268.410	5,0
Construção civil	10.116.588	5,8	7.906.493	5,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8.784.510	5,0	5.316.658	3,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	4.653.367	2,7	3.009.978	2,1
Holdings, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	1.950.504	1,1	383.367	0,3
Alojamento e alimentação	1.657.242	0,9	1.278.283	0,9
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e seguridade social	1.629.806	0,9	1.599.030	1,1
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas	1.165.510	0,7	799.088	0,5
Telecomunicações	753.600	0,4	591.309	0,4
Demais serviços	2.792.364	1,6	5.154.809	3,5
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	2.744.026	1,6	2.277.331	1,6
Pessoa física	53.224.793	30,4	47.113.266	32,1
Total	174.942.416	100,0	146.642.288	100,0

Notas Explicativas

f) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

NÍVEL DE RISCO	Saldo da carteira							
	Curso anormal			Curso normal	Total	%(1)	% Acumulado em 2010 (2)	% Acumulado em 2009 (2)
	Vencidas	Vincendas	Total - curso anormal					
AA	-	-	-	38.792.063	38.792.063	22,2	22,2	20,6
A	-	-	-	62.796.665	62.796.665	35,9	58,1	60,8
B	119.438	486.124	605.562	17.628.490	18.234.052	10,4	68,5	71,6
C	384.060	1.101.155	1.485.215	40.843.562	42.328.777	24,2	92,7	91,4
Subtotal	503.498	1.587.279	2.090.777	160.060.780	162.151.557	92,7		
D	372.425	813.986	1.186.411	2.187.559	3.373.970	1,9	94,6	93,4
E	342.523	526.567	869.090	431.261	1.300.351	0,7	95,3	94,3
F	334.752	509.033	843.785	394.333	1.238.118	0,7	96,0	95,2
G	317.789	379.724	697.513	296.207	993.720	0,6	96,6	95,8
H	2.323.164	1.752.972	4.076.136	1.808.564	5.884.700	3,4	100,0	100,0
Subtotal	3.690.653	3.982.282	7.672.935	5.117.924	12.790.859	7,3		
Total geral em 2010	4.194.151	5.569.561	9.763.712	165.178.704	174.942.416	100,0		
%	2,4	3,2	5,6	94,4	100,0			
Total geral em 2009	4.764.278	5.315.185	10.079.463	136.562.825	146.642.288			
%	3,3	3,6	6,9	93,1	100,0			

(1) Relação entre nível de risco e total da carteira; e

(2) Relação acumulada entre nível de risco e total da carteira.

Provisão										
Mínima requerida							Excedente	Existente	% Em 2010 (1)	% Em 2009 (1)
Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Específica			Genérica	Total				
		Vencidas	Vincendas	Total específica						
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	313.983	313.983	1.199	315.182	0,5	0,5
B	1,0	1.194	4.861	6.055	176.285	182.340	3.067	185.407	1,0	1,0
C	3,0	11.522	33.034	44.556	1.225.307	1.269.863	1.242.128	2.511.991	5,9	7,2
Subtotal		12.716	37.895	50.611	1.715.575	1.766.186	1.246.394	3.012.580	1,9	1,9
D	10,0	37.243	81.399	118.642	218.756	337.398	573.794	911.192	27,0	27,4
E	30,0	102.757	157.970	260.727	129.378	390.105	252.873	642.978	49,4	49,6
F	50,0	167.376	254.517	421.893	197.166	619.059	219.152	838.211	67,7	67,9
G	70,0	222.452	265.807	488.259	207.345	695.604	293.793	989.397	99,6	98,7
H	100,0	2.323.164	1.752.972	4.076.136	1.808.564	5.884.700	-	5.884.700	100,0	100,0
Subtotal		2.852.992	2.512.665	5.365.657	2.561.209	7.926.866	1.339.612	9.266.478	72,4	
Total geral em 2010		2.865.708	2.550.560	5.416.268	4.276.784	9.693.052	2.586.006	12.279.058	7,0	
%		23,3	20,8	44,1	34,8	78,9	21,1	100,0		
Total geral em 2009		3.360.938	2.568.722	5.929.660	3.633.764	9.563.424	2.489.574	12.052.998		8,2
%		27,9	21,3	49,2	30,1	79,3	20,7	100,0		

(1) Relação entre provisão existente e carteira, por nível de risco.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2010	2009
Saldo inicial	12.052.998	8.017.544
- Provisão específica (1)	5.929.660	4.324.485
- Provisão genérica (2)	3.633.764	2.315.226
- Provisão excedente (3)	2.489.574	1.377.833
Constituição	7.096.552	10.183.709
Baixas	(6.870.492)	(6.148.255)
Saldo final	12.279.058	12.052.998
- Provisão específica (1)	5.416.268	5.929.660
- Provisão genérica (2)	4.276.784	3.633.764
- Provisão excedente (3)	2.586.006	2.489.574

(1) Para operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;

(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos correspondentes níveis de riscos (Nota 8f); e

h) Despesa de PDD líquida de recuperações

Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	2010	2009
Constituição	7.096.552	10.183.709
Recuperações(1)	(2.013.616)	(1.319.649)
Despesa de PDD líquida de recuperações	5.082.936	8.864.060

(1) Classificadas em receitas de operações de crédito (Nota 8j).

Notas Explicativas**i) Movimentação da carteira de renegociação**

	2010	2009
Saldo inicial	5.000.581	2.989.755
• Renegociação	5.128.981	4.652.582
• Recebimentos	(2.025.830)	(1.478.065)
• Baixas	(1.951.241)	(1.163.691)
Saldo final	6.152.491	5.000.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.971.248	3.190.541
Percentual sobre a carteira de renegociação	64,5%	63,8%

j) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

	2010	2009
Empréstimos e títulos descontados	21.462.436	19.323.843
Financiamentos	4.822.990	4.154.446
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.107.376	845.838
Subtotal	27.392.802	24.324.127
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.013.616	1.319.649
Subtotal	29.406.418	25.643.776
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	686.547	783.032
Total	30.092.965	26.426.808

k) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis (Notas 2, 3g e 8b):

	2010	2009
Arrendamentos financeiros a receber	1.501.953	2.602.857
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(1.481.452)	(2.582.961)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquidas)	10.097.022	12.888.230
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros:	(1.807.095)	(2.244.584)
Depreciações acumuladas	(7.149.880)	(5.562.273)
Superveniência de depreciação	5.342.785	3.317.689
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 19b)	(5.028.932)	(5.097.710)
Total do valor presente	3.281.496	5.565.832

9) OUTROS CRÉDITOS**a) Carteira de câmbio****Saldos patrimoniais**

	2010	2009
Ativo – outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	6.702.693	6.369.235
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	-	374
Direitos sobre vendas de câmbio	2.936.816	2.669.759
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(255.129)	(241.384)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	61.111	171.229
Total	9.445.491	8.969.213
Passivo – outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	2.922.559	2.665.162
Obrigações por compras de câmbio	6.893.007	6.850.533
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(4.188.998)	(5.602.946)
Outras	5.743	4.249
Total	5.632.311	3.916.998
Carteira de câmbio líquida	3.813.180	5.052.215
Contas de compensação		
Créditos abertos para importação	1.465.018	1.385.155
Créditos de exportação confirmados	36.271	74.938

Notas Explicativas**Resultado de câmbio****Composição do resultado de operações de câmbio ajustado, para melhor apresentação do resultado efetivo**

	2010	2009
Resultado de operações de câmbio	523.803	1.863.363
Ajustes:		
- Rendas de financiamentos de moedas estrangeiras (1)	43.612	12.344
- Rendas de financiamentos à exportação (1)	379.985	412.518
- Rendas de aplicações no exterior (2)	27.138	7.043
- Despesas de obrigações com banqueiros no exterior (3) (Nota 16c)	(241.108)	83.280
- Despesas de captações no mercado (4)	(262.342)	(334.384)
- Outros	(57.816)	(1.374.170)
Total dos ajustes	(110.531)	(1.193.369)
Resultado ajustado de operações de câmbio	413.272	669.994

- (1) Classificadas na rubrica "Receitas de operações de crédito";
(2) Demonstradas na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários";
(3) Relativas aos recursos de financiamentos de adiantamentos sobre contratos de câmbio e financiamentos à importação, registradas na rubrica "Despesas de operações de empréstimos e repasses"; e
(4) Referem-se a despesas com captações cujos recursos foram aplicados em operações de câmbio.

b) Diversos

	2010	2009
Créditos tributários (Nota 31c)	11.193.894	9.954.329
Operações com cartão de crédito	3.739.583	7.511.553
Devedores por depósitos em garantia	3.317.186	2.713.067
Tributos antecipados	501.798	976.976
Devedores diversos	151.870	277.235
Títulos e créditos a receber (1)	1.208.017	2.323.783
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC	532.761	715.422
Pagamentos a ressarcir	208.653	157.627
Devedores por compra de valores e bens	23.829	31.087
Outros	48.533	49.586
Total	20.926.124	24.710.665

- (1) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e benefícios.

10) OUTROS VALORES E BENS**a) Bens não de uso próprio/outros**

	Custo	Provisão para perdas	Valor residual	
			2010	2009
Imóveis	95.286	(20.479)	74.807	87.460
Bens em regime especial	51.234	(51.234)	-	-
Veículos e afins	96.565	(26.495)	70.070	62.521
Estoques/almoxarifado	8.571	-	8.571	14.725
Máquinas e equipamentos	1.797	(230)	1.567	1.402
Outros	17	-	17	40
Total geral em 2010	253.470	(98.438)	155.032	
Total geral em 2009	260.467	(94.319)		166.148

b) Despesas antecipadas

	2010	2009
Comissão na colocação de financiamento (1)	57.441	123.247
Contrato na prestação de serviços bancários (2)	429.668	628.003
Despesas de propaganda e publicidade (3)	65.406	79.375
Outras	35.663	149.250
Total	588.178	979.875

- (1) Comissões pagas a lojistas e aos revendedores de veículos. A partir do 2º trimestre de 2008, as comissões na colocação de financiamentos estão sendo incorporadas aos saldos das respectivas operações de financiamentos/arrendamentos mercantis;
(2) Valores desembolsados para aquisição de direito para prestação de serviços bancários (Nota 14); e
(3) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros.

Notas Explicativas**11) INVESTIMENTOS**

- a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica “Resultado de participações em controladas e coligadas”, e corresponderam em 2010 a R\$ 8.000.986 mil (2009 – R\$ 6.127.482 mil).

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação Direta no Capital Social	Participação Consolidada no Capital Social	Lucro Líquido/ (Prejuízo) ajustado	Valor Contábil Bradesco Múltiplo	Ajuste decorrente de avaliação (6)		
			O.N.	P.N.	Cotas					31.12.2010	31.12.2009	31.12.2009
I – MÚLTIPLO										72.588.615	4.918.476	3.274.615
A) Ramo financeiro												
Banco Alvorada S.A. (1)	14.750.000	21.979.965	209	-	-	99,952%	99,952%	2.059.746	21.969.329	2.058.749	3.290.639	
Banco Bradesco BBI S.A. (1)	4.537.929	6.598.078	4.649.714	-	-	98,354%	98,354%	596.833	6.489.484	587.010	392.773	
Banco Boavista Interatlântico S.A. (1)	1.231.000	1.992.064	2.569.275	-	-	100,000%	100,000%	105.585	1.992.064	105.585	124.992	
Banco Bradesco Argentina S.A. (1)	39.654	46.735	94.549	-	-	100,000%	100,000%	1.121	46.735	1.121	4.438	
Banco Bradesco Europa S.A. (1) (5)	113.885	317.929	2	-	-	99,947%	100,000%	24.329	317.760	24.316	23.140	
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (1) (4)	22.010.000	24.438.905	24.730.835	-	-	100,000%	100,000%	1.207.639	24.438.905	1.207.639	703.269	
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (1)	261.000	624.492	-	-	242.000	100,000%	100,000%	253.385	624.492	253.385	207.329	
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (1)	7.127.800	8.793.225	23	-	-	100,000%	100,000%	578.227	8.793.225	578.227	369.698	
Banco Bankpar S.A. (1)	318.000	143.651	347.487	-	-	100,000%	100,000%	14.762	143.651	14.762	(26.391)	
Banco Bradesco Cartões S.A. (1)	1.768.359	2.575.794	115.663	115.663	-	100,000%	100,000%	661.903	2.575.794	661.903	384.179	
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (1)	3.044.000	4.493.947	5.009.949	-	-	100,000%	100,000%	242.590	4.493.947	242.590	242.221	
Bradport – S.G.P.S. Sociedade Unipessoal Ltda. (1)	577.493	551.304	1	-	-	100,000%	100,000%	22.040	551.304	22.040	5.762	
Ganho/perda cambial das agências no exterior (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(863.595)	(2.459.758)	
Demais empresas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	151.925	24.744	12.324	
B) Ramo Segurador e Previdência									11.925.723	2.916.313	2.716.401	
Bradseg Participações Ltda. (1)	7.456.226	11.925.723	-	-	7.456.226	100,000%	100,000%	2.916.313	11.925.723	2.916.313	2.716.401	
C) Outras atividades									986.118	166.197	136.466	
Tempo Serviços Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.176	
Serel Participações em Imóveis S.A. (1)	53.778	1.010.600	7.074	-	-	48,984%	100,000%	91.149	481.555	44.646	38.638	
Abaeté Holdings Ltda. (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.076	
Demais empresas controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	504.563	121.551	54.576	
TOTAL									85.500.456	8.000.986	6.127.482	

(1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2010;

(2) Empresa passou a ser controlada a partir de junho de 2009, por outras empresas controladas diretamente pelo Banco Bradesco S.A.;

(3) Empresa incorporada pelo Banco Bradesco BBI S.A. em dezembro de 2009;

(4) Atual denominação do Banco Finasa BMC S.A.;

(5) Atual denominação do Banco Bradesco Luxemburgo S.A.; e

(6) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

b) Composição dos outros investimentos nas demonstrações contábeis

Coligadas	2010	2009
Incentivos fiscais	28.339	35.787
Outros investimentos	10.020	21.205
- Provisão para:		
- Incentivos fiscais	(28.339)	(35.787)
- Outros investimentos	(3.567)	(3.567)
Total geral	6.453	17.638

12) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa	Custo	Depreciação	Valor residual	
				2010	2009
Imóveis de uso:					
- Edificações	4%	-	-	-	-
- Terrenos	-	-	-	-	-
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.961.396	(1.611.609)	1.349.787	1.246.767
Sistemas de segurança e comunicações	10%	189.894	(115.444)	74.450	70.611
Sistemas de processamento de dados	20 a 50%	1.784.210	(1.118.645)	665.565	523.421
Sistemas de transportes	20%	32.329	(20.576)	11.753	12.112
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	20 a 50%	-	-	-	-
Subtotal		4.967.829	(2.866.274)	2.101.555	1.852.911
Imobilizado de arrendamento		10.097.022	(1.807.095)	8.289.927	10.643.646
Total geral em 2010		15.064.851	(4.673.369)	10.391.482	
Total geral em 2009		17.153.869	(4.657.312)		12.496.557

Notas Explicativas**13) DIFERIDO**

	Custo	Amortização	Valor Residual	
			2010	2009
Desenvolvimento de sistemas (1)	1.384.796	(1.248.464)	136.332	
Total geral em 2010	1.384.796	1.248.464	136.332	
Total geral em 2009	1.433.442	(1.171.561)		261.881

- (1) Os valores registrados até 8 de dezembro de 2008 foram mantidos neste grupo até sua amortização, de acordo com a Carta-Circular Bacen nº 3.357/08, a partir dessa data passou a ser registrado no ativo intangível (Nota 14).

14) INTANGÍVEL**a) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização (1)	Custo	Amortização	Valor residual	
				2010	2009
Aquisição de direito para prestação de serviços bancários	Contrato (3)	2.016.565	(509.287)	1.507.278	984.811
Software (2)	20% a 50%	1.460.342	(143.373)	1.316.969	817.701
Total geral em 2010		3.476.907	(652.660)	2.824.247	
Total geral em 2009		2.074.200	(271.688)		1.802.512

- (1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas e outras despesas operacionais, quando aplicável;
(2) Software adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas; e
(3) Baseada na rentabilidade de cada convênio (pay-back).

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Aquisição de direitos bancários	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	984.811	817.701	1.802.512
Adições / Baixas (1)	817.162	601.573	1.418.735
Despesas por análise de recuperabilidade de ativos - <i>impairment</i>	(17.271)	(9.222)	(26.493)
Amortização do período	(277.424)	(93.083)	(370.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.507.278	1.316.969	2.824.247

- (1) Nas aquisições de direitos bancários, inclui, basicamente, a compra da folha de pagamentos do Governo do Estado de Pernambuco, no montante de R\$ 700.000 mil.

15) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS**a) Depósitos**

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010	2009
Depósitos à vista (1)	36.159.595	-	-	-	36.159.595	34.485.504
Depósitos de poupança (1)	54.086.178	-	-	-	54.086.178	45.113.274
Depósitos interfinanceiros	494.608	45.047.351	1.532.013	44.551.242	91.625.214	81.354.745
Depósitos a prazo (2)	6.292.271	7.453.095	20.744.293	67.558.668	102.048.327	90.036.975
Outros – depósitos para investimentos	1.062.097	-	-	-	1.062.097	983.652
Total geral em 2010	98.094.749	52.500.446	22.276.306	112.109.910	284.981.411	
%	34,5	18,4	7,8	39,3	100,0	
Total geral em 2009						251.974.150

- (1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e
(2) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

Notas Explicativas**b) Captações no mercado aberto**

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010	2009
Carteira própria	74.137.794	13.432.096	10.319.099	35.793.809	133.682.798	54.759.729
Títulos públicos	68.601.469	305.418	1.095.289	43.734	70.045.910	6.860.641
Debêntures de emissão própria	2.743.049	12.143.336	9.008.420	35.669.153	59.563.958	46.244.867
Exterior	2.793.276	983.342	215.390	80.922	4.072.930	1.654.221
Carteira de terceiros (1)	43.037.005	1.695.973	-	-	44.732.978	69.441.091
Carteira livre movimentação (1)	2.428.583	5.438.783	43.047	15.189	7.925.602	2.099.007
Total geral em 2010	119.603.382	20.566.852	10.362.146	35.808.998	186.341.378	
%	64,2	11,0	5,6	19,2	100,0	
Total geral em 2009						126.299.827

(1) Representada por títulos públicos.

c) Recursos de emissão de títulos

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010	2009
Títulos e valores mobiliários – País:						
Letras hipotecárias	87.286	402.556	766.954	20.659	1.277.455	898.598
Letras de crédito imobiliário	304	345.699	426.781	4.003	776.787	-
Letras de crédito do agronegócio	62.712	743.952	810.671	82.375	1.699.710	1.585.957
Letras Financeiras	-	-	-	7.819.882	7.819.882	-
Subtotal	150.302	1.492.207	2.004.406	7.926.919	11.573.834	2.484.555
Títulos e valores mobiliários – exterior						
MTN Program Issues (2) (3)	16.730	-	-	1.666.200	1.682.930	260.295
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidos do exterior (Nota 16c)	9.915	225.769	269.091	3.172.896	3.677.671	3.906.134
Securitização do fluxo futuro de recebíveis de faturas de cartão de crédito de clientes residentes no exterior (Nota 16c)	334	23.132	-	-	23.466	114.600
Custo de emissões sobre captações	-	(61)	-	(22.917)	(22.978)	-
Subtotal	26.979	248.840	269.091	4.816.179	5.361.089	4.281.029
Total geral em 2010	177.281	1.741.047	2.273.497	12.743.098	16.934.923	
%	1,0	10,3	13,4	75,3	100,0	
Total geral em 2009						6.765.584

d) Desde 2003, a Organização Bradesco utiliza determinados acordos para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez por meio de Entidades de Propósito Específico (EPEs). Essas EPEs, denominadas *International Diversified Payment Rights Company* e *Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited*, são financiadas com obrigações de longo prazo e são liquidadas por meio do fluxo de caixa futuro dos ativos correspondentes, que basicamente compreendem:

- (i) Fluxos de ordem de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais o Banco atua como pagador; e
- (ii) Fluxos atuais e futuros de recebíveis de cartões de crédito oriundos de gastos realizados no território brasileiro por portadores de cartões de crédito emitidos fora do Brasil.

Os títulos de longo prazo emitidos pelas EPEs e vendidos a investidores são liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento e das faturas de cartão de crédito. O Bradesco é obrigado a resgatar os títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações das EPEs.

Notas Explicativas

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento e recebíveis de cartões de crédito, recebidos pelas EPEs, devem ser mantidos em conta bancária específica até que seja atingido um determinado nível mínimo.

Demonstramos a seguir as principais características das notas emitidas pelas EPEs:

	Data de Emissão	Valor da operação	Vencimento	Total	
				2010	2009
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidos do exterior	20.8.2003	595.262	20.8.2010 ⁽¹⁾	-	39.748
	28.7.2004	305.400	20.8.2012	46.299	75.862
	11.6.2007	481.550	20.5.2014	338.179	434.789
	11.6.2007	481.550	20.5.2014	337.991	435.347
	20.12.2007	354.260	20.11.2014	249.570	330.357
	20.12.2007	354.260	20.11.2014	249.570	330.357
	06.3.2008	836.000	22.5.2017 ⁽²⁾	831.993	871.859
	19.12.2008	1.168.500	22.2.2016 ⁽³⁾	831.752	869.356
	20.3.2009	225.590	20.2.2015 ⁽⁴⁾	-	173.433
	17.12.2009	133.673	20.11.2014	124.584	128.851
	17.12.2009	133.673	20.2.2017	124.097	129.719
	17.12.2009	89.115	20.2.2020	82.708	86.456
	20.8.2010 ⁽⁵⁾	307.948	21.8.2017	290.684	-
	29.9.2010 ⁽⁶⁾	170.530	21.8.2017	166.145	-
	Total	5.637.311		3.673.572	3.906.134
Securitização do fluxo futuro de recebíveis de faturas de cartão de crédito de clientes residentes no exterior	10.7.2003	800.818	15.6.2011	23.466	114.600
Total		800.818		23.466	114.600

(1) Título liquidado em 20.8.2010;

(2) Prorrogada a data de vencimento de 20.5.2015 para 22.5.2017;

(3) Prorrogada a data de vencimento de 20.2.2015 para 22.2.2016;

(4) Título liquidado antecipadamente em 20.8.2010;

(5) Nova emissão de títulos no exterior com vencimento em 21.8.2017 no valor de US\$ 175.000; e

(6) Nova emissão de títulos no exterior com vencimento em 21.8.2017 no valor de US\$ 100.000.

e) Despesas com operações de captação do mercado

	2010	2009
Depósitos de poupança	3.017.235	2.508.559
Depósitos a prazo	10.334.781	10.487.654
Captações no mercado aberto	14.328.719	10.646.644
Recursos de emissão de títulos	917.024	309.318
Outras despesas de captação	8.549.600	7.614.300
Subtotal	37.147.359	31.566.475
Total	34.147.359	31.566.475

16) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por empréstimos

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010	2009
No país	-	-	-	-	-	-
Outras instituições	-	-	-	-	-	-
No exterior	1.041.636	4.048.658	2.153.014	788.276	8.031.584	8.291.478
Total geral em 2010	1.041.636	4.048.658	2.153.014	788.276	8.031.584	
%	13,0	50,4	26,8	9,8	100,0	
Total geral em 2009						8.291.478

Notas Explicativas**b) Obrigações por repasses**

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010	2009
Do país	1.001.001	3.441.296	4.716.059	20.660.736	29.819.092	18.811.529
Tesouro nacional	-	-	36.660	-	36.660	124.020
BNDES	357.190	1.190.677	2.095.108	8.116.358	11.759.333	8.139.480
CEF	28.723	7.816	9.379	38.515	84.433	87.724
FINAME	615.088	2.242.803	2.574.912	12.505.242	17.938.045	10.459.657
Outras instituições	-	-	-	621	621	648
Do exterior	5.693	-	9.080	-	14.773	10.323
Total geral em 2010	1.006.694	3.441.296	4.725.139	20.660.736	29.833.865	
%	3,4	11,5	15,8	69,3	100,0	
Total geral em 2009						18.821.852

c) Despesas de operações de empréstimos e repasses

	2010	2009
Empréstimos:		
• No país	2.658	2.094
• No exterior	60.062	80.894
Subtotal de empréstimos	62.720	82.988
Repasses do país:		
• Tesouro nacional	2.515	5.128
• BNDES	615.460	573.613
• CEF	6.772	7.099
• FINAME	753.806	680.174
• Outras instituições	357	172
Repasses do exterior:		
• Obrigações com banqueiros no exterior (Nota 9a)	241.108	(83.280)
• Outras despesas com repasses do exterior	(706.722)	(309.062)
Subtotal de repasses	913.296	873.844
Total	976.016	956.832

17) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Organização Bradesco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes

Notas Explicativas

depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

Com a implantação do controle efetivo da jornada de trabalho em 1992, por meio do sistema de “ponto eletrônico”, as horas extras são pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações trabalhistas ajuizadas a partir de 1997, individualmente, tiveram seus valores substancialmente reduzidos.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

As questões discutidas nas ações sobre protestos, devolução de cheques e inserção de informações dos devedores no cadastro de restrições ao crédito, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos.

Vale registrar o incremento no ajuizamento de ações judiciais pleiteando a incidência de índices de inflação que foram expurgados quando da correção dos saldos de cadernetas de poupança, em razão de Planos Econômicos que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate aos índices inflacionários no passado. Embora o Banco tenha cumprido a ordem legal vigente à época, referidos processos vêm sendo provisionados considerando as ações efetivamente notificadas e as correspondentes perspectivas de perdas analisadas considerando a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Cabem ressaltar dois pontos quanto aos litígios a respeito de Planos Econômicos: a) inexistência de passivo potencial representativo, uma vez que se encontra prescrito o direito a novas postulações e b) está pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) a ação “APDF”/165 (arguição de descumprimento de preceito fundamental) proposta pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF), que visa suspender todos os processos de planos em tramitação.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco.

III - Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Organização Bradesco vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

As principais questões são:

- Cofins – R\$ 4.170.703 mil: pleiteia calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98;

Notas Explicativas

- IRPJ/Perdas de Crédito – R\$ 628.153 mil: pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas nos anos-base de 1997 a 2009, no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias;
- CSLL – Dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ – R\$ 236.589 mil: pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 9.316/96, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória a empresa; e
- PIS – R\$ 273.853 mil: pleiteia a compensação dos valores indevidamente pagos a maior nos anos-base de 1994 e 1995 a título de contribuição ao PIS, correspondentes ao excedente ao que seria devido sobre a base de cálculo constitucionalmente prevista, ou seja, receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto de renda – conceito contido no artigo 44 da Lei nº 4.506/64, nele não incluídas as receitas financeiras.

IV - Provisões segregadas por natureza

	2010	2009
Processos trabalhistas	1.341.485	1.354.990
Processos cíveis	1.783.101	1.599.623
Subtotal (1)	3.124.586	2.954.613
Fiscais e previdenciárias (2)	5.535.848	4.148.000
Total	8.660.434	7.102.613

(1) Nota 19b; e

(2) Classificados na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias" (Nota 19a).

V - Movimentação das provisões

	2010		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias (1)
No início do período	1.354.990	1.599.623	4.148.000
Atualização monetária	174.166	210.855	339.268
Constituições líquidas de reversões e baixas	420.636	343.832	1.062.503
Pagamentos	(608.307)	(371.209)	(13.923)
No final do período	1.341.485	1.783.101	5.535.848

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização Bradesco mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, e se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: INSS sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas à incidência do INSS no montante de R\$ 232.943 mil, assim como multa isolada pela não retenção de Imposto de Renda na Fonte sobre tais verbas no montante de R\$ 140.614 mil.

Notas Explicativas

18) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	Moeda	Remuneração	2010	2009
No País:						
CDB subordinado:						
2011	5	4.504.022	R\$	102,5% a 104,0% da taxa CDI ou 103,0% da taxa CDI ou 100,0% da taxa CDI + (0,344% a.a. a 0,4914% a.a.) ou IPCA + (7,102% a.a. - 7,632% a.a.)	7.685.360	6.979.342
2012	5	3.236.273	R\$	100,0% da taxa CDI + (0,344% a.a. - 1,0817% a.a.) ou IPCA + (7,74% a.a. - 8,20% a.a.)	4.588.559	4.152.514
2013	5	575.000	R\$	112,0% da taxa CDI ou 108,0% e 112,0% da taxa CDI ou IPCA + (6,92% a.a. - 8,55% a.a.)	780.335	700.900
2014	6	1.000.000	R\$	IPCA + (7,1292% a.a.)	1.255.662	1.131.496
2015	6	1.274.696	R\$	100,0% da taxa DI - CETIP ou 100,0% da taxa CDI + (0,75% a.a. - 0,87% a.a.) ou 101,0% a 102,5% da taxa CDI	1.537.777	1.364.642
2016	6	500	R\$	IPCA + (7,76% a.a.)	566	-
2012	10	1.569.751	R\$		5.164.452	4.689.431
2019	10	20.000	R\$		23.828	-
Vinculada a operações de crédito/Outras (3):						
2011 a 2016	1 a 5	31.694	R\$	100,0% a 110,0% da taxa CDI	33.269	2.368
2010 a 2012 (5)	até 2	-	R\$	Taxa de 9,43% a.a.	-	304.003
2010 a 2017	até 7	90.000	R\$	IPCA + (6,7017% a.a. - 7,4163% a.a.)	91.881	-
2010 a 2017	até 7	21.100	R\$	Taxa de 13,0949% a.a. - 13,1762% a.a.	22.668	-
2010 a 2018	até 8	51.000	R\$	IGPM + (6,3874% a.a. - 7,0670% a.a.)	51.338	-
Subtotal - no país					21.235.695	19.324.696
No Exterior:						
2011	10	353.700	US\$	Taxa de 10,25% a.a.	250.656	261.487
2012 (1)	10	315.186	Yene	Taxa de 4,05% a.a.	366.237	236.799
2013	10	1.434.750	US\$	Taxa de 8,75% a.a.	831.186	882.067
2014	10	801.927	Euro	Taxa de 8,00% a.a.	507.552	570.412
Indeterminado (2)		720.870	US\$	Taxa de 8,875% a.a.	-	525.966
2019	10	1.333.575	US\$	Taxa de 6,75% a.a.	1.284.805	1.328.427
2021 (4)	11	1.100.000	US\$	Taxa de 5,90% a.a.	1.867.290	-
Custos de emissões sobre captações					(28.475)	(25.877)
Subtotal - no exterior					5.079.251	3.779.281
Total geral					26.314.946	23.103.977

- (1) Incluindo-se o custo de "swap" para dólar, a taxa eleva-se para 10,15% ao ano;
- (2) Em junho de 2005, foi emitida dívida subordinada perpétua no valor de US\$ 300.000 mil, com opção de resgate exclusiva por parte do emissor, em sua totalidade e mediante autorização prévia do Bacen, desde que: (i) decorrido o prazo de cinco anos da data da emissão e posteriormente a cada data de vencimento dos juros; e (ii) a qualquer momento, caso ocorra mudança na lei fiscal no Brasil ou no exterior que possa acarretar aumento dos custos para o emissor e caso o emissor seja notificado por escrito, pelo Bacen, de que os títulos não podem mais ser incluídos no capital consolidado, para fins de cálculo do índice de solvabilidade. Em 14 de abril de 2010, o Bacen aprovou a solicitação de resgate antecipado desta captação, que ocorreu em 3 de junho de 2010, no montante de R\$ 556.834 mil;
- (3) Refere-se à operações de CDB subordinado vinculado a operações de crédito/outros que, conforme Carta Circular nº 2.953/01, não integram o nível II do patrimônio de referência;
- (4) Em agosto de 2010, foi emitida dívida subordinada no exterior no montante de US\$ 1.100.000 mil com taxa de 5,90% a.a. e vencimento para 2021; e
- (5) Refere-se à resgates efetuados antecipadamente em CDB subordinado vinculado a operações de crédito/outros em 21 de dezembro de 2010.

19) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2010	2009
Provisão para riscos fiscais (Nota 17b IV)	5.535.848	4.148.000
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 31f)	1.762.772	1.412.614
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	22.981	-
Impostos e contribuições a recolher	375.401	293.125
Total	7.697.002	5.853.739

b) Diversas

	2010	2009
Operações com cartão de crédito	1.563.059	5.753.157
Provisão para pagamentos a efetuar	2.050.838	1.890.486
Provisão para passivos contingentes (cível e trabalhista) (Nota 17b IV)	3.124.586	2.954.613
Credores diversos	495.689	499.461
Credores por antecipação de valor residual	5.028.932	5.097.710
Obrigações por aquisição de bens e direitos	746.820	823.107
Obrigações por convênios oficiais	269.477	269.746
Outras	914.350	816.764
Total	14.193.751	18.105.044

Notas Explicativas**20) PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Composição do capital social em quantidade de ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal

	2010	2009
Ordinárias	1.881.225.318	1.713.543.005
Preferenciais	1.881.225.123	1.713.542.828
Subtotal	3.762.450.441	3.427.085.833
Em tesouraria (ordinárias)	(395.300)	(3.338.170)
Em tesouraria (preferenciais)	-	(3.197.260)
Total em circulação	3.762.055.141	3.420.550.403

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2009	1.710.204.835	1.710.345.568	3.420.550.403
Ações adquiridas e canceladas	-	(140.910)	(140.910)
Aumento de Capital Social com emissão de ações – bonificação de 10% (1)	171.020.483	171.020.465	342.040.948
Ações adquiridas e não canceladas	(395.300)	-	(395.300)
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2010	1.880.830.018	1.881.225.123	3.762.055.141

(1) Beneficiou os acionistas inscritos nos registros do Banco em 13.7.2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de junho de 2010, deliberou-se pela elevação do Capital Social em R\$ 2.000.000 mil, elevando-o de R\$ 26.500.000 mil para R\$ 28.500.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias”, de conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com bonificação em ações de 10%, mediante emissão de 342.040.948 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 171.020.483 ordinárias e 171.020.465 preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de que forem titulares, beneficiando os acionistas inscritos nos registros do Banco em 13.7.2010.

Simultaneamente à operação no Mercado Brasileiro, e na mesma proporção, foram bonificados os ADRs – American Depositary Receipts no Mercado Americano (NYSE) e os GDRs – Global Depositary Receipts no Mercado Europeu (Latibex), sendo que os investidores receberam 1 (um) DR novo para cada 10 (dez) DRs de que eram titulares na data-base de 13.7.2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 17 de dezembro de 2010, deliberou-se aumentar o capital social, no valor de R\$ 1.500.000 mil, elevando-o de R\$ 28.500.000 mil para R\$ 30.000.000 mil, mediante a emissão de 62.344.140 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 31.172.072 ordinárias e 31.172.068 preferenciais, ao preço de R\$ 24,06 por ação, mediante subscrição particular pelos acionistas no período de 29 de dezembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, na proporção de 1,657008936% sobre a posição acionária que cada um possuía na data da Assembleia, com integralização à vista em 18 de fevereiro de 2011.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação na Lei nº 10.303/01.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Notas Explicativas

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em Reunião do Conselho de Administração de 4 de dezembro de 2009, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio complementares relativos ao exercício de 2009, no valor de R\$ 1.632.000 mil, sendo R\$ 0,499755537 (líquido de imposto de renda na fonte de 15% - R\$ 0,424792206) por ação ordinária e R\$ 0,549731091 (líquido de imposto de renda na fonte de 15% - R\$ 0,467271427) por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 9 de março de 2010.

Em Reunião do Conselho de Administração de 10 de fevereiro de 2010, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de dividendos em complemento aos juros sobre o capital próprio e dividendos relativos ao exercício de 2009, no valor de R\$ 76.995 mil, sendo R\$ 0,021438536 por ação ordinária e R\$ 0,023582390 por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 9 de março de 2010.

Em Reunião do Conselho de Administração de 28 de junho de 2010, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio intermediários relativos ao 1º semestre de 2010, no valor de R\$ 558.538 mil, sendo R\$ 0,155520588 (líquido de imposto de renda na fonte de 15% - R\$ 0,132192500) por ação ordinária e R\$ 0,171072647 (líquido de imposto de renda na fonte de 15% - R\$ 0,145411750) por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 19 de julho de 2010.

Em reunião do Conselho de Administração de 6 de dezembro de 2010, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio complementares relativos ao exercício de 2010, no valor de R\$ 1.906.000 mil, sendo R\$ 0,482461664 (líquido de imposto de renda na fonte de 15% - R\$ 0,410092414) por ação ordinária e R\$ 0,530707830 (líquido de imposto de renda na fonte de 15% - R\$ 0,451101656) por ação preferencial, cujo pagamento será efetuado em 18 de fevereiro de 2011.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos relativos ao exercício de 2010 está demonstrado a seguir:

		% (1)
Lucro líquido do exercício	10.021.673	
(-) Reserva legal	(501.083)	
Base de cálculo ajustada	9.520.590	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (pagos e a pagar)	2.464.538	
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(369.681)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	2.094.857	
Dividendos mensais e complementares, pagos e provisionados	904.205	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2010	2.999.062	31,50
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2009	2.398.092	31,51

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto)		Valor pago/ provisionado bruto	IRRF (15%)	Valor pago/ provisionado líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio complementares	0,499755	0,549731	1.632.000	244.800	1.387.200
Juros sobre o capital próprio intermediários	0,155521	0,171073	501.269	75.190	426.079
Dividendos mensais	0,157429	0,173172	507.818	-	507.818
Dividendos complementares	0,021439	0,023582	76.995	-	76.995
Total acumulado em 31 de dezembro de 2009	0,834144	0,917558	2.718.082	319.990	2.398.092
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados (1)	0,482461	0,530708	1.906.000	285.900	1.620.100
Juros sobre o capital próprio intermediários (2)	0,155521	0,171073	558.538	83.781	474.757

Notas Explicativas

Dividendos mensais	0,158631	0,174494	589.105	-	589.105
Dividendos complementares provisionados	0,079771	0,087748	315.100	-	315.100
Total acumulado em 31 de dezembro de 2010	0,876384	0,964023	3.368.743	369.681	2.999.062

(1) A ser pago em 18 de fevereiro de 2011;e

(2) Pagos em 19 de julho de 2010.

d) Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2010, foi aprovada proposta do Conselho de Administração para o cancelamento de 6.676.340 ações nominativas-escriturais, mantidas em tesouraria, sendo 3.338.170 ordinárias e 3.338.170 preferenciais, representativas do próprio capital social, sem que houvesse redução.

Em reunião do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2010, foi deliberado autorizar a aquisição de ações de própria emissão do Bradesco em até 15.000.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 7.500.000 ordinárias e 7.500.000 preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. A autorização vigorará até 21 de junho de 2011.

Até 31 de dezembro de 2010, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 395.300 ações ordinárias, no montante de R\$ 10.049 mil. O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ação é, respectivamente, R\$ 25,10466, R\$ 25,42109 e R\$ 25,56574. O valor de mercado dessas ações em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 25,70 por ação ON.

21) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2010	2009
Rendas de cartão	738.587	645.579
Conta corrente	2.345.339	2.172.019
Operações de crédito	1.398.983	1.128.109
Administração de fundos	747.045	669.636
Cobrança	1.042.057	984.060
Serviços de custódia e corretagens	206.749	180.260
Arrecadações	286.706	256.002
(Underwriting) Assessoria financeira	-	817
Outras	155.020	151.478
Total	6.920.486	6.187.960

22) DESPESAS DE PESSOAL

	2010	2009
Proventos	3.278.794	2.943.153
Benefícios	1.420.179	1.216.223
Encargos sociais	1.276.226	1.096.477
Participação dos empregados nos lucros	619.000	539.814
Provisão para processos trabalhistas	420.615	287.020
Treinamentos	83.733	67.177
Total	7.098.547	6.149.864

Notas Explicativas**23) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2010	2009
Serviços de terceiros	1.857.639	1.684.415
Comunicação	988.049	940.012
Serviços do sistema financeiro	259.788	200.812
Depreciação e amortização	1.059.584	808.499
Transporte	550.964	482.103
Propaganda, promoções e publicidade	492.751	396.754
Aluguéis	709.756	643.698
Processamento de dados	670.033	594.966
Manutenção e conservação de bens	566.179	501.622
Segurança e vigilância	268.818	245.278
Água, energia e gás	189.572	177.092
Materiais	208.487	179.769
Viagens	48.897	24.571
Outras	685.268	614.031
Total	8.555.785	7.493.622

24) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2010	2009
Contribuição ao Cofins	1.103.000	1.162.791
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	236.813	215.071
Contribuição ao PIS	179.735	189.801
Despesas com IPTU	36.079	32.130
Outras	118.465	86.559
Total	1.674.092	1.686.352

25) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2010	2009
Outras receitas financeiras	319.686	251.077
Reversão de outras provisões operacionais	77.723	483.994
Receitas de recuperação de encargos e despesas	54.789	50.774
Outras	418.605	741.231
Total	870.353	1.527.076

26) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2010	2009
Outras despesas financeiras	860.785	860.139
Despesas com perdas diversas	1.046.211	907.380
Amortização de intangível – aquisição de direitos bancários	277.424	361.748
Despesas de outras provisões operacionais (1)	718.455	1.101.889
Despesa por análise de recuperabilidade de ativos – impairment (Nota 14b)	26.493	36.511
Outras	143.407	1.158.068
Total	3.072.775	4.425.735

(1) Inclui provisão complementar de processo cível – planos econômicos - R\$ 268.761 mil (2009 – R\$ 915.188 mil).

27) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2010	2009
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos (1)	(52.741)	(69.859)
Constituição/reversão de provisões não operacionais	(37.405)	(21.134)
Outros	36.831	21.951
Total	(53.315)	(69.042)

Inclui: (i) alienação parcial da BM&FBovespa no montante de R\$ 49.155 mil e (ii) no 3º trimestre de 2010, resultado na alienação parcial das ações da CPM Braxis, no montante de R\$ 79.173 mil.

Notas Explicativas

28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

- a) As transações com controladores, empresas controladas, empresas coligadas e empresas controladas de controle compartilhado (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, e vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	2010		2009	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Juros sobre o capital próprio e dividendos:	3.792.897	-	2.630.320	-
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (1)	(515.598)	-	(395.732)	-
Fundação Bradesco (1)	(196.305)	-	(150.668)	-
Banco Alvorada S.A. (2)	1.621.990	-	810.994	-
Tempo e Serviços Ltda. (2)	407.307	-	407.307	-
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (2)	135.000	-	160.000	-
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (2)	335.883	-	138.904	-
Elba Holdings Ltda. (2)	427.742	-	568.007	-
Bradseg Participações Ltda. (2)	1.461.543	-	1.000.000	-
Serel Participações em Imóveis S.A. (2)	78.798	-	78.374	-
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	36.537	-	13.134	-
Depósitos à vista/Poupança:	(851.448)	(53.360)	(1.131.362)	(58.943)
Bradesco Vida e Previdência S.A. (2)	(1.059)	-	(1.042)	-
Banco Bradesco Cartões S.A. (2)	(11.896)	-	-	-
Bradesco Overseas Funchal Cons. Serv., Soc. Unipessoal Ltda. (2)	(21.649)	-	-	-
Brasília Cayman Investments II Limited (2)	(132.284)	-	(138.185)	-
Banco Bankpar S.A. (2)	(1.810)	-	(8.372)	-
STVD Holdings S.A. (2)	(650.537)	(53.125)	(951.018)	(58.639)
Pessoal Chave da Administração (4)	(17.816)	(235)	(13.848)	(304)
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	(14.397)	-	(18.897)	-
Depósitos a prazo:	(195.470)	(14.329)	(223.712)	(18.336)
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (1)	(30.341)	(58)	(17.199)	(63)
Celta Holdings S.A. (2)	-	(1.771)	(20.076)	(1.893)
Visa Vale – Cia. Brasileira de Soluções e Serviços (3)	-	(1.326)	(40.484)	(4.048)
Pessoal Chave da Administração (4)	(128.399)	(11.159)	(114.777)	(10.928)
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	(36.730)	(15)	(31.176)	(1.404)
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras:	910	293	769	-
Banco Bradesco Europa S.A. (2) (g)	901	293	759	-
Banco Bradesco Argentina S.A. (2)	9	-	10	-
Aplicações em moedas estrangeiras:	733.147	95	359.425	577
Banco Bradesco Europa S.A. (2) (g)	733.147	95	359.425	577
Captações/aplicações em depósitos interfinanceiros (a):				
Captações:	(91.352.320)	(8.205.637)	(80.722.027)	(7.261.017)
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (2)	(3.958.263)	(352.990)	(3.685.316)	(336.669)
Banco Alvorada S.A. (2)	(11.162.579)	(795.049)	(3.568.177)	(331.499)
Banco Bankpar S.A. (2)	-	(264)	(36.692)	(90.759)
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (2)	(27.274.631)	(2.730.128)	(31.087.500)	(2.808.171)
Banco Boavista Interatlântico S.A. (2)	(521.127)	(47.264)	(490.411)	(48.808)
Banco Bradesco BBI S.A. (2)	(4.291.571)	(373.127)	(3.997.038)	(457.027)
Banco IBI S.A. (2)	(860.949)	(40.767)	-	-
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (2)	(42.502.180)	(3.804.500)	(36.990.192)	(3.104.815)
Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (2)	(290.246)	(25.809)	(266.444)	(24.701)
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	(490.774)	(35.739)	(600.257)	(58.568)
Aplicações:	37.206.928	4.185.636	38.623.679	4.334.528
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (2)	33.201.796	3.885.259	34.781.659	4.107.622
Banco Bankpar S.A. (2)	778.084	69.789	762.419	64.161
Banco Bradesco Cartões S.A. (2)	3.013.859	213.897	-	-
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	213.189	16.691	3.079.601	162.745
Captações/aplicações no mercado aberto (b):				
Captações:	(15.383.676)	(1.370.118)	(13.512.626)	(1.190.200)
Ágora CTVM S.A. (2)	(410.667)	(41.036)	(367.669)	(39.601)
Alvorada Administradora de Cartões Ltda. (2)	(196.246)	(17.837)	(178.409)	(16.449)
Alvorada Serviços e Negócios Ltda. (2)	(673.608)	(60.179)	(613.429)	(52.762)
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (2)	(120.534)	(12.419)	(137.100)	(11.107)
Banco Bradesco Cartões S.A. (2)	(366.140)	(5.973)	(65.653)	(9.610)
Tempo e Serviços Ltda. (2)	(1.337.222)	(115.997)	(1.146.425)	(57.128)
Banco Bradesco BBI S.A. (2)	(73.377)	(11.270)	(37.676)	(7.199)
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (2)	(9.713.993)	(828.652)	(6.342.905)	(755.013)
Bradesco S.A. – CTVM (2)	(237.048)	(16.034)	(89.862)	(15.784)
Bradesplan Participações Ltda. (2)	(633.621)	(56.603)	(584.495)	(33.898)
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi (2)	(718.671)	(63.801)	(654.869)	(58.974)
Miramar Holdings S.A. (2)	-	(16.206)	(203.935)	(18.501)
Pessoal Chave da Administração (4)	(538.759)	(52.532)	(485.770)	(57.476)
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	(363.790)	(71.579)	(2.604.429)	(56.698)
Aplicações:	-	3.517	54.031	4.059

Notas Explicativas

Banco Alvorada S.A. (2)	-	3.517	41.529	4.059
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	-	-	12.502	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swap) (c):	51.566	72.344	105.217	176.413
Banco Bankpar S.A. (2)	(1.698)	6.355	(3.585)	12.466
Tempo e Serviços Ltda. (2)	10.300	7.280	1.407	5.923
Banco Bradesco BBI S.A. (2)	51.292	83.484	111.827	162.784
STVD Holdings S.A. (2)	(7.845)	(26.013)	(5.395)	(16.620)
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	(483)	1.238	963	11.860
Obrigações por empréstimos e repasses no exterior (d):	(305.175)	(3.602)	(338.331)	(8.733)
Banco Bradesco Europa S.A. (2) (g)	(241.827)	(3.428)	(272.854)	(8.233)
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	(63.348)	(174)	(65.477)	(500)
Prestação de serviços (e):	(13.356)	(472.217)	(10.881)	(413.923)
Scopus Tecnologia Ltda. (2)	(13.356)	(287.472)	(3.324)	(257.374)
C.P.M. Braxis S.A. (3)	-	(21.400)	(7.557)	(19.102)
Fidelity Processadora e Serviços S.A. (3)	-	(182.027)	-	(148.412)
Visa Vale – Cia. Brasileira de Soluções e Serviços (3)	-	18.683	-	15.575
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	-	(1)	-	(4.610)
Aluguéis de agências:	-	(246.099)	-	(216.481)
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (2)	-	(5.861)	-	(5.469)
Bradesco Vida e Previdência S.A. (2)	-	(23.476)	-	(23.479)
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	-	(216.762)	-	(187.533)
Títulos e valores mobiliários:	49.819.298	4.442.358	45.593.452	4.098.325
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (2)	49.819.298	4.442.358	45.593.452	4.098.325
Operações de securitização (f):	(12.033)	(5.411)	(54.804)	(19.393)
Cia. Brasileira de Meios de Pagamento – Cielo (3)	(12.033)	(5.411)	(54.804)	(19.393)
Dívidas subordinadas:	(261.664)	(17.261)	(134.086)	(30.961)
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (1)	(183.044)	(10.281)	(62.446)	(5.582)
Fundação Bradesco (1)	(78.620)	(6.980)	(71.640)	(25.379)
Valores a receber/pagar:	7.458	-	(7.880)	-
Scopus Tecnologia Ltda. (2)	-	-	(12.028)	-
Visa Vale – Cia. Brasileira de Soluções e Serviços (3)	7.425	-	4.059	-
Outros controladores, controladas e controle compartilhado	33	-	89	-

- (1) Controladores;
(2) Controladas e Coligadas;
(3) Controle Compartilhado;
(4) Pessoal Chave da Administração;

- a) Aplicações interfinanceiras de liquidez – depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI – certificado de depósito interfinanceiro;
b) Recompras e/ou vendas a liquidar, de operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos, com taxas equivalentes às do “overnight”;
c) Diferenciais a receber e a pagar de operações de “swap”;
d) Empréstimos no exterior, captados em moeda estrangeira, para financiamento à exportação, com encargos equivalentes à variação cambial e juros do mercado internacional;
e) Basicamente, contratos celebrados com a Scopus Tecnologia Ltda. para serviços de manutenção de equipamentos de informática, com a CPM Braxis S.A. para serviços de manutenção de sistemas de processamento de dados e Fidelity Processadora e Serviços S.A. para processamento de cartões de crédito;
f) Operações de securitização do fluxo futuro de recebíveis de faturas de cartão de crédito de clientes residentes no exterior; e
g) Em setembro de 2010 a empresa Banco Bradesco Luxembourg S.A. passou a ser denominada Banco Bradesco Europa S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2010, foi determinado o valor máximo de R\$ 170.000 mil para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações) e de R\$ 170.000 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Notas Explicativas**Benefícios de curto prazo a administradores**

	2010	2009
Proventos	105.763	111.047
Gratificações	64.237	252
Subtotal	170.000	111.299
Contribuição ao INSS	38.250	25.042
Total	208.250	136.341

Benefícios pós-emprego

	2010	2009
Planos de previdência complementar de contribuição definida	170.000	99.661
Total	170.000	99.661

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações**I) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:**

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto a seguinte participação acionária no Bradesco:

	2010	2009
• Ações ordinárias	0,74%	0,67%
• Ações preferenciais	1,04%	0,97%
• Total de ações	0,89%	0,82%

29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS – INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS**a) Gerenciamento de riscos**

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está sendo constantemente aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando condições para o alcance dos objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da instituição.

A Organização aborda o gerenciamento de riscos de modo integrado, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, o qual é apoiado por

Notas Explicativas

comitês específicos e políticas de gerenciamento de riscos aprovadas pelo Conselho de Administração.

Relatório detalhado a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, patrimônio de referência exigido, bem como das exposições a risco da Organização podem ser encontrados no Relatório de Gerenciamento de Riscos no site de Relações com Investidores, disponível em www.bradesco.com.br/ri.

Gerenciamento de risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Há também o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo ou prestação de garantias financeiras.

Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Organização, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e gerenciado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização é conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas da Organização de maneira corporativa e centralizada. Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

VaR Modelo Interno – Carteira Trading

Fatores de riscos	2010	2009
Prefixado	16.510	10.351
Cupom cambial interno	5.199	179
Moeda estrangeira	6.179	954
IGP-M	1.556	289
IPCA	11.192	2.799
Renda variável	1.049	7.766
Soberanos/Eurobonds e Treasuries	2.845	9.250
Outros	5	24
Efeito correlação/diversificação	(21.674)	(11.556)
VaR (Value at Risk)	22.861	20.056

Análise de sensibilidade

A Carteira Trading também é acompanhada diariamente por análises de sensibilidade, que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre nossas posições. Além disso, é realizada trimestralmente análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e Banking) da Organização, seguindo as determinações da Instrução CVM nº 475/08.

Notas Explicativas

Cabe ressaltar que os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* (notadamente nos fatores taxa de juros e índices de preços), não necessariamente representam potencial prejuízo contábil para a Organização. Isto ocorre porque parte das operações de crédito que estão na Carteira *Banking* é financiada por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são “*hedge* natural” para eventuais oscilações de taxa de juros, bem como as oscilações de taxa de juros não representam impacto material sobre o resultado da instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu vencimento.

Análise de Sensibilidade – Carteiras *Trading* e *Banking*

Períodos	Cenários (*)	Análise de Sensibilidade Instrução CVM 475/08 – Carteiras <i>Trading</i> e <i>Banking</i>								
		Fatores de Riscos								Total com correlação
		Taxa de Juros em Reais	Índices de Preços	Cupom Cambial	Moeda Estrangeira	Renda Variável	Soberanos/ Eurobonds e Treasuries	Outros	Total sem correlação	
Dez 10	1	(4.559)	(11.338)	(76)	(3.061)	(16.610)	(383)	(10)	(36.037)	(24.371)
	2	(1.333.759)	(1.440.641)	(5.223)	(76.533)	(415.241)	(7.411)	(246)	(3.279.054)	(2.721.192)
	3	(2.552.669)	(2.578.706)	(10.283)	(153.066)	(830.483)	(17.556)	(492)	(6.143.255)	(5.058.152)
Set 10	1	(3.102)	(10.469)	(81)	(2.753)	(15.182)	(311)	(15)	(31.913)	(17.562)
	2	(860.938)	(1.375.770)	(4.008)	(68.826)	(379.542)	(16.579)	(373)	(2.706.036)	(1.953.978)
	3	(1.664.177)	(2.449.167)	(7.986)	(137.653)	(759.085)	(30.860)	(745)	(5.049.673)	(3.585.011)
Jun 10	1	(2.786)	(9.339)	(108)	(43)	(14.026)	(445)	-	(26.747)	(17.562)
	2	(821.984)	(1.288.063)	(7.667)	(1.069)	(350.658)	(14.411)	(1.)	(2.483.853)	(1.672.997)
	3	(1.578.689)	(2.287.844)	(15.214)	(2.137)	(701.315)	(28.648)	(2)	(4.613.849)	(3.067.224)
Mar 10	1	(2.397)	(8.202)	(73)	(4.940)	(14.300)	(764)	-	(30.676)	(15.392)
	2	(703.021)	(1.121.631)	(2.490)	(123.510)	(357.497)	(41.823)	(1)	(2.349.973)	(1.510.989)
	3	(1.352.400)	(1.999.521)	(4.927)	(247.021)	(714.994)	(81.213)	(2)	(4.400.078)	(2.787.843)
Dez 09	1	(3.983)	(7.437)	(95)	(337)	(12.251)	(1.083)	-	(25.186)	(16.960)
	2	(901.254)	(1.052.419)	(2.949)	(8.434)	(306.264)	(54.670)	(14)	(2.326.004)	(1.810.669)
	3	(1.729.973)	(1.871.014)	(5.889)	(16.868)	(612.529)	(103.964)	(28)	(4.340.265)	(3.369.293)

Definição	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	Exposições sujeitas à Variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à Variação cambial	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	Exposições que não se enquadraram nas definições anteriores
-----------	---	--	--	--	--	---	---

(*) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Demonstra-se também a seguir, a análise de sensibilidade exclusivamente da Carteira *Trading*, que representa as exposições que poderão causar impactos relevantes sobre o resultado da Organização, valendo ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, conforme comentado anteriormente, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado que procura, constantemente, pelo dinamismo do mercado, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Notas Explicativas**Análise de Sensibilidade – Carteira Trading**

Períodos	Cenários	Análise de Sensibilidade Instrução CVM 475/08 – Carteira Trading								
		Fatores de Riscos								
		Taxa de Juros em Reais	Índices de Preços	Cupom Cambial	Moeda Estrangeira	Renda Variável	Soberanos/ Eurobonds e Treasuries	Outros	Total sem correlação	Total com correlação
Dez 10	1	(439)	(374)	(40)	(3.707)	(322)	(154)	-	(5.036)	(2.669)
	2	(130.396)	(55.064)	(3.924)	(92.673)	(8.054)	(4.570)	(1)	(294.682)	(155.665)
	3	(251.911)	(106.444)	(7.650)	(185.345)	(16.109)	(8.927)	(1)	(576.387)	(301.866)
Set 10	1	(284)	(117)	(15)	(297)	(613)	(168)	-	(1.494)	(776)
	2	(78.051)	(16.801)	(865)	(7.427)	(15.324)	(861)	-	(119.329)	(91.207)
	3	(152.110)	(31.858)	(1.711)	(14.854)	(30.648)	(1.620)	(1)	(232.802)	(177.470)
Jun 10	1	(215)	(41)	(35)	(43)	(583)	(211)	-	(1.128)	(588)
	2	(57.019)	(6.240)	(2.865)	(1.069)	(14.563)	(6.611)	(1)	(88.368)	(59.627)
	3	(112.008)	(11.794)	(5.650)	(2.137)	(29.125)	(13.066)	(2)	(173.782)	(117.213)
Mar 10	1	(162)	(64)	(29)	(4.940)	(939)	(211)	-	(6.345)	(4.720)
	2	(33.868)	(9.377)	(1.856)	(123.510)	(23.478)	(7.019)	(1)	(199.109)	(130.565)
	3	(67.095)	(18.435)	(3.666)	(247.021)	(46.956)	(13.692)	(2)	(396.867)	(260.596)
Dez 09	1	(766)	(270)	(3)	(337)	(1.285)	(746)	-	(3.407)	(1.881)
	2	(170.612)	(39.565)	(141)	(8.434)	(32.126)	(18.661)	(14)	(269.553)	(205.907)
	3	(336.518)	(77.676)	(279)	(16.868)	(64.252)	(36.375)	(28)	(531.996)	(406.008)

Definição	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	Exposições sujeitas à Variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à Variação cambial	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	Exposições que não se enquadraram nas definições anteriores
-----------	---	--	--	--	--	---	---

(*) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2010 a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 1,68. Para o cenário de juros a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 12,05% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2010 a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 2,08. Para o cenário de juros a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 15,05% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2010 a cotação Reais/Dólar foi de R\$ 2,49. Para o cenário de juros a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 18,06% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Organização honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Organização possui uma política de liquidez que define não só os níveis mínimos que devem ser observados, levando inclusive em consideração cenários de estresse, mas também em que tipo de instrumentos financeiros os recursos devem permanecer aplicados e define ainda a estratégia de atuação a ser acionada em caso de necessidade.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez contempla o acompanhamento diário da composição dos recursos disponíveis, do cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse. O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira centralizada.

Notas Explicativas**Risco Operacional**

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

A Organização considera a atividade de gerenciamento do risco operacional imprescindível para a geração de valor agregado. O controle deste risco é realizado de maneira centralizada, por meio de identificação, mensuração, planos de mitigação e administração dos seus riscos operacionais, de maneira consolidada e por empresa.

Dentre os planos de mitigação de riscos operacionais, destacamos a existência do gerenciamento de continuidade de negócios, que consiste em planos formais a serem adotados em momentos de crise, garantindo a recuperação e continuidade dos negócios, assim evitando ou mitigando perdas.

Gestão do Capital

O processo de gerenciamento de Capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo visa assegurar que a Organização mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital.

Sob a ótica do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

A Organização dispõe de um processo de avaliação da adequação do patrimônio de referência, que tem por objetivo mensurar a necessidade de capital para suportar todos os riscos inerentes aos negócios, sejam eles financeiros ou não financeiros no decorrer de suas atividades, visando atender os seus interesses estratégicos.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia.

Índice de Basileia

Base de cálculo – Índice da Basileia	2010		2009	
	Financeiro	Econômico-financeiro	Financeiro	Econômico-financeiro
Base de cálculo – Índice de Basileia	48.042.850	48.042.850	41.753.751	41.753.751
Redução dos ativos diferidos conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(206.257)	(296.018)	(320.790)	(353.589)
Redução dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	1.677.537	1.677.537	1.328.495	1.328.495
Adicional de provisão ao mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99 do Bacen	-	-	3.001.912	3.002.675
Minoritários/outros	177.226	471.536	163.845	797.675
Patrimônio de referência nível I	49.691.356	49.895.905	45.927.213	46.529.007
Soma dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(1.677.537)	(1.677.537)	(1.328.495)	(1.328.495)
Dívida subordinada	8.050.760	8.050.760	10.950.907	10.950.907
Patrimônio de referência nível II	6.373.223	6.373.223	9.622.412	9.622.412
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	56.064.579	56.269.128	55.549.625	56.151.419
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(71.392)	(123.100)	(85.904)	(223.821)
Patrimônio de referência (a)	55.993.187	56.146.028	55.463.721	55.927.598
Alocação de capital (por risco)				
- Risco de crédito	38.737.470	38.938.440	32.911.105	33.046.469
- Risco de mercado	380.236	380.236	329.750	329.750
- Risco operacional (1)	1.758.568	2.574.130	1.132.832	1.132.832
Patrimônio de referência exigido (b)	40.876.274	41.892.806	34.373.687	34.509.051
Margem (a – b)	15.116.913	14.253.222	21.090.034	21.418.547
Ativo ponderado pelo risco (2) (c)	371.602.486	380.843.686	312.488.064	313.718.649
Índice de Basileia (a/c)	15,07%	14,74%	17,75%	17,83%

Notas Explicativas

- (1) Conforme definido pela Circular nº 3.383/08 e Circular nº 3.476/09, ressaltamos que, a partir de julho de 2010, o cálculo de alocação de capital de Risco Operacional para o Consolidado Econômico-Financeiro passou a contemplar as empresas não financeiras.

b) Valor de mercado

O valor contábil, líquido das provisões para desvalorizações, dos principais instrumentos financeiros - Consolidado:

Carteira	Lucro (prejuízo) não realizado sem efeitos fiscais					
	Valor contábil	Valor de mercado	No resultado		No patrimônio líquido	
	2010		2010	2009	2010	2009
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 3e, 3f e 6)	213.517.990	218.125.864	4.632.351	3.674.991	4.607.874	3.082.780
- Ajuste de títulos disponíveis para venda			24.477	592.211	-	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento			4.607.874	3.082.780	4.607.874	3.082.780
Operações de crédito e de arrendamento mercantil (1) (Notas 3g e 8)	230.613.977	230.667.910	53.933	500.972	53.933	500.972
Investimentos (2) (Notas 3j e 11)	1.576.790	8.311.646	6.734.856	6.629.363	6.734.856	6.629.363
Ações em tesouraria (Nota 20d)	10.049	10.159	-	-	110	27.554
Depósitos a prazo (Notas 3o e 15a)	102.157.731	101.989.602	168.129	111.265	168.129	111.265
Recursos de emissão de títulos (Nota 15c)	17.673.951	17.745.784	(71.833)	7.077	(71.833)	7.077
Obrigações por empréstimos e repasses (Notas 16a e 16b)	38.196.225	38.068.024	128.201	54.968	128.201	54.968
Dívidas subordinadas (Nota 18)	26.314.946	27.404.267	(1.089.321)	(855.901)	(1.089.321)	(855.901)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			10.556.316	10.122.735	10.531.949	9.558.078

- (1) Inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de créditos; e
- (2) Inclui, basicamente, a mais valia das participações em controladas e coligadas (Cielo (ex-Visanet), Odontoprev e Fleury) e outros investimentos (BM&FBovespa, e Cetip).

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, investimentos, dívidas subordinadas e ações em tesouraria baseiam-se em cotação de preços de mercado na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;
- Operações de crédito prefixadas foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pela Organização Bradesco em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço; e
- Depósitos a prazo, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses foram calculados mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas praticadas no mercado na data do balanço.

30) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e suas controladas são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida (PGBL), cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário.

Notas Explicativas

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

Além do plano (PGBL) anteriormente apresentado, estão assegurados aos participantes que optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano. Para os participantes do plano de benefício definido, migrados ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis).

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas com contribuições efetuadas no período totalizaram - R\$ 289.032 mil (2009 - R\$ 211.122 mil).

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram no exercício – R\$ 1.503.912 mil (2009 – R\$ 1.283.400 mil).

31) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.980.602	7.899.752
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(3.992.241)	(3.159.901)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	3.545.833	3.434.896
Perda cambial	(345.438)	(983.903)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis (2)	(201.460)	36.971
Crédito tributário de exercícios anteriores constituídos	20.027	-
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	985.815	853.308
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (3)	121.678	119.285
Outros valores	(93.143)	(188.126)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	41.071	112.530

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (Nota 3h);

(2) Contempla o efeito fiscal resultante da adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09; e

(3) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

Notas Explicativas

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.297.582)	(1.413.723)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias	1.618.750	1.826.847
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(75.715)	(111.459)
Prejuízo fiscal	(236.494)	(202.310)
Crédito tributário de exercícios anteriores constituídos:		
Adições temporárias	20.027	-
Constituição/utilização no exercício sobre:		
Base negativa de contribuição social	12.085	12.825
Prejuízo fiscal	-	350
Total dos impostos diferidos	1.338.653	1.526.253
Imposto de renda e contribuição social do exercício	41.071	112.530

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2009	Constituição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.342.152	3.041.685	2.103.995	6.279.842
Provisão para contingências cíveis	593.955	211.529	112.634	692.850
Provisão para contingências fiscais	1.311.187	524.560	61	1.835.686
Provisão trabalhista	516.650	237.450	211.403	542.697
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	19.339	1.720	2.839	18.220
Provisão para desvalorização de bens não de uso	34.796	17.596	14.494	37.898
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	-	39.066	-	39.066
Ágio amortizado	140.722	35.411	9.297	166.836
Ajuste da Lei nº 11.638/07	89.664	13.888	30.134	73.418
Outros	1.172.242	185.357	184.628	1.172.971
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	9.220.707	4.308.262	2.669.485	10.859.484
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	511.467	12.085	312.209	211.343
Subtotal	9.732.174	4.320.347	2.981.694	11.070.827
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	1.214	-	1.214	-
Contribuição social – Medida Provisória nº 2.158-35/001	220.941	-	97.874	123.067
Total dos créditos tributários (Nota 9b)	9.954.329	4.320.347	3.080.782	11.193.894
Obrigações fiscais diferidas (Nota 31f)	1.412.614	660.676	310.518	1.762.772
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	8.541.715	3.659.671	2.770.264	9.431.122
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência total (Nota 29a)	15,4%			16,8%
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	1,7%			1,5%

(1) Contempla o crédito tributário relativo à elevação da alíquota de contribuição social para as empresas dos segmentos financeiro e de seguros, determinada pela Lei nº 11.727/08, os quais correspondem ao valor de R\$ 425.207 mil (Nota 3h).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social M.P. nº 2.158-35

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2011	2.006.567	1.092.820	38.283	22.742	3.160.412
2012	1.993.245	1.090.810	91.282	59.036	3.234.373
2013	1.976.845	1.083.990	-	-	3.060.835
2014	482.635	324.969	-	-	807.604
2015	482.635	324.968	-	-	807.603
Total	6.941.927	3.917.557	129.565	81.778	11.070.827

Crédito tributário de contribuição social M.P. nº 2.158-35				
	2011	2012	2013	Total
Total	10.712	103.095	9.260	123.067

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Notas Explicativas

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 10.402.963 mil (2009 – R\$ 8.801.054 mil), sendo R\$ 10.086.355 mil (2009 – R\$ 8.131.177 mil) de diferenças temporárias, R\$ 200.909 mil (2009 – R\$ 475.855 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$ 115.699 mil (2009 – R\$ 194.022 mil) de crédito tributário de contribuição social M.P. nº 2.158-35.

e) Créditos tributários não ativados

Não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 2.414 mil (2009 – R\$ 274.222 mil), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

Em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Consif contra a Lei nº 11.727/08, artigos 17 e 41, os créditos tributários de períodos anteriores decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 9% para 15% foram registrados até o limite das obrigações tributárias consolidadas correspondentes. O saldo do crédito tributário relativo à elevação da alíquota da Contribuição Social não constituído monta a R\$ 164.918 mil (Nota 3h).

f) Obrigações fiscais diferidas

	2010	2009
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	177.931	374.321
Superveniência de depreciação	1.335.696	829.422
Atualização de depósitos judiciais e outros	249.145	208.871
Total	1.762.772	1.412.614

As obrigações fiscais diferidas das empresas dos segmentos financeiro e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (Nota 3h).

32) OUTRAS INFORMAÇÕES

- A Organização Bradesco administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2010 montam a R\$ 288.907.041 mil (2009 – R\$ 247.700.191 mil).
- Em 2010, dando continuidade à reversão das medidas anticrise tomadas no final de 2008, o Bacen alterou a sistemática de cálculo do recolhimento compulsório, cujos principais impactos foram:

Alterações efetuadas no 1º trimestre de 2010

Descrição	Regra anterior	Regra atual
Redutor do compulsório adicional sobre recursos à vista, depósitos de poupança e recursos a prazo.	Recolhimento no que exceder a R\$ 1 bilhão	Utilização de redutores para instituições com PR - Patrimônio de Referência inferior a R\$ 5 bilhões.
Alíquota para cálculo do compulsório adicional sobre recursos à vista e recursos a prazo.	Recursos à vista - 5% Recursos a prazo - 4%	Recursos à vista - 8% Recursos a prazo - 8%
Redutor do valor sujeito a recolhimento sobre recursos a prazo. (1)	Recolhimento no que exceder a R\$ 2 bilhões	Utilização de redutores para instituições com PR - Patrimônio de Referência inferior a R\$ 5 bilhões.
Alíquota para cálculo do compulsório sobre recursos a prazo. (1)	13,5%	15%
Cumprimento da exigibilidade do compulsório sobre recursos a prazo. (1)	45% em títulos públicos e 55% em espécie sem remuneração, podendo ser substituídos por créditos adquiridos até 31 de março de 2010 de instituições financeiras, oriundos basicamente de: (i) operações de crédito; (ii) direitos creditórios de operações de <i>leasing</i> ; (iii) adiantamentos e outros créditos de emissão ou responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas não financeiras; (iv) depósitos interfinanceiros com garantia de ativos previstos na legislação; (v) títulos de renda fixa emitidos por entidades não financeiras integrantes da carteira da instituição ou de fundos de investimentos; (vi) direitos creditórios integrantes de Fundo de Investimento em Direito Creditório - FIDC; (vii) cotas de FIDC organizados pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC; (viii) aquisições de moeda estrangeira junto ao Bacen realizadas com compromisso de revenda da instituição financeira, conjugada com o compromisso de recompra pelo Bacen, admitida a dedução dos créditos adquiridos de instituições com Patrimônio de Referência - PR de até R\$ 2,5 bilhões.	100% em espécie com remuneração da Selic, podendo ser deduzido até 45% das aquisições e dos depósitos interfinanceiros adquiridos até 30.6.2010, prorrogado para 30.12.2010.

(1) As demonstrações contábeis foram impactadas a partir de abril de 2010.

Notas Explicativas**Alterações efetuadas no 2º trimestre de 2010**

Descrição	Regra anterior	Regra atual
Alíquota para exigibilidade do rural (2)	30%	29%
Alíquota para cálculo do compulsório sobre recursos à vista (2)	42%	43%

(2) As demonstrações contábeis foram impactadas a partir de julho de 2010.

Alterações efetuadas no 4º trimestre de 2010

Descrição	Regra anterior	Regra atual
Compulsórios sobre Letras Financeiras	Recolhimento de 15%	Extinto
Alíquota para cálculo do compulsório adicional sobre recursos à vista e recursos a prazo.	Recursos à vista - 8% Recursos a prazo - 8%	Recursos à vista - 12% Recursos a prazo - 12%
Alíquota para cálculo do compulsório sobre recursos a prazo.	Recolhimento de 15% Deduções permitidas de até 45% das aquisições e dos depósitos interfinanceiros adquiridos até 31.12.2010	Recolhimento de 20% Deduções permitidas de até 36% das aquisições e dos depósitos interfinanceiros adquiridos até 30.6.2011

- c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do Bradesco.

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board. A Circular nº 3.516/10 do Bacen, estendeu o prazo de divulgação das Demonstrações Contábeis em IFRS do exercício de 2010 para 120 dias. Com isso o Bradesco encontra-se em fase de apuração dos efeitos contábeis de transição para IFRS e concluirá esse processo dentro dos prazos estabelecidos pelo Bacen.

Notas Explicativas

Nesse processo, os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis utilizadas pelo Bradesco descritas na nota explicativa 2 (BR GAAP) em comparação com as IFRSs são:

Descrição	BR GAAP	IFRS
Consolidação de fundos de investimentos exclusivos	Não são consolidados, atendendo às determinações do Bacen.	Serão consolidados.
Planos de pensão	Não são reconhecidas as provisões decorrentes de obrigações por planos de benefício concedidos, exceto pelas obrigações correntes mensais.	Será aplicado o Método da Unidade de Crédito Projetada e os ganhos e perdas fora do corredor serão reconhecidas ao longo do prazo remanescente de prestação dos serviços.
Combinações de negócios	Não existe pronunciamento específico que trate do assunto. Somente os ativos e passivos registrados no balanço de abertura da entidade adquirida são reconhecidos pela entidade compradora e o ágio ou deságio apurado nas aquisições corresponde à diferença entre o valor pago pela entidade compradora e o valor contábil dos ativos e passivos registrados na entidade adquirida. As ações ou dívidas emitidas como forma de pagamento na aquisição de entidades são registradas pelos seus valores de emissão na data da combinação de negócios. Os ágios originados das combinações de negócios são amortizados em até 20 anos.	Para as aquisições ocorridas a partir de 1º de setembro de 2008, os ativos e passivos identificáveis originados das combinações de negócios serão reconhecidos a valor justo. As ações emitidas pelo Banco na aquisição de combinação de negócios serão reconhecidas a valor justo na data da transferência do controle. Outros ativos entregues como forma de pagamento também serão mensurados a valor justo. O ágio reconhecido na combinação de negócios será testado anualmente para fins de determinação do valor recuperável, conforme requerido pela IAS 38 – “Ativos Intangíveis”.
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	Os instrumentos financeiros derivativos que forem contratados em negociação associada a uma determinada operação de captação ou aplicação de recursos, não são requeridos a serem avaliados pelo seu valor justo, desde que determinadas condições estejam presentes, como: (i) não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada; (ii) nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado; e (iii) seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.	Esses instrumentos financeiros derivativos serão classificados como de negociação e reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis com as respectivas mudanças no valor justo reconhecidas no resultado, conforme requerido pela IAS 39 – “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”.
Ajuste a valor justo de ativos financeiros constantes da carteira de fundos de investimento exclusivos consolidados	Certos instrumentos financeiros ativos constantes da carteira dos fundos exclusivos, os quais serão consolidados exclusivamente para fins de IFRS, foram classificados como “mantidos até o vencimento”.	Estes instrumentos financeiros foram designados na categoria “disponível para venda” conforme isenções permitidas para transição na IFRS 1, uma vez que para fins de BR GAAP conforme Circular Susep nº.379/08 os instrumentos financeiros constantes da categoria mantidos até o vencimento podem ser alienados desde que haja simultaneamente a aquisição de novos títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao valor dos títulos alienados. Dessa forma o ajuste a valor justo destes instrumentos financeiros será reconhecido em conta de reserva no patrimônio líquido – “Lucro abrangente acumulado”, já líquido dos efeitos tributários.
Ajuste a valor justo de ativos financeiros – títulos de patrimônio	Certos investimentos em ações de empresas nas quais o Banco não possui influência na administração foram classificados no ativo permanente, ao custo histórico de aquisição.	Devido à inexistência de influência na administração, estas participações em ações serão designadas na categoria “disponível para venda” e avaliadas ao valor justo na data de transição para as IFRSs, com o respectivo ganho ou perda reconhecido em conta de reserva no patrimônio líquido – “Lucro abrangente acumulado”, já líquido dos efeitos tributários.
Reversão de contabilização de cobertura (<i>hedge</i>)	Foram designados certos instrumentos financeiros derivativos como instrumentos de proteção os quais foram classificados como “ <i>hedge</i> ” de fluxo de caixa em que a parcela efetiva das valorizações e desvalorizações foi registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido e a parcela não efetiva no resultado.	Estes instrumentos financeiros não serão designados como de cobertura (<i>hedge</i>) uma vez que não se qualificam para contabilização de “ <i>hedge</i> ” de acordo com a IAS 39 e dessa forma a parcela efetiva registrada no patrimônio líquido em BR GAAP será revertida contra lucros acumulados na data de transição.
Diferimento de taxas de serviços financeiros e custos diretos	É reconhecida, para determinados ativos financeiros, principalmente empréstimos e adiantamentos a clientes, a taxa cobrada por serviços financeiros, bem como parcela dos custos diretos relacionados no resultado no momento da originação destes ativos financeiros. Os custos diretos relacionados às comissões pagas a lojistas e revendedores são registrados na rubrica de Outros Ativos – Despesas Antecipadas e reconhecidos no resultado pelo prazo dos respectivos contratos.	As taxas de serviços financeiros bem como os custos diretos relacionados à originação destes ativos financeiros serão diferidas e reconhecida como ajuste à taxa de juros efetiva. Os custos diretos relacionados às comissões pagas aos lojistas e revendedores fazem parte da taxa efetiva de juros e serão registrados nas contas de empréstimos e adiantamentos de clientes.
Reversão do resultado de equivalência patrimonial reconhecidos sobre investimentos em coligadas	Normalmente são consideradas coligadas empresas em que a Organização detém participação inferior a 50% do capital total.	Coligadas são representadas pelas participações em que a Organização Bradesco detém influência significativa, que é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida.
Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros	As garantias financeiras prestadas a terceiros são controladas em contas de compensação. As tarifas cobradas pela emissão dessas garantias são reconhecidas no resultado ao longo do período da	Conforme a IAS 39, após o reconhecimento inicial destas garantias a valor justo, essas operações serão mensuradas pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido como resultado de

Notas Explicativas

	garantia prestada.	exercícios futuros e quando apropriado, deduzido pela amortização acumulada de acordo com a IAS 18; e (ii) o valor estimado do gasto exigido para liquidar a garantia nos casos em que a Administração entender que é provável o fluxo de saída de recursos, de acordo com a IAS 37.
Perda por redução do valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a cliente e instituições financeiras	Constituída com base na análise dos riscos de realização das operações de crédito, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, conforme requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, a qual considera determinados parâmetros regulamentares.	Será estabelecida com base no histórico de perdas e outras informações conhecidas por ocasião da avaliação dos clientes do Banco.
Impostos diferidos ativos – contribuição social	A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas (até 30 de abril de 2008 a alíquota era de 9% para todas as empresas, sendo que o cálculo no exercício de 2008 foi efetuado de acordo com as normas específicas emitidas pelas autoridades tributárias). Os créditos tributários originados em períodos anteriores, decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social para 15%, foram registrados em BR GAAP até o limite das obrigações tributárias consolidadas correspondentes.	Os créditos tributários diferidos ativos serão re-mensurados com base na alíquota em que a Organização espera realizar os ativos que é a alíquota vigente de 15%.
Participações minoritárias em controladas	O saldo das participações minoritárias nas controladas é classificado separadamente no passivo, entre o grupo de contas de resultados de exercícios futuros e o patrimônio líquido.	O saldo de participações minoritárias nas controladas é parte integrante do patrimônio líquido, conforme a IAS 27.
Demonstração do resultado abrangente	Para fins de BR GAAP, a demonstração do resultado abrangente não é requerida	Para fins de IFRS, a demonstração do resultado abrangente é requerida e compreende todos os componentes do lucro líquido e de "outros resultados abrangentes", representados por outros valores que transitam pelo patrimônio líquido e que não são transações provenientes dos sócios. São exemplos de "outros resultados abrangentes", a realização da reserva de reavaliação, ganhos e perdas atuariais em planos de benefício definido, ganhos e perdas decorrentes da conversão das demonstrações contábeis de uma operação no exterior, ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda e ganhos e perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa.
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes de IFRS	-	O imposto de renda diferido será contabilizado sobre as diferenças entre o BR GAAP e IFRS quando aplicável.

- d) O Bradesco adquiriu, em 24.1.2011, ações de emissão da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS ("CBSS"), detidas pela Visa International Service Association ("Visa International"), correspondentes a 5,01% do capital social da CBSS, pelo valor de R\$ 85,8 milhões.

Dessa forma, a participação da Organização Bradesco na CBSS aumentou de 45% para 50,01%, reforçando sua participação no capital de empresas que atuam no mercado de cartões.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Perspectivas do Bradesco para 2011****Atual**

Carteira de Crédito¹	15 a 19%
Pessoas Físicas	13 a 17%
Pessoas Jurídicas	16 a 20%
Pequenas e Médias Empresas	20 a 24%
Grandes Empresas	11 a 15%
Produtos	
Veículos	10 a 14%
Cartões²	9 a 13%
Financiamento Imobiliário (originação)	R\$ 10,0 bi
Empréstimos Consignados	30 a 34%
Margem Financeira³	18 a 22%
Prestação de Serviços	6 a 10%
Despesas Operacionais⁴	11 a 15%
Prêmios de Seguros	10 a 13%

¹ Carteira de Crédito Expandida;² Não considera as carteiras "BNDES Cartões" e "Descontos de Antecipação de Recebíveis;³ No critério atual, *Guindance* para Margem Financeira de Juros; e⁴ Despesas Administrativas e de Pessoal

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE – ITR**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: BANCO BRADESCO S.A.					Posição em 30/12/2010 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	895.504.544	47,6022	452.963	0,0241	895.957.507	23,8131
Fundação Bradesco	320.569.077	17,0404	18.698.447	0,9940	339.267.524	9,0172
Ações em Tesouraria	395.300	0,0210	0	0,0000	395.300	0,0105
Outros	664.756.397	35,3364	1.862.073.713	98,9820	2.526.830.110	67,1592
Total	1.881.225.318	100,00	1.881.225.123	100,00	3.762.450.441	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: CIDADE DE DEUS CIA. COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES					Posição em 30/12/2010 (Em [Mil] Ações / Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nova Cidade de Deus Particip. S.A.	2.875.821.893	44,9053			2.875.821.893	44,9053
Fundação Bradesco	2.126.303.394	33,2017			2.126.303.394	33,2017
Lina Maria Aguiar	545.065.640	8,5111			545.065.640	8,5111
Lia Maria Aguiar	448.931.586	7,0100			448.931.586	7,0100
Outros	408.069.546	6,3719			408.069.546	6,3719
Total	6.404.192.059	100,00			6.404.192.059	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 30/12/2010 (Em [Mil] Ações / Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	113.277.179	46,3016	259.240.518	98,4076	372.517.697	73,3179
BBD Participações S.A.	131.373.281	53,6984	0	0,0000	131.373.281	25,8565
Tesouraria	0	0,0000	4.194.859	1,5924	4.194.859	0,8256
Total	244.650.460	100,00	263.435.377	100,00	508.085.837	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: BBD PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 30/12/2010 (Em [Mil] Ações / Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Tesouraria	42.963.095	24,3823	19.324.582	26,9375	62.287.677	25,1216
Lázaro de Mello Brandão	10.997.761	6,2414	0	0,0000	10.997.761	4,4356
Outros	122.245.443	69,3763	52.413.954	73,0625	174.659.397	70,4428
Total	176.206.299	100,00	71.738.536	100,00	247.944.835	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30/12/2010						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.216.073.621	64,6426	19.151.410	1,0180	1.235.225.031	32,8303
Administradores						
Conselho de Administração	13.087.920	0,6957	17.665.190	0,9390	30.753.110	0,8174
Diretoria	897.516	0,0477	1.912.779	0,1017	2.810.295	0,0747
Conselho Fiscal	10.042	0,0005	157.139	0,0084	167.181	0,0044
Ações em Tesouraria	395.300	0,0210	0	0,0000	395.300	0,0105
Outros Acionistas	650.760.919	34,5924	1.842.338.605	97,9329	2.493.099.524	66,2627
Total	1.881.225.318	100,00	1.881.225.123	100,00	3.762.450.441	100,00
Ações em Circulação	650.770.961	34,5929	1.842.495.744	97,9413	2.493.266.705	66,2671

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30/12/2009 (12 meses atrás)						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.005.019.522	64,5167	15.827.613	1,0160	1.020.847.135	32,7664
Administradores						
Conselho de Administração	10.779.550	0,6920	15.030.570	0,9649	25.810.120	0,8284
Diretoria	705.550	0,0453	1.625.800	0,1044	2.331.350	0,0748
Conselho Fiscal	8.300	0,0005	139.580	0,0090	147.880	0,0047
Ações em Tesouraria	3.034.700	0,1948	2.906.600	0,1866	5.941.300	0,1907
Outros Acionistas	538.218.746	34,5507	1.522.236.044	97,7192	2.060.454.790	66,1349
Total	1.557.766.368	100,00	1.557.766.207	100,00	3.115.532.575	100,00
Ações em Circulação	538.227.046	34,5512	1.522.375.624	97,7281	2.060.602.670	66,1397

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Ao
Conselho de Administração
Banco Bradesco S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Bradesco S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

São Paulo, 14 de abril de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Governança Corporativa e as Respectivas Responsabilidades

O Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. optou por um Comitê de Auditoria único para todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro, inclusive para as do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência (Grupo Segurador).

São de responsabilidade da Administração a definição e implementação de sistemas de informações gerenciais que produzam as demonstrações contábeis das empresas que compõem a Organização Bradesco, em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e às normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – Susep e da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações contábeis e emitir parecer sobre sua aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, como resultado dos trabalhos para fins de emissão do parecer mencionado, produz relatório de recomendações sobre procedimentos contábeis e controles internos, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar, como os das revisões limitadas das informações trimestrais ao Banco Central do Brasil e à CVM.

A Auditoria Interna (Departamento de Inspeção Geral) tem como atribuições aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e a efetividade das Auditorias Interna e Independente, a efetividade e a suficiência dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e analisar as demonstrações contábeis, efetivando, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria estão, também, aquelas requeridas pela Lei Americana Sarbanes-Oxley para as Companhias registradas na U.S. Securities and Exchange Commission e cotadas na Bolsa de Valores de Nova York.

O Comitê de Auditoria tem o seu Regimento disponível no site www.bradesco.com.br, área de Governança Corporativa.

Atividades exercidas no ano de 2010

O Comitê participou de 183 reuniões com áreas de negócio, de controle e de gestão de riscos e com os auditores internos e independentes, conferindo, por meio de diferentes fontes, as informações sobre os aspectos considerados relevantes ou críticos.

O programa de trabalho do Comitê de Auditoria, para o exercício de 2010, teve como foco os principais processos e produtos inerentes aos negócios da Organização Bradesco. Dentre os aspectos considerados mais relevantes, destacamos:

- processos de elaboração e divulgação dos relatórios financeiros a acionistas e usuários externos da informação contábil-financeira e dos efeitos produzidos pelas alterações nas normas contábeis, por força da Lei no 11.638/2007 e regulamentação correspondente;
- sistemas de gerenciamento e controle de riscos de mercado, de crédito e operacional, preparação para a utilização de modelos internos em linha com as condições estabelecidas pelo Novo Acordo de Capital (Basileia II) e a regulamentação do Banco Central do Brasil sobre o assunto, com ênfase no monitoramento do processo da candidatura para obtenção de autorização para uização de modelos internos de risco de mercado. O Caderno, nos moldes da Circular no 3.478/2009, foi protocolado no Banco Central do Brasil, na abertura do prazo, em 30 de junho de 2010;
- aperfeiçoamentos nos sistemas de controles internos decorrentes dos projetos nas áreas de Tecnologia e de Gestão de Riscos; e
- migração da base de cartões do Bradesco para a Fidelity Processadora e Serviços S.A.

Sistemas de Controles Internos

Com base no programa de trabalho e na agenda definidos para o exercício de 2010, o Comitê de Auditoria informou-se sobre os principais processos dentro da Organização, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos dirigentes com o seu aperfeiçoamento contínuo.

Como resultado das reuniões com as áreas da Organização Bradesco, o Comitê de Auditoria teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como acompanhar as implementações de recomendações para melhoria, identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios.

Com base nas informações e observações colhidas, o Comitê de Auditoria julga que o sistema de controles internos da Organização Bradesco é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e foi estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Auditoria Independente

O planejamento dos trabalhos de auditoria independente para o exercício de 2010 foi discutido com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) e, no decorrer do ano de 2010, as equipes de auditoria encarregadas dos serviços apresentaram os resultados e principais conclusões ao Comitê de Auditoria.

Os pontos relevantes apontados no relatório sobre o estudo e a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, elaborado em conexão com o exame das demonstrações contábeis e respectivas recomendações para aprimoramento desses sistemas, foram discutidos com o Comitê, que solicitou acompanhamento das implementações das melhorias nas áreas responsáveis.

Com base no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados, o Comitê julgou que os trabalhos desenvolvidos pelas equipes foram adequados aos negócios da Organização.

Auditoria Interna

O Comitê solicitou à Auditoria Interna que considerasse no seu planejamento, para o ano de 2010, diversos trabalhos em linha com os temas abrangidos na agenda do Comitê.

No decorrer do ano de 2010, as equipes encarregadas da execução dos trabalhos planejados reportaram e discutiram com o Comitê de Auditoria as principais conclusões na visão de processo e riscos inerentes.

Com base nas discussões sobre o planejamento dos trabalhos da Auditoria Interna, com foco nos riscos, processos e nas apresentações dos seus resultados, o Comitê de Auditoria julga que aquela Dependência tem respondido adequadamente às demandas para que os membros do Comitê possam formar opinião sobre os assuntos discutidos.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

No ano de 2010, o Comitê reuniu-se com as áreas de Contadoria Geral, de Planejamento, Orçamento e Controle e de Auditoria Interna para avaliação das demonstrações contábeis mensais, trimestrais, semestrais e anual. Nessas reuniões, foram analisados e avaliados os aspectos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, as notas explicativas e os relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Foram também consideradas as práticas contábeis adotadas pelo Bradesco na elaboração das demonstrações contábeis e a observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como o cumprimento da legislação aplicável.

Antes das divulgações das Informações Financeiras Trimestrais (IFTs), dos balanços semestrais e do anual, o Comitê reuniu-se reservadamente com a PwC para avaliar os aspectos de independência e do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação das demonstrações contábeis auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011

CARLOS ALBERTO RODRIGUES GUILHERME
(Coordenador)

JOSÉ LUCAS FERREIRA DE MELO

ROMULO NAGIB LASMAR

OSVALDO WATANABE

Parecer do Conselho Fiscal

Banco Bradesco S.A.

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal do Banco Bradesco S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e o estudo técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis, trazidos a valor presente, que tem por objetivo a realização de Ativo Fiscal Diferido de acordo com a Instrução CVM no 371, de 27.6.2002, Resolução no 3.059, de 20.12.2002, do Conselho Monetário Nacional, e Circular no 3.171, de 30.12.2002, do Banco Central do Brasil, e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Nelson Lopes de Oliveira
Domingos Aparecido Maia
Ricardo Abecassis E. Santo Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração do Diretor Presidente**

Eu, Luiz Carlos Trabuco Cappi, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, do Banco Bradesco S.A e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Domingos Figueiredo de Abreu, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, do Banco Bradesco S.A e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Domingos Figueiredo de Abreu
Diretor Vice-Presidente e Diretor de RI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor Presidente

Eu, Luiz Carlos Trabuco Cappi, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, do Banco Bradesco S.A e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Domingos Figueiredo de Abreu, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, do Banco Bradesco S.A e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Domingos Figueiredo de Abreu
Diretor Vice-Presidente e Diretor de RI